



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - Nº 010 - QUARTA-FEIRA, 18 DE FEVEREIRO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO) 2º VICE-PRESIDENTE Serys Slhessarenko - (PT-MT) 1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI) 2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	3º SECRETÁRIO Mão Santa- (PMDB-PI) 4º SECRETÁRIO Patrícia Saboya - (PDT-CE) Suplentes de Secretário 1º - César Borges - (PR-BA) 2º - Adelmir Santana - (DEM-DF) 3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB) 4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB/PP) - 21 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 20 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PRB) - 20 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 12 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu Papaléo Paes Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Antonio Carlos Júnior Maria do Carmo Alves Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes
PTB - 7 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

EXPEDIENTE	
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 9ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2009

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Considerações sobre as medidas anunciadas durante encontro ocorrido na semana passada com a participação de prefeitos, vereadores e do Presidente Lula. 01877

SENADOR FLÁVIO ARNS – Explicação sobre o andamento dos projetos de lei que tratam da filantropia. 01880

SENADOR CÍCERO LUCENA – Expectativa com relação ao julgamento, hoje, no TSE, do processo da possível cassação do Governador Cássio Cunha Lima. Leitura de trechos de discurso do Governador Cássio Cunha Lima. 01885

1.2.2 – Comunicação

Da Liderança do DEM no Senado Federal, de indicações, para exercerem a função de Vice-Líderes do Partido, os seguintes Senadores: Jayme Campos, Antonio Carlos Junior, Rosalba Ciarlini e Efraim Moraes (Ofício nº 9/2009, de 16 do corrente). 01910

1.2.3 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR GERSON CAMATA – Apelo para que seja acatada pelo Governo Federal a Emenda Constitucional nº 46, que faz com que nas ilhas costeiras sedes de municípios, os terrenos de marinha passem a pertencer às prefeituras. 01910

1.2.4 – Comunicação

Da Liderança do Governo no Senado Federal, de indicação do Senador Romeu Tuma para exercer a função de Vice-Líder do Governo no Senado Federal (Ofício nº 15/2009, de 11 do corrente). 01912

1.2.5 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR PAPALÉO PAES – História da Justiça do Trabalho no Brasil e apelo em favor da instalação de um Tribunal Regional do Trabalho na capital do Amapá. 01914

1.2.6 – Comunicação

Da Liderança do DEM no Senado Federal, de indicação de senadores para integrarem, na

qualidade de titulares e suplentes, as Comissões Permanentes da Casa (Ofício nº 12/2009, de 16 do corrente). 01916

1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Defesa do aumento do teto do Simples, no sentido de abrigar mais trabalhadores, gerar mais empregos e a economia continuar crescendo. 01918

SENADORA IDELI SALVATTI – Registro de tratativas feitas em Dubai, Emirados Árabes, voltadas à organização da próxima reunião anual do WTTC – Conselho Mundial de Viagem e Turismo, a ser realizada em Florianópolis, no próximo mês de maio. 01920

1.2.8 – Comunicações

Da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação e substituições de senadores para integrarem, na qualidade de titulares e suplentes, as Comissões Permanentes da Casa (Ofícios nºs 18 e 19/2009, de 16 do corrente). *Designação do Senador Marcelo Crivella, como suplente, para integrar a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.* 01922

Da Liderança do DEM no Senado Federal, de indicação de membro para integrar o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Ofício nº 16/2009, de 17 do corrente). *Designação do Senador Marco Maciel para compor o referido Conselho.* 01922

1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR JEFFERSON PRAIA – Voto de aplauso à Sra. Lourença da Cunha, catadora de lixo de São Paulo. 01922

1.2.10 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 1, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior. 01923

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 542, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella. 01923

1.2.11 – Fala do Presidente (Senador José Sarney)**1.2.12 – Leitura de requerimentos**

Nº 94, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, *solicitando voto de aplauso para a iniciativa do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, representado por seu Presidente Desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, em criar a primeira Câmara Regional de Julgamento de Recursos e Apelações do interior do Brasil no Município de Chapecó*..... 01931

Nº 95, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns, *solicitando voto de louvor à União dos Escoteiros do Brasil, presidida pelo Vereador Paulo Salamuni*. 01931

Nº 96, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma, *solicitando informações ao Ministério da Justiça*..... 01932

Nº 97, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma, *solicitando informações ao Ministério do Meio Ambiente*..... 01933

Nº 98, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma, *solicitando informações ao Ministério das Minas e Energia*..... 01935

Nº 99, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, *solicitando voto de aplauso à Coopavel – Cooperativa Agroindustrial de Cascavel, no Paraná*. 01937

Nº 100, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, *solicitando informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior*. 01938

Nº 101, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, *solicitando voto de louvor à, Sra. Lourença da Cunha*. 01939

Nº 102, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo e outros senhores Senadores, *solicitando que o Período do Expediente da sessão do dia 24 de março de 2009, seja destinado a comemorar o aniversário de Florianópolis, que completará 283 anos*. 01940

Nº 103, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo e outros senhores Senadores, *solicitando que o Período do Expediente da sessão do dia 8 de outubro de 2009, seja destinada a comemorar o fim da Guerra do Contestado*. 01941

Nº 104, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Júlio Lira Neto*..... 01942

Nº 105, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando voto de aplauso ao Desembargador João José da Silva Maroja*. 01943

Nº 106, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando voto de congratulações ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, na pessoa do seu Presidente, Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes*..... 01944

1.2.13 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 105/2009, de 12 do corrente, comunicando a aprovação das Emendas nºs 1 a 10, oferecidas pelo Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2007 (nº 6.673/2006, na Câmara dos Deputados), do Poder Executivo, e seu envio à sanção. 01944

Nº 106/2009, de 12 do corrente, comunicando que o Projeto de Lei do Senado nº 128, de 2008-Complementar (nº 2/2007-Complementar, na Câmara dos Deputados), foi sancionado e convertido na Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008..... 01945

1.2.14 – Mensagens do Presidente da República

Nº 36, de 2009 (nº 73/2009, na origem), de 16 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor João Batista de Rezende para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel. 01945

Nº 37, de 2009 (nº 74/2009, na origem), de 16 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação da Senhora Maria Cecília Martins Brito para ser reconduzida ao cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. 01948

1.2.15 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº S/3, de 2009 (nº 20/2009, na origem), de 11 do corrente, do Ministro de Estado das Comunicações, dando conhecimento da Recomendação nº 1/2002, proposta pelo Procurador da República Orlando Martello Junior, visando anulação da Portaria nº 394, de 2002, que autoriza a Associação Pró-Desenvolvimento de Padre Bernardo – Aprodem, a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Padre Bernardo, Estado de Goiás. 01954

Recebimento do Aviso nº 8, de 2009 (nº 82/2009, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão 159/2009, proferido nos autos do processo nº TC-027.878/2008-1, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, referente à solicitação do Congresso Nacional para acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito externo autorizada pela Resolução nº 35, de 2008. 01954

1.2.16 – Leitura de Ofícios

Nº 29/2009, de 16 do corrente, da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 458, de 2008. (Ofício nº 29/2009, de 16 do corrente)..... 01954

Nº 44/2009, de 17 do corrente, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 458, de 2009. (Ofício nº 044/2009, de 17 do corrente) . 01955

1.2.17 – Comunicações

Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, solicitando que seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho, como membro titular, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (Ofício nº 17/2009, de 16 do corrente). 01955

Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado, de substituição de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Ofício nº 21/2009, de 16 do corrente). 01955

Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado, solicitando seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim para membro titular na Comissão de Educação (Ofício nº 22/2009, de 16 do corrente). 01955

Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado, de indicação de membros na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. (Ofício nº 23/2009, de 16 do corrente). 01955

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Assuntos Sociais. (Ofício nº 39/2009, de 17 do corrente). ... 01955

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Assuntos Sociais. (Ofício nº 41/2009, de 17 do corrente). ... 01955

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. (Ofício nº 42/2009, de 17 do corrente). 01956

1.2.18 – Pareceres

Nºs 6 e 7, de 2009, da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre os Avisos nºs 96, de 2007 e 57, de 2008, do Tribunal de Contas da União, anexados ao processado do Aviso nº 83, de 2001, encaminhando, respectivamente, cópia dos Acórdãos nºs 2.182, de 2007 e 2.185, de 2008-TCU, proferidos nos autos do processo TC-013.309/2006-9, sobre auditoria realizada na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT. 01956

1.2.19 – Comunicações da Presidência

Arquivamento dos Avisos nºs 96, de 2007 e 57, de 2008, sobre o Aviso nº 83, de 2001, cujos pareceres foram lidos anteriormente. 01969

1.2.20 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2009, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera o Código Penal para tipificar práticas anti-sindicais. 01969

Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para permitir a dedução, do imposto de renda das pessoas físicas, das despesas com pagamento de pedágio em ro-

dovia federal, bem como permite dedução idêntica do imposto de renda das pessoas jurídicas. 01973

Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2009– Complementar, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever bolsa para o egresso de-empregado, a ser financiada com os recursos do Fundo Penitenciário Nacional. 01977

Projeto de Resolução nº 5, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera o § 2º do art. 59 e o parágrafo único do art. 78 do Regimento Interno do Senado Federal para definir critério de proporcionalidade partidária na composição das comissões. 01980

1.2.21 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante à Mesa, ao Projeto de Resolução nº 5, de 2009, lido anteriormente.... 01981

1.3 – ORDEM DO DIA**1.3.1 – Item 1**

Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008, que dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008). **Apreciação sobrestada em virtude da falta de quorum.** 01982

1.3.2 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão, em virtude de falta de quorum.

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA**1.4.1 – Discursos após a Ordem do Dia**

SENADOR CÉSAR BORGES, como Líder – Destaque para estudo elaborado pelo IPEA denominado “Dívida dos Estados 10 anos depois”, que ressalta o ajuste fiscal na Bahia. 01992

SENADOR EFRAIM MORAIS – Comentários sobre artigo do jornalista Walter Santos, intitulado “Volta a tese do Vice”, acerca do julgamento pelo TSE, do Governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima. 01993

SENADORA ROSALBA CIARLINI – Alerta para crise na segurança pública no Rio Grande do Norte. 01995

SENADOR NEUTO DE CONTO, como Líder – Registro da realização do 9º Congresso do Conselho Mundial de Viagem e Turismo (WTTTC), que ocorrerá em Florianópolis entre 14 e 18 de maio. Registro da participação de S. Exa., em evento sobre o turismo na cidade de Dubai, nos Emirados Árabes. 01996

SENADOR ALVARO DIAS – Comunica apresentação de requerimento de informações ao Mi-

nistro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sobre a venda ao HSBC, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da carteira de financiamentos da linha Finame. 01997

SENADOR **HERÁCLITO FORTES**, como Líder – Manifestação sobre a situação da saúde no Estado do Piauí. Críticas ao projeto de ampliação do Aeroporto Internacional de Teresina anunciado pela Infraero no início do ano. 02002

SENADOR **EDUARDO AZEREDO** – Alerta para a necessidade de campanhas educativas visando diminuir a violência no trânsito. Apelo à Câmara pela aprovação de projeto de sua autoria que obriga a instalação de *airbag* duplo nos automóveis fabricados no Brasil. 02003

SENADOR **MAGNO MALTA**, como Líder – Registro do recebimento de cópia do relatório elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), tratando do combate à pedofilia no Brasil. 02004

SENADOR **VALTER PEREIRA** – Registro de encontro do Presidente do Paraguai com o Governador de Mato Grosso do Sul e o Prefeito de Campo Grande, que resultou em compromisso formalizado daquele país ao pleito do Estado de sediar os jogos da Copa de 2014. Questionamentos sobre a descriminalização da maconha. Divergências acerca das declarações à revista **Veja**, feitas pelo Senador Jarbas Vasconcelos. 02008

SENADOR **JOSÉ AGRIPINO**, como Líder – Questionamento sobre os objetivos da visita do presidente Lula ao Rio Grande do Norte na semana passada. 02012

SENADORA **MARISA SERRANO** – Defesa da candidatura de Campo Grande para ser uma das sedes da Copa do Mundo de 2014. 02015

SENADOR **MARCELO CRIVELLA**, como Líder – Comunica elaboração pelo gabinete de S. Exa., de um Manual de Orientação aos Prefeitos. 02016

1.4.2 – Comunicação

Da Liderança do PSDB no Senado Federal, indicando a Senadora Lúcia Vânia para integrar o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em vaga destinada ao Partido. (Ofício nº 36/2009, de 17 do corrente). *Designação da Senadora Lúcia Vânia para integrar o referido Conselho.* 02018

1.4.3 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, com apresentação das Emendas nºs 2 e 3-PLEN, ao Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque. 02018

1.4.4 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR **JOÃO PEDRO** – Elogios à realização na Venezuela, de referendo que aprovou mudanças constitucionais. Defesa da entrada da Venezuela no Mercosul. 02022

1.4.5 – Comunicação da Presidência

Recebimento de expedientes, da Liderança do PTB no Senado Federal, referentes a indicações e substituições de seus membros nas Comissões Permanentes do Senado. (Ofícios nºs 25, 27, 29, 30, 32, 33, 34, 35 e 36, de 2009, de 17 do corrente). *Designação do Senador **Fernando Collor** para integrar, como titular, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura; e como suplente, a Comissão de Assuntos Econômicos, e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; do Senador **Romeu Tuma** para integrar como titular, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, para integrar, como suplente, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte; a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; do Senador **João Vicente Claudino**, para integrar como titular, a Comissão de Assuntos Econômicos; e como suplente, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte; do Senador **Gim Argello** para integrar, como titular, a Comissão de Assuntos Econômicos; a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; e como suplente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e do Senador **Sérgio Zambiasi** para integrar como titular, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e como suplente, na Comissão de Assuntos Econômicos, e na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.* 02025

1.4.6 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR **FRANCISCO DORNELLES** – Apelo ao governo federal em favor da liberação dos recursos das emendas apresentadas por parlamentares. 02027

SENADOR **FLEXA RIBEIRO** – Críticas ao governo do estado do Pará. Acusação ao governo de usar PAC para promoção da Ministra Dilma Rousseff, que deve ser lançada como candidata do PT à sucessão do presidencial. 02028

SENADOR **INÁCIO ARRUDA** – Comemoração da ampliação da Transnordestina, e registro de visita realizada por S. Exa. às obras da Ferrovia, no Ceará e em Pernambuco. 02033

SENADOR **GILVAM BORGES** – Destaque para o desempenho do PMDB nas eleições de 2008. 02035

SENADOR **MÃO SANTA** – Preocupação com a questão das perdas salariais dos aposentados.. 02037

1.4.8 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Registro da matéria intitulada “Mesmo com a crise, exportação de 2008 no Amapá foi a maior em 10 anos”, publicada no jornal **A Gazeta**, edição de 12 de fevereiro corrente. Registro da matéria intitulada “Governo de São Paulo lança medidas anticrise”, publicada no jornal **A Gazeta Mercantil**, edição de 13 de fevereiro corrente. Registro da matéria intitulada “Auditoria do TCU aponta lentidão nas obras do PAC”, de autoria do jornalista Lúcio Vaz, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 12 de fevereiro corrente. ... 02039

SENADORA *FÁTIMA CLEIDE* – Registro da realização do Fórum Social Mundial, na cidade de Belém do Pará. 02043

1.4.9 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quarta-feira, dia 18, com Ordem do Dia anteriormente designada. 02044

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS ADMINISTRATIVOS

2.1 – Atos do Presidente do Senado Federal

Nºs 17 e 18, de 2009. 02055

2.2 – Ato do Diretor-Geral

Nº 498, de 2009. 02057

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação
CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

12 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 9ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 17 de Fevereiro de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência do Sr. José Sarney, da Sra. Serys Slhessarenko,
dos Srs. Mão Santa, Gerson Camata, Cícero Lucena, Romeu Tuma e Eduardo Azeredo*

*(inicia-se a Sessão às 14 horas, e encer-
ra-se às 21 horas e 18 minutos)*

É o seguinte o registro de compareci-
mento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 17/2/2009 07:31:51 até 17/2/2009 21:20:28

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IOELI SALVATTI	X	
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
P.SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PT	AC	MARINÁ SILVA	X	
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	

Compareceram: 69 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, solicitaria de V. Ex^a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a está inscrito como número um das comunicações inadiáveis.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Como V. Ex^a foi o segundo a chegar aqui para garantir a inscrição para uma comunicação inadiável, solicito a minha inscrição, em terceiro lugar, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Senadora Ideli Salvatti é a terceira inscrita para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14.

Há oradores inscritos.

O número um inscrito é o Senador Paulo Paim. S. Ex^a tem a palavra pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Gerson Camata, que preside esta sessão; Senador Geraldo Mesquita Júnior; Senadora – e sempre líder do nosso partido – Ideli Salvatti; nosso querido Senador Flávio Arns, nossa referência maior na questão dos direitos humanos e pessoas com deficiências; Sr. Presidente, eu quero fazer também aqui, como muitos Senadores já o fizeram, o meu registro sobre o evento que aconteceu aqui na semana passada, do qual cerca de – eu diria – cinco mil, entre prefeitos e vereadores, participaram, com a presença do Presidente Lula, de cerca de trinta Ministros de Estado e também com a presença do Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer.

Confesso que essa semana, Sr. Presidente, recebi em meu gabinete cerca de uma centena de prefeitos e vereadores; muitos recebi lá, no espaço onde atendo a todos, e outros inclusive aqui, no cafezinho do Senado. Tenho uma relação muito boa com os prefeitos do Rio Grande, bem como com os vereadores.

Sr. Presidente, eu entendo que o Governo, com esse evento, teve como objetivo ouvir os prefeitos e vereadores e anunciar sua posição sobre alguns temas. Um deles foi a Medida Provisória nº 457, que dá um

prazo de vinte anos para que as prefeituras possam pagar de forma parcelada as dívidas que têm com a União relativas às contribuições sociais.

Eu confesso, Sr. Presidente, que tenho lá minhas preocupações sobre os parcelamentos das dívidas da Previdência, que, muitas vezes, são de vinte anos; depois, renegocia-se por mais vinte e, depois, mais vinte. Também recebi o apelo dos prefeitos, e só espero que todos os que parcelarem as dívidas paguem corretamente à Previdência, para não criar uma situação de prejuízo para aqueles que são os verdadeiros donos dos recursos da Previdência, que são os aposentados e os pensionistas.

Pela medida provisória, esse parcelamento vai acontecer desde que o pedido seja formalizado até o dia 31 de maio, junto à Receita Federal, que está recebendo os pedidos.

Foi também anunciada a Medida Provisória nº 458/2009, que trata da regularização das terras da Amazônia Legal que ainda pertencem à União.

Outra medida anunciada foi o aporte de recursos no montante de R\$980 milhões junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para os Municípios financiarem compras de equipamentos, tratores e caminhões. Entendo que é uma medida muito, muito positiva e uma demanda inclusive que recebi dos empresários no meu gabinete também. Entendo que essa medida vai fortalecer o mercado interno.

O encontro serviu também para a exposição dos principais programas, projetos e ações do Governo Federal, visando apoiar o gestor municipal, ONGs e empresários.

Sempre defendi a idéia de um Estado com uma visão voltada para o Município, com maior equilíbrio na distribuição de recursos e dos serviços a serem prestados pelos três entes da Federação. Um Estado brasileiro que torne cada vez mais igualitário e eficiente o atendimento em todos os Municípios.

Ninguém tem dúvida de que, nas últimas duas décadas, os Municípios assumiram uma responsabilidade maior em relação às questões sociais e, por isso, o Fundo de Participação dos Municípios aumentou. Entendo que é um caminho para que o Município assuma as suas responsabilidades e, ao mesmo tempo, tenha recursos para sustentar esses benefícios.

Quero dizer, Sr. Presidente, que apresentei a PEC nº 23, de 2005, que é uma proposta que tem como objetivo a regionalização das discussões do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). A idéia é, a exemplo do que já fizemos na capital do nosso Es-

tado, Porto Alegre, na época de Olívio Dutra, de Tarso Genro e de Raul Pont, o orçamento participativo. Esse, agora, numa visão federal. A idéia não é nova, mas se justifica pela proposta democrática que assegura a participação direta do cidadão.

A meu ver, a melhor fórmula de gestão pública é aquela que inclui a participação popular no processo decisório. Uma gestão que permita melhorias no instituto da representação, dotando esse processo de maior legitimidade e eficácia, encurtando, assim, a distância existente entre a preferência e a necessidade da população e a oferta de bens e serviços pelo Estado.

Acredito eu que um orçamento participativo poderá evitar a maior parte dos desvios dos recursos, pois a população saberá fiscalizar e decidir onde se aplica, efetivamente, o dinheiro público. Entendo, também, que o orçamento impositivo tem que ser tornar uma realidade, ou seja, uma vez aprovado definitivamente, tem que ser cumprido. Creio que o Congresso Nacional, dentro das suas competências legais, deve fazer todos os esforços para que o orçamento impositivo se torne realidade.

Sr. Presidente, por fim, quero dizer que, com as minhas emendas individuais, dos 496 Municípios gaúchos, já atendi com emendas 405 Municípios. Destaco ainda que não adotei critério de distribuição de emendas por partido. Esse movimento que fiz foi suprapartidário.

Quero também elogiar o Executivo, pois todas as emendas foram pagas por parte do Executivo Federal, não importando se o partido ou o prefeito, no caso, era de oposição ou da situação.

Quero também dizer que as minhas emendas, tanto na bancada quanto nas Comissões, são destinadas ao combate aos preconceitos, ao ensino técnico, à educação, às pessoas com deficiência, ao meio ambiente, à saúde, emprego, distribuição de renda, segurança e combate à violência, principalmente contra as crianças, adolescentes, mulheres e idosos.

Procuramos sempre ter um olhar universal para que os investimentos públicos sejam tanto na área rural como na área urbana.

Senador Flávio Arns, quero dar um destaque – se me permite ainda – para o Ministério da Agricultura, que tem sido o mais ágil de todos; dos R\$8 ou R\$9 milhões a que eu tinha direito, R\$6 milhões mandei para a área rural. O Ministério da Agricultura liberou todas as emendas, em torno de R\$6 milhões. O Ministério cumpriu corretamente a sua parte, de forma muito ágil.

Até 2010, o meu objetivo, se Deus quiser – eu tenho de estar vivo até lá –, é atender aos outros 91

Municípios restantes. Depois de garantir o direito a todos – repito: seja a prefeitura do PSDB, do DEM, do PT, do PSB, do PCdoB ou do PSOL, não importa a sigla partidária –...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...voltarei ao ponto original, como fiz, baseado no IDH, começando pelos mais pobres, para que todos sejam beneficiados nessa repescagem, como chamo. Adotaremos o IDH, e os mais pobres receberão duas vezes, até que todos possam ser beneficiados.

Senador Flávio Arns, não sei como está meu tempo. Pergunto ao Presidente se posso ainda conceder um aparte. (Pausa.)

O Sr. Flávio Arns (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, é bem rápido. Senador Paulo Paim, grande amigo, grande líder na área de direitos humanos, da igualdade racial, da pessoa com deficiência, do idoso, do agricultor, só quero fazer coro às palavras de V. Ex^a, destacando a presença dos prefeitos em Brasília. Um encontro dos mais importantes, em que todos e todas, prefeitos e prefeitas, com esperança, com vontade de fazer um bom trabalho, necessitam dos recursos para não irem com o pires na mão, toda vez, ao Governo do Estado, seja de que Estado for, ou ao Governo Federal. Tem de haver de fato uma reforma que privilegie o trabalho da ponta, do Município. E destacar a medida provisória que V. Ex^a mencionou, assinada pelo Presidente da República, de repactuação dos débitos da Previdência, dizendo que é muito importante estender essa possibilidade também para as entidades do terceiro setor – saúde, assistência à educação do terceiro setor, de uma maneira geral –, para que haja também mais tranquilidade e mais segurança nessa área. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Flávio Arns. Se a Presidência me permitir mais dois minutos, dentro do tempo regimental, da tolerância – regimental e da tolerância de V. Ex^a.

Presidente Lucena, quero rapidamente informar que, nesse movimento pela aprovação dos três projetos que beneficiam os aposentados e pensionistas, que o Senado já aprovou e que agora estão na Câmara... Quero dar um destaque porque este eu recebi hoje: na Baixada Santista, existe um abaixo-assinado pela aprovação dos três projetos. A lista está rodando as cidades de Santos, São Vicente, Praia Grande, Cubatão, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Guarujá, Bertioga e São Sebastião.

São aproximadamente 1,2 milhão de habitantes na região.

Já no Vale do Paraíba, o abaixo-assinado está nas cidades de Taubaté,...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...Aparecida do Norte, Lorena, Guaratinguetá, São José dos Campos, Pindamonhangaba, Jacareí, Ubatuba e Caraguatatuba. Ali há aproximadamente dois milhões de habitantes.

Na última quarta-feira, aderiram à campanha as cidades de Campinas, Jundiaí, Limeira e Mogi das Cruzes. Ou seja, mais de três milhões de pessoas.

Também, Sr. Presidente, estão organizando, os trabalhadores e aposentados, atividades para convencerem os Deputados a votarem nos seus projetos na cidade de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro, onde estão também colhendo assinaturas. Lá a atividade será no dia 6.

Agradecemos o convite, feito pela Associação de Aposentados e Pensionistas dessa localidade, para eu estar lá.

Agradecemos também o convite feito pelo Conselho Intersindical de Saúde e Seguridade Social de Osasco e Região, onde teremos também uma atividade.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Queremos também agradecer ao Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, que quer fazer uma grande atividade no Rio de Janeiro, e ao Sindicato Nacional dos Trabalhadores, Aposentados, Pensionistas e Idosos, filiado à CUT de Campinas; ao Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

Também quero agradecer às entidades do Paraná, pensionistas e aposentados da Caixa, do Banco do Brasil, do Banestado, do HSBC, da Copel, da Sanepar, da Petrobras, da Telepar, do Banespa, de Itaipu, da Rede Ferroviária e do Bacen, assim como o convite que recebemos da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio para um ato que acontecerá em 3 de abril, em São Paulo.

Sr. Presidente, eu agradeço todos os convites, agradeço também aos trabalhadores, ao Sindicato dos Trabalhadores de Santa Catarina, que também encaminharam pedido para que eu esteja lá. Estamos conversando com a Senadora Ideli Salvatti. Talvez estejamos lá, inclusive numa atividade também com a Polícia Militar do Estado, que gostaria que eu fizesse uma visita à Polícia Militar lá no Estado de Santa Catarina. Vamos fazer o possível para estarmos também lá. O convite foi feito pela Senadora Ideli

Salvatti, e estamos só acertando a data, mas eu me comprometo a ir lá.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Eu agradeço, Senador Paulo Paim, porque V. Exª foi muito pronto quando nós levamos ao conhecimento de V. Exª a situação bastante delicada. Nós tivemos um movimento reivindicatório bastante forte dos praças, cabos e soldados lá do nosso Estado. É um movimento reivindicatório pela aplicação de uma lei de recuperação salarial, e tivemos um impasse muito, muito delicado no final do ano, que acabou gerando...

(Interrupção do som.)

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) –...uma série de comissões; foram abertos inquéritos. Realmente, há um clima de muita intranquilidade, porque todos nós sabemos que, apesar do respeito à hierarquia que deve acontecer, o direito de poder fazer valer as reivindicações também deve ser contemplado. Eu, como parlamentar, me envolvi, estou buscando as soluções e os canais de interlocução entre a Aprasc, Associação dos Praças da Polícia Militar, e o Governo do Estado, porque nós sabemos muito bem que pode haver todo o respeito à hierarquia, e ela deve ser absolutamente preservada, mas quem faz o enfrentamento, ou seja, quem vai para o enfrentamento na hora do “tiro comendo” e das coisas acontecendo, da violência e da necessidade do enfrentamento, são exatamente os nossos cabos, soldados. E, portanto, eles precisam estar tranquilos...

(Interrupção do som.)

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Até para a segurança da própria população, a garantia da tranquilidade dos que executam as ações de segurança precisa estar preservada. Por isso, eu agradeço. Espero que dê certo de a gente organizar o mais rapidamente possível a ida de V. Exª ao Estado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Iremos lá em nome da Comissão de Direitos Humanos, como já fizemos em outros Estados. Ao mesmo tempo que vamos ao presídio, muitas vezes, ver a situação daqueles que estão no cárcere, nós temos obrigação também, nessa mesma linha que V. Exª aqui defendeu, de ver a situação dos policiais militares.

E, com certeza, Senador Flávio Arns, se for ao Paraná, não abrirei mão da sua companhia. Já fica aqui de público ajustado. Santa Catarina e Paraná, por causa de toda aquela região, pelos convites que recebi também do Paraná. Espero que eu possa contar com a presença de ambos.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Gerson Camata, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cícero Lucena, Suplente de Secretário.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Cícero Lucena, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Cumprimento e parabenizo o Senador Paulo Paim por mais esse pronunciamento. Todos nós recebemos muitos *e-mails*, Senador Paim, e, hoje, vou ler dois *e-mails* sobre sua campanha em defesa dos aposentados.

Convidamos para usar da palavra – estamos alternando aqui –, para fazer uma comunicação inadiável, o Senador Flávio Arns, do Partido dos Trabalhadores, do Estado do Paraná. Em todo Partido, há joio e trigo, e S. Ex^a é trigo tipo exportação do seu Partido.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria, nesta comunicação inadiável, de explicar para o Brasil o andamento dos projetos de lei que tratam da filantropia, das entidades do Terceiro Setor. O Primeiro Setor é o público; o Segundo Setor é o particular, o privado, as empresas; e o Terceiro Setor é aquele em que as entidades atuam sem fins lucrativos; é o Setor em que, de acordo com o Código Tributário Nacional – o Senador Geraldo Mesquita está aqui também –, não se dividem lucros, em que todo resultado financeiro positivo é reinvestido na própria entidade, em que os diretores não podem participar de divisão de lucros. Se um dia a entidade do Terceiro Setor acabar, encerrar suas atividades, todo o seu patrimônio tem de ir para uma entidade congênere, com a mesma finalidade, ou para uma entidade pública. É isso o que determina, inclusive, nossa legislação.

Neste Terceiro Setor, estão incluídas, por exemplo, na área da saúde, as Santas Casas, os hospitais filantrópicos – são mais de dois mil hospitais no Brasil. Em torno de 50% do atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) foi realizado nesses hospitais. Quanto às cirurgias de alta complexidade, como transplantes, 70% dessas cirurgias foram feitas, Senador Cícero Lucena, nos hospitais filantrópicos. Na área da assistência social desse Terceiro Setor, estão as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES), as entidades que atendem idosos, crianças

e adolescentes em situação de risco, as pastorais, como, por exemplo, a Pastoral da Criança. Na área da educação, há entidades importantes no Brasil das quais o Poder Público também não pode prescindir em termos de ensino, de pesquisa ou de participação na comunidade.

No início do ano passado, veio um projeto de lei para o Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 3.021. Enviado pelo Executivo para a Câmara dos Deputados, esse Projeto está sendo relatado pelo Deputado Gastão Vieira, com quem tive o prazer e a alegria de conviver quando era Deputado Federal na Comissão de Educação. No meio tempo, foi enviada também, como todos sabem, a Medida Provisória nº 446, que levantou uma polêmica extremamente grande, particularmente naquele aspecto da certificação automática das entidades. Essa Medida foi rejeitada na semana passada na Câmara dos Deputados. Quando essa Medida Provisória foi enviada ao Congresso Nacional para ser apreciada, o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, apresentou o Projeto de Lei nº 462, que está sendo apreciado na Comissão de Assuntos Econômicos, onde tem como Relator o Senador Valdir Raupp, e na Comissão de Assuntos Sociais, cuja decisão é terminativa e onde a Relatoria está sendo feita por mim.

Dentro de um quadro de dificuldades – até dizíamos para fazermos da dificuldade uma oportunidade –, fizemos dezenas de reuniões com pessoas que representavam os movimentos na área da saúde, da assistência e da educação, para que o Projeto de lei refletisse aquilo que a sociedade pensava sobre esse assunto, valorizando quem faz um trabalho sério, bom e necessário, fazendo, quase todas as vezes, seja nos hospitais, na área de educação ou de assistência, aquilo que o Poder Público deveria fazer. Com isso, o Poder Público é levado a reconhecer que não tem o talento, a vocação nem os instrumentos para fazer aquilo que a sociedade realiza.

Dezenas de reuniões foram feitas, foram gastas dezenas de horas muito produtivas, boas. Chegou-se a um texto que reflete o que a sociedade pensa sobre as áreas da saúde, da assistência e da educação, e foram adotados parâmetros bastante semelhantes. Quando se diz, por exemplo, o que vai ser incluído no conceito de gratuidade, as três áreas têm tratamento equivalente, não havendo a necessidade, como o Senador Romero Jucá já havia dito, de Cadastros Nacionais da Pessoa Jurídica (CNPJs) diferentes. Então, é uma entidade só, mas fica claro para onde as entidades vão mandar os processos, para a educação, para

a saúde ou para a assistência, de acordo com o CNPJ dessas entidades.

Ao mesmo tempo, a lei diz como fazer a contabilidade, para que a Receita e os Ministérios possam, de maneira clara, verificar o que está sendo gasto na saúde, na assistência e na educação. Além disso, o próprio Projeto de Lei define quem vai apreciar a certificação, que vão ser os Ministérios-fim, quer dizer, os da Educação, da Saúde e da Assistência, que, dentro de suas especialidades, vão verificar o que os projetos estão apresentando.

O Projeto de Lei também define o que a Receita deve exigir para evitar a confusão que acontece hoje. Muitas vezes, a Receita Federal diz para uma entidade: “Olha, seu estatuto precisa ser modificado, porque nós, da Receita Federal, achamos que não está claro”. Essa é atribuição da Educação, da Saúde ou da Assistência, que vão analisar o mérito do pedido, não é verdade?

Ao mesmo tempo, para se obter essa certificação, são levados para a Educação Básica todos os critérios do Programa Universidade para Todos (ProUni), e se esclarece também o que pode ser considerado como programa de assistência, de apoio à educação.

Então, todos os problemas que as entidades do Terceiro Setor vinham enfrentando foram, de alguma forma, abordados nessas reuniões todas que, como mencionei, consumiram dezenas de horas e foram transportados para o texto da lei. O que desejamos é que esse texto de lei reflita os anseios das Santas Casas, dos hospitais, das Apaes, das pastorais e das entidades de educação, de modo que possam dizer: “Esse Projeto de Lei realmente atende aquilo que a gente vem debatendo no decorrer desses anos todos”.

Tenho estado em contato com o Deputado Gastão Vieira, pessoa competente e sensível aos problemas da área e que se está dedicando bastante também à elaboração do relatório. O mais adequado é que esse Projeto nº 462, do Senador Romero Jucá, que está em duas Comissões do Senado, seja apreciado pelos Senadores, tenha o aval desta Casa e vá para a Câmara dos Deputados, para lá ser incorporado ao Projeto nº 3.021, que é do Executivo. Que o Senador Gastão Vieira, que está relatando, possa fazer a avaliação da matéria junto com os Deputados de todos os partidos e com a sociedade! Que, em seguida, esse projeto nº 3.021 venha para o Senado para ser apreciado!

Então, Sr. Presidente Mão Santa – V. Ex^a também se mostra sempre sensível, solidário com essa área do Terceiro Setor –, penso que podemos dar um passo avan- te, deixando muito claro o que deve acontecer em rela-

ção a essas milhares de entidades. No Brasil, são duas mil Apaes e mais de dois mil hospitais filantrópicos. Há entidades na área da assistência ao idoso, aos meninos de rua, às crianças e aos adolescentes em situação de risco. Há grupos de saúde, dos hemofílicos com AIDs, com diabetes, com problemas renais crônicos etc. São milhares de entidades desse tipo no Brasil.

Todos nós, que somos do Poder Público – Prefeitos, Governadores e Presidente –, deveríamos dizer: “Que bom que a sociedade se organiza, que bom que a sociedade pode ajudar o Poder Público, que bom que a sociedade pode ajudar a construir respeito, dignidade e cidadania para as pessoas!”. Vamos elaborar uma lei que ajude essa sociedade, que coíba o que não é certo, o que não é adequado, a falcatrua, mas que valorize, que prestigie quem faz um bom trabalho.

Então, quero dizer para todos que acompanham a TV Senado e que podem acessar a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal que o texto do Projeto de Lei já está no **site** do Senado, na Comissão de Assuntos Sociais. Isso pode até ser uma espécie de consulta pública em que os todos os setores do Brasil podem olhar, ler, ver, ponderar, mas sabendo que o texto de lá – que ainda não precisa ser o definitivo, pois pode ser ainda mais aprimorado – pode receber sugestões, críticas e considerações de todas as partes do Brasil, para que o produto final seja um produto de que todos possamos nos orgulhar.

Então, essa era a comunicação, Sr. Presidente, que gostaria de fazer. Agradeço-lhe a tolerância também em relação ao tempo. Ainda quero dizer que o Senado tem dado provas permanentes de sensibilidade e de solidariedade. O Senado quer transparência, quer que as coisas sejam feitas de maneira adequada, que culpados sejam punidos, mas que, no Brasil, os bons sejam valorizados como devem ser. Penso que é isso que todos desejamos. E esperamos que esse Projeto de Lei nº 462 e o de nº 3.021, na sequência, possam ser suficientemente bons para que essa nova realidade se concretize no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a traduz a grandeza deste Senado da República, Senador Flávio Arns.

Quero lhe fazer um convite para mostrar o quanto V. Ex^a significa. Acabei de convidar um excelente engenheiro, Cícero Lucena, um homem de alta competência como engenheiro.

Hoje, eu e a Adalgisa vamos homenagear um engenheiro que perdeu a visão com 35 anos de idade,

ele é da banda da Ideli, José Pires. A minha admiração por ele é grande porque desenvolveu a indústria de pesca no Piauí; ensinou, formou muitos jovens. Ele conviveu com Juscelino e foi um dos construtores de Furnas. Mas com 35 anos de idade ele perdeu a visão, hoje tem 70. É uma competência em engenharia tão grande que pedi ao companheiro Cícero Lucena, como engenheiro, para, hoje, conversar ele. E convido V. Ex^a para ver e citar esse homem como exemplo. V. Ex^a que cuida tão bem, que valoriza tanto, que é a luz dos excepcionais do Brasil.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Hoje à noite lá em casa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Presidente Mão Santa, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, o Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem mesmo, quero indagar a V. Ex^a. Não estou acreditando que somente depois do carnaval é que vamos começar efetivamente a trabalhar nas Comissões?! Não estou acreditando!

Então a pergunta que faço a V. Ex^a é se não vamos eleger presidente e vice das Comissões; se não vamos compor as novas Comissões? E até lhe explico o porquê. Sei que poderá vir uma resposta de que o mais velho pode presidir. Mas queria que V. Ex^a ouvisse o meu ponto de vista.

Primeiro, sou um Senador – e acho que maioria – que organiza sua vida de acordo com a Comissão que vai trabalhar ou até a Comissão que vai presidir. Vou dar um exemplo: no PT, temos direito a duas Comissões. Com todo o meu apoio, corretamente, nossa primeira escolha vai ser a Comissão de Infraestrutura, e indicamos a Senadora Ideli Salvatti; a segunda escolha, se for Educação, por decisão da bancada, será o Senador Flávio Arns; se for Assuntos Sociais, caberá a mim presidir. Ora, como fiz na Comissão de Direitos Humanos, eu me programo, eu me organizo. Eu reúno assessores e preparo uma proposta de trabalho para a Comissão. Não dá para esperar o segundo mês, esperar depois do carnaval, quem sabe em março, para sabermos quem efetivamente vai presidir cada Comissão, quem vai ser o vice e qual vai ser a nova composição.

Então o apelo que faço a V. Ex^a é que o Colégio de Líderes se reúna, não importa quem vai ser o pre-

sidente, mas queremos saber quem será o presidente para ele se programar, para se organizar, para ver qual a pauta, neste momento, que ele entende mais adequada para o Congresso Nacional e para a própria sociedade brasileira.

Por isso é que faço um apelo a V. Ex^a: que o Colégio de Líderes se reúna e decida. Vamos respeitar a proporcionalidade e a escolha de todos os partidos. Mas também vamos voltar a trabalhar efetivamente antes do carnaval, senão aquele ditado popular vai cair bem aqui no Senado: nós só voltaremos a trabalhar depois do carnaval.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Deixe-me responder...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, é sobre o mesmo assunto. Se V. Ex^a me...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas eu respondo... É o mesmo assunto?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É o mesmo assunto, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Antes do carnaval não dá. O carnaval já é na sexta-feira agora.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É o mesmo assunto.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – É o mesmo assunto e eu quero inclusive exemplificar, até porque eu tenho uma boa notícia a comunicar ao Plenário também. Nós estamos dependendo de que a Casa efetivamente escolha a presidência e a vice-presidência das Comissões para que possamos tratar, nos espaços adequados, os assuntos que estão acontecendo, que estão andando num ritmo independente da nossa dificuldade política ou seja qual for a dificuldade que está colocada neste momento, para que, até agora, já decorridos... Já estamos entrando na terceira semana do mês de fevereiro sem que as Comissões estejam eleitas.

Um exemplo bem concreto: o Ministério de Minas e Energia publicou agora, no dia 10 de fevereiro, uma portaria para abrir uma consulta popular a respeito do edital de licitação para a questão da energia eólica, que vai acontecer neste ano ainda, se tudo correr bem. Essa consulta pública está aberta, com um prazo muito exíguo, do dia 10 de fevereiro, quando foi assinada a portaria, até o dia 28 de fevereiro, com o carnaval no meio.

Então todos aqueles que têm interesse em apresentar proposta, debater e inclusive apresentar sugestões para essa portaria, para poder fazer com que o leilão seja efetivamente um sucesso – até porque para a energia eólica faz tempo que nós não temos um incentivo, um incremento aqui no Brasil –, todos, portanto, estão angustiados e aguardando que a Comissão de Infraestrutura aqui do Senado se instale, para trazer o debate, para trazer aqui para o Senado aquilo que vai acontecer na Câmara. Amanhã, às 14 horas, o Deputado Paulo Teixeira reúne a Subcomissão de Energias Renováveis para debater essa portaria e o que vai ser apresentado para o Ministério de Minas e Energia alterar. Mas o Senado está impedido de fazer isso porque a Comissão não se instala. Nós não elegemos o presidente e o vice-presidente de todas as Comissões.

Reportei-me, até pela longa companhia, pela longa convivência que tivemos aqui no Senado extremamente positiva, ao Ministro Edison Lobão, preocupada com o fato de o prazo se esgotar logo em seguida ao carnaval, sem que o Senado pudesse participar desse debate.

Já vou concluir, Senador Mão Santa.

E o Ministro Edison Lobão, de pronto, pelo telefone, falou: “Senadora, pode anunciar que, no mínimo, vamos prorrogar por 15 dias o prazo para as sugestões poderem chegar”. No mínimo, 15 dias para que o Senado possa instalar a sua Comissão de Infraestrutura e debater um assunto importante como este do leilão da energia eólica. É uma energia renovável, uma energia limpa, uma energia que pode não só trazer investimentos no sentido de gerar energia como também investimentos para equipamentos.

Tivemos, há pouco tempo, a inauguração de uma empresa argentina no Ceará para produzir equipamentos para a indústria eólica. Mas tem potencialidade no Brasil para isso. Além do mais, a energia eólica pode ser um complemento importante para a energia hidrelétrica, porque chuva e vento podem se complementar de tal forma que, quando estiverem baixos os reservatórios, possa se utilizar mais energia eólica e vice-versa.

Senador Mão Santa, usei a energia eólica como exemplo concreto de algo que está em andamento. E, se não fosse a boa vontade, a sensibilidade do Senador Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, que, atendendo a um apelo que eu fiz por telefone, sinalizou a prorrogação para pelo menos 15 dias, ou seja, pelo menos até a metade de março, o Senado ficaria totalmente ausente de um debate importante e estratégico como esse. Por isso que nós não podemos es-

perar passar o carnaval para eleger essas comissões somente em março.

Portanto, faço minhas as palavras do Senador Paulo Paim: que nós acertemos o que precisa ser acertado, conversemos o que precisa ser conversado, mas que façamos a eleição o mais rapidamente possível, se não no dia de hoje, no mais tardar, até o dia de amanhã.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, pela ordem. É o mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Papaléo, é o mesmo assunto? Porque eu queria responder...

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Não, não vou fazer discurso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas é o mesmo assunto? Eu respondo a eles, e V. Ex^a usa da palavra.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu falo, e V. Ex^a responde para os três. Não há necessidade nenhuma de esperarmos eleição das Comissões para funcionarmos. Se não houver acordo entre os partidos, elas funcionam presidindo o mais antigo, o mais idoso, o mais velho em idade, o que tiver mais idade. Então, isso não é desculpa para as Comissões pararem. Não sei se os partidos já indicaram os membros para cada Comissão. Estando indicados, o Presidente da Casa faz... Automaticamente, elas se instalam. Então, se essa briga por cargos, por direção, por presidência continuar, a gente vai até o final do ano, mas não se deixa de trabalhar.

Agora, os principais responsáveis pela não escolha dos presidentes das Comissões são os líderes partidários, que ainda não entraram num acordo para essa escolha.

Então, eu quero dizer, Sr. Presidente, que isso é muito importante, como disseram o Senador Paim e a Senadora Ideli. Olhem a importância do que ela falou e a importância que ela deu a um assunto de extrema necessidade nacional.

Peço a V. Ex^a, até como Presidente, para que determine que essas Comissões comecem a funcionar, independente de ser de partido “a”, “b” ou “c”, ou seja lá de quem for.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Aliás, Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, é até uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – De novo? Deixe-me responder aos três. Deixe-me responder, assim não tem resposta.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Só um minuto, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas a senhora está respondendo à senhora mesma.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não estou respondendo, estou apenas complementando com mais uma indagação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas já ficou claro, nós já entendemos. Para bom entendedor, meia palavra basta. São muitas palavras.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Os partidos têm a responsabilidade de indicar os membros de cada uma das Comissões. E eu acho que seria importante se nós pudéssemos, inclusive, ter conhecimento de quais partidos já fizeram isso e os que não fizeram, até para termos, Senador, uma ação, junto aos líderes dos partidos que faltam, para termos essa indicação, porque sou da mesma opinião: se não tem acordo político ainda para fazer as eleições sem nenhum trauma, se precisa-se de mais um tempo para conversar, pelo menos, vamos colocar as Comissões para funcionar com o Senador de melhor idade de cada uma das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Então, Papaléo, agradecemos. Por isso, na intimidade, chamo-o de Auro de Moura Andrade. Foi uma dificuldade pós-suicídio de Getúlio: Café Filho, Carlos Luz, acabou sendo Nereu Ramos. E foi o Auro de Moura Andrade...

E V. Ex^a explicou: primeiro, quinta-feira, houve a reunião primeira da Mesa Diretora. Estávamos presentes nós, da Mesa Diretora, Cícero Lucena, que aí está, Camata e Heráclito Fortes, dos que estão aqui. E quero dizer o seguinte: o Presidente Sarney foi claro, encaminhamos todos. Inclusive, Paim, o clamor de V. Ex^a para a continuação da sua salvadora medida que derruba o fator redutor dos aposentados foi discutido.

Então, o Presidente Sarney determinou que, regimentalmente, os mais velhos liderassem as Comissões. E competia aos partidos substituir os membros que quisessem. A Mesa só recebeu correspondência do PDT, do PSDB, do Bloco do Governo, do DEM. Faltam da maioria e do PTB. Então, elas não tiveram interrupção. E tanto é verdade que se avançou tanto que, nessa primeira reunião, um dos compromissos do pronunciamento do nosso Presidente Sarney foi o de criar uma Comissão para acompanhamento da crise econômica mundial. E ela foi criada. V. Ex^a, Pedro Simon, é um dos membros. Criaram também uma Comissão para atualizar o Regimento, que é antigo. Está aí o Camata, que vai liderar esse processo. E

ele determinou que os mais velhos, de acordo com o Regimento, continuassem o trabalho das Comissões.

Eu pediria só a compreensão, porque, às 15 horas, ele nos convidou a receber o Presidente da Colômbia. Aí eu convidarei, regimentalmente, um dos mais velhos a continuar a presidir enquanto vamos receber o Presidente.

Com a palavra, o Senador Pedro Simon. E os meus cumprimentos pessoais, não como da Mesa mas como do PMDB, por aquele pronunciamento, num momento muito difícil, de paz partidária.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, assisti à manifestação do Senador Paim. O noticiário da imprensa de ontem e de hoje, dizendo que as nomeações não estão saindo pela confusão de indicação, ficou muito, muito mal para o Senado. A Comissão de Relações Exteriores cabe ao PSDB, porque é a terceira Comissão, e o PSDB é a terceira bancada. Mas há o compromisso com um Parlamentar do PTB na eleição da Mesa; então, não sai decisão.

Há um problema que acho ridículo: a Senadora Líder do PT durante quatro anos – e não sei por que a Senadora deixou o cargo, pois deveria continuar ali por mais quatro anos, porque é muito brilhante; parece-me que cansou – está sendo indicada para Presidente da Comissão de Obras. Aí a imprensa publica que quiseram indicá-la para outra Comissão: “A senhora vá para a Comissão de Educação”. E o que li no jornal é que a Senadora disse: “Mas a Comissão de Educação? Em Santa Catarina, todo mundo olha para minha cara e diz “educação”, porque sou professora a vida inteira. Eu gostaria da Comissão de Obras, para mostrar que tenho capacidade”. A Senadora está absolutamente certa. Não se faz a indicação, porque o PMDB teria indicado outro nome. Então, quem vai ser? Vai ser esse ou vai ser aquele?

Na Comissão de Economia, há uma indicação por parte do PMDB. Era para o Senador Garibaldi ir para a Comissão de Relações Exteriores, mas o PMDB, até num gesto bonito, abriu mão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e fez a indicação da Comissão de Economia. Então, o Senador Garibaldi vai para a Comissão de Economia, e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania contaria com o Demóstenes – aliás, cá entre nós, uma excepcional indicação.

E a confusão está por aí. E quem lê o noticiário na imprensa tem de rir, porque parece impossível. Ainda estão dizendo que há uma briga por que, agora, dois terços vão ser candidatos. Então, os candidatos querem ser presidentes de Comissão por que são candidatos.

Isso não pode ocorrer, Sr. Presidente! Na Câmara, em que a situação é muito mais complicada – são 513 Deputados, e todos são candidatos –, já se acertou. E nós, aqui, ainda estamos nessa interrogação.

Discordo do Senador Paim. O Senador Paim está exagerando. Não dá para resolver esse problema antes do carnaval, mas penso que, pelo menos, até a quarta-feira de cinzas, a gente possa resolver a questão. Ficarei satisfeito se, na quarta-feira de cinzas, a questão já estiver resolvida. Do contrário, isso só se resolverá quarenta dias depois, após a Semana Santa, e aí é um exagero! Então, discordo do Senador Paim: até o carnaval, não dá para resolver isso – o carnaval já é na sexta-feira –, mas, até a quarta-feira de cinzas, é uma boa. Não admito esperar a sexta-feira da Paixão, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, nós todos reconhecemos que V. Ex^a é a luz da experiência, mas isso já foi dirimido. O Senado foi mais sábio: procurou a proporcionalidade. E, nisso aí, houve erros. Querem que eu dê um exemplo? Pedi à Casa, a todos os companheiros, votos para o 2º Secretário. Fiz meus cálculos: na hora, muda gente de partido, e se enganam no cálculo. Mas aí não houve problema. Era eu e o João Vicente, e ninguém discutiu, quer dizer, havia proporcionalidade. E isso dá a mesma coisa. Mas isso é natural, houve mudança, a proporcionalidade... Houve um probleminha em uma Comissão.

Então, o Senado está buscando o entendimento, está andando bem, e convido os que são da Mesa a receber o presente.

Agradeço a paciência ao Senador Cícero Lucena, que está inscrito como orador. Aliás, S. Ex^a não estava inscrito, não; falará por cessão minha, em respeito a essa liderança muito importante para o Nordeste: foi extraordinário Vice-Governador, foi Governador em momento muito difícil do seu Estado, foi extraordinário Prefeito e, talvez, seja o melhor Ministro da Integração Regional – pelo menos para o Piauí o foi; tenho de dizer isso, em gratidão.

V. Ex^a pode usar da palavra, Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado Sr. Presidente.

Hoje, na Paraíba, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vamos ter um registro histórico. Sem dúvida, a TV Justiça vai bater recorde de audiência quando transmitir o processo que está naquela Corte, no Tri-

bunal Superior Eleitoral, da possível cassação do Governador Cássio Cunha Lima.

Muito se fala, muito já se ouviu dizer na imprensa, até mesmo em pronunciamentos – cada lado fala, defende e diz –, sobre o que acham desse processo. Mas a Paraíba toda está numa ansiedade muito grande, porque ela é testemunha do que vem ocorrendo no nosso Estado nos últimos seis anos e da forma como o Governador Cássio vem governando aquele nosso querido Estado.

Aqui, tenho o pronunciamento do Governador, na abertura dos trabalhos legislativos da Assembleia Legislativa da Paraíba. Não o lerei todo, mas gostaria de registrar algumas partes deste discurso, deste pronunciamento, até para que o Brasil possa compreender a realidade e a verdadeira história do momento paraibano.

Disse o Governador:

A história registrará que o Legislativo da Paraíba, nesses dois anos passados, em momento algum, faltou com a sua compreensão dos grandes problemas de nosso Estado e jamais negou a sua colaboração às soluções propostas e às providências viáveis.

Permitam-me a Mesa e os Srs. Deputados estender esse registro aos demais Poderes e Órgãos constituídos da Paraíba, além do Legislativo: ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas do Estado, que, reunidos e integrados na Comissão Interpoderes, sem prejuízos de suas missões e prerrogativas específicas, têm partilhado decisões e assumido solidariamente políticas de Estado, sempre que a gravidade das circunstâncias tem exigido o exercício da colegialidade política e administrativa.

Essa corresponsabilidade, por seus representantes, tem sido mais que um exemplo prático de que a Paraíba deve e pode estar acima de nossas divergências e muito além de nossas conveniências. A unidade que a Comissão Interpoderes tem demonstrado nem significa submissão nem abdicação de pontos de vista, mas tão-somente o entendimento de que, por delegação das urnas ou por quaisquer outras investiduras legais, todos – rigorosamente todos – somos cor–responsáveis, diante de uma sociedade e da história, pela solução dos problemas de nosso Estado e por seu principal desafio: melhorar a vida e aumentar as perspectivas de futuro de cada paraibano, sobretudo de quem mais precisa.

O Estado não se resume ao Executivo.

Aos que conosco têm dividido tribunas e trincheiras e partilhando sonhos, ideais e provações, reiteramos a certeza de que nada nem ninguém nos haverá

de separar, enquanto forem comuns os objetivos maiores que nós traçamos: construir o desenvolvimento da Paraíba e melhorar a vida dos paraibanos. Estamos blindados à intriga e à divisão.

Aos novos Prefeitos, convocou o Governador, que assumiram seus cargos a meros 30 dias, reitero o compromisso seguido até aqui de estabelecer relações institucionais respeitadas com todos eles, independentemente de sua filiação partidária. Acabaram as disputas partidárias, agora, é união e trabalho por cada município e por toda a Paraíba. Acabou a campanha eleitoral. Começa agora o trabalho em favor de suas cidades.

Já temos um calendário eleitoral que consome praticamente um quarto de cada mandato. Não podemos ampliá-lo ainda mais, sob pena de transformar o exercício do mandato em mero exercício da política-gem mais fútil e estéril.

Aos sindicatos e associações de servidores, ao movimento social e a toda a sociedade, renovo o compromisso que temos seguido como prática administrativa, dia a dia, ano a ano: vamos trilhar os mesmos caminhos da negociação, do diálogo permanente e da mais ampla tolerância democrática. Nenhum sindicato ou entidade de classe deixou de ser recebido pelo Governo; nenhum deixará de ser recebido.

As portas do Palácio e da Administração sempre estiveram e estarão escancaradas para o entendimento.

Como outros visionários da história, também sonho com o dia em que a Paraíba possa superar o estágio de visões exacerbadas, possa distinguir o tempo de colher e a hora de semear. Sonho com o dia em que as mãos se estendam não para o retesamento e a guerra, mas para o acolhimento e a construção; sonho com uma Paraíba que enfrente e combata problemas, e não pessoas. Mais do que um sonho, tenho a mais viva convicção de que a nossa Paraíba aprenderá a conviver com os contrários.

Apesar de todos os percalços e do inegável sofrimento pessoal no ano que passou, pelas razões e circunstâncias que todos conhecem e que a Paraíba, solidariamente, ajudou-me a vencer, 2008 foi um ano que nosso Estado não esquecerá, pela consolidação de conquistas administrativas e do ajuste fiscal que conquistamos e que, por dever de justiça, o Executivo partilha com todos os demais Poderes e Órgãos.

Deus nos permitiu que o sofrimento pessoal não contaminasse o roteiro administrativo, e o ano terminou com marcos administrativos e fiscais que a Paraíba ainda não vira no passado recente.

Pela primeira vez, em muito tempo, o ano terminou com todas as obrigações dos servidores rigorosamente quitadas. Os salários de novembro e de dezembro, além do décimo-terceiro salário, pagos ainda antes do Natal; os débitos com fornecedores foram praticamente zerados, e há apenas seis anos, em 2003, havia uma dívida de curto prazo superior a R\$900 milhões para um caixa de meros R\$3 milhões.

O ajuste fiscal que se conseguiu não começou no ano passado, nem no anterior, mas em 2003. Foi longo e penoso. E, por mais que os números sejam expressivos, não nos permitem negligenciar os controles dos gastos públicos, muito menos imaginar que estamos imunes a percalços e crises, sobretudo à crise financeira que toma vulto no mundo, sem que se saiba sua real dimensão nem se anteveja sua verdadeira duração.

O controle de gastos vai continuar; a responsabilidade fiscal será redobrada. O Governo não cederá à tentação de julgar que os superávits que construímos com muito sofrimento e incompreensões múltiplas são permanentes e indestrutíveis.

Qualquer que seja a abordagem, os números são expressivos e dão bem a dimensão dos desafios que a Paraíba superou: contra um déficit primário de R\$37 milhões, em 2002, a Paraíba somou um superávit primário de R\$332 milhões em dezembro do ano passado; contra um déficit nominal de R\$240 milhões, em 2002, registramos um superávit nominal de R\$172 milhões no final do último exercício.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Cícero Lucena, peço até perdão por interrompê-lo, mas é que assumi um compromisso com o Presidente, de receber o Presidente da Colômbia, agora, às 15h. Convidaria todos que fazem parte da Mesa Diretora e do Mercosul, Geraldo Mesquita e Pedro Simon. E V. Ex^a Senador Romeu Tuma, que merece os aplausos do Senado, do Congresso e da democracia, passa a presidir a Casa. O nosso Corregedor engrandece e torna este um dos melhores Senados da República.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Obrigado.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB.) – Com os dados de 2008, pode-se reafirmar que, desde 2005, a Paraíba se situa entre as poucas unidades da Federação, incluindo a União, que alcançam resultado nominal positivo, ou seja, cobre com a sua receita, no exercício, todas as despesas, incluindo-se os pagamentos de juros, encargos e amortização da dívida.

Em 2003, para cada real arrecadado, a Paraíba devia R\$1,40. Essa relação caiu, hoje, a menos da metade: meros R\$0,60. Em 2003, na verdade, a dívida

chegou a comprometer 14,8% da receita líquida real do Tesouro. No ano seguinte, em 2004, o percentual ainda foi praticamente o mesmo: 14,7%, exigindo do Governo e da Paraíba sacrifícios redobrados, para honrar os compromissos da dívida.

Já, em 2008, Senador Gerson Camata, graças ao superávit primário e ao esforço de amortização da dívida que fizemos, o comprometimento caiu para 7,2%, um percentual perfeitamente administrável.

Ninguém imagine que foi fácil. Deus sabe – e a história haverá de registrar – todo o imenso sacrifício pedido à Paraíba e o desgaste político, eleitoral e pessoal que medidas de enxugamento de estruturas terminam por acarretar.

Cortamos mais de três mil cargos comissionados; impusemos ao Governo e ao próprio Governador limites muito estreitos,...

(Interrupção do som.)

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Muito obrigado. ...para a nomeação de comissionados. A Paraíba tem limites e limites muito rígidos.

Outras medidas tiveram menos impacto de opinião pública, mas igual importância na execução orçamentária:

- implantamos uma Central de Compras, que passou a centralizar as compras de bens e serviços na Administração Direta. A economia é crescente e sempre contada na casa de dezenas de milhões. De 2006 para cá, registramos 223 milhões que foram economizados;

- Adotamos novo sistema de recursos humanos, que permite a integração entre a gestão de recursos humanos e a folha de pagamentos;

- executamos o Programa de Qualificação Total do Servidor, através da Escola Pública do Estado;

- promovemos uma ousada reforma administrativa, que, com certeza, penalizou pessoas, mas foi absolutamente indispensável para que o Estado pudesse se manter. Sem essa reforma, não apenas não teria havido ajuste, como só Deus sabe em que pântanos de dívidas estaríamos hoje imobilizados.

Os reflexos na execução orçamentária foram imediatos: mesmo com a expansão dos serviços e dos quadros do nosso Estado, mesmo com a nomeação dos novos concursados, mesmo com todos os reajustes e benefícios concedidos ao funcionalismo, como ainda não se vira nos anos recentes, a folha e os encargos

de pessoal caíram de 64,96%, em 2003, para meros 57,5% sobre a receita corrente líquida, um percentual absolutamente dentro dos limites de prudência da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O PIB da Paraíba, em 2007, cresceu 6,7%, mais que o PIB do próprio Brasil, que se expandiu 4%. Foi o quarto maior crescimento do País.

Os dados são do IBGE, que atesta, ainda, outro dado positivo para a economia paraibana: no acumulado dos últimos anos, a Paraíba foi o Estado que mais cresceu no Nordeste. Aumentou a arrecadação do ICMS, que fechou o ano de 2008 com o volume expressivo de mais de R\$1 bilhão e 927 milhões.

A variação nominal foi de 14,87%, com um crescimento real de 8,73%. A média de arrecadação passou de R\$139 milhões para R\$160 milhões.

A Paraíba reduziu a pobreza em 22%. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, com dados do IBGE, fomos o Estado que mais reduziu a pobreza na região.

O nosso IDH já é igual ao do Estado querido, vizinho, Pernambuco. A Paraíba já é o segundo Estado mais competitivo do Nordeste. Nos últimos 12 meses, o comércio varejista cresceu 26%, apresentando o melhor desempenho em relação aos Estados do Brasil.

A Paraíba é o sexto Estado na redução da mortalidade infantil.

O nosso Estado apresenta uma das melhores relações polícia/população de todo o Brasil. Na outra ponta, pode exibir uma das menores relações homicídios/habitantes.

Segundo as revistas nacionais mais acreditadas, a Paraíba foi o Estado que mais e melhor cumpriu as metas estabelecidas para a educação no ano passado.

Mais que “inevitável”, o ajuste de nossas contas era inadiável. A Paraíba não continuaria descumprindo metas fiscais estabelecidas com o Tesouro Nacional, como o fizera no início da década, sob pena de graves sanções administrativas.

Felizmente, a Paraíba conseguiu fazer o dever de casa. E, com a casa arrumada, pôde executar ações, programas e investimentos, responsáveis pelos indicadores sociais e econômicos, que sustentam o atual momento de nossa economia e da nossa cidadania, e viabilizam um ambicioso programa de investimento, que, evidentemente, não é tudo o que queremos, sequer o que necessitamos, mas é tudo o que podemos.

João Pessoa, por exemplo, pode-se orgulhar de ter, hoje, sua área litorânea saneada, escapando à mazela urbana que estigmatiza grande parte das capitais litorâneas do Brasil, de belas praias com águas poluídas.

João Pessoa saltou de 52% para 82% de área saneada, um dos maiores índices da região. Campina Grande está quase 100%.

Só na infraestrutura de água e esgotos, investimos, no ano passado, precisos R\$44,6 milhões, dos quais R\$17 milhões de recursos próprios e o restante proveniente de convênios.

Com recursos próprios, concluímos, no ano passado, entre muitas obras, a expansão de serviços de água e esgoto em Cajazeiras, Campina Grande, Catolé, além de outras cidades.

No Estado inteiro, a área com esgotamento sanitário dobrou de 26% para 52%, com obras em 152 Municípios.

É um dos maiores programas de saneamento do Brasil!

Sem dúvida, em seis anos, o Governo do Estado levou mais água para quase cem cidades na Paraíba. Grandes adutoras, como a do Congo, a de Lagoa Seca, a de Matinhas e a de Santana dos Garrotes foram construídas em todo o Estado; outras 12 estão em construção, inclusive o sistema adutor de Acauã, a adutora de Capivara, que foi inaugurada no último sábado, a de Guarabira-Araçagi e a de Maçaranduba, que também foi inaugurada na última segunda-feira, além da de Patos-Assunção.

Já temos mais de 1,5 milhão de habitantes diretamente beneficiados. Esperamos poder aumentar ainda mais esse universo, não apenas com o sistema adutor de Acauã, mas graças também a outras adutoras já em andamento.

Um dos grandes desafios que temos pela frente é o de preparar o Estado para receber e distribuir as águas da transposição do Rio São Francisco, que já devem chegar à Paraíba a partir de 2010.

Tenho a mais viva convicção de que nada abalará a determinação política do Presidente de concluir essa obra, apesar de todas as pressões. As águas da transposição perenizarão a certeza de abastecimento das regiões e das grandes cidades, como Campina Grande e todo o Compartimento da Borborema.

Ainda nos primeiros meses do Governo, subsidiamos a água tratada e o esgoto sanitário para quem precisa, reduzindo a tarifa do esgoto em até 60%. Criamos a tarifa social, que pode beneficiar, com taxas diferenciadas, cerca de um milhão de pessoas.

Sem água de qualidade e sem esgoto tratado, não há índices de saúde que se mantenham; sem investimento em infraestrutura, não há melhoria de indicadores econômicos e sociais, não há atração,

manutenção ou expansão de grandes empresas. O êxito do Estado em trazer para a Paraíba grandes indústrias, por exemplo, só foi possível por expansão de nossa rede de gasodutos, bem como a ampliação da nossa infraestrutura.

Há quatro anos, a Paraíba já tem um sistema de distribuição de gás natural de 250 quilômetros, quase quatro vezes superior ao que havia em 2002. A PBGÁS já está presente em 12 Municípios, inclusive com ligações domiciliares.

O parque eólico instalado em Mataraca já está em expansão. A Paraíba não descuida de utilizar fontes alternativas para gerar e garantir a energia de que precisamos.

O investimento em infraestrutura melhorou substancialmente a nossa malha viária, que está crescendo e melhorando.

O Governo Federal está duplicando a BR-101, entre Natal e o Estado de Sergipe, e os primeiros quilômetros entre João Pessoa e Recife já foram liberados.

Está pronta para a inauguração a duplicação da BR-230, em uma parceria do Governo do Estado com o Governo Federal.

Já terminamos o estudo para criar o Empório Paraíba, na cidade de Cajá. Já construímos ou reconstruímos, em seis anos, quase 800 quilômetros de rodovia, e já superamos a marca dos três mil quilômetros de restauração de estradas de terra. Inauguramos, ontem, a estrada Taperoá–Desterro–Teixeira, bem como Souza–São Miguel–São José de Lagoa Tapada. Com o empréstimo internacional, esperamos fazer um dos maiores programas rodoviários da história da Paraíba.

Sr. Presidente, a mensagem retrata um pouco da realidade que a Paraíba está vivendo e tomaria muito tempo do Senado. Assim sendo, peço a V. Ex^a que o meu pronunciamento conste, na íntegra, dos Anais do Senado.

Mas, que todo o Brasil tenha a certeza de que, na expectativa de hoje à noite, pedimos, com a fé que nós temos em Deus, e a confiança na justiça dos homens, para que seja preservado o direito sagrado da democracia: de quem tem mais voto é quem possa governar o Estado da Paraíba.

O meu muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR CÍCERO LUCENA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DISCURSO**Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa,
na Abertura da Sessão Legislativa, em 01/02/2009.**

Minhas Senhoras, meus Senhores,

Hoje, é um dia de festas para o Poder Legislativo, para a Paraíba e suas instituições. Toma posse, neste primeiro de fevereiro, a nova Mesa Diretora desta Casa, obedecendo aos resultados de uma eleição democrática, legítima e absolutamente transparente, que apenas consagrou a vontade da maioria.

Cada vez que se respeitam os resultados de um pleito, se consolida a democracia, ganham as instituições. Com a eleição de ontem e a posse de hoje, está ganhando a Paraíba.

Ao cumprimentar os novos dirigentes da Casa, devo registrar que a Mesa anterior, competentemente presidida pelo Deputado Artur Cunha Lima, nos dois anos passados, tem muito a comemorar, como se conclui do que ouvimos agora.

A mim, cabe, por registro de justiça, acrescentar que esta Assembleia encerrou seus trabalhos de 2008 sem uma única matéria pendente de votação. Felizmente, já nem é a primeira vez que faço tal registro, mas me orgulha repeti-lo. Quanto mais o pudermos fazer, mais se estará consolidando uma feliz tradição de rara eficiência e de raríssima solidariedade e corresponsabilidade de nossa Assembleia.

A história registrará que o Legislativo da Paraíba, nesses dois anos passados, em momento algum, faltou com sua compreensão dos grandes problemas de nosso Estado e jamais negou sua colaboração às soluções propostas e às providências viáveis.

Permitam-me a Mesa e os Senhores Deputados estender esse registro aos demais Poderes e Órgãos constituídos da Paraíba, além do Legislativo: ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado, que, reunidos e integrados na Comissão Interpoderes, sem prejuízos de suas missões e prerrogativas específicas, tem partilhado decisões e assumido solidariamente políticas de Estado, sempre que a gravidade das circunstâncias tem exigido o exercício da colegialidade política e administrativa.

Essa corresponsabilidade, por seus representantes, tem sido mais que um exemplo prático de que a Paraíba deve e pode estar acima de nossas divergências e muito além de nossas conveniências. A unidade que a Comissão Interpoderes tem demonstrado nem significa submissão nem abdicação de pontos de vista, mas tão-somente o entendimento de que, por delegação das urnas ou por quaisquer outras investiduras legais, todos – rigorosamente todos – somos corresponsáveis, diante da sociedade e da história, pela solução dos problemas de nosso Estado e por seu principal desafio: melhorar a vida e aumentar as perspectivas de futuro de cada paraibano, sobretudo de quem mais precisa.

O Estado não se resume ao Executivo.

Aos que conosco têm dividido tribunas e trincheiras e partilhado sonhos, ideais e provações, reiteramos a certeza de que nada nem ninguém nos haverá de separar, enquanto forem comuns os objetivos maiores que nós traçamos: construir o desenvolvimento da Paraíba e melhorar a vida dos paraibanos. Estamos blindados à intriga e à divisão.

Aos novos Prefeitos, que assumiram seus cargos há meros 30 dias, reitero o compromisso seguido até aqui, de estabelecer relações institucionais respeitadas com todos eles, independentemente de sua filiação partidária. Acabaram as disputas partidárias, agora, é união e trabalho por cada município e por toda a Paraíba; acabou a campanha eleitoral, começa agora o trabalho em favor de suas cidades.

Já temos um calendário eleitoral que consome praticamente um quarto de cada mandato, não podemos ampliá-lo ainda mais, sob pena de transformar o exercício do mandato em mero exercício da politicagem mais fútil e estéril.

Aos sindicatos e associações de servidores, ao movimento social e a toda a sociedade, renovo o compromisso que temos seguido como prática administrativa, dia a dia, ano a ano: vamos trilhar os mesmos caminhos da negociação, do diálogo permanente e da mais ampla tolerância democrática. Nenhum sindicato ou entidade de classe deixou de ser recebida pelo Governo; nenhum deixará de ser recebido.

As portas do Palácio e da Administração sempre estiveram e estarão escancaradas para o entendimento.

Como outros visionários da história, também sonho com o dia em que a Paraíba possa superar o estágio das divisões exacerbadas, possa distinguir o tempo de colher e a hora de semear; sonho com o dia em que as mãos se estendam não para o retesamento e a guerra, mas para o acolhimento e a construção; sonho com uma Paraíba que enfrente e combata problemas e não pessoas. Mais que um sonho, tenho a mais viva convicção de que nossa Paraíba aprenderá a conviver com os contrários.

Apesar de todos os percalços e do inegável sofrimento pessoal no ano que passou, pelas razões e circunstâncias que todos conhecem e que a Paraíba solidariamente me ajudou a vencer, 2008 foi um ano que nosso Estado não esquecerá, pela consolidação de conquistas administrativas e do ajuste fiscal que conquistamos e que, por dever de justiça, o Executivo partilha com todos os demais Poderes e Órgãos.

Deus nos permitiu que o sofrimento pessoal não contaminasse o roteiro administrativo, e o ano terminou com marcos administrativos e fiscais que a Paraíba ainda não vira no passado recente.

Pela primeira vez, em muito tempo, o ano terminou com todas as obrigações com os servidores rigorosamente quitadas. Os salários de novembro e dezembro, além do décimo-terceiro salário pagos ainda antes do Natal; os débitos com fornecedores foram praticamente zerados, e, há apenas seis anos, em 2003, havia uma dívida de curto prazo superior a R\$ 900 milhões para um caixa de meros R\$ 3 milhões.

O ajuste fiscal que se conseguiu não começou no ano passado, nem no ano anterior, mas em 2003. Foi longo e penoso. E, por mais que os números sejam expressivos, não nos permitem negligenciar os controles dos gastos públicos, muito menos imaginar que estamos imunes a percalços e crises, sobretudo à crise financeira que toma vulto no mundo, sem que se saiba sua real dimensão nem se anteveja sua verdadeira duração.

O controle de gastos vai continuar; a responsabilidade fiscal será redobrada. O Governo não cederá à tentação de julgar que os superávits que construímos com muito sofrimento e incompreensões múltiplas são permanentes e indestrutíveis.

Qualquer que seja a abordagem, os números são expressivos e dão bem a dimensão dos desafios que a Paraíba superou:

Contra um déficit primário de R\$ 37 milhões, em 2002, a Paraíba somou um superávit primário de R\$ 332 milhões em dezembro do ano passado; contra um déficit nominal de R\$ 240 milhões em 2002, registramos um superávit nominal de R\$ 172 milhões ao final do último exercício.

Com os dados de 2008, pode-se reafirmar que, desde 2005, a Paraíba se situa entre as poucas unidades da Federação, incluindo a União, que alcançam resultado nominal positivo. Ou seja, cobre, com sua receita, no exercício, todas as despesas, incluindo-se os pagamentos de juros, encargos e amortização da dívida.

Em 2003, para cada real arrecadado, a Paraíba devia R\$ 1,40. Essa relação caiu hoje a menos da metade: meros 60 centavos. Em 2003, na verdade, a dívida chegou a comprometer 14,8% da receita líquida real do Tesouro. No ano seguinte, em 2004, o percentual ainda foi praticamente o mesmo: 14,7%, exigindo do Governo e da Paraíba sacrifícios redobrados, para honrar os compromissos da dívida.

Em 2008, graças ao superávit primário e ao esforço de amortização da dívida que fizemos, o comprometimento caiu para 7,2%, um percentual perfeitamente administrável.

Ninguém imagine que foi fácil. Deus sabe – e a história haverá de registrar – todo o imenso sacrifício pedido à Paraíba e o desgaste político, eleitoral e pessoal que medidas de enxugamento de estruturas terminam por acarretar.

Cortamos mais de 3 mil cargos comissionados; impusemos ao Governo e ao próprio Governador limites muito estreitos para a nomeação de comissionados. A Paraíba tem limites e limites muito rígidos.

Outras medidas tiveram menos impacto de opinião pública, mas igual importância na execução orçamentária:

- Implantamos uma Central de Compras, que passou a centralizar as compras de bens e serviços na Administração Direta. A economia é crescente ano a ano e sempre contada na casa das dezenas de milhões. De 2006 para cá, já registramos 223 milhões 697 mil 877 reais e 40 centavos economizados;

- Adotamos novo sistema de recursos humanos, que permite a integração entre a gestão de recursos humanos e a folha de pagamentos;
- Executamos o Programa de Qualificação Total do Servidor, através da ESPEP;
- Promovemos uma ousada reforma administrativa, que, com certeza, penalizou pessoas, mas foi absolutamente indispensável para que o Estado pudesse se manter. Sem essa reforma, não apenas não teria havido ajuste, como só Deus sabe em que pântanos de dívidas estaríamos hoje imobilizados.

Os reflexos na execução orçamentária foram imediatos: mesmo com a expansão dos serviços e dos quadros do Estado, mesmo com a nomeação dos novos concursados, mesmo com todos os reajustes e benefícios concedidos ao funcionalismo, como ainda não se vira nos anos recentes, a folha e os encargos de pessoal caíram dos 64,96% de 2003 para meros 57,5% sobre a receita corrente líquida, em 2008 – um percentual absolutamente dentro dos limites prudenciais da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dura e estreita, a Lei de Responsabilidade Fiscal é o parâmetro que nos cabe seguir. Entendemos, todavia, que práticas de responsabilidade fiscal não impedem nem excluem políticas de desenvolvimento. Nosso ajuste nem se fez à custa da prestação de serviços aos que mais precisam nem por medidas de entesouramento inconsequente. A Paraíba equilibrou suas finanças, ajustou o presente, sem jamais hipotecar seu futuro e seu desenvolvimento. Ao contrário.

O PIB da Paraíba, em 2007, cresceu 6,7%, mais que o PIB do próprio Brasil, que se expandiu 4%. Foi o quarto maior crescimento do país.

Os dados são do IBGE, que atesta, ainda, outro dado positivo para a economia paraibana: no acumulado dos últimos anos, a Paraíba foi o Estado que mais cresceu no Nordeste.

Aumentou a arrecadação do ICMS, que fechou o ano de 2008 com o volume expressivo de mais de R\$ 1 bilhão e 927 milhões. A variação nominal foi de 14,87%, com um crescimento real de 8,73% sobre o ano anterior.

A média mensal de arrecadação passou de R\$ 139 milhões para R\$ 160 milhões em 2008.

A Paraíba reduziu a pobreza em 22,06%. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, com dados do IBGE, fomos o Estado que mais reduziu a pobreza na região.

Nosso IDH já é igual ao de Pernambuco. A Paraíba já é o segundo Estado mais competitivo do Nordeste.

Nos últimos doze meses, o Comércio Varejista da Paraíba cresceu 26,12%, apresentando o melhor desempenho em relação a todos os Estados do Brasil. O crescimento de nosso comércio varejista superou em 16,1 pontos percentuais o crescimento médio do Brasil, de 10,1% no mesmo período.

Até o final do ano passado, a Paraíba cresceu 55.247 mil novos empregos de carteira assinada em seis anos – o que representa uma injeção direta de salários de R\$ 300 milhões mensais, mais de R\$ 3,5 bilhões a cada ano.

A Paraíba é o sexto Estado do Brasil na redução da mortalidade infantil.

Nosso Estado apresenta uma das melhores relações policial/população de todo o Brasil. Na outra ponta, pode exibir uma das menores relações homicídios/habitantes.

Segundo as revistas nacionais mais acreditadas, a Paraíba foi o Estado que mais e melhor cumpriu as metas estabelecidas para a educação, no ano passado.

Mais que inecitável, o ajuste de nossas contas era inadiável. A Paraíba não continuaria descumprindo metas fiscais estabelecidas com a Secretaria do Tesouro Nacional, como o fizera no início da década, sob pena de graves sanções administrativas e completa asfixia financeira.

Felizmente, a Paraíba conseguiu fazer o dever de casa. E, com a casa arrumada, pôde executar ações, programas e investimentos responsáveis pelos indicadores sociais e econômicos que sustentam o atual momento de nossa economia e de nossa cidadania e viabilizam um ambicioso programa de investimentos, que evidentemente não é tudo o que queremos, sequer o que necessitamos, mas é tudo o que podemos.

João Pessoa, por exemplo, pode se orgulhar de ter, hoje, sua área litorânea saneada, escapando à mazela urbana que estigmatiza grande parte das Capitais litorâneas do Brasil, de belas praias de águas poluídas.

João Pessoa saltou de 52% para 82% de área saneada, um dos maiores índices da região. Campina Grande está quase 100% saneada.

Só na infra-estrutura de água e esgotos, investimos, no ano passado, precisos R\$ 44 milhões e 76 mil reais, dos quais R\$ 17 milhões e 121 mil de recursos próprios, com o restante proveniente de convênios com a Caixa Econômica, com a FUNASA, o PRODETUR e o BNDES.

Com recursos próprios, concluímos, no ano passado, entre muitas outras obras, a expansão de serviços de água e esgoto em Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Duas Estradas, Lagoa de Dentro, Serra da Raiz, Sertãozinho, Jenipapo, João Pessoa, Lagoa Seca, Pedras de Fogo, Pedro Régis, Pirpirituba, Riacho de Santo Antônio, São Sebastião de Lagoa de Roça, Santo André, Tavares e Vista Serrana.

No Estado inteiro, a área com esgotamento sanitário dobrou de 26% para 52%, com obras em 152 municípios. Podemos acrescentar, com muita alegria, que todo o esgoto da Paraíba é tratado. Poucos Estados do Brasil podem exibir esse orgulho; poucos podem apresentar números tão expressivos no balanço do saneamento básico:

- São 174 km de rede coletora de esgotos;
- Mais de 38 mil ligações domiciliares;
- Quase 7 km de emissários de esgotos;
- 5 grandes estações de tratamento;
- Quase R\$ 400 milhões de investimento.

É um dos maiores programas de saneamento do Brasil!

Em seis anos, o Governo do Estado levou mais água para quase cem cidades na Paraíba. Grandes adutoras, como a do Congo, a de Lagoa Seca, a de Matinhas e a de Santana dos Garrotes foram construídas em todo o Estado; outras doze estão em construção, inclusive o Sistema Adutor de Acauã, a Adutora de Capivara, a de Guarabira-Araçagi, a de Maçaranduba e a de Patos-Assunção, tornando ainda mais consistente o balanço da expansão do abastecimento d'água em nosso Estado:

- 277 quilômetros de adutoras;
- 155 quilômetros de redes de distribuição;
- 27 novas estações de tratamento do tipo convencional;
- 43 sistemas de abastecimento em pequenas localidades;
- 96% da população urbana atendida com água da CAGEPA.

Já temos mais de 1,5 milhão de habitantes diretamente beneficiados. Esperamos poder aumentar, ainda mais, esse universo, não apenas com o Sistema Adutor de Acauã, mas graças também a outras adutoras já em estudos.

O Governo começou a enfrentar, em parceria com o Governo Federal e com a Articulação do Semi-Árido, o abastecimento d'água na zona rural, com a construção de cisternas, chafarizes e sistemas simplificados de abastecimento, que já levam água na porta a 200 mil paraibanos.

Um dos grandes desafios que temos pela frente é o de preparar o Estado para receber e distribuir as águas da transposição do Rio São Francisco, que já devem chegar à Paraíba no próximo ano.

Tenho a mais viva convicção de que nada abalará a determinação política do Presidente Lula de concluir essa obra, apesar de todas as pressões. As águas da transposição perenizarão a certeza de abastecimento de regiões e de grandes cidades, como Campina Grande e o Compartmento da Borborema.

Desde o início do Governo, temos tido atenção especial para a água, elemento essencial para a vida e para a saúde.

Ainda nos primeiros meses de Governo, subsidiamos a água tratada e o esgoto sanitário para quem mais precisa; reduzimos tarifas de esgoto em até 60%; criamos a tarifa social, que pode beneficiar, com taxas diferenciadas, cerca de 1 milhão de pessoas.

Sem água de qualidade e sem esgoto tratado, não há índices de saúde que se mantenham; sem investimento em infra-estrutura, não há melhoria de indicadores econômicos e sociais, não há atração, manutenção ou expansão de grandes empresas. O êxito do Estado em trazer para a Paraíba grandes indústrias, por exemplo, só foi possível com a expansão de nossa rede de gasodutos.

Há quatro anos, a Paraíba já tem um sistema de distribuição de gás natural de 250 quilômetros, quase quatro vezes superior ao que havia em 2002. O gasoduto para Campina Grande já está operando, e nossos principais distritos industriais contam com gás natural, que também chegou a cidades-pólos como Patos, Guarabira e Mamanguape.

A PBGÁS já está presente em doze municípios da Paraíba, onde atende a 41 clientes industriais e 42 postos de GNV. Neste ano, a empresa estará em todas as regiões do Estado e vai duplicar o número de municípios atendidos; até o próximo ano, estaremos distribuindo diariamente 1 milhão de metros cúbicos de gás natural.

No ano passado, implantamos, em João Pessoa, a primeira etapa do projeto de distribuição residencial e comercial de gás natural, com 17 mil metros de redes. Já no final do ano, iniciamos o atendimento dos primeiros imóveis residenciais e comerciais, inclusive de panificadoras e restaurantes, e do primeiro hotel a utilizar gás natural no Estado, na orla de João Pessoa. Neste ano, vamos iniciar, em Campina Grande, a rede de distribuição residencial e comercial.

Já temos, desde o final de 2007, garantia contratual de suprimento de gás natural junto à Petrobrás até 2012. Estamos agora trabalhando para conseguir cotas adicionais que nos permitam movimentar quatro termoelétricas já aprovadas para a Paraíba e que, juntas, representarão oferta extra de 1.000 mw.

O parque eólico instalado em Mataraca já está em expansão. A Paraíba não descuida de utilizar fontes alternativas para gerar e garantir a energia de que precisamos.

O investimento em infra-estrutura melhorou substancialmente nossa malha viária, que está crescendo e melhorando.

O Governo Federal está duplicando a BR-101, entre Natal e o Estado de Sergipe, e os primeiros quilômetros entre João Pessoa e Recife já foram liberados ao tráfego.

Está pronta para a inauguração a duplicação da BR-230 para Campina Grande, em uma parceria do Governo do Estado com o Governo Federal. O trecho só não foi ainda entregue pela necessidade de concluir também o Empório Paraíba, um centro comercial que abrigará os atuais comerciantes do Cajá, para que nem o município nem as pessoas sofram o esvaziamento econômico verificado na cidade de Riachão, depois da inauguração do primeiro trecho duplicado.

Já determinamos estudos para repetir, em Riachão, a experiência do Cajá, de tal forma que o comércio da cidade possa se beneficiar efetivamente com a duplicação da BR, que, até agora, só o penalizou e o esvaziou.

Em todo o Estado, já construímos ou reconstruímos, em seis anos, quase 800 quilômetros de rodovias e já superamos a marca dos 3 mil km de restauração de estradas de terra. Inauguramos, ontem, a estrada Taperoá-Desterro-Teixeira, com 52,5 Km. Muitos outros trechos estão quase prontos para a liberação ao tráfego.

Com o empréstimo internacional que esta Assembleia aprovou, e as autoridades fazendárias do Brasil já ratificaram, temos a mais viva confiança em cumprir a meta deste segundo mandato de mil quilômetros de rodovias construídas ou reconstruídas, abrindo novos caminhos para o desenvolvimento da Paraíba.

A infra-estrutura continuará prioridade nestes dois últimos anos de nosso mandato, sobretudo, a de saneamento. A Paraíba entende que, para não sepultar crianças, é preciso enterrar muito mais canos.

Todo esse esforço, felizmente, já se reflete em indicadores econômicos e sociais, que hoje estão substancialmente melhores que há cinco anos. A melhoria de nossa infra-estrutura é que garante à Paraíba o honroso posto de segundo Estado mais competitivo do Nordeste. Esse investimento é o que sustenta a atração e a expansão de grandes empresas e que está por trás do crescimento de nosso PIB.

A Paraíba já superou, em muito, a cifra de 1 bilhão de reais em investimentos privados atraídos, o que explica, em grande parte, os saltos expressivos em nossa arrecadação.

A Paraíba faz sua parte, investindo em infra-estrutura, tornando mais competitiva sua política de incentivos, modernizando sua política fiscal e consolidando, junto aos mercados, a credibilidade que é essencial para a atração de novos empreendimentos. Os mercados respondem com o desenvolvimento de negócios e a geração de riquezas e de empregos.

Segundo o Ministério do Trabalho, a Paraíba criou, nos últimos seis anos, cerca de 55.247 novos empregos formais.

Para garanti-los, o Estado adotou medidas ousadas e pioneiras de desoneração tributária, beneficiando setores expressivos para nossa economia, como o de calçados ou o de redes.

Isentamos completamente produtos hortigranjeiros; acabou o ICMS antecipado, que drenava para o Tesouro os recursos de capital de giro das empresas. Criamos o Refis, já em sucessivas versões. Criamos o ParaíbaSim, que já beneficia 14 mil pequenas e micro-empresas com ICMS de até 1%, e está sendo aperfeiçoado para estender seus benefícios a um número ainda maior de empresas.

A Paraíba, evidentemente, não poderá mudar sozinha a política de desconcentração industrial do Brasil. É preciso que nos unamos, para arrancar do Governo Federal instrumentos que motivem as empresas a saírem dos centros próximos aos grandes mercados, normalmente os que têm infra-estrutura maior e menor, para se fixarem em áreas quase pioneiras de expansão de mercado e de consumo.

Estamos colhendo hoje os resultados do trabalho de seis anos, de vender o destino Paraíba em feiras nacionais e internacionais de turismo, de contatos com as empresas aéreas para aumentos de vôos e redução de tarifas e de contratos com as grandes operadoras para a inclusão da Paraíba em sua programação. O verão nos trouxe um fluxo de turistas como ainda não se vira: praticamente 100% de ocupação da rede hoteleira.

Tem-se, a cada ano, verão melhor que o anterior.

Até aqui, temos caminhado sozinhos, mas, para nosso turismo avançar no limite de nosso potencial, é preciso que a Paraíba se una em torno de bandeiras como a de um aeroporto à altura das nossas necessidades e a da integração rodoviária de nosso litoral. O turismo, afinal, é uma das portas mais amplas para o desenvolvimento estadual.

Isso, não é muito difícil, é preciso, trabalho e dedicação ao nosso povo e a nossa terra. Afinal, além de raras belezas naturais, o Estado oferece, como poucos, tranquilidade e segurança.

A Paraíba foi o primeiro Estado do Brasil a instalar, na área de segurança, um Gabinete de Gestão Integrada, que representa a integração prática da Polícia Civil e Polícia Militar, do policiamento ostensivo e dos serviços de inteligência.

A Paraíba foi o primeiro Estado do Brasil a adotar um sistema de comunicação que integra as Polícias Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros, o DETRAN e o Poder Judiciário, para modernizar e equipar a área de segurança e, sobretudo, dar-lhe agilidade e eficiência.

Duplicamos o efetivo da Polícia Civil, de 1.021 para 2.136 homens. Aumentamos o efetivo da Polícia Militar em 41%, de 7.300 para quase 11 mil homens. Até 2010, serão 13 mil PM's, com o incremento, ainda neste ano, de 6 para 17 batalhões espalhados por toda a Paraíba.

Nesses seis anos, há ações que mudaram por completo o perfil das ações policiais em nosso Estado:

- Modernização e quase duplicação da frota policial;
- Instalação de computadores a bordo em grande parte da frota policial;
- Instalação de sistemas de transmissão e terminais móveis de dados em viaturas e sistema de identificação automática de impressão digital, que permitem cadastrar, comparar e identificar, em tempo real, impressões digitais e fragmentos de impressões digitais;
- Instalação de sistema automatizado de identificação por impressões digitais e um sequenciador de DNA, primeiro no Nordeste, terceiro no Brasil, que nos tem permitido avanços significativos na elucidação de crimes;
- Criação de Delegacia On-line, para atendimento via Internet;
- Implantação de sistema emissor de RG em uma hora;
- Implantação do sistema AFIS para análise informatizada de impressão digital;
- Construção de nova sede do DETRAN em Campina Grande.

O Governo tem investido fortemente na modernização e na integração de nossas estruturas de segurança, na inteligência e no aumento e qualificação dos quadros de pessoal.

Realizamos cursos para mais de dois mil profissionais da segurança pública e intensificamos a correção de distorções salariais acumuladas em muitos anos.

Os delegados de Polícia Civil, por exemplo, tiveram, de 2003 até o ano passado, reajuste acumulado de 220%; peritos, de 186%, e motoristas policiais, 245%. Os salários da Polícia Civil da Paraíba podem não ser o que todos queremos, mas refletem uma outra realidade.

Os delegados, por exemplo, em 2003 se habilitaram ao concurso público com um salário de pouco mais de R\$ 1.500; hoje, é pago R\$ 5.072.

Nos últimos seis anos, foram construídos e inaugurados sete estabelecimentos penais. São os presídios regionais de Santa Rita, Campina Grande, Catolé do Rocha, Guarabira, a Penitenciária de Segurança Máxima de Patos e duas penitenciárias modelos em João Pessoa.

No ano passado, recuperamos, reformamos e ampliamos ainda 19 imóveis penais. Para este ano, vamos concluir o Presídio Regional Padrão de Cajazeiras e construir cadeias públicas em Cabaceiras, Paulista, Barra de Santa Rosa, Solânea e Caaporã. Vamos recuperar, ainda, as cadeias de Alagoa Grande, Alagoa Nova, Bayeux, Cajazeiras, Catolé do Rocha, Conceição, Juazeirinho, Pocinhos, Prata, Queimadas, Remígio, São João do Cariri e Sumé.

Na Paraíba, se investe em segurança e em cidadania. Nos últimos seis anos, as Casas da Cidadania atenderam a mais de 7 milhões e 735 paraibanos, nas sedes de Cabedelo, Campina Grande, Guarabira, Patos, e em Jaguaribe e no Tambiá, na Capital. Só no ano passado, foram mais de um milhão e 567 mil atendimentos.

Para reforçar, ampliar, qualificar e melhorar o serviço público da Paraíba, valorizamos o servidor público e priorizamos o concurso público.

O concurso para a Polícia Civil foi o primeiro de uma série longa e crescente. Nenhum outro Governo promoveu, como este, tantos concursos, renovando, rejuvenescendo e melhorando os quadros do serviço público estadual.

Nesses seis anos, promovemos 27 concursos para mais de 19 mil vagas para a Polícia Civil, Polícia Militar, Policial Voluntário, Magistério, Auditores Fiscais, Auditores de Contas Públicas, Procuradores de Estado, Médicos Veterinários, pessoal da Saúde, Agentes de combate à Dengue, além de servidores para a EMATER, FUNDAC, PBGÁS, CEHAP e CAGEPA.

Muitos e muitos servidores já foram convocados e nomeados, num esforço de ampliação de quadros como jamais se fizera. Uma renovação, no quadro funcional ativo do Estado, de 24%.

Estamos estimulando também a reciclagem do servidor, premiando a qualificação e abrindo perspectivas de crescimento funcional.

É o respeito e a valorização que regem a relação entre o servidor e o Governo.

Em seis anos, a partir de agosto de 2003, implantamos ou revisamos 37 Planos de Cargos, Carreiras e Remunerações, na Administração Direta e Indireta, beneficiando diretamente 64.158 servidores, com aumentos reais de salário e perspectiva de ascensão funcional.

Todas essas categorias tinham reivindicações de muitos anos; todas sonhavam com a correção de distorções funcionais e salariais acumuladas, que estamos corrigindo, sobretudo, através de aumentos diferenciados e dos PCCR's.

O salário-família para o servidor estadual passou de meros R\$ 0,45 para R\$ 22,23. Estabelecemos sistemas de informação on-line, no Portal do Servidor, para obtenção de benefícios como vale-transporte, férias e comprovante de pagamentos, sem necessidade de deslocamentos ou de filas.

Tudo na medida das disponibilidades financeiras e nos limites da responsabilidade fiscal.

Apesar dos 37 Planos de Cargos, Carreira e Remuneração, implementados ou revisados, os gastos com pessoal representaram, no final de 2008, apenas 57,5% da Receita Corrente Líquida.

Os três últimos Planos aprovados, aliás, beneficiarão servidores pertencentes a carreiras de Estado, como Auditores de Contas Públicas, Procuradores e Procuradores Autárquicos, com repercussão financeira de meros 0,11% sobre a Receita Corrente Líquida de janeiro a dezembro de 2008.

Graças a tais cuidados, a Paraíba pode manter em dia seus serviços, especialmente na Educação, a mais franca porta de acesso a uma vida com mais dignidade aos que mais precisam.

Já temos mais de meio milhão de matrículas na rede estadual. Ao tempo em que expandimos matrículas, trabalhamos por uma escola pública de qualidade, começando pelo caminho mais lógico: o da qualificação e valorização do professor.

Implantamos o Piso Nacional do Magistério Público, como um dos primeiros Estados do Brasil a consegui-lo, antecipadamente. Esta Assembleia terá oportunidade de examinar, em suas próximas sessões, a proposta do Executivo de reajuste de 2009, feita através de Medida Provisória.

Com esse, somado ao concedido em dezembro de 2008, alcançamos o expressivo percentual de 22% de aumento para o Magistério em relação a novembro de 2008.

Aos poucos, mas em grandes saltos, estamos vencendo o fosso que nos separa entre o possível e o ideal.

Implantamos o Programa de Formação de Professores, em convênio com a UFPB, UFCG, com a nossa UEPB e com o CEFET, para levar a licenciatura a todos os nossos professores. Implantamos o Programa de Formação Continuada de Professores, Diretores e Técnicos, com benefício direto para 22 mil professores de carreira, entre ativos e inativos.

Abrimos novos concursos públicos para disciplinas como Sociologia e Filosofia, depois de havermos convocado todos — rigorosamente todos — os classificados do concurso de 2005.

Muitas outras medidas de apoio ao professor e de respeito à autonomia da escola foram tomadas: criamos os prêmios Professor do Ano, Professor Cidadão e Escola Cidadã; estabelecemos eleições direta para diretor e vice-diretor das escolas estaduais de cidades com mais de 25 mil habitantes.

Promovemos uma descentralização administrativa com dinheiro direto nas escolas para suas necessidades imediatas; descentralizamos a merenda escolar, com a gestão direta das escolas e a participação ativa das comunidades, inclusive na definição de cardápios. Com a decisão local, a circulação de recursos também se processa localmente, gerando renda e ocupação em cada localidade.

O cuidado com o professor se reflete na ampliação e na melhoria da rede. O ensino fundamental aumentou de oito para nove anos; a criança agora entra na escola com seis anos.

O Estado levou as três séries do ensino médio a todos os 223 municípios da Paraíba, inclusive nos 58 municípios onde, em 2002, não havia uma série sequer. Ampliamos a oferta de Ensino Médio para mais 23 escolas. Nenhum jovem precisará deixar sua cidade para concluir o ensino médio.

Começamos o ensino médio integrado de quatro anos, com ensino profissionalizante, a partir de João Pessoa e Campina Grande. As melhorias na rede e no atendimento aos alunos são muitas e visíveis.

Distribuímos, só no ano passado, 1 milhão e 600 mil peças de fardamento escolar, uma prática que vai, ano a ano, consolidando-se como rotineira num Estado que a abolira.

Iniciamos o Programa Pedala, Paraíba, de distribuição de bicicletas para alunos da rede estadual que moram em locais distantes e não servidos pelo transporte escolar regular: R\$ 700 mil investidos em uma primeira etapa.

Construímos cinco novos grandes colégios. Reformamos ou ampliamos quase 400 escolas em todo o Estado; 53 só no ano passado, com destaques para a construção ou ampliação das escolas do Presidente Médici, em João Pessoa; Escola de Galante, em Campina Grande; Escola de São Sebastião de Lagoa de Roça; Ginásio do Centro de Ensino da Polícia Militar; Escola Irmã Porto, em Campina Grande, e Escola de Cumaru, em Pedra Lavrada.

Só no ano passado, instalamos 341 laboratórios de informática, e há outros 128 em processo de instalação, o que, somados à rede já existente, já se aproxima do primeiro milhão de laboratórios nas escolas de nível médio e fundamental em todo o Estado.

Distribuímos kits com TV, DVD e 150 títulos de DVD's para 760 escolas de ensino fundamental.

Em convênio com o Instituto Ayrton Senna, mantemos os programas Se Liga, Paraíba e Acelera, Paraíba, para aceleração e correção de fluxo escolar para crianças de 09 a 14 anos com distorção entre idade e série. Só no ano passado, foram mais de 155 municípios participantes, atendimento a 20.072 alunos, 289 escolas, mais de 500 turmas formadas e capacitação de 1.585 profissionais na metodologia dos programas.

Para este ano, os convênios com o Instituto Ayrton Senna já nos garantem o atendimento de 28 mil alunos.

Todo esse esforço na expansão e melhoria da rede e na contínua qualificação de pessoal dá resultados:

- A Paraíba foi o Estado que mais cumpriu metas estabelecidas para a melhoria do ensino em todos os níveis, uma informação que ganhou destaque na mídia nacional;

- A Paraíba conseguiu atingir as metas previstas pelo MEC para 2007. Na oitava série do Ensino fundamental, as médias já ultrapassam as metas de 2009; na quarta série do Ensino Fundamental, a média já é igual à prevista para 2009. Os resultados do Ensino Médio são tão positivos, que deram à Paraíba o segundo lugar em todo o Nordeste;

- A Paraíba superou a média do Nordeste na prova objetiva do ENEM 2008;

- A Escola Estadual Professor Lordão, de Picuí, recebeu o Prêmio Nacional de Ciências no Ensino Médio, do Ministério da Educação. É a terceira versão do prêmio, é também a terceira vez que uma escola paraibana o vence em primeiro lugar. Antes, uma avaliação internacional pusera a Paraíba à frente dos vizinhos do Nordeste e até de São Paulo em Leitura e Ciências;

- Nossa Escola Experimental Sesquicentenário ganhou destaque na mídia nacional como uma das escolas públicas do Brasil com IDEB igual ou superior às escolas particulares, segundo parâmetros do Ministério da Educação;

- A Escola Estadual Fernando Moura Cunha Lima foi a vencedora do Prêmio Nacional de Gestão Escolar, ano base de 2007, na Paraíba.

Para aumentar as chances de quem mais precisa chegar à universidade, o Governo do Estado mantém, pelo sexto ano consecutivo, um cursinho pré-vestibular para alunos e ex-alunos de escolas públicas. São 12 mil matriculados/ano, que recebem, inclusive, material didático. Ao todo, 72 mil matriculados e preparados em nosso período administrativo.

Governo e UEPB estabeleceram uma cota crescente para alunos das escolas públicas. Esse percentual chegará, gradativamente, a 50%. Quem mais precisa tem, através da educação, mais chance de crescer e vencer.

Nada nos afastará da diretriz de investir numa escola gratuita de qualidade em todos os níveis, apostando na educação como o instrumento mais eficaz de promoção social. Nada nos afastará da convicção de oferecer aos que mais precisam a oportunidade de criar sua renda, assumir sua vida e seu destino, como instrumento de triunfo definitivo contra a pobreza.

Os artesãos da Paraíba são o melhor exemplo de que a grande maioria de nosso povo espera apenas a chance de uma mão estendida.

O 9º Salão do Artesanato, que se realiza até meados de fevereiro, em João Pessoa, comprova o acerto e o sucesso do Programa “A Paraíba em Suas Mãos”, implantado há cinco anos. A cada edição, o Salão incorpora novos artesãos, aumenta o faturamento e amplia horizontes para nossos artistas populares.

Artesãos de talento, de fato, a Paraíba sempre teve. Há cinco anos, o programa “A Paraíba em Suas Mãos”, do Governo do Estado, deu-lhes o que, até então, faltava-lhes: a oportunidade de se mostrar ao mercado.

O Programa organizou os artesãos, abriu-lhes as portas de salões, feiras e exposições no Brasil e no exterior. O resultado é o que se esperava de artistas de muito talento e rara criatividade: tudo o que produzem vendem. A vida hoje é outra.

Já são 4.650 artesãos cadastrados, um crescimento de 408% em relação a 2003; já são 124 municípios atendidos, 166 feiras e eventos, 19 feiras e eventos promocionais internacionais.

O Programa teve ainda o cuidado de ministrar 6.700 horas/aula de capacitação e consultorias para melhoria do produto. Os resultados estão à mão:

- mais de R\$ 14 milhões de receita gerada apenas nas feiras e eventos;
- 38 prêmios nacionais arrebatados nesses cinco anos;
- 13 núcleos de produção premiados no Prêmio Sebrae Top 100 de Artesanato, em 2006;
- Prêmio Nacional do Ministério da Cultura;
- Primeiro Lugar do Prêmio Cultura Viva na categoria “Gestor Público”, concorrendo com 2.685 iniciativas de todo o Brasil, em dezembro de 2007.

A mesma chance que o Governo deu aos artesãos está estendendo aos que desejam montar seu próprio negócio e não têm dinheiro, através do Meu Trabalho.

Mais de 5.200 operações já foram realizadas em 40 municípios de todas as regiões do Estado, beneficiando pessoas do setor informal que têm apenas um sonho e nenhum dinheiro, até pequenas empresas com capital social inferior a R\$ 1 mil, com dispensa de aval e de outras exigências burocráticas que dificultam o acesso formal ao crédito bancário, por exemplo. A todos, são oferecidos prazos de ressarcimento variáveis entre 6 e 30 meses.

Para quem ainda nem tem uma profissão, o Governo está oferecendo qualificação profissional em quase cem cursos diferentes, através do Programa Capacitar e do CENDAC, uma instituição que, há seis anos, desenvolve ações de treinamento e de qualificação profissional, especialmente, para jovens em busca do primeiro emprego.

O CENDAC já contabiliza cerca de 500 cursos para mais de 10 mil alunos, que recebem até o vale-transporte, durante seu período de qualificação profissional. Grande parte desse contingente está empregada.

A Paraíba insistirá, a todo custo, na distribuição dos resultados do desenvolvimento, a partir de ações efetivas de promoção social e de projetos de habitação.

Felizmente, o sonho de ter sua própria casa está ao alcance de cada vez mais paraibanos. Os números do programa habitacional, nesses seis anos, falam por si.

Temos hoje 20.564 casas novas ou reformadas, já concluídas ou em construção, em todos os 223 municípios da Paraíba. Há 3.453 casas em processo de licitação, outras 4 mil em fase de projetos. Até o final do próximo ano, com a graça de Deus, atingiremos a marca das 40 mil casas construídas, ampliadas ou reformadas.

Já estão disponíveis os recursos para o início de 448 apartamentos destinados a servidores estaduais da área de segurança pública.

Além de recursos próprios e parcerias com o Governo Federal, especialmente através da Caixa Econômica, o Governo do Estado conta com o valioso instrumento do Cheque Moradia, para financiar esse ambicioso projeto habitacional.

Só com o Cheque Moradia, já construímos ou reformamos 4.635 casas em 106 municípios. Pretendemos chegar a todo o Estado, inclusive à zona rural, a partir dos assentamentos do INTERPA.

Além das novas construções e ampliações, não se pode esquecer o que foi marco de nosso primeiro mandato e marca da política habitacional do Estado: a quitação de prestações e do saldo devedor de 55 mil mutuários em toda a Paraíba.

A prioridade de quem mais precisa decidiu por maciços investimentos no campo.

O Programa do Leite, mantido pelo Governo do Estado e Governo Federal, já não pode ser visto apenas como um valioso instrumento de suplementação alimentar, mas muito especialmente como indutor do desenvolvimento e da geração de renda no interior, inclusive em nosso semi-árido.

São 120 mil litros de leite por dia, são mais de 217 milhões de litros de leite de vaca e de cabra distribuídos em seis anos, e isso tem sido fundamental para o combate à mortalidade infantil, para a alimentação de crianças, idosos, gestantes e nutrízes. Mas, os números vão mais além:

- Quase 4 mil pequenos produtores atendidos;
- 118 Associações de Criadores;
- 23 usinas de leite;
- Dezenas de Cursos de Boas Práticas Agropecuárias para o pequeno produtor, que elevam o padrão sanitário e a qualidade de nosso leite.

Esse desempenho do Programa trouxe impacto inegável na nossa economia rural, graças, sobretudo, à remuneração e à garantia de compra oferecidas.

Quando o mercado privado de Estados vizinhos pagava cerca de R\$ 0,40 por litro do leite de vaca, nosso programa já remunerava o produtor em R\$ 0,70 por litro de leite de vaca e R\$ 1 real por litro de leite de cabra, tornando a pecuária leiteira lucrativa e criando as bases para sua expansão.

A Paraíba aumentou, em quase 600%, sua produção de leite de vaca; o Estado se tornou e o maior produtor de leite de cabra do Brasil.

Aumentou o emprego na zona rural, muitas famílias trouxeram de volta os parentes que haviam migrado. O Programa do Leite é hoje, acima de tudo, um programa de desenvolvimento, sobretudo, para a zona rural.

Através da EMATER, o Estado hoje presta assistência regular a mais de 101 mil produtores e criadores paraibanos. A empresa está presente em todos os 223 municípios da Paraíba, e os escritórios ganharam veículos e motos para a extensão rural.

A presença da assistência técnica permite a difusão de novas tecnologias e práticas, como no caso do Programa do Leite, e viabiliza a aprovação de projetos de financiamento da agricultura familiar, mantidos em parceria com o Governo Federal.

Nos últimos seis anos, a EMATER propiciou a aplicação de mais de R\$ 471 milhões, quase meio bilhão de reais em 230 mil contratos com pequenos produtores em todo o Estado.

O seguro-safra, que envolve a parceria do Estado, dos Municípios e do Governo Federal, aumentou sua cobertura, no ano passado, para mais de 83 mil famílias em 155 municípios, um crescimento de 12% em relação ao ano anterior.

As Várzeas de Sousa, um conjunto de quase cinco mil hectares distribuídos entre pequenos irrigantes e empresários rurais, com área reservada de 40 hectares para pesquisa e extensão rural, começaram a produzir frutas especiais, como melancia sem caroço, que já começaram a ser exportadas.

Até o final deste ano, toda a infra-estrutura da área será concluída, com o término de um canal adutor de 37 quilômetros, interligando o complexo Coremas-Mãe d'Água às Várzeas, com a construção de um reservatório de compensação com capacidade para 150 mil metros cúbicos, além da estação de bombeamento, subestação elétrica e uma adutora de recalque e distribuição de 1.550 metros. Os 178 pequenos produtores já estão organizados em 14 associações.

No restante do Estado, mais de 13.400 pequenos produtores se beneficiam do Projeto Tarifa Verde — uma tarifa especial de energia para quem irriga durante a noite. O Governo deu de graça os medidores especiais para 3.574 irrigantes; para outros 1.303, ofereceu, inclusive, o kit completo de irrigação, em um investimento que já supera os R\$ 11 milhões, nos últimos três anos.

O INTERPA assentou, nos últimos seis anos, mais de 2.500, em quase duzentas áreas, com um investimento superior aos R\$ 37 milhões, para uma reforma agrária pacífica e de resultados.

Esses investimentos e as políticas públicas voltadas para a zona rural têm sido expressivos para a redução da pobreza, fundamentais para a geração de riqueza e a criação de novas perspectivas para o paraibano que mais precisa.

Na Paraíba, se vive melhor, se vive mais.

Caiu a mortalidade infantil. Na outra ponta, em razão de ações de saúde pública, aumentou a expectativa de vida, que hoje já é maior que a de Pernambuco, por exemplo.

A Paraíba fecha 2008 com um investimento em saúde superior a R\$ 580 milhões, 30% a mais que no ano anterior. Para este ano, investiremos mais de R\$ 850 milhões, quase três vezes o orçamento de 2002.

Aumentou de 52% para 93,2% a população com assistência básica de saúde. A Paraíba é hoje o Estado com maior cobertura populacional nessa área; aumentou o número de equipes de saúde da família de 760 para 1.223; aumentou o número de equipes de saúde bucal de 322 para 1.098.

Aumentou o número de agentes comunitários de saúde de 5.940 para 7.468; aumentou a cobertura vacinal de menos de 70% em 2002 para mais de 90% em 2008. A Paraíba é um dos dez Estados do Brasil que superaram a marca dos 90% de cobertura vacinal.

A Paraíba tem hoje 20 hospitais credenciados como “Amigo da Criança” e foi o único Estado no Brasil a credenciar um novo hospital em 2008 – o hospital de Lastro.

Aumentou de 2 mil para mais de 38 mil o número de pacientes atendidos com medicamentos excepcionais de uso contínuo, um programa que representa investimento mensal de R\$ 4 milhões. Ao contrário do que muitos pensam, esse programa tem a participação largamente majoritária do Governo do Estado, que investe R\$ 2,5 milhões, contra apenas R\$ 1,5 milhão do Governo Federal.

Nesta semana, foi assinada a ordem de serviço para a conclusão das obras do Hospital de Taperoá, um investimento superior a R\$ 1,7 milhão, além dos equipamentos. Outros hospitais estão concluídos, como os de Queimadas e Itabaiana, e deverão estar funcionando muito em breve.

Em seis anos, o Governo já investiu mais de R\$ 60 milhões em obras de infra-estrutura e aquisição de equipamentos hospitalares, e, até o final do próximo ano, outros R\$ 120 milhões serão investidos para a melhoria da rede hospitalar e ambulatorial da Paraíba. Só na construção e nos equipamentos do Hospital de Emergência e Trauma de Campina Grande, estão sendo investidos R\$ 80 milhões.

Algumas dessas obras merecem destaque:

- Reforma e ampliação do antigo PAM de Jaguaribe, hoje sob administração da Prefeitura de João Pessoa;
- Reforma da Maternidade Frei Damião;
- Reforma e ampliação do Hospital Arlinda Marques, que teve sua capacidade duplicada;
- Construção de um Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, no Bairro de Jaguaribe;
- Em Patos, o Governo do Estado construiu um Banco de Leite e entregou a primeira UTI pediátrica da região. Em parceria com o Governo Federal, será construída uma Unidade de Oncologia, com mais de R\$ 1 milhão de investimentos;
- Reforma do Hospital Regional de Catolé do Rocha, atualmente sob gestão da Prefeitura Municipal;

- Construção de unidades de saúde em Mato Grosso, na região de Catolé, Pedra Lavrada, Matinhas, Caaporã, Cajazeirinhos, São José de Piranhas, Rio Tinto, Baía da Traição e Marcação.

Estamos instalando equipamento de tomografia no Hospital de Trauma de João Pessoa. Dois novos tomógrafos estão sendo adquiridos para o Hospital Clementino Fraga, que ganha, até março, sua primeira UTI, e para o Hospital Edson Ramalho, que, até abril, ganhará um Centro de Imagens e uma UTI neonatal.

Todas essas ações e programas refletem, na prática, a mesma prioridade e igual princípio que definimos ainda no discurso de posse do primeiro mandato e que nos esforçamos para transformar em prática de Governo: esta é e será uma Administração de serviços para todos, por toda a Paraíba, mas com suas prioridades focadas na solidariedade, na promoção e na assistência aos que mais precisam.

E quem mais precisa sabe o que o Governo vem fazendo...

Nossa opção foi feita, e as diretrizes estão lançadas e reafirmadas. O Governo trabalha e trabalhará até o último dia do mandato preferencialmente pelos que mais precisam, mas essa opção preferencial não impede muito menos exclui a modernização do Estado e de suas estruturas. Ao contrário, o direcionamento para o mais pobre reforça o trabalho de tornar o Estado mais competitivo, através da educação, da inclusão social e de uma infra-estrutura à altura do desenvolvimento sustentável que pretendemos.

Só melhoramos a vida dos paraibanos, criando, em nosso Estado, um ambiente econômico favorável à atividade empresarial, à criação de ocupações e geração de riqueza e renda. Os 55.247 empregos diretos criados nesses seis anos na iniciativa privada representam uma injeção mensal de R\$ 300 milhões na economia paraibana e, para quem mais precisa, uma escancarada porta de saída para uma vida melhor.

A modernização do Estado e de sua infra-estrutura começa pela modernização da própria máquina administrativa. Se espalhou, nos últimos meses, Brasil afora, a leviandade de que o Governo do Estado Emissão milhares de cheques sem previsão legal e dotação orçamentária própria.

Não fosse absolutamente falsa, tal desinformação seria, quando menos, desrespeitosa frente o esforço de funcionários e órgãos como a Controladoria Geral do Estado, que trabalham diuturnamente para estabelecer controles e garantir uma transparência do gasto público que nosso Estado jamais teve.

Na nossa Paraíba, o SIAFI simplesmente impede a liberação de qualquer cheque sem dotação própria e específica, como o impede para beneficiários que estejam inadimplentes com obrigações fiscais. A Paraíba não é uma bodega. Tem, ao contrário, mecanismos de controle com abrangência e rigidez que poucas unidades da Federação podem exibir.

Temos hoje sistemas on-line de registro de convênios, contratos e licitações, cujos trâmites são 100% acompanhados eletronicamente.

Qualquer cidadão tem hoje acesso, via Internet, a todas as notas de empenho emitidas por todos os Órgãos do Poder Executivo, do Legislativo, do Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado; qualquer cidadão tem acesso ao controle prévio da despesa pública de todos os Órgãos do Executivo Estadual, com sistema simples e auto-explicativo.

Temos absoluto controle contábil, no SIAF, dos Órgãos da Administração Direta e Indireta, através de auditoria eletrônica.

Fazemos conciliação de todas as contas bancárias da Administração Direta, inclusive dos demais Poderes; estabelecemos registro semanal da receita.

Divulgamos a publicação bimestral e quadrimestral dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal.

Enviamos balancetes mensais ao Tribunal de Contas do Estado, disponibilizados, via Internet, a qualquer cidadão.

Só no ano passado, fizemos análise de registro de 5.538 contratos, de 1.138 convênios e de 1.800 licitações.

A Paraíba tem controles muito estreitos, até porque eles já não se restringem aos Órgãos convencionais, mas aos senhores Deputados, à imprensa atenta, à imprensa partidária e a qualquer cidadão.

Desde que assumimos, todas as nossas contas estão na Internet – o que muitos jamais permitiram e, a todo custo, evitaram.

Temos sólidas razões para imaginar oportunidades ainda mais francas de crescimento econômico e desenvolvimento social.

Estamos renovando os convênios internacionais de financiamento do Projeto Cooperar; estamos ultimando o empréstimo internacional para o setor viário da Paraíba.

Estão começando os trabalhos de prospecção de petróleo no alto sertão paraibano, com perspectivas alvissareiras para a região e o Estado.

Os investimentos públicos e privados dos anos passados entram, agora, em sua fase efetivamente produtiva.

O esforço de atração de novas empresas nos tem permitido a assinatura de protocolo de intenções com dezenas de grupos empresariais.

As perspectivas são amplas e positivas, mas é preciso repetir, para que ninguém se engane: todas sofrem o gravame da incerteza do cenário macro-econômico do país e do mundo.

Vemos o futuro imediato com otimismo cauteloso, diante de uma crise financeira global de proporções desconhecidas, mas temidas, de contornos imprecisos,

mas inquietantes. Luzes amarelas se acendem mundo afora, inclusive na arrecadação federal, com efeitos que já nos atingem em cheio.

As transferências do Fundo de Participação dos Estados, em dezembro, minguaram para a Paraíba em cerca de 8%. A renúncia fiscal que o Governo Federal promoveu para reativar vastos setores da economia trará reflexos inevitáveis nas parcelas do FPE e do FPM dos próximos meses, atingindo também a Paraíba e todos os seus municípios.

Mais uma vez, o Governo Federal repete a fórmula de fazer medidas com o chapéu alheio, já que o IPI, a rigor, é apenas arrecadado pelo Governo Federal, mas é um tributo, na verdade, partilhado entre Estados e Municípios.

É importante que o Governo adote medidas de reativação da economia e de preservação do emprego, mas é, pelo menos, uma grave distorção que o peso integral desses incentivos seja debitado dos Estados e Municípios.

Para nós, cautela sempre significará sacrifícios redobrados e coragem multiplicada.

O Estado tem procurado antecipar-se. Reunimos a Comissão Interpoderes, para analisar os cenários à frente e partilhar providências.

Estamos estudando mecanismos para aumentar a disponibilidade de recursos financeiros e humanos de programas como o Meu Trabalho, para multiplicar as operações de empréstimo ao setor informal e ao pequeno e microempresário. Vamos intensificar cursos de qualificação profissional, através do Capacitar, para que eventuais desempregados tenham mais agilidade de se adaptar às exigências novas do mercado de trabalho.

Mais ainda, implantaremos mecanismos que permitam a desoneração fiscal do cidadão comum, através da troca de notas fiscais por bônus válidos para o pagamento de contas de água, luz, telefone e tributos estaduais como o IPVA, por exemplo.

Vamos buscar sempre mais e mais parcerias com o Governo Federal, sem as quais caminhar não será apenas difícil, mas inviável. Buscaremos parcerias também com ONGs, com o empresariado, com as Igrejas e com o movimento social. Onde houver qualquer chance de se conseguir ajuda ou apoio para uma causa da Paraíba, tenham certeza, aí estará o Governador.

Em circunstância alguma, cruzaremos os braços, nem diante dos desafios que já conhecemos, muito menos diante da crise anunciada e ainda não sentida em toda a sua crueza.

Todas as obras do PAC confiadas ao Estado estão com seus cronogramas rigorosamente em dia, algumas até adiantadas. Lutamos e lutaremos para que se garantam mais recursos para investir na infra-estrutura física, na inclusão social, na modernização do Estado e na prestação de serviços.

Temos uma guerra declarada para a erradicação da miséria e da pobreza; temos, mais ainda, o objetivo declarado de romper a retroalimentação da pobreza e de todos os círculos viciosos que a perpetuam.

Muitas vozes, felizmente, têm se somado à nossa, em um grito uníssono contra o esquecimento que frequentemente penaliza a Paraíba. Todas as vozes serão bem-vindas para gritar ao Brasil que a Paraíba quer se desenvolver, quer apenas que lhe facultem os instrumentos que dispensam aos vizinhos. Todos os que quiserem somar suas vozes e crenças, seus sonhos e sua capacidade de indignação a essa luta da Paraíba serão bem-vindos, muito bem-vindos.

Faz quanto tempo não recebemos do Governo Federal, por exemplo, nenhum investimento estruturante? Por que Estados vizinhos ampliam seus aeroportos, constroem novos e novos terminais e temos que nos contentar com uma modestíssima estação de passageiros? Por que todos os Estados do Nordeste estão integrando ou já integraram seu litoral, franqueando caminhos para o turismo e o desenvolvimento econômico, e só a Paraíba não o consegue?

Onde está escrito que os paraibanos somos inferiores aos vizinhos do Nordeste ou do Centro-Sul? Repito que jamais aceitaremos submissos ou omissos que a Paraíba deva ser pobre entre os mais pobres. Em qualquer circunstância, nós nos rebelaremos sempre contra essa condenação cruel, absurdamente injusta e discriminatória, que Deus e os paraibanos nos ajudarão a derrogar em definitivo.

Espero com confiança e peço com humildade o apoio desta Assembleia, que individualizo para cada um dos Senhores Deputados: ajude-me a melhorar a vida dos paraibanos, ajude-me a trabalhar mais ainda, para que o Estado cumpra cada vez melhor sua função de

prestador de serviços essenciais e de indutor do desenvolvimento, com criação de mais empregos e ocupação, com geração de renda e com a democratização do bem-estar.

Temos muito ainda por fazer. A cada obstáculo vencido, outros mais surgem, mais difíceis e desafiadores, mas eu acredito na força da Paraíba e dos paraibanos. Eu tenho fé em que, com a colaboração e com a união de todos, com trabalho e com a graça de Deus, a Paraíba vencerá suas dificuldades com a mesma determinação e obstinação com que tem vencido até aqui obstáculos que, em algum momento, pareceram quase intransponíveis.

Deus nos permitirá que os números positivos do desempenho administrativo não nos acomodem, mas, ao contrário, nos desafiem ainda mais, para crescermos mais ainda, para que nosso Estado se desenvolva ainda mais, construindo um presente com cidadania, um futuro com esperança e um desenvolvimento com justiça.

A Paraíba pode ter certeza. De nossa parte, não faltará trabalho, dedicação, amor e entusiasmo, para que, na abertura dos trabalhos legislativos do próximo ano, possamos repetir, ainda com mais ênfase, o que os números e a realidade de hoje já nos permitem registrar: com a graça de Deus, a Paraíba melhorou; com a graça de Deus, a Paraíba vai melhorar mais ainda.

Paz e Bem para todos!

Muito obrigado!

CÁSSIO CUNHA LIMA
Governador

Durante o discurso do Sr. Cícero Lucena, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Por favor, Senador Gerson Camata, para uma comunicação inadiável.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Eu não tinha visto que V. Ex^a já estava na tribuna.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Só queria pedir licença a V. Ex^a para ler um comunicado bem rápido.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – V. Ex^a o faz no devido tempo e na devida hora. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

Sobre a mesa, comunicação que passo a ler.

É lida a seguinte:

Ofício nº 9/09-GLDEM

Brasília, 16 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, para exercerem a função de Vice-Líderes do Partido Democratas, os seguintes senhores Senadores:

Jayme Campos
Antonio Carlos Júnior
Rosalba Ciarlini
Efraim Morais

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder do Partido Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – O documento lido vai à publicação.

V. Ex^a, Senador Gerson Camata, tem o tempo necessário para expor o seu pensamento.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Meus cumprimentos, com a permissão de V. Ex^a, aos novos Vice-Líderes do DEM.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar, em primeiro lugar, que, neste momento, o Senado Federal recebe, no Salão Nobre, o Presidente Álvaro Uribe, da Colômbia. Trata-se de um grande político da América Latina, um grande líder da América Latina, um líder atualizado

da América Latina, e, principalmente, um líder que botou mão de ferro para combater os narcotraficantes das Farc, que têm sete mil prisioneiros ainda, inocentes, carregados pela floresta, torturados, supliciados, e a gente não vê o Brasil levantar a voz. Libertaram dois, e houve um grande destaque por terem libertado dois. Quanto aos outros sete mil na mão das Farc, querem até impedir que o Presidente Álvaro Uribe pressione as Farc pela libertação.

É necessário dizer também que as Farc, hoje, são as grandes fornecedoras de cocaína, droga que está desmoralizando o Brasil como líder do tráfico no mundo. Toda a cocaína vendida na Europa e nos Estados Unidos passam pelo território brasileiro, envergonhando-nos e submetendo brasileiros, em países europeus e nos Estados Unidos, à humilhação de revistas constantes por causa da presença das Farc em território brasileiro, traficando aqui.

O nosso apoio à luta do Presidente Álvaro Uribe para acabar com os narcotraficantes terroristas das Farc, que desonram a América Latina, pelos seus métodos bárbaros que usam contra a população civil.

Um outro ponto muito importante também – vamos sair daqui a pouco – é a presença do Vice-Presidente do Parlamento Italiano, Maurizio Lupi, no gabinete do Presidente Michel Temer, na Câmara dos Deputados. Ele vem mostrar ao Parlamento brasileiro que o Sr. Cesare Battisti, que recebeu asilo político do Brasil, não é uma vítima: é um assassino que matou quatro inocentes na Itália, e que o Brasil está absolvendo. É um assassino que foi condenado à prisão perpétua em seu país; não é um terrorista; é um assassino que o Brasil vem abrigoando em suas fronteiras. Ele traz o processo e vai mostrar ao Parlamento brasileiro o erro cometido pelo nosso Governo.

Mas, Sr. Presidente, queria aqui fazer um apelo – e esse é o objetivo da minha vinda aqui. O Presidente da República mandou uma justa medida provisória – a primeira, aliás, deste ano – ao Congresso. Trata-se da medida provisória que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

Excelente medida do Presidente! Pobres brasileiros, que ocupam há anos, dezenas de anos, centenas de anos, terras da União, vão ter a oportunidade de verem as terras legalizadas. Sr. Presidente, prefeituras municipais, em áreas urbanas, já estão dispondo de vias, como diz a medida provisória, nas áreas urbanas, não só nas áreas rurais:

As áreas de expansão urbana, aquelas contempladas no plano de ordenamento territorial de área de expansão urbana, definido o plano diretor do Município ou lei municipal específica.

Então, a União vai fazer com que esses terrenos, que sejam de interesse social, passem para os municípios, para que possam ser administrados, e não impedirá a expansão controlada dos municípios. Sr. Presidente, queria dizer que estou acrescentando uma emenda para os terrenos de Marinha, porque os brasileiros de São Paulo, do Espírito Santo, de todas as regiões litorâneas do Brasil merecem também ter regularizada a sua situação.

Lá no Espírito Santo, Sr. Presidente, chegamos ao absurdo de ter uma praça federal. A prefeitura fez uma praça, e o SPU foi lá e disse que o terreno é da União. Aí o prefeito disse: “Então, fica o Governo Federal tomando conta da praça”. Aliás, não está tomando conta não; está tudo no escuro lá.

Então, há necessidade de que a expansão viária e a expansão urbana dos municípios não sejam impedidas pela presença da União com seus terrenos de Marinha. Esses terrenos de Marinha, por incrível que pareça, são uma instituição de 1846. O cálculo é feito pela distância de um tiro de canhão na época, que era uma maneira de se defenderem as costas do Brasil. Hoje temos foguetes intercontinentais que alcançam Brasília, alcançam todas as cidades do Brasil, se quiserem, ou atravessam o espaço aéreo do Brasil e vão para o Pacífico. Portanto, não há necessidade do terreno de Marinha, de uma lei que proteja 33 metros de litoral.

Sr. Presidente, o apelo é para que o Senhor Presidente da República compreenda que os brasileiros de São Paulo e os do Espírito Santo são tão brasileiros quanto aqueles do Amazonas, da Amazônia Legal. E dizer que nós aprovamos aqui uma Emenda Constitucional, a de nº 46, há quatro anos, e que fazia com que as ilhas costeiras, sedes e municípios – Florianópolis, Vitória, Ilha do Marajó, São Luís –, nessas ilhas costeiras, os terrenos de Marinha passavam a pertencer às prefeituras. O Governo Federal resolveu simplesmente não cumprir a emenda constitucional. Não a cumpriu, e ainda entrou na Justiça para não cumprir a emenda constitucional. Nunca vi isso! Se o Governo não cumpre uma emenda constitucional, quem vai cumprir? Brasileiro nenhum é obrigado a cumprir nem lei, nem Constituição; o Governo não cumpre! Para que vamos cumprir leis? E não acontece nada. O pior é isso! Então, o DEM entrou com uma ação no Supremo, e a Procuradoria da República do Espírito Santo também, numa ação na Justiça Federal do Espírito Santo, dizendo que se trata de uma emenda constitucional votada no Congresso e que o Governo deve cumpri-la.

Há outra coisa muito interessante. O Procurador da República, no Espírito Santo, Sr. Presidente, entrou com uma ação na SPU, perguntando onde passa a

linha dos terrenos de Marinha e seus acréscimos. A SPU não sabe, mas cobra. Ela cobra de todo o mundo. Se pagar, pagou; se colar, colou. É assim. Não há regras, não há nada. Agora, com o do Amazonas, eles estão concordando – e eu sei o porquê – porque não tem fiscal lá. Não tem fiscal, e por aqui tem. Então, eles não aceitam que se regularize, porque acaba o negócio lá.

Então, é necessário que haja uma mão dura do Presidente da República, acatando a emenda, fazendo com que os brasileiros, sejam os do Espírito Santo, os de São Paulo, os da Bahia, os de todo o litoral do Brasil, sejam tão brasileiros quanto os brasileiros da Amazônia Legal. Por que para uns pode regularizar e para outros não pode regularizar?

É o apelo que eu queria fazer ao Senhor Presidente da República, no sentido de que iguale os brasileiros, que, pela Constituição, devem ser iguais, mas que não estão sendo tão iguais como deveriam ser.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Camata, V. Ex^a me permitiria um segundo?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Com o maior prazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Peço desculpas em aproveitar V. Ex^a na tribuna, mas V. Ex^a fala com tanta firmeza sobre o tráfico de drogas que quero dizer que estou preparando um pequeno discurso por estar um pouco preocupado com o movimento para a descriminalização do uso da maconha. Quem sabe o que é a maconha, e que é a porta de entrada para outras drogas, não pode concordar. Há autoridades importantes fazendo esse manifesto. A revista *Veja* ou a *Época*, se não me engano, publicou, na primeira página, esse movimento. Já não é a primeira vez. Então, estou preparando um documento para ler da tribuna, para que seja rejeitada essa proposta, em razão de todo o significado que ela representa para a juventude. Se isso vai acabar com a corrupção, é uma mentira deslavada, porque é o fracasso do Estado em combater a corrupção. Então, tira-se o crime para não precisar agir, em nome da defesa da sociedade. Queria agradecer a V. Ex^a.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – V. Ex^a me permite um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pois não.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Veja V. Ex^a o que aconteceu no Brasil há poucos dias: o Ministério da Saúde distribuiu um manual ensinando como consumir drogas. Não é para proibir, dizer que a droga mata, que faz mal? Que são os drogados que financiam os crimes, a metralhadora, os armamentos

dos traficantes? Não, ensinou como faz: “A pessoa nunca deve usar cocaína com notas de dinheiro, nem com gilete; deve pegar sempre com canudinho próprio, e tal. E beba bastante água depois”. Ensinando isso.

Não é só isso. No Rio de Janeiro, a polícia viu na praia os traficantes vendendo maconha. Foi agir. Houve uma revolta, e bateram na polícia. A polícia é gente humilde, do povo, apanhou dos ricos, porque os ricos estavam traficando e usando maconha. E dois Ministros do Governo ficaram favoráveis aos traficantes contra a polícia. Que moral, que força a polícia vai ter, se os Ministros são contra a polícia e a favor dos traficantes, a favor dos viciados?

E agora vi triste, Sr. Presidente, triste, quase chorei no domingo quando vi o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que para mim está com algum problema, tem algum problema, defendendo a legalização da maconha. É muito triste.

Enquanto isso, aquele maior campeão de natação dos Estados Unidos, o Phelps, oito medalhas de ouro – ele ganhou, numa Olimpíada s , mais medalhas de ouro que o Brasil ganhou em toda a história das Olimpíadas –, foi surpreendido fumando maconha. Desclassificaram-no. Foi suspenso por três meses e perdeu todos os patrocínios comerciais.

  assim que se deve tratar aqueles que se desviam no tráfico e no consumo dessas drogas que destroem os nossos filhos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) –   a destrui o da própria juventude.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) –   claro.

Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para encaminhar   Mesa um requerimento propondo um voto de aplauso   Coopavel, Cooperativa Agroindustrial de Cascavel, no Paraná, pelo sucesso extraordinário alcançado com a realiza o da 21  edi o do evento Show Rural.

Ontem, já me referi a esse evento da tribuna.   um dos maiores espetáculos do meio rural em todo o mundo.   uma exposi o que mostra os avanços tecnológicos no campo, que apresenta as novas e modernas práticas agrícolas utilizadas pelos produtores rurais, que comercializa produtos, equipamentos. Neste ano, mais de R\$700 milhões foram comercializados, apesar da crise, com uma moviment o de público que superou 195 mil pessoas. Portanto, um megaeven-

to, com uma organiza o competente, que merece os aplausos desta Casa.

  a oportunidade que as autoridades têm de ampliar os seus conhecimentos, de atualizar informa es sobre uma atividade fundamental para o desenvolvimento econômico do nosso País. Aliás, a agricultura foi chamada de âncora verde durante o plano de estabiliza o econômica do nosso País. Foi o sustentáculo do Plano Real. No Governo Lula, foi essencial para que o País alcançasse o superávit comercial.

Devemos creditar aos produtores rurais do País, ao agronegócio os méritos pelo País alcançados durante todos esses anos, com significativo superávit comercial. E agora, outra vez, diante da crise que ameaça o País, a agricultura   a grande esperança. E esse Show Rural   uma demonstra o da pujança da nossa agricultura, da competência dos produtores rurais brasileiros.

Os cumprimentos, especialmente ao Presidente da Coopavel, Dilvo Grolli, pela organiza o extraordinária, que possibilitou um evento que bateu todos os recordes da sua história.

Os parabéns, portanto,   Coopavel.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Queria comunicar   Casa que o Presidente Álvaro Uribe, da Colômbia, já se encontra no Salão Nobre do Senado.

Sobre a mesa, comunica o que passo a ler.

  lida a seguinte:

Ofício n  15/08 – GLGOV

Brasília, 11 de fevereiro de 2008

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, dirijo-me a Vossa Excelência com a finalidade de indicar o nome do Senador Romeu Tuma para exercer a fun o de vice-líder do Governo no Senado Federal.

Aproveito a oportunidade p ra renovar meus protestos de estima e distinta considera o. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – O documento lido vai   publica o.

Tem a palavra o Senador Pedro Simon, como orador inscrito. (Pausa.) S. Ex  abre mão.

Com a palavra o Senador Jefferson Praia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar que esta semana foi eleita a nova diretoria do Conade, que representa a organização maior das pessoas com deficiência. Foi eleito Presidente o Sr. Isaías Dias, para o biênio 2009/2011.

Denise Granja é advogada da União em exercício na Consultoria Jurídica do Ministério de Comunicações, onde exerce o cargo de Coordenadora Geral de Assuntos Judiciais. É membro titular do Conade desde 2005, tendo exercido, na gestão anterior, a vice-presidência do Conselho.

Sr. Presidente, a Sr^a Denise cumpriu um papel fundamental na luta permanente na defesa das pessoas com deficiência, como também, como eu dizia antes, o Sr. Isaías Dias, que foi eleito Presidente, e a Denise foi Vice.

Quero também destacar, Sr. Presidente, que Isaías Dias é bancário aposentado, representante titular da Central Única naquele colegiado, começou a atuar na área da pessoa com deficiência quando da privatização do Banespa. Como dirigente sindical, foi atuando, de forma destacada, na defesa das pessoas com deficiência.

O Conade compreende que a garantia e a defesa de direitos das pessoas com deficiência exige a construção de uma rede de apoio estruturada, ampla, diversificada e efetiva.

Sendo assim, neste momento em que o Isaías Dias é eleito Presidente, e a Sr^a Denise, Vice-Presidente, nós teremos, com certeza absoluta, um Conade renovado, que, ao mesmo tempo, vai valorizar – e muito – a direção anterior. Quero aqui, como autor do projeto do Estatuto da Pessoa com Deficiência, com o Senador Flávio Arns Relator, dar o testemunho do trabalho histórico do Conade nessa área.

Era isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

Peço que considere na íntegra o pronunciamento, de que fiz uma pequena síntese.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, informo ao plenário desta Casa que o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE), órgão superior de deliberação integrante da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, elegeu como novo Presidente a Sr^a Denise Costa Granja e como Vice-Presidente o Sr. Isaías Dias, para cumprirem mandato no biênio 2009/2011.

Denise Granja é Advogada da União em exercício na Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações, onde exerce o cargo de Coordenadora Geral de Assuntos Judiciais.

É membro titular do Conade desde 2005, tendo exercido, na gestão anterior, a vice-presidência do Conselho.

Ingressou no movimento de defesa da pessoa com deficiência atuando junto ao segmento de pessoas surdas, sendo detentora de Certificado de Proficiência na Língua Brasileira de Sinais, de nível superior.

Isaías Dias é bancário aposentado, representante titular da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e começou a atuar na área da pessoa com deficiência quando da privatização do Banespa.

Como dirigente sindical vem atuando de forma destacada na defesa dos trabalhadores com deficiência.

Sr. Presidente, o Conade compreende que a garantia e a defesa de direitos exige a construção de uma rede de apoio estruturada, ampla, diversificada e efetiva.

Sendo assim, tenho certeza de que esta casa tem o mesmo pensamento para uma parceria com o Conade.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Obrigado, Senador.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pela ordem, Senador Osmar Dias e, em seguida, Senador Papaléo Paes, por permuta com o Senador Pedro Simon.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Peço a minha inscrição para falar pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pois não, Senador. Com a palavra o Senador Papaléo, por permuta; em seguida, falará V. Ex^a, se não tiver problema.

Senador Osmar Dias, obrigado pela notícia lá, no Palácio.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero inicialmente agradecer ao Líder do PDT, Senador Osmar Dias, que, na sua condição de Líder, poderia muito bem fazer uso da palavra primeiro do que eu, mas sua liderança incontestemente me deu essa permissão.

Quero fazer um registro aqui, Sr. Presidente, com muita honra, de um representante do Comitê Olímpico Brasileiro que é o nosso grande Bernard. Para aqueles que querem lembrar o que o vôlei brasileiro produziu,

foi a geração desse grande jogador que deu ao Brasil grandes títulos e que deu também...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Senador, dá licença só um minutinho?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Desculpa incomodar.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Não, eu quero, inclusive,...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Porque ele ficou de escolher o meu suplente.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Foi?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) –

Ele se encarregou de escolher o meu suplente dentro do esporte brasileiro. Até porque tenho uma admiração enorme por ele, pelo sogro, e é aquele que sempre levou o nome do Brasil às alturas, com o seu saque das estrelas. Ele continua estrela e ganha a nossa admiração permanente. E V. Ex^a, como sempre, se alinha àqueles que realmente trazem para o Brasil a glória de ter aqueles que possam nos representar em vários locais do mundo. Vamos ver se ele cumpre agora, não é?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – É. Antigamente, nós torcíamos pelo Brasil, torcíamos por Bernard. E hoje nós temos a obrigação, todo brasileiro tem a obrigação, de homenagear esses atletas. E aqui eu o faço, em nome do nosso querido jogador de voleibol, Bernard, que deu grandes alegrias e deu nome ao Brasil no voleibol, distribuído por todo esse universo.

Muito obrigado a você, Bernard.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a história da Justiça do Trabalho no Brasil é, sob todos os aspectos, a própria história do avanço dos direitos dos trabalhadores brasileiros. Nos dois casos, uma história de superação de dificuldades, de luta contra o conservadorismo e de combate aos setores imobilistas da sociedade, em prol do Brasil e dos brasileiros.

Sua origem provável foram as Juntas de Conciliação e Julgamento, colegiados compostos por representações dos trabalhadores e do patronato, sob presidência de um representante do Governo. As Juntas, entretanto, possuíam um caráter apenas administrativo, e não judicial.

Observe, Sr. Presidente, que, mesmo prevista pela Constituição de 1934, a Justiça do Trabalho não chegou a ser instalada naquela ocasião. A discussão do projeto de lei que a estruturava foi de tal forma acirrada, de tal forma os interesses opostos se encastelaram em suas inconciliáveis posições, que os debates foram atropelados e a resolução final inviabilizada, em vista da implantação da ditadura do Estado Novo.

Aliás, a polêmica infundável que cercou o tema da representação classista é citada como uma das justificativas utilizadas pelo Governo, à época, para o fechamento do Congresso Nacional e para a implantação do autoritarismo getulista, em 1937. Mas o novo regime não alterou o *status* administrativo das Juntas.

Finalmente, em 1946, por força de disposição constante da nova Constituição, a Justiça do Trabalho foi integrada definitivamente ao Poder Judiciário. Também foi formalmente conferido a seus membros o pleno acesso aos direitos e às garantias da Magistratura – condição, aliás, absolutamente necessária, no meu entender, ao exercício isento das prerrogativas de julgar e de proferir sentenças.

Temos hoje, no Brasil, enfim, uma estrutura jurídica totalmente voltada para as lides relativas ao mundo do trabalho, uma estrutura notável por sua eficácia e eficiência.

Sabemos todos o quanto a Justiça do Trabalho é fator relevante no grau de efetividade que os direitos trabalhistas alcançaram em nosso País, até mesmo em função da rapidez com que as lides são resolvidas, em prazos muito menores do que os praticados pela Justiça comum ou pelas demais jurisdições especializadas. Também seu custo é extremamente reduzido, seja para empregados, seja para patrões.

Mais do que isso, ainda: a Justiça do Trabalho transformou-se, com o tempo, num verdadeiro instrumento de justiça social e – se formos tomar a expressão ao pé da letra – também num mecanismo de distribuição de renda, por fazer chegar às mãos do assalariado o que ele provavelmente não obteria, não fosse por esse mecanismo.

Não é por outro motivo que instâncias judiciais do trabalho, muito parecidas com a brasileira, compõem – guardadas as especificidades de cultura e de visão do aparelho do Estado – o universo jurídico-institucional de países importantes, tais como a Alemanha, a França e a Irlanda, para citar nações mais desenvolvidas, assim como nosso grande irmão e espelho latino-americano no norte: o México.

O quadro brasileiro, Sr. Presidente, todavia, não se reproduz adequadamente no caso do meu Estado, o Estado do Amapá.

Inicialmente, porque o Amapá não constitui, tal como a maioria dos Estados brasileiros – e como, na verdade, todos os situados fora da Região Norte –, uma região autônoma da Justiça do Trabalho. O Amapá subordina-se integralmente à 8ª Região, com sede em Belém do Pará.

Mas essa situação não configura apenas uma dependência administrativa. Enquanto o Estado do Pará tem 41 Varas do Trabalho para o atendimento às

demandas, o Amapá abriga apenas quatro, menos de 10%, portanto, que o Estado vizinho.

Da mesma forma, as Varas do Trabalho da 8ª Região estão distribuídas em 16 Municípios paraenses, o que se justifica pela necessidade de proporcionar maior proximidade e melhores condições de acesso aos pleiteantes – o que é, por sinal, algo muito correto.

Incorreto, Sr. Presidente, é que, no Amapá, as poucas Varas do Trabalho hoje instaladas concentram-se na capital – todas elas, Senador Paim –, caracterizando um nível de cobertura zero para os Municípios do interior.

Todo esse quadro, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, toda essa injusta situação, torna-se mais fácil de se explicar quando constatamos a inexistência de um Tribunal Regional do Trabalho em território do Estado do Amapá, a Unidade Federativa que representa neste Colegiado.

Há mais, entretanto: na necessidade de fazer-se um recurso, uma petição ou um embargo – espécies usuais no processo judicial –, não há outro recurso que não procurar o Tribunal Regional do Trabalho de Belém, cidade situada a um dia, de barco, de Macapá, que não tem ligação através de estrada, ou na outra ponta de uma linha aérea que atravessa o delta do Amazonas e cruza, em sua maior dimensão, a ilha de Marajó.

É um fato absurdo, anômalo, inusitado, uma circunstância talvez até mesmo desconhecida por muitos dos meus Pares, Sr^{as} e Srs. Senadores, mas é fato, e, como tal, capaz de produzir todas as consequências negativas que venho apontando.

Estão claras, portanto, as dificuldades que a subordinação das Varas do Trabalho do Amapá a Belém têm trazido ao desenvolvimento do Estado do Amapá e ao bem-estar da gente amapaense. Trata-se, na verdade, de uma outra face perversa do desequilíbrio regional, chaga e distorção do Estado brasileiro que não cansamos de denunciar neste plenário. Quanto a isso, não resta a menor dúvida.

Há, por último, outro aspecto do problema que gostaria de abordar: a dimensão federativa.

Gostaria de me explicar melhor: a força e o fundamento de uma Federação é a absoluta igualdade entre seus membros, sejam eles grandes ou pequenos; desenvolvidos ou em processo de desenvolvimento; mais ou menos influentes; muito ou pouco poderosos.

Com muita honra, concedo o aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Papaléo Paes, eu quero cumprimentá-lo pela defesa que V. Ex^a está fazendo da Justiça do Trabalho do País e pela disposição de fortalecer mais instâncias dessa Justiça do Trabalho lá no seu Amapá. Meus cumprimentos, porque eu já vi, num passado recente, movimento para

acabar com a Justiça do Trabalho, e nós sabemos da importância que ela tem principalmente para o direito dos trabalhadores tanto da área rural como também da área urbana. V. Ex^a, corretamente, está reivindicando mais varas, mais instâncias de decisão e denuncia a todos nós que não há uma instância estadual que possa analisar os projetos e que os trabalhadores e os advogados, respectivamente, têm que recorrer ao Estado vizinho. Meus cumprimentos a V. Ex^a. Lembro-me de que, recentemente, infelizmente, na reforma do Judiciário, foi colocado lá um artigo que nós não percebemos – depois que fomos alertados, estamos tentando reverter – que, mesmo quando não há entendimento entre a categoria dos trabalhadores e a dos empregadores, a chamada categoria econômica com a categoria profissional, os trabalhadores não podem avocar o dissídio coletivo, só se o empregador concordar. Nós estamos tentando reverter isso, porque, quando há um conflito entre trabalhadores e empregadores e vai pelo não-entendimento naquilo que seria o acordo coletivo e se cria o dissídio coletivo, o correto é recorrer à Justiça do Trabalho. E agora só pode recorrer com a concordância das duas partes. Eu quero só fazer esse breve esclarecimento e, ao mesmo tempo, cumprimentar V. Ex^a, pois o seu pronunciamento fortalece a Justiça do Trabalho e, com isso, vai na linha de garantir e ampliar o direito dos trabalhadores, tanto da área rural, como da área urbana. Meus cumprimentos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Eu quero agradecer a V. Ex^a, principalmente pelo que V. Ex^a fala como representante legítimo dos trabalhadores, o que realmente reforça nossa reivindicação para o Estado do Amapá. Muito obrigado, Senador Paim.

Quando falta esse fundamento, quando falta a igualdade, a Federação perde parte de sua força, parte de sua legitimidade.

Frente a isso, o que explica que somente Estados nortistas vivam tal situação, como é o caso do Acre, Roraima, Tocantins e o Amapá? Queremos uma explicação. A Federação brasileira, tal como vemos, não tem solucionado a contento alguns de seus velhos problemas. Isso deve acabar!

Resumo, então, meus argumentos, para benefício dos que me honram com sua atenção.

A criação de um Tribunal do Trabalho em Macapá é, inicialmente, uma demanda da cidadania, da igualdade na distribuição de oportunidades entre os cidadãos.

(Interrupção do som.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Ela é, além disso, relevante para que haja, no Amapá, mais

justiça social e um maior nível de desenvolvimento econômico.

Por fim, é também uma exigência do estatuto federativo, que prescreve, para atingimento de seus fins, que uma Federação obedeça ao princípio de igualdade entre seus membros, princípio esse que a fundamenta.

Registro, Sr. Presidente, por último, ante o Plenário, meu imenso respeito pelo Judiciário brasileiro e pela Justiça do Trabalho, em particular. Registro, ainda, que não faço deste pronunciamento um painel de críticas à atuação do TRT de Belém, absolutamente; muito ao contrário, é grande minha admiração por essa instituição e por seus componentes.

Somente gostaria, é claro, de ver um órgão dessa estatura, dessa importância e dessa representatividade sendo criado na capital do meu Estado, o Amapá.

As consequências dessa criação e seus resultados para os amapaenses seriam relevantes, bem-vindos e – mais que tudo – justos para com aquela gente sofrida, mas orgulhosa, que deseja se integrar ao resto do País com a serena dignidade que resulta do convívio entre iguais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Obrigado a V. Ex^a. Cumprimento-o pelo pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – A Presidência recebeu, da Liderança do Democratas, expediente referente a substituições de seus membros nas Comissões Permanentes do Senado Federal.

Serão feitas as substituições solicitadas, nos termos do expediente encaminhado.

É o seguinte o expediente encaminhado:

Ofício nº 12/09-GLDEM

Brasília, 16 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a V. Ex^a as alterações de membros deste partido nas Comissões Permanentes da Casa abaixo relacionadas:

Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Titulares	Suplentes
Eliseu Resende	Gilberto Goellner
Antonio Carlos Júnior	Demóstenes Torres
Efraim Moraes	Heráclito Fortes
Raimundo Colombo	Rosalba Ciarlini
Adelmir Santana	Kátia Abreu
Jayme Campos	José Agripino

Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Titulares	Suplente
Adelmir Santana	Heráclito Fortes
Rosalba Ciarlini	Jayme Campos
Efraim Moraes	Maria do Carmo Alves
Raimundo Colombo	José Agripino

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Titulares	Suplentes
Kátia Abreu	Efraim Moraes
Demóstenes Torres	Adelmir Santana
Jayme Campos	Raimundo Colombo
Marco Maciel	José Agripino
Antonio Carlos Júnior	Eliseu Resende

Comissão de Educação – CE

Titulares	Suplentes
Raimundo Colombo	Gilberto Goellner
Marco Maciel	Kátia Abreu
Rosalba Ciarlini	Jayme Campos
Heráclito Fortes	Efraim Moraes
José Agripino	Eliseu Resende
Adelmir Santana	Maria do Carmo Alves

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Titulares	Suplentes
Gilberto Goellner	Adelmir Santana
Kátia Abreu	Raimundo Colombo
Heráclito Fortes	Maria do Carmo Alves
Eliseu Resende	Jayme Campos

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Titulares	Suplentes
José Agripino	Heráclito Fortes
Rosalba Ciarlini	Jayme Campos
Eliseu Resende	Maria do Carmo Alves
Gilberto Goellner	Adelmir Santana

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Titulares	Suplentes
Efraim Moraes	Adelmir Santana
Demóstenes Torres	Rosalba Ciarlini
Marco Maciel	José Agripino
Heráclito Fortes	Kátia Abreu

Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI**Titulares**

Gilberto Goellner
Eliseu Resende
Adelmir Santana
Jayme Campos
Kátia Abreu

Suplentes

Antonio Carlos Júnior
Efraim Moraes
Heráclito Fortes
Rosalba Ciarlini
Demóstenes Torres

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR**Titulares**

José Agripino
Marco Maciel
Rosalba Ciarlini
Adelmir Santana

Suplentes

Gilberto Goellner
Jayme Campos
Demóstenes Torres
Kátia Abreu

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA**Titulares**

Gilberto Goellner
Raimundo Colombo
Kátia Abreu
Jayme Campos

Suplentes

Demóstenes Torres
Heráclito Fortes
Rosalba Ciarlini
José Agripino

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT**Titulares**

Antonio Carlos Júnior
Demóstenes Torres
José Agripino
Efraim Moraes

Suplentes

Gilberto Goellner
Eliseu Resende
Marco Maciel
Kátia Abreu

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder do Democratas no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Com a palavra, o Senador Osmar Dias, pela Liderança do PDT.

Pergunto se o Senador Jefferson Praia permitiria que a Senadora Ideli Salvatti falasse, em seguida, para uma comunicação urgente, visto ter pedido e ter que deixar o plenário. (Pausa.)

Agradeço a V. Ex^a, sempre gentil e com amor amazonense.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu pensei que hoje a gente já ia ter a reunião para definir os presidentes das Comissões, para definir, enfim, a proporcionalidade, mas vamos continuar aguardando. Só que o tempo está passando. Acredito que o Senado deveria já ter se reunido e ter decidido essa questão, porque nós não podemos continuar assim. Para continuar assim, podíamos ter ficado em recesso. Ficava até mais bonito.

Mas eu gostaria de falar... E o Senador Paulo Paim, que está ali, sempre foi aquele que levantou a bandeira pelo salário mínimo, pela correção do valor do salário mínimo; nas lutas que ele coloca sempre em prática aqui – algumas, com sucesso; outras, nem tanto –, o Senador Paulo Paim defende os trabalhadores. Eu tive a honra de ser o Relator do projeto que estabeleceu a regra de correção do salário mínimo e fiz um relatório acompanhando o projeto original, que é exatamente dar um ganho real ao salário mínimo em todos os anos e, a cada ano, a gente ter uma regressão de um mês para chegar até o dia 1º de janeiro. Em que ano, Senador Paulo Paim, 2011, não é?

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Já no ano que vem.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Já no ano que vem, 2010, portanto, a correção do salário mínimo no dia 1º de janeiro.

Mas a *Folha de S. Paulo* de ontem, Senador Tuma – encontrei V. Ex^a em São Paulo e aproveitei para pegar um exemplar do jornal –, traz aqui os dados sobre o salário mínimo de 2003 a 2009.

Sei que todas as vezes em que falarmos em salário mínimo sempre vamos achar que é pouco diante das necessidades das famílias dos trabalhadores que dependem do salário mínimo, e são milhares. Se a gente somar a previdência mais os trabalhadores da ativa, dará mais de 40 milhões de trabalhadores e de famílias que dependem do salário mínimo. Então, é um contingente significativo da população, que representa muito mesmo.

Temos de considerar que, neste momento de crise, o aumento real do salário mínimo vai trazer, sim, um alento, porque vai aumentar o poder aquisitivo dessas famílias, que são milhares, como eu disse aqui, tanto aqueles que estão na ativa quanto os aposentados, e também aqueles que terão de contar com o seguro-desemprego neste momento de crise, quando, sabemos, os anúncios de desemprego, de dispensa de trabalhadores têm sido quase diários.

Então, temos de analisar se esse aumento real corresponde ao anseio, à expectativa e às possibilidades que o País tem diante desse assunto tão importante que é o salário mínimo, que é, sem dúvida, um instrumento de distribuição de renda, um instrumento importantíssimo para que haja mais igualdade social.

E nós vemos aqui que o aumento real do mínimo vai injetar, segundo o Ministro Lupi, do Trabalho, R\$23 bilhões a mais na economia. Isso significa R\$23 bilhões que estarão circulando, comprando mercadorias, adquirindo produtos. Significa que o aumento real do salário mínimo, que será de 6,4%, não vai beneficiar apenas diretamente aqueles que vão receber esse au-

mento e que dependem do salário mínimo, mas também beneficiará os trabalhadores que dependem do comércio vendendo, os trabalhadores que dependem da economia rodando para frente. Nós não podemos pensar em recessão neste momento.

No Japão, o mesmo jornal mostra que houve uma queda na economia, no último quadrimestre do ano passado, de 12%. Calcula-se uma diminuição do PIB do Japão, ou seja, um crescimento negativo de 2,06% neste ano de 2009. E o Brasil precisa crescer, mesmo enfrentando esses desafios.

O acumulado dos últimos anos. Aqui temos os dados de 2003, evidentemente pegando o Governo Lula: 2003 a 2009. São 46,05% de aumento real no salário mínimo.

Então, quero dizer para o Senador Paulo Paim que a luta de S. Ex^a tem valido a pena, porque, se não é o ideal, pelo menos é melhor do que ficarmos apenas com o aumento em cima da inflação, sem darmos um aumento real, que pode aumentar, dessa forma, a qualidade de vida, o poder aquisitivo das famílias.

Mesmo falando pela Liderança, eu vou pedir autorização a V. Ex^a para dar um aparte ao Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Bem rápido. É mais para cumprimentá-lo, Senador Osmar Dias. Quando tivemos aquela comissão mista, a gente trabalhou com a inflação e o dobro do PIB. V. Ex^a foi correto, e eu votei com muito orgulho no seu relatório. Por quê? Houve um entendimento com todas as centrais sindicais e confederações de que...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – ...,naquele momento, o que se poderia fazer era exatamente o seu relatório. V. Ex^a acatou que fosse a inflação mais o PIB. E os dados são esses, na contramão de alguns economistas que diziam que esse aumento, mais o PIB, ia quebrar o País. Pelo contrário! E V. Ex^a argumentou muito bem: se não fossem esses R\$23 bilhões agora no mercado interno, a crise seria muito mais grave do que já é. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Quero dizer que V. Ex^a foi muito importante para que nós conquistássemos esse aumento real, não apenas na luta que empreendeu durante o processo de discussão do projeto que estava aqui, mas na sua vida parlamentar. As coisas aqui se constroem aos poucos. A gente não consegue resolver um problema desse tamanho de uma única vez, e V. Ex^a pacientemente trabalha nesse assunto.

Tive a honra, sim, de ser o Relator e ouvir V. Ex^a. O que era possível era fazer o quê? Darmos o aumento pela inflação, mais o crescimento do PIB. E, por isso mesmo, Senador Romeu Tuma, nós não temos por que aceitar a torcida de alguns para que o Brasil não cresça, para que o Brasil tenha problemas econômicos, para que os empresários brasileiros não tenham sucesso, porque, se o PIB crescer, os trabalhadores vão ganhar; se o PIB crescer 4%, o aumento do salário mínimo no ano que vem vai ser a inflação, mais 4% – não é, Senador Paim? –, pelo projeto que nós aprovamos aqui.

Então, nós temos que, além de torcer, cumprir a nossa obrigação neste Senado. O que é cumprir a obrigação neste Senado? É votarmos reformas que possam ajudar os empresários a produzir mais e gerar mais empregos.

Nós temos que aprovar, por exemplo, uma reforma aqui do Simples, que hoje tem o limite de faturamento de R\$2,4 milhões para que uma empresa seja considerada dentro do Simples. E elas empregam muitos trabalhadores neste País.

Fala-se em 60% dos trabalhadores que estão empregados numa empresa, com o faturamento anual menor do que R\$2,4 milhões. O que acontece é que essas empresas, se elas aumentarem o faturamento...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – ...e vou encerrar, Sr. Presidente – elas saem do Simples e, saindo do Simples, elas vão pagar mais imposto. Então, elas não crescem, vão para a informalidade. O Governo não capta os impostos, e os empresários não podem dar mais empregos formais.

Então, é importante que o Senado, além de torcer para que essa crise não atinja o setor produtivo, para que o PIB possa continuar crescendo e a gente possa ter um aumento real maior do salário mínimo no ano que vem, cumpra aqui, também, a sua obrigação. Acho que uma delas é lutarmos para que o teto do Simples seja aumentado, seja ampliado, no sentido de abrigar mais trabalhadores, gerar mais empregos, e, Sr. Presidente, a economia continuar crescendo. A crise está aí? Só tem um jeito de enfrentar: trabalhando. E temos que ver a sociedade brasileira trabalhando, com os empresários prosperando, os trabalhadores com emprego, e aqui, no Senado, também, a gente trabalhando, Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Está na hora de definir as Comissões, de começarem a se reunir, debater a crise, porque não vai adiantar a gente reclamar depois. Temos que nos antecipar. Uma das medi-

das que sugiro aqui é ampliar o limite do Simples para abrigar mais trabalhadores e proporcionar que os empresários possam formalizar a economia. E o Governo, dessa forma, vai captar mais impostos.

De outro lado, fico feliz de ver que, mesmo na crise, foi possível cumprir a lei que aprovamos aqui, dando um aumento real de 6,39% ao salário mínimo, que vai ser um aumento, portanto, de 12%, elevando o salário mínimo para um valor que todo mundo vai dizer que não é ideal – eu também vou dizer que não é ideal –, de R\$465,00, e que, evidentemente, vai oferecer aí uma contribuição para enfrentar essa crise que vem pela frente. Enfrentar trabalhando, Sr. Presidente.

Obrigado pela tolerância.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Permite-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Posso só dar uma palavrinha, Senador Osmar?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Não estou imitando o Mão Santa, que, a cada orador, tem a liberdade de fazer um pronunciamento em seguida. Mas tem uma história, Paim, se me permitir V. Ex^a: eu era diretor de polícia e encontrei o Almir Pazzianotto, então advogado sindicalista, que trabalhava para o Sindicato do ABC. Ele, conversando comigo – ele estava esperando no aeroporto a chegada do Almino Affonso, então exilado, que vivo retornava, e ele foi recebê-lo no aeroporto –, informalmente, disse: “Não dá para você falar com o Ministro Delfim para ter um aumento real no salário mínimo para evitar a greve?” – a grande greve que houve do ABC. Eu disse: “Posso falar com o Ministro. Vou falar com ele”. E pedi. Ele falou: “Não, traga o Lula e traga o Almir Pazzianotto à minha casa no sábado, e a gente conversa”. Tivemos três reuniões. Eu pedi para sair, e não me deixaram sair, para ser testemunha viva da conversa. Depois, alguém pôs no jornal que o Lula estava visitando o Delfim; aí terminou a conversa, que era para ter um aumento real.

Quer dizer, essa conquista a que V. Ex^a se refere hoje é histórica, porque foi num momento difícil que eclodiu a grande greve, por não ter existido a oportunidade de discutir um aumento real de salário mínimo.

Então, esse é um fato que vivi na história contemporânea do Brasil. E vejo agora, com o pronunciamento de V. Ex^a, que é uma vitória. Se o salário mínimo não é o ideal, pelo menos houve um encaminhamento.

E acho que o Senador, por ser presidente de um órgão importante, pediria que V. Ex^a concedesse o aparte.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Com muita honra, Senador Adelmir Santana.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Osmar Dias, queria me reportar à parte do pronunciamento de V. Ex^a quando faz referência à questão do aumento dos valores para o enquadramento das empresas no Super Simples. Acho que já é chegando o momento de se reverem esses valores, porque está claro, para o enfrentamento dessa questão da crise – que não é nossa, é uma crise mundial –, um dos caminhos é exatamente a valorização das micro e pequenas empresas. E esse é um processo em que nós devemos todos estar focados, porque, se há dificuldade na questão creditícia, um dos caminhos é... Primeiro, o alongamento do prazo para o recolhimento dos tributos; segundo, ampliando essas faixas do Super Simples, porque assim estaremos fortalecendo as micro e pequenas empresas e garantindo a questão do emprego,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) –... que, na minha visão, é a grande questão da crise, a manutenção dos empregos. Congratulo-me com V. Ex^a pela colocação da questão do Super Simples e das faixas que hoje estão em vigor.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senador Ademir Santana.

Agradeço ao Senador Romeu Tuma, Presidente, e incorporo a sua história, que é real, ao meu pronunciamento, assim como o aparte do Senador Adelmir Santana. Vamos lutar juntos para, quem sabe, conseguirmos esse aumento dos limites do Super Simples. Sei que vamos contar também com o Senador Paulo Paim.

Obrigado, Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Por cessão do Senador Jefferson Praia, convido a Senadora Ideli para...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pois não, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a não é o Presidente da Casa, mas como o relógio já aponta o horário da Ordem do Dia – estamos a um minuto das 16 horas – e como o atual Presidente da Casa, Senador José Sarney...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Estamos ligando para o Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – decidiu que às 16 horas, impreterivelmente, teríamos sempre

o início da Ordem do Dia, levantei esta questão de ordem para dizer a V. Ex^a que lamentamos profundamente que, até este momento, não tenha ocorrido a anunciada reunião de lideranças para estabelecer a normalidade a fim de que as comissões da Casa possam funcionar.

É incompreensível, nós não conseguimos entender: o Poder Legislativo está desgastado, nosso conceito está no chão, não conseguimos atender as expectativas da sociedade, não conseguimos produzir da forma como deseja o povo brasileiro, não conseguimos oferecer respostas ágeis, eficazes aos reclamos da nossa população, no entanto, estamos facilitando para aprofundar o nosso desgaste. Não há decisão, não há reunião de lideranças, não há definição dos novos dirigentes das comissões do Senado Federal.

Não há como entender isso, até porque o Senado tem como tradição o conceito de Casa conciliadora, que busca o consenso com muita facilidade e competência, que chega a soluções internas sem disputa. Neste caso, estamos desmentindo a história da tradição desta instituição.

Eu repito: é incompreensível. O PSDB não votará matéria alguma – mantém, portanto, a sua posição de intransigência –, porque é preciso estabelecer um cronograma para a nossa ação parlamentar. Ainda que pudéssemos votar a medida provisória que se encontra no Senado Federal trancando a pauta – não conhecemos parecer dessa medida provisória, portanto não temos condições para deliberar sobre ela –, o que vem em primeiro lugar como prioridade é exatamente a definição das comissões técnicas da Casa.

É o apelo que nós formulamos a V. Ex^a – tenho certeza de que será transmitido ao Presidente José Sarney – para que o Senado Federal possa voltar à normalidade dos seus trabalhos.

Se já não correspondemos quando votamos, imagine, Sr. Presidente, se poderemos corresponder sem deliberar!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador, o Presidente Sarney já está a caminho e em poucos minutos estará aqui.

Só queria comunicar à Casa que, como Presidente temporário da Comissão de Ciência e Tecnologia, estou convocando seus membros a participarem de sua instalação quinta-feira às 10 da manhã. Gostaria muito que os membros comparecessem para que, logo em seguida, coloquemos em votação os projetos que estão aguardando relatoria naquela comissão.

Como disseram que sou o mais antigo, eu estou convocando reunião da comissão para quinta-feira às 10 horas.

Com a palavra a Senadora Ideli, a quem peço desculpas por ter feito esperar na tribuna – V. Ex^a, a propósito, faz uma figura brilhante na tribuna.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu e o Senador Neuto de Conto estivemos ausentes do Senado da República na semana passada porque acompanhamos a comitiva oficial do Governo do Estado de Santa Catarina a Dubai.

Essa comitiva teve a tarefa fundamental, central, de dar os últimos encaminhamentos à organização da reunião que acontecerá, pela primeira vez na América Latina, do WTTC, que é o Conselho Mundial de Viagem e Turismo, um organismo que se reúne anualmente com os principais empreendedores, os principais articuladores do turismo em termos mundiais. Essa reunião do WTTC, que pela primeira vez acontece na América latina, será realizada de 14 a 18 de maio na capital do Estado, em Florianópolis.

Como a última reunião aconteceu em Dubai, no ano passado, e agora será realizada em Santa Catarina, em Florianópolis, estivemos lá para fazer as últimas tratativas, os convites oficiais, terminar a organização desse evento.

Como não poderia deixar de ser, essa viagem se revestiu de grande importância para o nosso Estado e para o Brasil. Ter reunido, durante praticamente uma semana, os principais operadores, os principais investidores, aqueles que atuam no turismo mundial, dando divulgação para o País e para ele chamando a atenção como destino potencial de investimentos para o turismo, para a realização de eventos, investimentos, inclusive, em equipamentos turísticos em nosso País, principalmente no Estado de Santa Catarina, já valeria a viagem e a organização de forma adequada desse evento, que é absolutamente relevante e que contará com integral apoio do Ministério do Turismo e do Governo do Presidente Lula.

Além da exposição, da divulgação do Brasil como destino turístico e da atração de investimentos turísticos para o nosso País, durante esse evento teremos a chance de abrir oportunidades de negócios para inúmeros empresários brasileiros. Com a realização desse evento do WTTC lá em Santa Catarina, vários empresários do ramo têxtil, cama, mesa, banho, cristais, prataria, porcelana, móveis, ou seja, aqueles que produzem tudo o que é necessário num hotel, num empreendimento turístico, poderão realizar inúmeros negócios.

Além das tratativas relativas à organização do evento lá em Florianópolis agora no mês de maio, a agenda comportou inúmeras audiências com setores de

investimento dos Emirados Árabes, não só de Dubai, de Abu Dabi, mas de outros países que têm investimentos ali nos Emirados Árabes. Fizemos inúmeras reuniões com setores produtivos e com setores de investimento. E uma coisa, Senador Paulo Paim, me impressionou sobremaneira: em todas as audiências que nós realizamos com setores produtivos lá em Dubai e em Abu Dabi, percebemos que todos tinham informações precisas, absolutamente precisas, da situação econômica do Brasil, sabem que o Brasil está extremamente bem preparado não só para enfrentar a crise, mas para sair dela. Foi por isso que o grupo empreendedor Four Seasons, que é uma rede famosa de hotéis, já sinalizou, e depois confirmou na audiência, investimentos para a construção de hotéis em São Paulo, no Nordeste e em Santa Catarina.

A Dubai Ports World, que é a quarta maior operadora de portos do mundo, também sinalizou grande interesse de investir em Santa Catarina e no Brasil. Fundos de investimento – tivemos oportunidade de participar de audiência em que se tratou disso – pretendem destinar carteira significativa de investimentos ao Brasil e há perspectiva de ampliação. Todos eles se manifestaram de forma uníssona colocando o Brasil como o País que está efetivamente em condições de atrair grandes investimentos e de sair da crise rapidamente. Aliás, para nós, isso é apenas a confirmação do resultado da pesquisa da OCDE feita recentemente em 35 países, que mostrou o Brasil como o País que menos sofre com a crise global e o único País que manteve uma classificação acima de 100 no segundo semestre de 2009, enquanto todos os outros 34 países tiveram classificação abaixo de 100, que é o indicador que mede exatamente a perspectiva de crescimento e não de recessão e de recuo.

Outros dados que confirmam esta boa perspectiva para o Brasil de enfrentamento e de superação da crise foi a questão da venda do cimento...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – ...no ano passado. As vendas do cimento, no ano passado, que subiram quase 15% batendo o recorde. E apesar do recuo para 2009, a análise do setor colocando de forma muito clara que nós, no mínimo, deveremos empatar em 2009 com o que o setor teve de crescimento em 2008.

E os estudos do Centro de Pesquisas Sociais da Fundação Getúlio Vargas de que a classe média cresce apesar da crise. E cresceu significativamente no quarto trimestre de 2008. A classe média que era de 44% em 2004, foi para 51,18%, em 2007; até setembro de 2008, a classe média era de 51,93%; e de

setembro de 2008 para dezembro de 2008, 53,46%. Pulando, portanto...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – ...no quarto trimestre, que é o trimestre que todos nós já temos, já sentimos e já percebemos o efeito da crise, de 51,9 para 53,43%

E os dados agora recentes tanto do IBGE quanto da LCA Consultores de que as classes D e E terão um maior ganho de renda real, ganho real de renda, exatamente em 2009, mesmo durante toda a crise. Por isso, que a nossa viagem, a nossa visita, as nossas tratativas e audiências em Dubai, com investidores do mundo árabe, onde existe dinheiro, existe recurso e a crise, apesar de afetar, afeta de forma diferenciada, apenas confirma que a lição de casa foi feita. O Brasil está bem preparado com as medidas adotadas pelo Governo Lula...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – ...de colocar recursos na área social, na área de investimento, na área de obras, na área de infraestrutura como, para nossa surpresa, até ex-Ministro do Fernando Henrique, o Bresser Pereira, em artigo que coloca “Por onde atacar a crise”, realmente reafirma essa questão de que é impossível enfrentar a crise a não ser trabalhando o estímulo dos consumidores e dos empresários que voltem a consumir e investir.

Portanto, a receita adotada é a receita correta. E o Presidente Obama, que aprovou com muito sacrifício o seu programa nos Estados Unidos, colocou exatamente na mesma ótica e na mesma lógica que o Presidente Lula vem atuando para enfrentar a crise. Porque dos US\$787 bilhões aprovados no Congresso dos Estados Unidos...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – ...38% vão para assistência social, 38% para o corte de impostos e 24% para obras públicas. Portanto, fizemos escola, somos reconhecidos mundialmente, temos o olhar atento dos investidores, porque o Brasil está, como eles mesmos colocaram, preparado para enfrentar, mas principalmente preparado para sair da crise.

Era isso, Sr. Presidente.

Agradeço a gentileza da prorrogação.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, expedientes referentes a indicações e substituições de seus membros nas Comissões Permanentes do Senado Federal.

Será feita a substituição solicitada, nos termos do expediente encaminhado.

A Presidência designa o Senador Marcelo Crivella para integrar, como Suplente, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nos termos do expediente encaminhado.

São as seguintes as comunicações:

Ofício nº 018/2009 – GLDBAG

Brasília, 16 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Augusto Botelho como membro titular e o Senador Tião Viana como membro suplente na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senador **Aloizio Mercadante**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 19/2009 – GLDBAG

Brasília, 16 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Marcelo Crivella como membro suplente na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senador **Aloizio Mercadante**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lida a seguinte:

OF. Nº 16/09-GLDEM

Brasília, 17 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Em resposta ao OF. SF/063/2009, dessa Presidência, indico o Senador Marco Maciel, como representante do Partido Democratas, para integrar o conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino**, Líder do Partido Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência designa o Senador Marco Maciel para compor, pelo Democratas, o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha-Lutz, nos termos do expediente lido.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Estamos alternando os inscritos na lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Praia, do PDT do Estado do Amazonas.

Em seguida, alternaremos a palavra para a Liderança. Primeiro, está inscrito o Senador César Borges, do PR do Estado da Bahia.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. *Fora do microfone.*) – Não sou eu, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrito também. No meu coração, estou ouvindo “Efraim, Efraim, Efraim”.

Tem a palavra o Senador Jefferson Praia.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei breve. Quero apenas destacar um fato que ocorreu recentemente e que é de grande relevância para o nosso País, pela demonstração dada de comportamento que o ser humano deve ter.

Saiu, recentemente, na imprensa – e estou aqui com uma cópia de **O Globo Online** – a seguinte notícia: “Catadora encontra cerca de R\$40 mil no lixo e devolve ao dono”.

Uma mulher de 55 anos, catadora de materiais recicláveis, encontrou nesta quarta-feira (11), pacotes no lixo com cerca de R\$40 mil dentro. A quantia foi encontrada no lixo de um supermercado de Penápolis, a 479Km de São Paulo. Ela devolveu o dinheiro ao dono do estabelecimento comercial, que calculou a quantia de dinheiro que havia nas sacolas. A mulher recebeu R\$200 como recompensa, diz a nota.

Lourença Palma da Cunha [que nem sabe que estamos aqui nos reportando a ela, Senador Paulo Paim], que trabalha há vários anos como catadora [veja bem!], encontrou no lixo sacolas que ela pensou conter material reciclável. Quando chegou em casa para separar o material, se espantou ao ver tantas notas de R\$50, além de vários cheques pré-datados e até dólares. Lourença disse que achou que o dinheiro fosse de mentira [vejam a simplicidade, a falta de percepção!]. Mas, quando descobriu que o dinheiro era real, se lembrou de onde havia retirado as sacolas, voltou para o supermercado e devolveu toda a quantia.

Segundo o dono do supermercado, uma funcionária fez a limpeza e acabou jogando as sacolas de dinheiro no lixo.

A mulher sustenta a família com a coleta de materiais recicláveis. Ela ganha cerca de R\$200 por mês. A catadora mora em uma casa de cinco cômodos com o marido, dois filhos e quatro netos. Há cinco anos, Lourença é voluntária no Fundo Social de Solidariedade de Penápolis. A mulher deixou parte da recompensa que recebeu no próprio supermercado [veja bem, recebeu R\$200,00 e deixou a metade no próprio supermercado]. Ela comprou refrigerantes e, com o restante do dinheiro, disse que pagaria uma prestação.

Portanto, Sr. Presidente, estou fazendo um requerimento de votos de louvor à Sr^a Lourença da Cunha, diante de comportamento que a grande maioria do povo brasileiro certamente teria. Fico feliz em ver comportamentos dessa natureza sendo realizados. O gesto de D^a Lourença, por mais singelo que pareça, reveste-se de forte simbolismo em face de vir de pessoa tão simples e necessitada e de grande exemplo para o resto do Brasil. E deveria, é claro, Sr. Presidente, ser seguido por qualquer pessoa, especialmente por aquelas cujas necessidades morais minguadas são inversamente proporcionais ao tamanho da precisão da grande maioria dos brasileiros.

Portanto, solicito aos ilustres Pares apoio a esse requerimento, na certeza de que compartilham a convicção de que a força moral do exemplo pode impulsionar mudanças promissoras na consciência social.

Então, eu gostaria, mais uma vez, de ressaltar o comportamento dessa senhora, dessa catadora, chamada Lourença da Cunha, de Penápolis, São Paulo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Jefferson Praia, V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento. A Mesa, por minha pessoa, quer apresentar também louvores a V. Ex^a. “O essencial é invisível aos olhos.” “Quem vê bem vê com o coração.” V. Ex^a foi buscar o essencial, foi buscar a virtude da honestidade.

Ao adentrar aqui nosso Presidente Sarney, cito o que o Padre Antônio Vieira disse: “Palavras sem exemplo são um tiro sem bala, e o exemplo arrasta”.

Antes de passar a Mesa ao nosso Presidente Sarney, eu queria dizer que é extraordinário o exem-

plo de Lourença da Cunha, que o Senador traz aqui, reivindicando uma mensagem de louvor. Ela é uma catadora de lixo que encontrou R\$40 mil e que os devolveu, mostrando a integridade e os princípios cristãos da mulher brasileira.

Então, queremos aplaudir V. Ex^a, que, nesse ato simples, mostra a grandeza do Senado.

Chega aqui nosso Presidente Sarney.

Lembraria à nossa Serys Shessarenko que há o Mulher-Cidadã Bertha Lutz. Que não se busquem só as figuras de muitas riquezas! Essa, talvez, tenha a grande riqueza da virtude e deva ser homenageada.

Presidente Sarney, fiquei orgulhoso ao vê-lo receber nosso Presidente da Colômbia, *hablando* a língua de Cervantes e emocionando todos nós. É dessa maneira que se engrandece o Brasil.

O Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Peço desculpas aos meus eminentes colegas pelo atraso da Ordem do Dia, que foi determinado porque tivemos de receber o Presidente Uribe, da Colômbia, que também já chegou com um pouco de atraso, o que fez com que nossa agenda não fosse começada no tempo devido.

Há expedientes sobre a mesa, que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 1, de 2009**, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera o art. 78 do Regimento Interno do Senado Federal, que trata sobre a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos por parlamentares nas Comissões do Senado Federal.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão Temporária para a reforma do Regimento Interno, conforme fala da Presidência de 2 de abril de 2008.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 542, de 2007**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor sobre os serviços de atendimento personalizado ao consumidor realizados por meios eletrônicos, **fac-símile**, correio de voz,

Internet e outras formas de Serviço de Atendimento ao Consumidor (SACs) ou Centrais de Atendimento Telefônico (**call centers**).

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Com o propósito de manter o Plenário informado das providências tomadas pela Mesa Diretora e com o compromisso que assumimos de redução de 10% das despesas da Casa, quero comunicar que, nesse sentido, já providenciamos a eliminação de passagens e diárias para cursos de servidores da ordem de R\$1,5 milhão; a eliminação dos impressos que não sejam de atividades do Parlamentar e da Casa da ordem de R\$4,5 milhões; a eliminação de novas obras da ordem de R\$6 milhões; a redução de despesas com telefone de R\$1,2 milhão, com o corte de 300 ramais telefônicos; e a redução de aquisições e demais contratações de serviço no valor de R\$36,8 milhões.

Quero também comunicar ao Plenário que, nesta tarde, assinei, juntamente com o 1º Secretário, um ato da Presidência no sentido de estabelecermos a seguinte regra para os bancos que operam nesta Casa, que cobram dos funcionários da Casa, para empréstimos consignados, às vezes, como chegamos a constatar, taxas da ordem de 4,4% ao mês, o que realmente é um verdadeiro absurdo. Nesse sentido, baixamos um ato no qual estabelecemos uma taxa de 1,60% para que os bancos emprestem aos servidores da Casa, uma vez que eles têm uma reserva de mercado, com a folha dos servidores, sem nenhum risco. Aqueles que não quiserem seguir essas determinações não serão mais credenciados para operar dentro do Senado Federal. É uma medida de colaboração que estamos dando, com o esforço de baixar os juros do País. Ao mesmo tempo, é uma colaboração com os funcionários desta Casa.

Quero comunicar também que os partidos encaminharam à Mesa as modificações nas Comissões da Casa, que já foram lidas. A partir de agora, as Comissões estão autorizadas a proceder à eleição das suas respectivas Mesas Diretoras. Dessa maneira, as Comissões da Casa já podem se reunir para eleger seus membros para novo mandato nos dois próximos anos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho muito importante esta decisão dos Líderes de já indicarem os membros das respectivas Comissões. Mas, para que possamos instalar as Comissões, é necessária uma reunião do Colégio de Líderes, que sempre aconteceu por iniciativa da Presidência do Senado, para que, respeitando o princípio da proporcionalidade das indicações de bancada, a ordem de pedida das respectivas bancadas seja apresentada e, a partir daí, as Comissões se instalem em função dessa recomendação regimental, que sempre foi respeitada no Senado Federal. Nós não tivemos, até o momento, essa reunião.

Eu pediria a V. Ex^a, na condição de Presidente da Casa, que tomasse a decisão de imediatamente convocar os Líderes para que possamos fazer esse levantamento da ordem de escolha pelas bancadas, a fim de instalar as Comissões e dar-lhes pleno funcionamento, porque há uma expectativa na sociedade, e é fundamental que isso aconteça. Esse atraso prejudica o Senado, prejudica seu desempenho. Não há por que continuar postergando essa matéria. Espero, sinceramente, que, ainda hoje, façamos a instalação. Para isso, é indispensável a reunião das Lideranças, para que todos os blocos e partidos possam fazer as suas recomendações em função do direito à proporcionalidade e às decisões democráticas das respectivas bancadas. Acho fundamental que a Presidência tome essa iniciativa, se possível imediatamente, para que possamos concluir a instalação das Comissões ainda no dia de hoje.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) –

Pela ordem, Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela or-

dem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB –

AC) – Pediu a palavra o Senador Expedito Júnior antes. Estão inscritos os Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro.

Com a palavra, o Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela

ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de aproveitar a presença de V. Ex^a na Mesa e fazer um apelo a V. Ex^a. Eu gostaria de fazer um apelo, Sr. Presiden-

te, a V. Ex^a. V. Ex^a conseguiu resolver o problema dos servidores do ex-Território do Amapá, e o Líder, Senador Romero Jucá – acho que, na época, também em conjunto com V. Ex^a –, conseguiu resolver o problema dos servidores públicos do ex-Território de Roraima. Já conversei pessoalmente com V. Ex^a, V. Ex^a já assumiu esse compromisso de nos ajudar no Estado de Rondônia, inclusive já pretende V. Ex^a também estender a questão da transposição aos servidores municipais do Amapá – V. Ex^a nos disse –, e eu gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a.

Não é justo esse tratamento com meu Estado. Não é justo o tratamento com o Estado de Rondônia. Não sei se é uma decisão política, não sei o porquê. Mas já aprovamos aqui a PEC de uma Senadora do Partido dos Trabalhadores, a Senadora Fátima Cleide, do PT. Já aprovamos essa PEC aqui no Senado. Essa PEC foi para a Câmara e, durante dois anos, passou adormecida nas gavetas do Presidente Arlindo Chinaglia. Eu gostaria de fazer este apelo a V. Ex^a, haja vista que hoje temos V. Ex^a presidindo esta Casa e o Deputado Michel Temer presidindo a Câmara dos Deputados: para que, em consenso, com entendimento, possamos buscar pavimentar um caminho para aprovar essa PEC na Câmara dos Deputados. Sei que ela vai retornar para cá, porque estão acontecendo mudanças na PEC na Câmara dos Deputados, mas que possamos fazer justiça aos servidores públicos do meu Estado.

Assim como V. Ex^a e o Senador Romero Jucá fizeram com relação aos seus Estados, ex-Territórios, eu gostaria de poder não presentear os servidores do meu Estado, mas fazer justiça. Quando me mandaram para cá, Sr. Presidente, para ser Senador, para ser seu representante, foi no intuito de resolver os problemas do nosso Estado.

Quanto à questão do Beron, houve um avanço muito grande aqui, mas um dos principais assuntos, talvez a espinha dorsal do nosso Estado, é essa questão dos servidores. Nós vamos resolver, nada mais, nada menos, o problema de cerca de 20 mil servidores públicos do nosso Estado. Em torno de R\$30 milhões a R\$33 milhões nós vamos economizar todos os meses para que o Estado possa investir melhor na segurança, na educação, na melhoria das nossas estradas e na qualidade de vida do povo do nosso Estado.

Peço a V. Ex^a, que conseguiu resolver o problema dos servidores do seu Estado, do antigo Território, que nos ajude agora, que V. Ex^a está presidindo esta Casa, para que possamos resgatar uma dívida com os servidores públicos do meu Estado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Expedito Júnior, V. Ex^a conta com a minha total solidariedade nessa luta, que é muito justa, e V. Ex^a tem sido um grande defensor do seu Estado nesta Casa. Eu queria apenas dizer que vou juntar-me a V. Ex^a. O Senador Romero conseguiu mais do que nós, porque ele já resolveu realmente o problema de todos os servidores do Estado de Roraima, e o Amapá, ainda, como Rondônia, não conseguiu a solução total para os servidores do Estado do Amapá.

Nós, sem dúvida alguma, conjuntamente, vamos resolver esse problema e vamos solicitar, uma vez mais, a colaboração do Líder do Governo para que ele possa nos ajudar a encontrar essa solução, que é muito justa. V. Ex^a continua sendo aqui o grande defensor dos funcionários do seu Estado.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Gostaria, Sr. Presidente, ainda de aproveitar e entregar um requerimento do Governador do Estado de Rondônia, Governador Ivo Cassol, que esteve aqui na semana passada, mas não foi possível entregá-lo pessoalmente a V. Ex^a – não por conta de V. Ex^a, mas por conta dele, que antecipou a sua volta ao Estado de Rondônia.

Eu gostaria de entregar o requerimento em que ele pede também, assim como estou fazendo este pleito aqui, que possamos achar um caminho alternativo para que possamos votar, então, a transposição dos servidores públicos do Estado de Rondônia.

Não tenho dúvidas de que o Raupp também, que é Senador do Estado, nos ajuda, até pouco tempo como Líder do PMDB, e a Senadora Fátima Cleide, pois esse projeto que foi aprovado é de autoria dela, é de autoria das duas maiores Bancadas, PT e PMDB. Não tenho dúvida de que este agora é o momento adequado, com a presença de V. Ex^a, para resolvermos a transposição dos servidores públicos de Rondônia.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EXPEDITO JÚNIOR EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SUPERINTENDÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO EM BRASÍLIA
GABINETE DO GOVERNADOR**

Ofício Nº 007/2009/GG

Brasília/DF, 10 de fevereiro de 2009.

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, valho-me do ensejo para solicitar a Vossa Excelência a especial atenção no sentido de interceder junto à Presidência da Câmara dos Deputados a votação da PEC-483/2005 de autoria da Senadora Fátima Cleide PT/RO, que tramita na Câmara dos Deputados, a qual, já foi aprovada pelo Senado Federal, que inclui os servidores públicos, civis e militares do Ex-território federal de Rondônia nos quadros da União.

A proposição busca resgatar os direitos dos servidores do Ex-território de Rondônia, dando tratamento igualitário aos direitos já adquiridos pelos servidores dos Ex-territórios de Roraima e Amapá, quando da transformação dos Territórios em Estados, através do art. 31 da Emenda Constitucional n.º 19, de 1998, que determinou a inclusão do pessoal de tais Unidades da Federação em quadro em extinção da administração federal.

Tal discriminação foi parcialmente reparada com a promulgação da Emenda Constitucional n.º 38, a qual determinou a incorporação, aos quadros da União, dos Policiais Militares de Rondônia. Restaram prejudicados, contudo, os policiais civis e demais servidores da administração direta e indireta do Estado.

Sem mais para o momento, e, na certeza de poder contar com o especial apoio de Vossa Excelência, agradeço antecipadamente, na oportunidade em que renovo protestos de elevada estima e apreço.


IVO NARCISO CASSOL
Governador

A Sua Excelência, o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Com a palavra, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero rapidamente comunicar a posição do PSDB.

V. Ex^a anuncia um passo à frente, que é a indicação dos nomes para composição das comissões, mas falta ainda o entendimento, que é da tradição do Senado Federal, entre Lideranças, para que a nomeação dos dirigentes das comissões se dê de forma consensual, sem disputas, já que não é essa a norma no Senado Federal, Senador Flexa Ribeiro.

O PSDB adotou uma posição de não deliberar matéria alguma antes que as comissões estivessem instaladas e com suas direções já constituídas.

Por essa razão, na linha do que disse o Senador Aloizio Mercadante, o PSDB solicita a convocação dos Líderes para a definição da instalação das comissões da Casa. Após isso, a Oposição, especialmente o PSDB, estará à disposição de V. Ex^a para deliberar sobre as matérias constantes da Ordem do Dia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Muito obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Presidente José Sarney, eu fico muito feliz de receber essa notícia auspiciosa de V. Ex^a, de já ter sido feita a indicação dos membros das comissões. Na linha do que disse o Senador Alvaro Dias, há necessidade de V. Ex^a – com seu espírito conciliador – fazer como ocorreu com a Mesa Diretora do Senado Federal, pois a proporcionalidade de representação dos partidos nesta Casa foi respeitada na ordem de colocação na Mesa do Senado Federal. Que isso também aconteça nas comissões.

Tive uma informação há pouco de que talvez a maior dificuldade tenha sido suplantada, já tenha sido resolvida. Então, há possibilidade de se fazer, agora, sob a liderança e a Presidência de V. Ex^a, a reunião do Colégio de Líderes para que a gente possa, já amanhã, fazer a instalação efetiva de todas as comissões técnicas e permanentes do Senado para que possamos iniciar, efetivamente, o trabalho nesta Sessão Legislativa.

Eu aproveito, Presidente Sarney, para também, como fez o Senador Expedito Júnior – nosso companheiro de Bancada do Pará Senador Mário Couto não se encontra presente, está em atividade política no Estado –, pedir a V. Ex^a o empenho para que – sei que não

é da Mesa do Senado, nem de sua Presidência –, junto ao Presidente Michel Temer, os projetos que aqui foram aprovados, a PEC e o Projeto de Lei do Senador Paim sobre os aposentados, possam, por uma solicitação sua – da Presidência do Senado –, ser colocados em pauta pelo Presidente da Câmara. Se serão aprovados ou não, isso é uma questão a ser decidida no plenário, mas que, ao menos, eles sejam pautados e não tenham o embargo de gaveta que se está dando na Câmara Federal.

É a solicitação que eu faço a V. Ex^a, que, tenho certeza absoluta, está sintonizado com as agruras de todos os aposentados, que deram a sua vida de trabalho em benefício do desenvolvimento do nosso País e que hoje estão numa situação de penúria por falta de atendimento desses projetos do Senador Paim, que foram aprovados, por unanimidade, aqui no Senado Federal. É o que eu pediria a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Senador Flexa Ribeiro, quero comunicar a V. Ex^a que, de acordo com o apelo feito pelo seu eminente colega do Estado do Pará aqui nesta Casa, eu já falei com o Presidente da Câmara e já remeti ao Presidente da Câmara um expediente no sentido de que ele ouvisse as solicitações dos Senadores, mandando transcrever os discursos e, ao mesmo tempo, solidarizando-me com as reivindicações dos meus eminentes Colegas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a, em meu nome, do Senador Mário Couto e de todos os Senadores que defendem esta causa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já tive a oportunidade de ocupar este mesmo microfone e fazer um apelo a V. Ex^a no sentido de que os pequenos partidos nesta Casa, por razões históricas, Sr. Presidente, tivessem oportunidade de participar das comissões. Eu sei que haverá um debate entre os Líderes, porque, nos ventos das circunstâncias atuais, alguns grandes partidos preferem dividir as comissões por partidos, e não por bloco. Por bloco era o que vínhamos fazendo, pelo menos nas últimas três sessões legislativas de que participei.

Então, Sr. Presidente, se nós, pequenos partidos, não pudermos formar um bloco, ficaremos sem a possibilidade de participar efetivamente dos trabalhos da Casa, embora V. Ex^a considere tenhamos tido os mesmos votos. Vim para esta Casa com os mesmos votos, três milhões, e com o dever e a obrigação de falar por três milhões de bocas do Estado do Rio de Janeiro, mas terei dificuldades porque, se formos levar em consideração a proporcionalidade por partidos, os pequenos partidos não terão nenhuma condição de participar, porque não haverá nenhum valor no bloco

que formarem. É um apelo que faço a V. Ex^a em nome da democracia, em nome dos princípios da minoria.

Li, Sr. Presidente, que foi dito aqui, se não me engano por um Presidente chamado Áureo, que a Maioria, por ser maioria, tudo pode, menos esmagar a Minoria. E a Minoria, por ser minoria, a tudo tem direito, menos deixar de comparecer para expressar-se pelo voto. É o jogo democrático. Então, quando V. Ex^a nos convocar, convocar os Líderes, peço-lhe que atue como um magistrado no sentido de que as comissões sejam divididas por blocos. Aqueles que querem por partido depois vão perder o gabinete do bloco. Se dividirem, perdem o gabinete do bloco, porque, quando se forma o bloco, têm direito a um gabinete.

Quero que V. Ex^a pondere isso com toda a experiência que o tempo e os cargos que assumiu na República deram-lhe para ajudar os pequenos partidos. Tenho certeza de que V. Ex^a não se arrependerá.

Ora, Sr. Presidente, cabia ao meu pequeno Partido, modesto Partido, o PRB, a suplência do bloco na divisão da Mesa, que o Partido cedeu ao Senador César Borges para evitar dificuldades na composição da Mesa, já que o PR achava que tinha o mesmo direito do PDT. Isso deu aqui um imbróglio de ressonância. Então, como pequeno partido, abri mão, Sr. Presidente, da quarta suplência – todos os meus colegas sabem o que estou dizendo –, para que houvesse paz e tivéssemos a Mesa implantada. Agora peço que respeitem o direito dos pequenos partidos se somarem em bloco, para que possamos ter espaço nas comissões, e em boas comissões; que possamos ser membros de comissões importantes no Senado da República.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra, o Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Sarney, dirijo-me a V. Ex^a e aos demais companheiros para registrar, nos Anais desta Casa, o meu pesar pelo falecimento do ex-prefeito da cidade de São José do Sabugi, no sertão da Paraíba, José Derci de Medeiros, ocorrido no último sábado, dia 14 de fevereiro de 2009.

Derci, como era mais conhecido, faleceu aos 57 anos, em consequência de um traumatismo craniano provocado por um acidente automobilístico sofrido há 15 dias na BR-230, entre João Pessoa e Campina Grande.

Veterinário por formação, assumiu a Prefeitura de São José do Sabugi por duas vezes, sendo a última no período de 2004 a 2008, função que exerceu nos dois mandatos e desempenhou com zelo, eficiência e seriedade. Foi presidente do PFL, era presidente do Democratas.

Trata-se de um homem de bem, de família, com quem tive a honra de manter estreitos laços de amizade.

Nesta tarde, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço meu tributo a este grande amigo, grande companheiro, grande correligionário, meu conterrâneo, José Derci de Medeiros, na pessoa de sua esposa, Maria de Fátima Medeiros, e de seus filhos Maria José, Denis e Sâmara Renata. Manifesto a toda a sua família o meu fraterno abraço de profundo pesar pela perda desse grande companheiro.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pela ordem, o Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador José Sarney, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, em primeiro lugar, queria manifestar o meu protesto pela concessão de um **habeas corpus** liberando o fazendeiro Regivaldo Galvão, o “Taradão”, de Altamira, no Pará, um dos acusados de ser o mandante do assassinato de Irmã Dorothy Stang.

Segundo, Sr. Presidente, venho reafirmar o convite a cada um dos Srs. Senadores e às Sr^{as} Senadoras para a exibição do documentário de um cineasta norte-americano, Daniel Jung, que trata justamente da luta, da trajetória e da impunidade do assassinato, do crime que vitimou Irmã Dorothy Stang, em 12 de fevereiro de 2005.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que, para participar desse documentário, teremos a presença do Padre José Amaro, da paróquia de Anapu, que se encontra aqui na Tribuna de Honra da Casa e que participará, logo após a exibição, de um breve debate, em que os participantes, as Sr^{as} e Srs. Senadores e os convidados, poderão manifestar suas opiniões sobre o documentário exibido.

Convidamos a todos e esperamos a presença para, de alguma forma, compartilharmos dessa luta contra a impunidade no meu Estado do Pará.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente. Sarney. Inclusive, quando enviei o convite, fiz questão de solicitar a V. Ex^a, se possível, que nos desse a honra da sua presença no documentário que será apresentado hoje, às 19 horas, no auditório Antonio Carlos Magalhães, no Interlegis.

Agradeceria muito se pudesse contar com V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra, o Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Primeiramente quero agradecer a V. Ex^a, que, na semana passada, recebeu a mim e ao Deputado Beto Albuquerque, que trabalha para que seja aprovado um projeto de sua autoria, já aprovado na Câmara, que estabelece uma semana de conscientização com relação ao transplante de medula.

S. Ex^a perdeu um filho recentemente, o Pietro, e a Câmara denominou o projeto de Pietro. E o senhor já se colocou à disposição para que possamos aprovar essa matéria aqui no plenário do Senado.

Segundo, Sr. Presidente, quero fazer coro com os demais Senadores que estão pleiteando o entendimento entre todas as Lideranças com V. Ex^a com relação às comissões. Nós, de fato, entramos em uma fase de desgaste. Enquanto não chegamos a um acordo com relação à composição das comissões, o Senado começa a perder prestígio político. Então, também me incorporo a esse coro que se faz hoje pela necessidade que temos de fechar esse entendimento.

Também manifesto aqui a minha posição de que precisamos fechar o entendimento onde haja a permissão de que os partidos com menor representação na Casa possam ter também assento na presidência dessas comissões, como os partidos tiveram assento na Mesa Diretora dirigida por V. Ex^a.

Além disso, Sr. Presidente, trago a esta tribuna a reivindicação dos técnicos agropecuários que estão presentes nesta Casa, porque, no ano passado, no entendimento que foi feito com as diversas funções da Administração Pública Federal, houve a votação das duas medidas provisórias que concederam, que estabeleceram aumento, correção, plano de carreira. Os técnicos foram atendidos em um entendimento que envolveu o Senador Romero Jucá, Líder do Governo, mas o Presidente Lula, agora, fez um veto a esse compromisso firmado aqui.

Estamos buscando uma saída. Manifesto aqui a nossa opinião favorável ao pleito dos técnicos agropecuários, por compreendermos que houve um grande entendimento e que precisamos agora estar na articulação com o Governo, para que o Governo possa enviar um projeto para cá, uma medida provisória que corrija essa quebra do acordo firmado aqui no Congresso Nacional.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Muito obrigado a V. Ex^a. Eu quero justamente esclarecer à Casa, para que não haja uma expectativa que não compete à Presidência e que poderá ser uma fonte de desgaste se o Presidente se investir na função de, em vez de ele presidir a Casa, ele ser o orientador da Casa. Essa função não é do Presidente.

Eu acho que só temos uma maneira de o Senado marchar dentro da normalidade: é seguindo o Regimento; para isso foi feito o Regimento. De maneira que eu quero ler, mais uma vez, o dispositivo regimental que fala das comissões, e que eu já li neste plenário:

Art. 88. No início da legislatura, nos cinco dias úteis que se seguirem à designação de seus membros, e na terceira sessão legislativa, nos cinco dias úteis que se seguirem à indicação dos líderes, cada comissão reunir-se-á para instalar seus trabalhos e eleger, em escrutínio secreto, o seu Presidente e o Vice-Presidente.

Quer dizer, isso é o que diz o Regimento da Casa. As comissões estão funcionando normalmente. Não há desgaste nenhum para o Senado Federal, porque o que expirou não foi a comissão; o que expirou foi o mandato dos dirigentes da comissão. Eles poderão reunir a comissão. Eu acabo de saber aqui, pela Secretária da Mesa, que o Presidente da Comissão, o mais velho, de Ciência e Tecnologia, já marcou uma reunião para quinta-feira, às 10 horas da manhã, para a eleição dos membros da direção da comissão.

Por outro lado, eu quero dizer que ninguém mais do que eu – Senador Mercadante, peço a atenção de V. Ex^a – é interessado na harmonia da Casa. Não tenho feito outra coisa senão dizer aos Líderes que encontrem uma solução, que procurem uma solução. Mas, infelizmente, não depende da Presidência e, sim, dos Líderes. O Regimento faculta também que os blocos indiquem os lugares em que eles têm direito, eles indiquem de qualquer partido, dos partidos pequenos. Eu confesso que, nesta Casa, nunca vi a exclusão de nenhum partido pequeno, de nenhuma comissão. Sempre se encontra uma solução para colocar os partidos pequenos nas comissões. Seria uma injustiça que eles não participassem da comissão. De minha parte, estou pronto para fazer.

Agora, o que eu não posso é coordenar, como Presidente, o jogo político dos partidos. Porque cada um dos partidos tem os seus interesses. Eles estão justamente discutindo, nas comissões. O que competia à Mesa nós fizemos: nós mandamos um mapa, que está nas mãos dos Srs. Líderes.

Eu peço a atenção, Senador Jucá. Os mapas eu mandei com a divisão que o Regimento diz que é relativa à proporcionalidade de cada comissão. Quer dizer, está nas mãos dos Líderes. Hoje, foi o dia em que eu recebi os nomes dos Líderes, que li no Expediente. Até então, não tinha recebido. Quer dizer, nós não estamos atrasados em nada. O Senado não está, de nenhuma maneira... A Câmara ainda não tomou ne-

nhuma providência em relação à composição de suas comissões, e nós já tomamos todas as providências. A partir de hoje, com a vinda dos nomes à Mesa, as comissões estão autorizadas a proceder na forma do Regimento. O Presidente não interfere nessas comissões, ele não tem essa faculdade. O que ele tem que fazer e que é meu dever, isso eu tenho feito.

Toda a Casa conhece o meu espírito de conciliação, o meu desejo de harmonia. Jamais quero qualquer divisão. Não fomento isso. Ao contrário, estou fazendo... Onde eu sei que tem qualquer problema, eu tenho procurado, juntamente com os Líderes, ponderado, como qualquer colega, a respeito disso. Agora, eu não posso é assumir a condição de coordenador das Lideranças, porque essa condição não é condição do Presidente. Se eu o fizer, amanhã eu fico comprometido aqui na Presidência, porque não é uma função que eu tenha de exercer.

Os senhores me elegeram, o Senado me elegeu para presidir o Senado e me dando o Regimento, que é feito pela Casa, para seguir. Eu o tenho seguido rigorosamente e vou segui-lo. E tudo o que os Srs. Líderes precisarem e me pedirem para que eu possa ajudar, para que encontremos soluções, eu estou pronto para fazer. É do meu temperamento. É do meu dever. É da minha responsabilidade. E eu assim o farei.

Agora eu, mais uma vez, peço aos Srs. Líderes que tenham essa compreensão. Já disse outro dia, quando o Senador Valadares falou sobre esse assunto, que os Líderes devem ter essa compreensão para que os pequenos partidos figurem nas comissões. Eles devem abdicar dos lugares, sempre abdicaram. Isso é quase que uma tradição dentro da Casa. Nunca houve nenhuma exclusão dos pequenos partidos das comissões.

Estou fazendo de público. Não estou fazendo nem pessoalmente. Estou fazendo aqui, de público, apelando aos partidos para que assim procedam, assim o façam, com o apoio de todos nós.

Então, eram essas as explicações que eu queria dar.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na mesma linha da ponderação de V. Ex^a, eu queria também fazer o registro sobre essa questão da composição das Comissões.

É natural que a Liderança do Governo não se envolva nas indicações partidárias. Não é tarefa do Líder do Governo construir as indicações que são exatamente

fruto da representação dos Partidos nesta Casa. Mas temos procurado atuar no sentido de harmonizar e de dirimir qualquer tipo de disputa.

Haverá, às 17 horas, uma reunião na Liderança do Governo, com os Líderes – e apelo a todos os Líderes para que possam estar presentes ali –, exatamente para tentar harmonizar indicações que ainda são antagônicas dentro da própria Base do Governo.

Em nenhum momento, como Líder, vou fazer qualquer tipo de indicação, mas sempre vou ponderar e vou procurar trabalhar no sentido de que possa haver harmonia e entendimento nessas indicações. Espero conseguir isso, Sr. Presidente. Se não for o caso, espero que se coloquem em votação as Comissões, para que, a partir de amanhã, elas possam funcionar.

Mas eu gostaria de, na mesma direção de V. Ex^a, fazer um apelo a todos os Líderes partidários, para que possamos, da mesma forma que temos feito historicamente nesta Casa, compor as Comissões dentro desse clima de entendimento e de harmonia, cada Partido representando sua quantidade, sua função e seu posicionamento, fazendo indicações que possam efetivamente contribuir para esse entendimento e para a votação, por unanimidade, de todos os Presidentes e Vice-Presidentes de Comissões.

Então, fica aqui meu apelo e também meu convite aos Líderes partidários da Base do Governo, já que os da Oposição já estão entendidos. Já tive reunião com os Líderes da Oposição. Portanto, eu poderia dizer que hoje o que resta ainda de falta de entendimento está dentro da própria Base do Governo.

Espero que, às 17 horas, possamos sentar à mesa e construir esse entendimento, trazendo para V. Ex^a, pactuada, a indicação de todos os Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões permanentes da Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Jucá. Agradeço muito a V. Ex^a, em nome do Senado, a providência que V. Ex^a tomou de fazer aquilo que já devia ter sido feito, que é a de os Líderes se reunirem e encontrarem as soluções necessárias aos seus problemas. Sou Senador há muito tempo e sei o que é a escolha de membros de Comissão dentro das bancadas. Quantas vezes participei dessas reuniões! Dentro das próprias bancadas, elas não são consensuais. Dessa maneira, é esse o caminho a ser seguido. Naquilo que precisar o Senado da minha colaboração, estarei pronto a fazê-lo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 94, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso para a iniciativa do **Tribunal de Justiça de Santa Catarina**, representado pelo seu Presidente, **Desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho**, em criar a primeira **Câmara Regional de Julgamento de Recursos e Apelações** do interior do Brasil, no município de Chapecó. A descentralização do judiciário, prevista pela Emenda Constitucional nº 45, foi colocada em prática em Santa Catarina no dia 5 de fevereiro

passado. A Câmara terá competência sobre outras 27 comarcas da região Oeste do Estado.

Sala das Sessões, – Senadora **Ideli Salvatti**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO
Nº 95, DE 2009**

Requeiro, nos termos do Art. 222 do Regimento Interno, que o Senado Federal emita *Voto de Louvor à União dos Escoteiros do Brasil (UEB)*, presidida pelo *Vereador Paulo Salamuni*, pela realização do *4º Jamboree Nacional Escoteiro*, acontecido em Foz do Iguaçu – PR em janeiro passado, que foi o maior encontro de escoteiros já realizado no País. Fundada em 4 de novembro de 1924, a União dos Escoteiros do Brasil iniciou sua existência com a justaposição de Federações que praticavam o escotismo de forma independente, sem coordenação centralizada, com práticas e costumes próprios. Buscando a princípio preservar a autonomia de que desfrutavam as federações escoteiras, foram passados vinte e seis anos para que, em 1950, se consolidasse a completa integração do movimento escoteiro no Brasil. Graças aos trabalhos da UEB, que se divide em Regiões Escoteiras localizadas em todas as 27 Unidades da Federação, conta-se em 60.000 os jovens brasileiros que praticam o escotismo na atualidade. O movimento escoteiro educa o jovem para a liberdade responsável, e busca desenvolver sua capacidade de pensar com criatividade, formando cidadãos engajados e com firmeza de propósitos, a bem da coletividade. Buscando a espiritualização, o escotismo incentiva ao jovem a viver a religiosidade e a crença em Deus, de acordo com a sua opção religiosa, estimulando-o ao exemplo de conduta, como forma de dar testemunho da sua fé. No Código Moral dos Escoteiros, ao princípio de “*fazer o bem*” é conferida notável centralidade. Dizia *Baden-Powell*, criador mundial do escotismo, que fazer o bem é fazer-se útil, bem como realizar pequenas gentilezas às outras pessoas, sejam elas amigas ou desconhecidas. Fiel aos ideais do movimento escoteiro mundial, a UEB tem proporcionado a dezenas de milhares de jovens brasileiros a oportunidade de vivenciar experiências que favorecem a formação de adultos integrados socialmente, e politicamente compromissados com o desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária para o Brasil.

Sala das Sessões, em 17 de fevereiro de 2009

Senador **FLÁVIO ARNS**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB –

AP) – A Presidência encaminhará o voto de louvor solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 96, DE 2009

Solicitando informações ao **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA** sobre o contrabando de material nuclear às margens de um afluente do Rio Araguari, na Região da Serra do Navio, no Estado do Amapá, cujo combate, pela **Polícia Federal**, está suspenso porque não há local apropriado para armazenamento do material radioativo apreendido.

Requeiro informações ao **Ministério da Justiça** sobre a efetividade do combate à extração e ao comércio ilegal de TORIANITA (material radioativo que contém urânio, tório e um tipo de chumbo, que é utilizado na montagem de reatores nucleares e bombas de Nêutrons) por parte da **POLÍCIA FEDERAL**, cujo contrabando dar-se na região central do Estado do Amapá, mais precisamente nas margens de um afluente do Rio Araguari - na Serra do Navio - com fulcro no § 2º, do art. 50, da Constituição da República Federativa do Brasil, concomitante com às determinações do art. 216 do Regimento Interno do Senado da República, considerando também que é competência exclusiva do Congresso Nacional a fiscalização das atividades nucleares (art. 49, XIV, CF/1988).

Há informações de que o material radioativo não tem local apropriado para armazenamento, ficando depositado ao relento.

JUSTIFICAÇÃO

Fiquei estarelecido e chocado ao lê matéria do Jornal Folha de São Paulo, publicada no sábado, 27/12/2008, folhas A6, que revela o descaso das autoridades constituída brasileiras em relação ao abandono de material nuclear que vem sendo apreendido pela Polícia Federal no Estado do Amapá, sendo que o material nuclear apreendido (cerca de 3.200KG) é abandonado no meio ambiente amapaense.

A Polícia Federal do Amapá investiga o comércio clandestino daquele material nuclear desde o ano de 2004, quando houve a primeira apreensão de TORIANITA.

Hoje, as investigações estão paralisadas, pois a Polícia Federal amapaense recebe as denúncias de contrabando, mas não pode fazer as apreensões porque não possui local apropriado para armazenar o material nuclear apreendido.

O absurdo da questão levou o delegado responsável pela apreensão do material radioativo daquela região, Dr. Felipe Alcântara, a ingressar na Justiça para que a Comissão Nacional de Energia Nuclear, CNEN, retirasse o material do Estado do Amapá e construísse, também, um depósito para armazenar o material radioativo apreendido.

Antes, o material nuclear estava armazenado, provisoriamente, em tonéis que ficavam expostos no Batalhão da Polícia Militar Ambiental, do município amapaense de Santana, mas o comandante da corporação, Coronel Sérgio do Nascimento, não quer mais a custódia do material radioativo, temendo um desastre de proporções idênticas ao que Goiânia, em setembro de 1987.

Cerca de 3.200 (três mil e duzentos) quilos foram apreendidos e estão ao relento.

A situação é grave, segundo aquela matéria jornalística, pois o responsável pelo recebimento de material radioativo da Comissão Nacional de Energia Nuclear, CNEN, Dr. **Antônio Luís Quinelato**, afirma que não é funções da comissão receber o minério apreendido.

Ora, Excelentíssimos Senhores, se a própria CNEN não quer ter a custódia do material nuclear, de quem será a responsabilidade?

Será necessário um desastre nuclear em terras amapaenses para que o Governo Federal, que tem a competência constitucional para lidar com a matéria, tome alguma providência?

Sugiro, pois, a criação de uma comissão composta pelos Ministérios da Justiça, Minas e Energia e Meio ambiente para tratar do assunto.

Razões pelas quais solicito a aprovação urgente do presente requerimento para que as informações sobre a extração e no comércio ilegal de TORIANITA no Estado do Amapá e tudo que envolve o assunto.

Sala das Sessões, 17 fevereiro de 2009.

Senador **ROMEU TUMA**
PTB-SP

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nº 97, DE 2009

Solicitando informações ao **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE** sobre se este órgão tem conhecimento, e quais as providências adotadas, em relação ao armazenamento de material radioativo apreendido pela Polícia Federal às margens de um afluente do Rio Araguari, na Região da Serra do Navio, no Estado do Amapá, principalmente porque o material nuclear está depositado, ao relento, na região Amazônica.

Requeiro informações ao **Ministério do Meio Ambiente** sobre se este órgão do Poder Executivo Federal tem conhecimento sobre a extração e o comércio ilegal de **TORIANITA** (material radioativo que contém urânio, tório e um tipo de chumbo, que é utilizado na montagem de reatores nucleares e bombas de Nêutrons) por parte da **POLÍCIA FEDERAL**, cujo contrabando dar-se na região central do Estado do Amapá, mais precisamente nas margens de um afluente do Rio Araguari - na Serra do Navio - com fulcro no § 2º, do art. 50, da Constituição da República Federativa do Brasil, concomitante com às determinações do art. 216 do Regimento Interno do Senado da República, considerando também que é competência exclusiva do Congresso Nacional a fiscalização das atividades nucleares (art. 49, XIV, CF/1988).

Há informações de que o material radioativo não tem local apropriado para armazenamento, ficando depositado ao relento.

JUSTIFICAÇÃO

Fiquei estarelecido e chocado ao lê matéria do Jornal Folha de São Paulo, publicada no sábado, 27/12/2008, folhas A6, que revela o descaso das autoridades constituídas brasileiras em relação ao abandono de material nuclear que vem sendo apreendido pela Polícia Federal no Estado do Amapá, sendo que o material nuclear apreendido (cerca de 3.200KG) é abandonado no meio ambiente amapaense.

A Polícia Federal do Amapá investiga o comércio clandestino daquele material nuclear desde o ano de 2004, quando houve a primeira apreensão de **TORIANITA**.

Hoje, as investigações estão paralisadas, pois a Polícia Federal amapaense recebe as denúncias de contrabando, mas não pode fazer as apreensões porque não possui local apropriado para armazenar o material nuclear apreendido.

O absurdo da questão levou o delegado responsável pela apreensão do material radioativo daquela região, Dr. Felipe Alcântara, a ingressar na Justiça para que a Comissão Nacional de Energia Nuclear, CNEN, retirasse o material do Estado do Amapá e construísse, também, um depósito para armazenar o material radioativo apreendido.

Antes, o material nuclear estava armazenado, provisoriamente, em tonéis que ficavam expostos no Batalhão da Polícia Militar Ambiental, do município amapaense de Santana, mas o comandante da corporação, Coronel Sérgio do Nascimento, não quer mais a custódia do material radioativo, temendo um desastre de proporções idênticas ao que Goiânia, em setembro de 1987.

Cerca de 3.200 (três mil e duzentos) quilos foram apreendidos e estão ao relento.

A situação é grave, segundo aquela matéria jornalística, pois o responsável pelo recebimento de material radioativo da Comissão Nacional de Energia Nuclear, CNEN, Dr. **Antônio Luís Quinelato**, afirma que não é funções da comissão receber o minério apreendido.

Ora, Excelentíssimos Senhores, se a própria CNEN não quer ter a custódia do material nuclear, de quem será a responsabilidade?

Será necessário um desastre nuclear em terras amapaenses para que o Governo Federal, que tem a competência constitucional para lidar com a matéria, tome alguma providência?

Sugiro, pois, a criação de uma comissão, composta pelos Ministérios da Justiça, Meio Ambiente e Minas e Energia para tratar o assunto.

Razões pelas quais solicito a aprovação urgente do presente requerimento para que as informações sobre a extração e no comércio ilegal de TORIANITA no Estado do Amapá e tudo que envolve o assunto.

Sala das Sessões, 17 fevereiro de 2009.

Senador **ROMEU TUMA**
PTB-SP

(À Mesa para decisão)

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nº 98, DE 2009

Solicitando informações ao **MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA** sobre se este órgão tem conhecimento, e quais as providências adotadas, em relação ao armazenamento de material radioativo apreendido pela Polícia Federal às margens de um afluente do Rio Araguari, na Região da Serra do Navio, no Estado do Amapá, principalmente porque o material nuclear está depositado, ao relento, na região Amazônica.

Requeiro informações ao **Ministério das Minas e Energia** sobre se este órgão do Poder Executivo Federal tem conhecimento sobre a extração e o comércio ilegal de TORIANITA (material radioativo que contém urânio, tório e um tipo de chumbo, que é utilizado na montagem de reatores nucleares e bombas de Nêutrons) por parte da **POLÍCIA FEDERAL**, cujo contrabando dar-se na região central do Estado do Amapá, mais precisamente nas margens de um afluente do Rio Araguari - na Serra do Navio - com fulcro no § 2º, do art. 50, da Constituição da República Federativa do Brasil, concomitante com às determinações do art. 216 do Regimento Interno do Senado da República, considerando também que é competência exclusiva do Congresso Nacional a fiscalização das atividades nucleares (art. 49, XIV, CF/1988).

Há informações de que o material radioativo não tem local apropriado para armazenamento, ficando depositado ao relento.

JUSTIFICAÇÃO

Fiquei estarelecido e chocado ao lê matéria do Jomal Folha de São Paulo, publicada no sábado, 27/12/2008, folhas A6, que revela o descaso das autoridades constituída brasileiras em relação ao abandono de material nuclear que vem sendo apreendido pela Polícia Federal no Estado do Amapá, sendo que o material nuclear apreendido (cerca de 3.200KG) é abandonado no meio ambiente amapaense.

A Polícia Federal do Amapá investiga o comércio clandestino daquele material nuclear desde o ano de 2004, quando houve a primeira apreensão de TORIANITA.

Hoje, as investigações estão paralisadas, pois a Polícia Federal amapaense recebe as denúncias de contrabando, mas não pode fazer as apreensões porque não possui local apropriado para armazenar o material nuclear apreendido.

O absurdo da questão levou o delegado responsável pela apreensão do material radioativo daquela região, Dr. Felipe Alcântara, a ingressar na Justiça para que a Comissão Nacional de Energia Nuclear, CNEN, retirasse o material do Estado do Amapá e construísse, também, um depósito para armazenar o material radioativo apreendido.

Antes, o material nuclear estava armazenado, provisoriamente, em tonéis que ficavam expostos no Batalhão da Polícia Militar Ambiental, do município amapaense de Santana, mas o comandante da corporação, Coronel Sérgio do Nascimento, não quer mais a custódia do material radioativo, temendo um desastre de proporções idênticas ao que Goiânia, em setembro de 1987.

Cerca de 3.200 (três mil e duzentos) quilos foram apreendidos e estão ao relento.

A situação é grave, segundo aquela matéria jornalística, pois o responsável pelo recebimento de material radioativo da Comissão Nacional de Energia Nuclear, CNEN, Dr. **Antônio Luís Quinelato**, afirma que não é funções da comissão receber o minério apreendido.

Ora, Excelentíssimos Senhores, se a própria CNEN não quer ter a custódia do material nuclear, de quem será a responsabilidade?

Será necessário um desastre nuclear em terras amapaenses para que o Governo Federal, que tem a competência constitucional para lidar com a matéria, tome alguma providência?

Sugiro, pois, a criação de uma comissão, composta pelos Ministérios da Justiça, Meio Ambiente e Minas e Energia para tratar o assunto.

Razões pelas quais solicito a aprovação urgente do presente requerimento para que as informações sobre a extração e no comércio ilegal de TORIANITA no Estado do Amapá e tudo que envolve o assunto.

Sala das Sessões, 17. fevereiro de 2009.

Senador **ROMEY TUMA**
PTB-SP

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 99, DE 2009

Requeiro nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com as tradições da Casa, a inserção em Ata de **Voto de Aplauso à Coopavel – Cooperativa Agroindustrial de Cascavel**, no Paraná, pelo sucesso alcançado na realização da 21ª edição do evento **Show Rural**.

JUSTIFICAÇÃO

A Coopavel, cooperativa agroindustrial com sede em Cascavel, pujante cidade-pólo do Oeste paranaense, acaba de realizar, em seu parque de exposições, a vigésima primeira edição do seu evento **Show Rural**.

Trata-se, o **Show Rural**, de um evento educativo de difusão de tecnologia agropecuária. Pela credibilidade que conquistou ao longo de duas décadas, o **Show Rural** deixou, faz tempo, de ser apenas um evento paranaense. Já há alguns anos que ele recebe um número cada vez maior de produtores rurais das mais diferentes regiões do Brasil e também de diversos outros países. Da mesma forma, cresce, a cada ano, o número de empresas, públicas e privadas, interessadas em mostrar seus últimos lançamentos tecnológicos àquele público.

Neste ano, o **Show Rural** reuniu nada menos que 325 expositores, que lá apresentaram mais de cinco mil itens, de novas variedades de sementes aos últimos lançamentos em máquinas agrícolas. Digna de registro, também, a presença de aproximadamente 3,5 mil profissionais do setor agropecuário. E para ver o que eles tinham a oferecer ou mostrar, lá compareceram, no período de apenas cinco dias, entre os dias 9 e 13 últimos, quase 200 mil visitantes. Ou, para ser exato, 193.108 visitantes, que foi o número oficialmente registrado. Um recorde absoluto, superior em quase 20 mil pessoas ao do ano anterior, que totalizou 180.729 visitantes. O total deste ano surpreendeu os próprios organizadores, que, por força da prolongada estiagem e do clima de apreensão gerado pela atual conjuntura mundial, não esperavam mais do que 140 mil pessoas.

O movimento de vendas, tanto de sementes como de máquinas agrícolas, foi igualmente recorde, superior em 20% ao do ano anterior. Em razão destes fatos, o **Show Rural**, da Coopavel, vem consolidando, a cada ano, sua posição como um dos mais importantes eventos voltados para o agronegócio em todo o país. E referência da pujança e do arrojo dos empreendedores agropecuaristas do Oeste do Paraná, que criaram e vêm, ao longo dos últimos 21 anos, fazendo com que o evento se consolide como um dos mais importantes do país e já adquirindo uma dimensão internacional.

Por tudo isso, entendo que são merecedores desta homenagem, por parte do Senado Federal, o presidente da Coopavel, Dilvo Grolli, seus companheiros de diretoria e todos aqueles que, ao longo das duas últimas décadas, contribuíram para tornar o **Show Rural** essa referência nacional que é hoje no mundo do agronegócio e esse orgulho de todos os paranaenses.

Sala das sessões, 17 de fevereiro de 2009

Senador **ALVARO DIAS**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 100, DE 2009

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a competência exclusiva do Congresso Nacional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, prevista no inciso X do art. 49 da Carta Magna, requeiro sejam solicitados ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior os seguintes esclarecimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sobre a venda da carteira de financiamentos da linha Finame/BNDES do Banco Bamerindus do Brasil S.A. ao Banco HSBC Bank do Brasil S.A. – Banco Múltiplo e sobre a carteira de financiamentos da mesma linha de crédito do Banco Santos:

1. Qual o valor do saldo devedor total dos contratos não encerrados, isto é, com parcelas pendentes, da carteira de financiamentos da linha Finame/BNDES do Banco Bamerindus quando da intervenção pelo Banco Central do Brasil, ou seja, em 26 de março de 1997, e na data da cessão ao HSBC?

2. Quais os valores por contrato e do saldo devedor em 26 de março de 1997 e em 9 de fevereiro de 2007, data da cessão ao HSBC?

3. Quais os critérios de valoração da carteira de crédito por ocasião da cessão ao HSBC? Quais os índices utilizados para a atualização da carteira de contratos do Banco Bamerindus e para a atualização do montante repassado pelo HSBC ao BNDES? Se os índices utilizados são diferentes, quais as razões?

4. Por que o BNDES não efetuou licitação para a cessão da carteira de crédito ao HSBC?

5. Qual o valor do saldo devedor total dos contratos não encerrados, isto é, com parcelas pendentes, da carteira de financiamentos do Banco Santos quando da intervenção pelo Banco Central do Brasil? Houve cessão

dessa carteira a algum outro banco? Houve licitação? Quais os controles adotados pelo BNDES para acompanhar os saldos devidos dos contratos?

Justificação

Considerando (i) que a carteira de empréstimos da linha Finame/BNDES dos bancos privados envolve recursos públicos da União; (ii) o dever das empresas públicas de manterem sob sua guarda dados, registros e documentação das operações que realizam; (iii) as prerrogativas de fiscalização do Poder Legislativo; (iv) que, em razão de intervenção pelo Banco Central do Brasil, todos os contratos retomaram ao BNDES por determinação do art. 14 da Lei nº 9.365, de 1996, e (v) que as informações solicitadas são anteriores à cessão de carteira pelo BNDES, solicitamos à Mesa do Senado Federal que encaminhe o presente Requerimento de Informações ao Exmº Sr. Ministro de Estado para que, no prazo determinado pela Constituição Federal, informe o que foi solicitado.

Há sérias acusações na imprensa brasileira de descontrole e uso de critérios duvidosos ou mesmo criminosos, com claros prejuízos ao Erário, por parte do BNDES na cessão de carteira, retomada do Banco Bamerindus, ao Banco HSBC.

Cabe registrar que, na data da cessão, 9 de fevereiro de 2007, presidia a instituição pública o Sr. Demian Fiocca, ex-economista-chefe do Banco HSBC, beneficiário da cessão de carteira sem licitação pública. Também é oportuno informar que notícias veiculadas pela imprensa dão conta de que o BNDES planejava ceder a carteira proveniente do Banco Santos por meio de licitação, o que claramente demonstra critério diferente do adotado em relação à carteira de financiamentos provenientes do Bamerindus.

Dessa forma, julgamos oportuno e obrigatório que o BNDES informe o que ora requeremos, pois há nítida falta de controle quanto a essas operações.

Sala das Sessões, 17 de fevereiro de 2009 – Senador **Alvaro Dias**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO

N.º 101, DE 2009

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requero, um voto de louvor a Sr^a **Lourença da Cunha**, catadora de lixo em São Paulo, por ter achado uma sacola contendo R\$ 40 mil reais no lixo de um supermercado e, imediatamente, devolveu, ao constatar ser o dinheiro objeto da falta de cuidado e distração, conforme foi noticiado nacionalmente por veículos de imprensa e telecomunicações.

JUSTIFICATIVA

O gesto de Dona Lourença, por mais singelo que pareça, se reveste de um forte simbolismo, em face de vir de pessoa tão simples e necessitada, e é de grande exemplo para o resto do Brasil, e deveria ser seguido por qualquer pessoa, especialmente, por aquelas cujas necessidades morais minúsculas são inversamente proporcionais ao tamanho da precisão da grande maioria dos brasileiros.

Portanto, solicito aos ilustres pares o apoio a este requerimento, na certeza de que compartilham convicção de que a força moral do exemplo pode impulsionar mudanças promissoras na consciência social.

Sala das Sessões, em 17 de fevereiro 2009.

Senador **JEFFERSON PRAIA**
PDT/AM

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de louvor solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

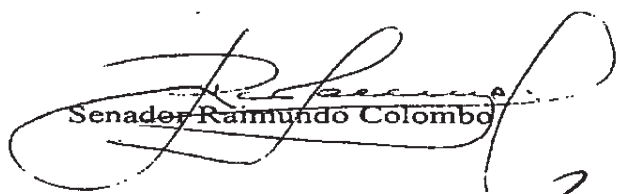
São lidos os seguintes:

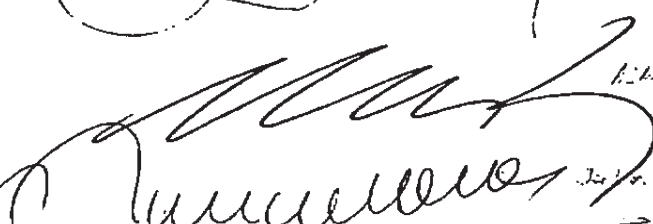
REQUERIMENTO

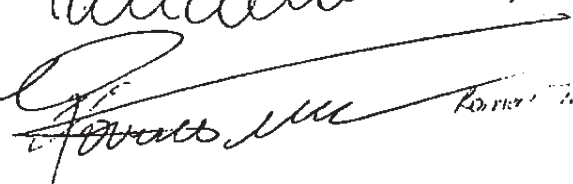
Nº 102, DE 2009

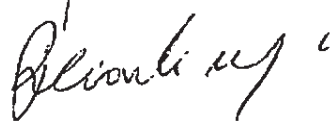
Nos termos do art. 160, combinado com o art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos que o período do expediente da Sessão do dia 24 de março de 2009, seja destinado a comemorar o aniversário de Florianópolis que comemora 283 anos.

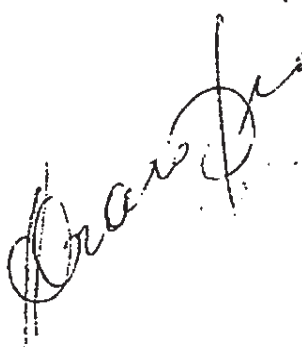
Sala das Sessões, 17 de fevereiro de 2009


Senador Raimundo Colombo


Senador Paulo Roberto Costa


Senador Roberto Campos


Senador Eliantonio


Senador Paulo Roberto Costa

REQUERIMENTO Nº 103, DE 2009

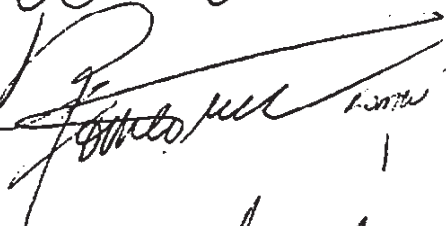
Nos termos do art. 160, combinado com o art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos que o período do expediente da Sessão do dia 08 de outubro de 2009, seja destinado a comemorar o fim da Guerra do Contestado.

Sala das Sessões, 17 de fevereiro de 2009.


Senador Raimundo Colombo


ACM Juntas 11 RA


Sobos Unidos do 1402 ti


F. 1000 100 100


R. 1000 100 100

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO

Nº 104, DE 2009

Requer VOTO DE PESAR pelo falecimento do Sr. JÚLIO LIRA NETO, Líder Comunitário e militante político em Presidente Figueiredo, Amazonas, ocorrido em 15 de fevereiro de 2009.

REQUEIRO, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de VOTO DE PESAR pelo falecimento ocorrido no dia 15 de fevereiro de 2009, do líder comunitário JÚLIO LIRA NETO, sindicalista, militante do PSDB e ex-Secretário da Prefeitura de Presidente Figueiredo, no Estado do Amazonas.

Requeiro, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da viúva, Sra. Francisca Mendonça dos Santos e, por seu intermédio, aos demais parentes.

JUSTIFICATIVA

Defensor da classe ruralista, o Sr. Júlio Lira Neto viveu 17 anos na área do Puraquequara, no Amazonas, região em que conduziu o assentamento de 700 famílias de trabalhadores agrícolas. Depois, foi para o Município de Presidente Figueiredo e, como militante do PSDB, apoiou o Prefeito Fernando Vieira, atuando, inclusive, como Subsecretário Municipal ao longo de dois anos. Como líder comunitário de largo prestígio, pretendia concorrer ao cargo de Presidente do Clube dos Idosos de Presidente Figueiredo, morrendo antes do pleito, vítima de enfarte. Era casado com a Sra. Francisca Mendonça dos Santos, com quem teve um filho, Salomão Mendonça Lira. Em casamento anterior, com a Sra. Fátima, teve cinco filhos: Salomão, Rita Cristiane, Raimundo, Fabiana e Juliana. Seu pai, Sr. Eliseu Lira da Costa, também morador no Amazonas, tem 92 anos de idade.

Por tudo isso, proponho ao Senado Federal este Voto de Pesar, como homenagem póstuma a esse homem a quem o Amazonas muito deve, pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Estado.

Sala das Sessões, 17 de fevereiro de 2009

Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Líder do PSDB

REQUERIMENTO

Nº 105, DE 2009

Requeiro, nos termos do Artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de aplauso ao Desembargador JOÃO JOSÉ DA SILVA MAROJA, que assume a Presidência no Tribunal Eleitoral do Pará, para o biênio 2009/2011.

JUSTIFICATIVA

Durante o biênio 2007/2009, o Desembargador José Maroja exerceu as funções de Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral do TRE/PA, onde demonstrou sua dedicação e competência jurídica, condições que o qualificaram para presidir a Corte Eleitoral do Estado.

Ingressou na magistratura paraense através do quinto constitucional, representando merecidamente os advogados do Estado. Exerceu também a docência na Universidade da Amazônia – UNAMA, como professor da cadeira de Prática Forense Civil.

O Desembargador Maroja é católico praticante, tendo atuação relevante no Movimento Pastoral da Paróquia de Nazaré, como membro da Diretoria da Festividade do Círio de Nossa Senhora de Nazaré.

Sala das Sessões,

Senador FLEXA RIBEIRO

REQUERIMENTO Nº 106 DE 2009

Requeiro, nos termos do Artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de congratulações ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, na pessoa de seu Presidente, Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes, pela homenagem prestado ao jurista, Doutor Daniel Coelho de Souza, dando seu nome ao Fórum Cível da Comarca da Capital do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Requeiro que este Voto seja transmitido aos familiares do homenageado, através de seu filho, advogado Frederico Coelho de Souza.

JUSTIFICATIVA

O Tribunal de Justiça do estado do Pará, ao homenagear o Doutor Daniel Coelho de Souza, advogado, professor e escritor respeitado pela sociedade paraense, reconheceu sua sensibilidade e capacidade jurídica. Além de advogado militante, o homenageado exerceu o cargo de Professor catedrático da Faculdade de Direito do Pará; Reitor da Universidade Federal do Pará (UFPA); Secretário de Estado por três vezes; Consultor Geral do Estado; Membro do Conselho Federal de Educação e Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Pará.

Sua trajetória de vida, pontificada pela ética e dedicação ao estudo jurídico, demonstra a relevância e importância da contribuição que deu ao Estado do Pará.

Sala das Sessões,

Senador FLEXA RIBEIRO

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. Nº 105/09/PS-GSE

Brasília, 12 de fevereiro de 2009

Assunto: Envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foram aprovadas as Emendas de nºs 1 a 10, oferecidas por essa Casa ao Projeto de Lei nº 6.673, de 2006, do Poder Executivo, que “Dispõe sobre as atividades relativas ao transporte

de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição Federal, bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Rafael Guerra**,
Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação e será juntado ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2007.

Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 106/09/PS-GSE

Brasília, 12 de fevereiro de 2009

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei Complementar nº 2, de 2007 (PLS nº 128/08), o qual "Acrescentem-se os incisos XXII e XXVIII ao § 1º do art. 17, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte," para modificar o traçado da BR-174, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presiden-

te da República e convertido na Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008.

2. Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Rafael Guerra**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação e será juntado ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2008 – Complementar.

Sobre a mesa, mensagens do Presidente da República que passo a ler.

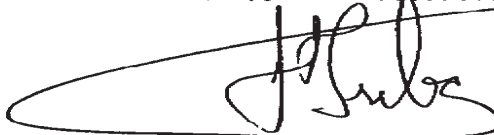
São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 36, DE 2009 (nº 73/2009, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor **JOÃO BATISTA DE REZENDE** para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

Brasília, 16 de fevereiro de 2009.



CURRICULUM VITAE

Nome: João Batista de Rezende, 45 Anos.
Data de Nascimento: 13/08/1963
Cambira – Estado do Paraná.

Filiação:

Pai: Luiz Duarte de Rezende
Mãe: Angelina Diniz de Rezende

RG: 3.412.238-5 **CPF:** 472.648.709-44

Endereço: SHTN Trecho 1 LOTE 1-B 3028 – Brasília – DF.
E-mail: joao.rezende@planejamento.gov.br
E-mail: rezendejb@uol.com.br

Telefone: 061 – 9943-0762/061-2020-4100

FUNÇÃO ATUAL

Chefe de Gabinete do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Conselho de Administração do Banco do Estado de Santa Catarina S.A. Abril de 2006 a Setembro de 2008.

Plano de Incorporação do BESC pelo Banco do Brasil.

Conselho de Administração da Transpetro Petrobrás S.A.

Programa de Revitalização da Indústria Naval.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL ANTERIOR

Presidente do Grupo Sercomtel S.A. Telecomunicações* – telefonia fixa - Sercomtel Celular S. A*. – telefonia móvel - Internet by Sercomtel* – internet – (Outubro de 2003 a Abril de 2006) e ASK Companhia de Call Center – (Maio de 2005 a Abril 2006). Paraná.

Implantação Celular GSM, Banda Larga, Ouvidoria, Responsabilidade Social, Inclusão Digital nas Escolas Municipais, Telefonia Rural.

Grupo Sercomtel: 600 Funcionários e Call Center: 800 Funcionários.

** 55% capital Prefeitura de Londrina. e 45% Copel – Companhia de Energia Elétrica do Estado do Paraná.*

Diretor Presidente da Companhia de Desenvolvimento de Londrina – Dezembro de 2002 a Outubro de 2003.

Implantação do Parque Tecnológico de Londrina.

Diretor Financeiro da Fundação Paulista de Educação e Tecnologia. Março de 2001 a Janeiro de 2002.

Implantação do Centro Universitário de Lins – Tecnologia e Automação – São Paulo. 4000 Alunos.

Secretário de Fazenda de Londrina. Junho de 1994 a Abril de 1996.

Modernização Fazendária e Reforma Tributária Municipal..

Diretor Financeiro da COHAB-Londrina. Janeiro de 1993 a Junho de 1994.

Renegociação de Contratos COHAB x Caixa Econômica Federal. Auditoria nos Contratos Habitacionais..

Economista do DIEESE. Janeiro de 1991 a Janeiro de 1993.

Análise econômica, Rodadas Negociais, Conjuntura Econômica, Análise de Balanço.

Consultor e Professor de “Pós-Graduação” período 1997 a 2000.

Vice-Presidente da Associação Brasileira das Empresas Concessionárias de Telefonia Fixa (Abrafix)2005/2006. (Telefônica/Brasil Telecom/CTBC/Sercomtel/Telemar).

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Mestre em Economia pela PUC-SP (1994).

Prêmio Unibanco de Desempenho Universitário (1995).

Dissertação de Mestrado Indicada: 19º Prêmio BNDES de Economia PUC-SP (1995).

Economista: Universidade Estadual de Londrina (1988).

LIVROS.

Reforma e Política Tributária (1999) e Economia Real (2008).



João Batista de Rezende

Aviso nº 75 - C. Civil.

Em 16 de fevereiro de 2009.

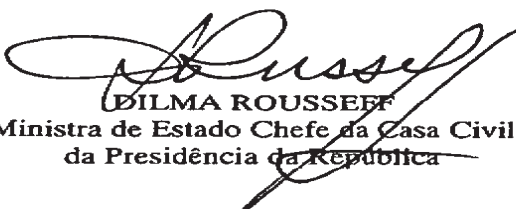
A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOÃO BATISTA DE REZENDE para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

Atenciosamente,


DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DE 1988

Seção IV
DO SENADO FEDERAL

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

.....
f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

.....
LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997.

Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

.....
Art. 23. Os conselheiros serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de sua especialidade, devendo ser escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

.....
(À Comissão de Serviço de Infra-Estrutura.)

MENSAGEM

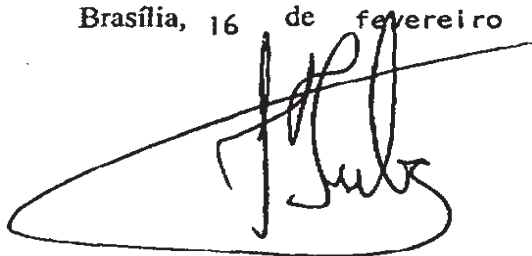
Nº 37, DE 2009

(nº 74/2009, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome da Senhora MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO para ser reconduzida ao cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Brasília, 16 de fevereiro de 2009.



Maria Cecília Martins Brito

Endereço:	Rua 10 nº. 828 apto 902 - Setor Coimbra	Cidade: Goiânia /GO
Nacionalidade:	Brasileira	Estado Civil: Casada
Filiação	Jaime Herculano Martins e Maria Jacira Rosa Martins	
	RG 525.872 – SSP/GO CPF: 472.350.471-00	
Telefones:	3462-6927/ 3462-6926 / 9942-2090	
E-mail:	dimcb@anvisa.gov.br	Registro Profissional: CRF - 1482

Experiência Profissional

- **06 anos – 1984-1990**
Chefe do Laboratório Regional de Análises Clínicas – Ceres/GO
- **04 anos – 1990-1994**
Farmacêutica Bioquímica – Ambulatório Geral – Anápolis/GO
- **02 anos – 1994-1996**
Inspetora de Vigilância Sanitária na Superintendência de Vigilância Sanitária do Estado de Goiás
- **02 anos – 1996-1998**
Chefe da Divisão de Controle de Qualidade da Superintendência de Vigilância Sanitária nas inspeções de: Cosméticos, Químicos, Correlatos e Importados – GO
- **Jun – Out de 1998**
Farmacêutica Bioquímica – Ambulatório Geral – Anápolis/GO
- **04 anos – 1999 a 2002**
Superintendente de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado de Goiás
- **03 anos – 2003 a 2005**
Superintendente de Vigilância Sanitária e Ambiental da Secretaria de Estado de Goiás
- **03 anos – dezembro de 2005 a dezembro de 2008**
Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária/MS

Estágio Supervisionado

- **1981**
Indústria Química de Goiás
- **1984**
Laboratório de Análises Clínicas Rômulo Rocha – Universidade Federal de Goiás / 800 horas

Principais Atividades

- 1976
Professora de Química Orgânica e Inorgânica - Colégio Auxilium/GO
- 1984
Secretaria de Saúde do Estado de Goiás
- 1984-1995
Laboratório Cícero Leão/GO
- 1986 – 1988
Laboratório Santa Paula – Carmo do Rio Verde/GO
- 1992 – 1993
Farmácia Hospitalar do Hospital Psiquiátrico Professor Wassili Chuc – Anápolis/GO
- 1998
Vitapan Indústria Farmacêutica Ltda – Chefe da Garantia de Qualidade

Formação Acadêmica

- 1981 Farmácia – Universidade Federal de Goiás
- 1984 Bioquímica – Universidade Federal de Goiás
- 1991 Curso de Especialização em Saúde Pública – UNAERP (Universidade Estadual Ribeirão Preto)

Cursos de Extensão

- 1991 Treinamento de Prevenção da Cólera – Secretaria de Estado da Saúde/GO
- 1994 Treinamento em Micro Informática – Empresa de Ciência e Desenvolvimento
- 1995 Treinamento para Fiscais de Vigilância Sanitária – Secretaria de Estado da Saúde/GO
- 1996 Curso de extensão em Boas Práticas de Fabricação e Controle de Medicamentos
Universidade Federal Rio Janeiro
(Dissertação em Boas Práticas de Manipulação que subsidiou a normatização para farmácia de manipulação no País, pela ANVISA através da RDC nº 33/2000) – Fase I

Trabalhos Apresentados / Premiação

- 2003 • VII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva
Diagnóstico das Condições Sanitárias dos Hospitais do Interior de Goiás
Modalidade Pôster
- 2004 • II Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária
• I Simpósio Panamericano de Vigilância Sanitária
Menção Honrosa por Trabalho Científico: "Priorização de Risco Sanitária em Vigilância Sanitária e Ambiental
Menção Honrosa por Trabalho Científico: "Informação e Divulgação no caso Celobar: Estratégia de Prevenção de Riscos à Saúde"
"SITUAÇÃO DAS VIGILÂNCIAS SANITÁRIAS MUNICIPAIS NO ESTADO DE GOIÁS".
(Apresentação de Trabalho/Simpósio).
"PROGRAMA DA QUALIDADE EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA". (Apresentação de Trabalho/Simpósio)
• Congress International Centers for Disease Control and Prevention (CDC) – Atlanta/Geórgia
Trabalho Científico premiado: "Bárium Toxicity after exposure to contaminated contrast solution – Goiás State, Brazil, 2003"
- 2005 • Premiada no III Concurso de Monografia Dr. Henrique Santillo, promovido pelo Governo de Goiás, com o trabalho "Planejamento Estratégico como instrumento de gestão em Vigilância Sanitária"
- 2003 • Gestora de Serviço Público premiada pelo Programa de Qualidade Goiás, por três anos consecutivos
2004
2005

Experiência Detalhada

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Autarquia de controle e fiscalização da área da saúde no âmbito federal.

Função:

- Diretora

Principais atividades:

- Supervisora das áreas de vigilância sanitária de Alimentos; Descentralização das Ações de Vigilância Sanitária; Gestão do Conhecimento Técnico Científico; Farmacopéia Brasileira; Tecnologia da Informação

Secretaria de Estado da Saúde de Goiás**Órgão Público****Função:**

- Superintendente de Vigilância Sanitária

Principais atividades:

Gerenciamento de ações de vigilância em saúde nas áreas:

- Saneamento do Meio Ambiente
- Saúde do trabalhador
- Alimentos, Medicamentos, Cosméticos, Correlatos
- Centro de informações Toxicológicas
- Estabelecimentos de saúde e vigilância ambiental em saúde

Funções Ocupadas**I Conferencia Nacional de Vigilância Sanitária****Atuação:**

- Membro do Comitê Executivo da Comissão Estadual Organizadora

Conselho Nacional de Secretários de Saúde**Funções Ocupadas****Atuação:**

- Coordenadora da Câmara Técnica de Vigilância Sanitária – 2003 a 2005

I/II/III Simpósios Brasileiro de Vigilância Sanitária**Atuação:**

- Membro da Comissão Organizadora

Conselho Regional de Farmácia do Estado de Goiás**Atuação:**

- Membro da Comissão de Indústria Farmacêutica

Coordenação Estadual de Controle de Infecção Hospitalar**Atuação:**

- Membro da Coordenação

Indústria Química do Estado de Goiás – IQUEGO**Atuação:**

- Membro do Conselho Administrativo

Conselho Estadual de Entorpecentes e Psicotrópicos**Atuação:**

- Membro do Conselho

Comissão Intergestores Bipartite de Goiás**Atuação:**

- Membro da Comissão

Fórum de Defesa do Consumidor e do Usuário dos Serviços Públicos**Atuação:**

- Membro do Fórum

Comissão Intergestores Tripartite**Atuação:**

- Representante da ANVISA

Participação em Cursos

1998 V Curso Básico de Inspeção em Indústria Farmacêutica
Secretaria de Vigilância Sanitária – MS

1999 Habilidades Gerenciais Básicas
HIDRA Consultoria - GO
Técnicas de Instrução para Agentes Multiplicadores
GUIA Aprendendo a Aprender - GO
Qualidade Total de Medicamentos
MEDSUL – SP
Terapia de Nutrição Parenteral e Enteral
ANVISA – GO
Controle de Qualidade da Água
Secretaria de Estado da Saúde – GO
Planejamento Estratégico para Vigilância Sanitária
Conselho Nacional de Secretários de Saúde - DF
I Oficina de Trabalho e II Assembléia Ordinária do CONASS
II Oficina de Trabalho do CONASS
III Simpósio Latino Americano em Qualidade Total de Medicamentos – MEDSUL'99
MEDSUL – SP

Participação em Cursos

- 2001 Farmacovigilância**
Conselho Regional de Farmácia - GO
Validação de Processos e Equipamentos em Indústria Farmacêutica
Conselho Regional de Farmácia – RJ
Controle de Qualidade de Fitoterápicos
Debatedor da Mesa Redonda – GO
II Congresso de Medicamentos Genéricos
I Conferência Estadual de Vigilância Sanitária
Conferência Nacional de Vigilância Sanitária
Fórum Proposta de Política Nacional de Plantas Medicinais Medicamentos Fitoterápicos
Ministério da Saúde – DF
- 2002 Extensão em Planejamento e Orçamento em Vigilância Sanitária**
Universidade Federal da Bahia
Princípio de Boas Práticas de Fabricação e Procedimentos de Inspeção
OPAS/ANVISA – GO
Good Manufacturing Practice (GMP) and Related Topics
FIOCRUZ/ANVISA – RJ
Capacitación conjunta de Inspectores em Buenas Práticas de Fabricación y Control Medicamentos
ANMAT-MERCOSUR – Argentina
Oficina de Trabalho sobre Assistência Farmacêutica e Medicamentos
Faculdade de Farmácia UFG – GO
V Congresso Brasileiro de Epidemiologia
Universidade Católica do Paraná
- 2003 Competência em Vigilância Sanitária**
Londrina/PR
Oficina de Elaboração de ação visando a criação e implantação do programa estadual de Farmacovigilância
Escola Nacional de Saúde Pública – FIOCRUZ - RJ
VIII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva
ABRASCO - DF
Seminário Nacional de Plantas Medicinais Fitoterápicos e Assistência Farmacêutica
Secretaria de Ciência Tecnologia Insumos Estratégicos – MS - DF
- 2004 Seminário Temático Caso Celobar / Atualização em Direito Sanitário**
FIOCRUZ Escola Nacional de Saúde Pública – RJ
- 2005 Oficina Preparatória de Vigilância Sanitária**
Secretaria de Saúde – Natal/RN
III Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde
Oficina Desafios da Contemporaneidade para o Grupo Temático de Vigilância Sanitária
Assoc. Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva - UFSC
- 2006 Curso de Programa de Gestão Avançada Amana-key - SP**

Cursos Ministrados – Instrutora/Palestrante

1999 Capacitação para Fiscais de Saúde Pública e Técnica em Saúde Pública
 Secretaria Municipal de recursos Humanos – GO
Planejamento Estratégico para Vigilância Sanitária
Controle de Qualidade de Água
 SUS – GO
Terapia de Nutrição Parenteral e Enteral
 ANVISA – GO

2002 IV Treinamento em Baixa Complexidade nas Ações de Vigilância Sanitária

Cursos Ministrados – Instrutora/Palestrante

SUS – GO

II Curso de Especialização em Toxicologia Profissionalizante

Faculdade de Farmácia – UFGO

Atualização de Gerência em Vigilância Sanitária

Secretaria de Estado da Saúde – GO

2003 Congresso Brasileiro de Farmácia

Palácio de Convenções Anhembi – SP

A Gestão da Vigilância Sanitária no Estado de Goiás

Universidade Federal Viçosa

Como Coordenadora

1999 Capacitação de Inspeção em B.P.F. em Medicamentos
 ANVISA – GO

2000 Curso de Especialização em Toxicologia Profissionalizante
 UFGO

2001 Capacitação de Inspeção em B.P.F. em Indústria de Cosméticos e Sencantes
Capacitação Técnica de Fiscais Municipais de Vigilância Sanitária
 Secretaria de Estado da Saúde – GO

2002 Atualização de Gerência em Vigilância Sanitária
 SUS - GO
Capacitação Técnica de Fiscais Municipais de Vigilância Sanitária
 Secretaria de Estado da Saúde – GO

2004 II Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária
I Simpósio Pan-Americano de Vigilância Sanitária
 ABRASCO – Caldas Novas/GO

Congressos / Seminários

1999 VIII Congresso Goiano de Hospitais
I Seminário de Farmácia Hospitalar
 Goiânia - GO

2000 VI Congresso Brasileiro de Saúde Coletivas
 Associação Brasileira de Saúde Coletiva – BA
XVII Pan-Americano Farmácia
 Conselho Federal de Farmácia – RJ

2001 II Congresso Brasileiro de Medicamentos Genéricos
 Conselho Regional de Farmácia – GO
I Conferência Estadual de Vigilância Sanitária
 Secretaria Estadual da Saúde – AL
I Conferência Estadual de Vigilância Sanitária
 Secretaria Estadual da Saúde – RO
II Congresso de Ciências Farmacêuticas
 RIOPHARMA - RJ

2002 I Congresso Internacional de Farmacêuticos Magistrais
 FARMAG/ANFARMAG – SP
III Congresso Brasileiro de Medicamentos Genéricos
 Conselho Regional de Farmácia
Seminário de Vigilância Sanitária
 SUS – RO

2003 V Congresso Nacional de Rede Unida
I Fórum Nacional de Redes em Saúde
II Mostra Paraense de Produção em Saúde da Família
Londrina - PR

2004 VI Congresso Brasileiro de Epidemiologia

Congressos / Seminários

VI Reunião Científica da América Latina Caribe da Assoc. Internacional de Epidemiologia-IEA
ABRASCO - PE

2006 XXII Congresso Nacional das Secretarias Municipais de Saúde
III Congresso da Saúde
V Congresso da Rede Américas
CONASEMS - RE

PUBLICAÇÕES

2007 BRITO, MCM ; COVEM, E. M. ; REIS, L. G. C. . VIGILÂNCIA EM SAÚDE - TOMO II
VIGILÂNCIA SANITÁRIA. 1ª. ed. Brasília: CONASS, 2007. v. 01. 132 p.

Brasília 02/12/2008.


Maria Cecília Martins Brito

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DE 1988

Seção IV
DO SENADO FEDERAL

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
III - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

.....
f) titulares de outros cargos que a lei determinar,

LEI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999.

.....
Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária,
cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e
dá outras providências.

Seção II

Da Diretoria Colegiada

Art. 10. A gerência e a administração da Agência serão exercidas por uma Diretoria Colegiada, composta por até cinco membros, sendo um deles o seu Diretor-Presidente.

Parágrafo único. Os Diretores serão brasileiros, indicados e nomeados pelo Presidente da República após aprovação prévia do Senado Federal nos termos do art. 52, III, "F", da Constituição Federal, para cumprimento de mandato de três anos, admitida uma única recondução.

DECRETO Nº 3.029, DE 16 DE ABRIL DE 1999.

Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.

**ANEXO I
Seção III
Da Diretoria Colegiada**

LEGISLAÇÃO ANVISA

Art. 6º A Agência será dirigida por uma Diretoria Colegiada, composta por cinco Diretores, sendo um dos quais o seu Diretor-Presidente.

§ 1º Os Diretores serão brasileiros indicados e nomeados pelo Presidente da República, após aprovação prévia do Senado Federal, para cumprir mandatos de três anos, não coincidentes, observado o disposto no art. 29 e seu parágrafo único da Lei nº 9.782, de 1999.

§ 2º Os Diretores poderão ser reconduzidos, uma única vez, pelo prazo de três anos, pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Saúde.

§ 3º Na hipótese de vacância de membros da Diretoria, o novo Diretor será nomeado para cumprir período remanescente do respectivo mandato.

(À Comissão de Assuntos Sociais.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– As matérias vão, respectivamente, às Comissões de Serviços de Infra-Estrutura e de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Presidência recebeu o **Ofício nº S/3, de 2009** (nº 20/2009, na origem), de 11 do corrente, do Ministro de Estado das Comunicações, dando conhecimento da Recomendação nº 1/2002, proposta pelo Procurador da República Orlando Martello Junior, visando anulação da Portaria nº 394, de 2002, que autoriza a Associação Pró-Desenvolvimento de Padre Bernardo – Aprodem, a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Padre Bernardo, Estado de Goiás.

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– A Presidência recebeu o **Aviso nº 8, de 2009** (nº 82/2009, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão 159/2009, proferido nos autos do processo nº TC-027.878/2008-1, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram,

referente à solicitação do Congresso Nacional para acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito externo autorizada pela Resolução nº 35, de 2008.

O expediente, juntado ao processado do Projeto de Resolução do Senado nº 53, de 2008, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 29/2009

Brasília, 16 de fevereiro de 2009

Assunto: Indicação para a Medida Provisória nº 458

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado Ernandes Amorim (PTB – RR) e em substituição ao Senhor Deputado Jovair Arantes (PTB – GO), para compor a Comissão sobre a Medida Provisória nº 458, que

“Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.383, de 7 de dezembro 1976, e 6.925, de 29 de junho de 1981, e dá outras providências.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência, protestos de estima e elevada consideração. – Deputado Jovair Arantes, Líder do PTB

Ofício nº 44 /2009 / PSDB

Brasília, 17 de fevereiro de 2009

Assunto: Indicação para membro de Comissão

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Antonio Feijão, como membro titular, em substituição ao Deputado José Aníbal, para integrar a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 458/09, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.383, de 7 de dezembro 1976, e 6.925, de 29 de junho de 1981, e dá outras providências.

Respeitosamente, – Deputado **José Aníbal**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, comunicações que passo a ler.

São lidas as seguintes:

Ofício nº 17/2009 – GLDBAG

Brasília, 16 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho para membro titular na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo. Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.

Senador **Aloizio Mercadante**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 21/2009 — GLDBAG

Brasília, 16 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Expedito Júnior como membro titular na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em substituição ao

Senador César Borges que passa a compor a referida Comissão como membro suplente, em substituição ao Senador João Ribeiro.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.

Senador **Aloizio Mercadante**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 22/2009 – GLDBAG

Brasília, 16 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim para membro titular na Comissão de Educação – CE, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.

Senador **Aloizio Mercadante**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 23/2009 — GLDBAG

Brasília, 16 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Paulo Paim como membro titular e o Senador Delcídio Amaral como membro suplente, na Comissão de Serviços de Infra-estrutura, em vagas destinadas ao Bloco de Apoio ao Governo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração.

Senador **Aloizio Mercadante**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 39/09 – GLPSDB

Brasília, 17 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. Ex^a, o Senador Sérgio Guerra, para integrar como suplente a Comissão de Assuntos Sociais, em substituição a Senadora Lúcia Vânia.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

Ofício nº 41/09 – GLPSDB

Brasília, 17 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V. Ex^a, a Senadora Lúcia Vânia, para integrar como titular a Comis-

são de Assuntos Sociais, em substituição ao Senador Álvaro Dias.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, _ Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

Ofício nº 42/09 – GLPSDB

Brasília, 17 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Flexa Ribeiro, para integrar como titular a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,

em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passará a integrar a Comissão como suplente.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – A Presidência designa os Senadores para as respectivas Comissões e determina que sejam feitas as substituições nos termos dos expedientes encaminhados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECERES NºS 6 E 7, DE 2009

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, Sobre os Avisos nºs 96, de 2007 e 57, de 2008, do Tribunal de Contas da União, anexados ao processado do Aviso nº 83, de 2001, encaminhando, respectivamente, cópia dos Acórdãos nºs 2.182/2007 e 2.185/2008-TCU, proferidos nos autos do processo TC-013.309/2006-9, sobre auditoria realizada na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT.

PARECER Nº 6, DE 2009 (sobre o Aviso nº 96, de 2007)

Relator: Senador FLEXA RIBEIRO

1 RELATÓRIO

1.1 Histórico

O Tribunal de Contas da União – TCU encaminhou à Presidência do Senado Federal, por meio do Aviso nº 1.532-Seses-TCU, de 17/10/2007, cópia do Acórdão nº 2.182/2007 – TCU - Plenário, bem como do Relatório e Voto que o

fundamentaram, relativos a Auditoria Operacional realizada na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, com o objetivo de avaliar a atuação do Ministério das Comunicações e da ECT na terceirização do atendimento do serviço postal por meio de Agências de Correios Franqueadas – TC 013.309/2006-9.

A documentação em análise foi juntada no Congresso Nacional nos autos do processado relativo ao Aviso nº AVS 83/2001 (Aviso TCU 2009-SGS de 09/05/2001 na origem)¹. Fui designado Relator dos novos elementos no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle².

1.2 Tramitação anterior

Verifico, preliminarmente, que o Aviso original ao qual o presente foi juntado (Decisão TCU 271/2001 – Plenário) versava sobre a justificativa apresentada pela ECT para a não-observância de um item de determinação anterior, que prescrevia a realização, naquele período, de estudos de custos de implantação para Agências de Correios franqueadas. A justificativa baseia-se na existência, àquele momento, de um processo de reposicionamento institucional e estratégico da ECT, que implicaria em transformação radical do cenário de comercialização em que se inseriam as agências franqueadas, além do que haviam sido realizados levantamentos emergenciais para atualização de planilhas contratuais que abrangiam o objeto da determinação. O Tribunal de Contas da União considerou justificado o descumprimento da decisão anterior, e posteriormente esta CMA considerou que a matéria prescindia de quaisquer atuações adicionais do Congresso Nacional, enviando-a ao arquivo (Parecer 56/2002-CFC, sessão de 13/11/2002

Nephum reflexo, portanto, da tramitação anterior sobre a matéria ora a ser examinada.

¹ Juntada registrada no controle de tramitação a 31/10/2007, por parte da Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal.

² Designação para a Relatoria em 06/11/2007.

1.3 Síntese da deliberação do Tribunal de Contas da União

O Acórdão em tela tem por conteúdo o resultado de Auditoria Operacional realizada na ECT entre agosto e novembro de 2006, com o objetivo de avaliar a atuação do Ministério das Comunicações e da ECT na terceirização do atendimento do serviço postal por meio de Agências de Correios Franqueadas (ACFs).

Em síntese, foram relatadas as seguintes constatações na mencionada fiscalização:

- I) o modelo de terceirização postal adotado pela ECT a partir de 1992 não foi precedido de estudos e formulação de estratégias consistentes nos aspectos regulatório, comercial e de custos, nem tais providências foram adotadas ao longo de sua implantação e operação;
- II) o órgão formulador de política postal (Subsecretaria de Serviços Postais do Ministério das Comunicações) não desempenha plenamente suas funções de planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos serviços postais;
- III) existe um grande "vácuo regulatório" derivado da ausência ou desatualização legislativa relativa a inúmeras questões relativas à institucionalidade e operação dos serviços postais;
- IV) os contratos de franquia celebrados pela ECT com a rede privada franqueada padecem de graves lacunas que prejudicam consideravelmente a empresa em seus interesses econômico-financeiros e a gestão do serviço postal como um serviço público;
- V) não foram implantados mecanismos para evitar concorrência entre as agências próprias e as franqueadas, tendo ocorrido ainda favorecimento das franqueadas em detrimento da rede própria na distribuição de contratos com clientes de grande porte;

- VI) os sistemas de custo utilizados para definir a remuneração das franqueadas ("comissionamento") não estão estruturados tecnicamente e podem causar relações econômico-financeiras insustentáveis entre a ECT e as franqueadas;
- VII) a atuação comercial de um número considerável de franqueadas desviou-se do perfil alegadamente pretendido pela ECT (ampliação do atendimento varejista) para concentrar-se na disputa pelo mercado atacadista de melhores margens, em concorrência direta com rede da própria ECT, sem que o mecanismo contratual da franquia disponha de instrumentos para evitar conflitos entre o interesse de negócio dos franqueados e o interesse da própria franqueadora;
- VIII) existe concentração espacial das agências franqueadas em regiões de alta lucratividade, sem interferência da ECT no sentido de obter a expansão da rede - exatamente pela implantação de franquias - em áreas carentes, contrariando a alegada finalidade do modelo de franquias;
- IX) a administração central da ECT não dispõe dos dados mínimos relativos à exploração do negócio de franquia a nível nacional (especialmente em relação ao faturamento da rede), o que impede a gestão do desempenho da rede franqueada;
- X) como consequência do exposto no inciso IX anterior, os mecanismos de fiscalização e controle sobre as agências franqueadas mostram-se insuficientes para impedir a evasão de receitas;
- XI) a política adotada pela ECT de fornecer gratuitamente máquinas de franquear digitais às ACFs implicou custos consideráveis à empresa sem que se tenha comprovado as vantagens de tal procedimento nem a redução da evasão de receitas.

Como resultado do trabalho, o Tribunal:

- I) propõe a redação pelo Poder Executivo de um projeto de lei destinado a “suprir deficiências e lacunas nos dispositivos regulatórios relativos ao setor postal de modo a abranger, entre outros aspectos:
 - I.1) regulação econômica para o setor;
 - I.2) dispositivos que estimulem a competitividade no mercado postal;
 - I.3) sistemas de custos regulatórios para o provedor de serviços postais universais com separação contábil das contas de produtos e serviços reservados universais, não-reservados universais e não-universais;
 - I.4) regras para outorga de direitos de atuação no mercado postal;
 - I.5) definições relativas ao mercado postal (como abrangência do monopólio e condições para atuação dos agentes privados);
 - I.6) normas que assegurem a qualidade dos serviços prestados pelos agentes postais”;
- II) determina que o Ministério das Comunicações assuma o papel a si atribuído pela lei de formulador e supervisor da execução da política pública relativa ao setor postal;
- III) determina à ECT uma larga série de providências no sentido de desenvolver estratégias, critérios e instrumentos de gestão de um futuro modelo de franquia a ser licitado, além de implantar imediatamente procedimentos de organização de informações e de fiscalização sobre a rede de atendimento.

1.4 Outras informações relevantes

É imperativo considerar que, sobre a matéria, foi baixada pelo Poder Executivo a Medida Provisória 403, de 26 de novembro de 2007, que “Dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal e dá outras providências.”. Referida Medida não teve apreciação por parte da Comissão Especial criada ao efeito, e encontra-se ~~em~~

atualmente sob apreciação do Plenário da Câmara dos Deputados, tendo sido a ela apresentadas 236 emendas.

A supracitada Medida Provisória limita-se a autorizar a franquia postal como atividade econômica, atribuindo à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos a competência de delimitar e controlar os contornos concretos de tal atividade; fixa ainda as cláusulas essenciais do contrato de franquia postal e enuncia em caráter genérico os objetivos da celebração de contratos de franquia postal.

1.5 Análise da matéria

Encontra-se esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em situação privilegiada para o cumprimento de sua missão regimental de fiscalização dos atos da administração pública.

Diante do colegiado, evidenciam-se fatos da máxima gravidade, quando o órgão de apoio ao controle externo revela minudentemente a ocorrência de erros, omissões e prejuízos à correta prestação de um serviço essencial à sociedade como é o da comunicação postal. Os dados trazidos pela auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União não deixam margem a dúvida quando à completa inadequação do atual mecanismo de contratação de franquias frente aos objetivos de política pública associados à missão da União no serviço postal, e da sua prejudicialidade ante os interesses diretamente econômicos da ECT.

As graves ocorrências que viemos de sublinhar têm dupla natureza: regulatória e administrativa. Constata-se a urgente necessidade de providências de duas ordens: primeiro, a elaboração de um marco regulatório abrangente e consistente para a atividade de franquia no âmbito do serviço postal, tarefa esta que compete primordialmente ao próprio Poder Legislativo; além disso, cabe o acompanhamento das providências de gestão desse modelo, sob as regras atuais (para minimizar-lhe os inconvenientes) e em uma futura regra permanente, o que de igual modo compete ao Poder Legislativo em sua função de controle.

Desde logo, a tramitação da Medida Provisória 403 impõe que os responsáveis pela sua apreciação tenham conhecimento das constatações aqui veiculadas. Não se está propondo, claro fique, que a referida Medida represente a superação do vácuo regulatório aqui apontado: seus dispositivos são sumários, e não abordam senão com a máxima superficialidade as questões regulatórias pertinentes, tais como as suscitadas pelo Tribunal de Contas. Ao contrário, uma Medida Provisória poderá, no máximo, atender a problemas emergenciais advindos da operação atual do sistema de franquias, não possuindo – por incompatível com sua própria natureza constitucional – a virtualidade de fixar marco regulatório permanente e durável para coisa alguma. Destarte, há que encaminhar cópia integral do Aviso recebido, acompanhado deste Parecer, à Presidência da Câmara dos Deputados, solicitando-lhe sejam estes elementos juntados ao processado da tramitação da Medida Provisória 403, de 26 de novembro de 2007, por conterem informações de absoluta relevância para a apreciação daquela matéria. Em acréscimo, cabe propor a orientação desta CMA no sentido de que os dispositivos da referida Medida Provisória, independentes de seu mérito intrínseco, são inteiramente insuficientes para configurarem um marco regulatório completo, estável e definitivo do setor de franquia postal, sendo recomendável que tal circunstância conste da norma legal resultante de sua tramitação.

Assim constatada a necessidade de trabalhos legislativos mais profundos, deve-se alvitrar duas providências de maior calado. Inicialmente, a convocação por parte desta CMA do Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações para prestação de informações relativas aos resultados da auditoria trazida ao conhecimento do Senado Federal por meio do Aviso em exame e as providências dele decorrentes, convidando-se também para tal ocasião o Exmo. Sr. Ministro Ubiratan Aguiar, relator do processo no TCU. Naturalmente, cabe convidar a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal para compartilhar com a CMA a promoção da mencionada audiência, se assim entender conveniente.

Em seguida, instruída a matéria com os resultados que surgirem das reuniões e oitivas realizadas, devem os autos serem encaminhados à referida Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, instância competente para deliberar sobre proposições legislativas no tema que se examina.

Desta forma, cumprirá a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle a sua função precípua de acompanhar a gestão pública federal, por um lado assegurando transparência aos atos e fatos administrativos relevantes, e por outro proporcionando às comissões de competência temática os insumos de informação e análise necessários à produção legislativa em seus respectivos campos de atuação legislativa.

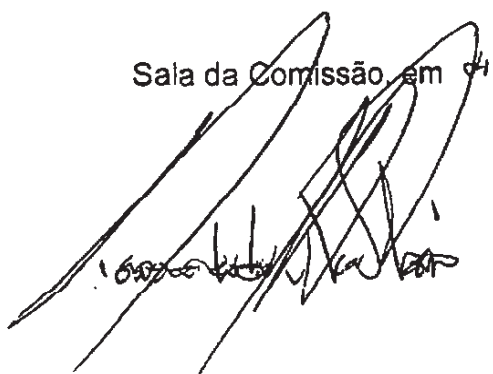
2 VOTO

Diante do exposto, considerando que o Aviso em exame traz a necessidade de urgentes providências de variada natureza no âmbito legislativo, voto por que esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, no exercício das atribuições fixadas pelo art. 102-A, inc. I, do Regimento Interno do Senado Federal delibere no sentido de que:

- a) seja extraída cópia integral do Aviso recebido, acompanhado deste Parecer, encaminhando-se tais elementos à Mesa para que seja remetida por despacho da Presidência, nos termos do art. 138, inc. II, do Regimento Interno do Senado Federal, à Presidência da Câmara dos Deputados, com o fim de que sejam juntados ao processado da tramitação da Medida Provisória 403, de 26 de novembro de 2007, por conterem informações de absoluta relevância para a apreciação daquela matéria;
- b) seja adotada orientação desta CMA, nos termos dos arts. 102-A, inc. I, 'a', e 133, inc. V, 'd' do Regimento Interno, e encaminhada à Câmara dos Deputados nos mesmos termos da alínea 'a' deste Voto, no sentido de considerar os dispositivos da referida Medida Provisória 403, de 26 de novembro de 2007, independentemente de seu mérito intrínseco, como inteiramente insuficientes para configurarem um marco regulatório completo, estável e definitivo do setor de franquia postal, sendo recomendável que tal circunstância conste da norma legal resultante de sua tramitação;

- c) seja convidado, nos termos do art. 50, § 2º, inc. III da Constituição Federal e do art. 90, inc. III, do Regimento Interno e em data a ser oportunamente fixada pelo Presidente da Comissão, o Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações, Drº Hélio Costa, e o Presidente da ECT - Empresa de Correios e telégrafos, Srº Carlos Henrique Custódio, para prestação de informações relativas aos resultados da auditoria trazida ao conhecimento do Senado Federal por meio do Aviso 96/2007 em exame (Acórdão TCU 2.128/2007 – Plenário) e as providências deles decorrentes, convidando-se também para tal ocasião o Exmo. Sr. Ministro Ubiratan Aguiar, Relator do mencionado Acórdão no Tribunal de Contas da União;
- d) tendo em vista a deliberação do convite do mencionado Ministro de Estado, seja comunicada tal circunstância ao Presidente do Senado Federal, encarecendo-lhe as providências cabíveis nos termos do art. 138, inc. II e § 1º, do Regimento Interno;
- e) seja desde logo convidada a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal para compartilhar com esta Comissão a realização da mencionada oitiva das autoridades convidadas, nos termos dos arts. 102-A, parágrafo único, inc. II, 102-D, § 1º, e 138, inc. I, do Regimento Interno;
- f) instruída a matéria com os resultados que surgirem das reuniões e oitivas realizadas, seja a matéria remetida à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado Federal, instância competente para deliberar sobre proposições legislativas no tema que se examina (art. 104, inc. I do Regimento Interno), nos termos dos arts. 95 e 102-C, inc. IV, do mesmo Regimento.

Sala da Comissão, em 4 de maio de 2008.


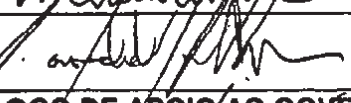
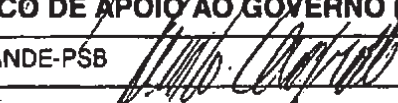
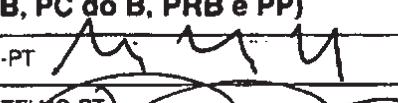
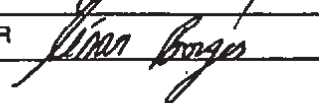
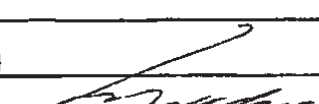
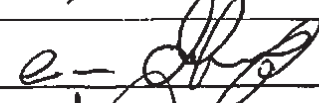
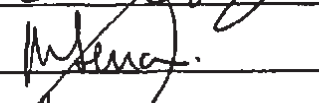



Senador LEOMAR QUINTANILHA
Presidente

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: AVS Nº 83 DE 2001
(AVS Nº 96, DE 2007)

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04, 03, 2008 OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:  (SEN. LEOMAR QUINTANILHA)	
RELATOR:  (SEN. FLEXA RIBEIRO)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
 FLÁVIO ARNS-PT	
SIBÁ MACHADO-PT	AUGUSTO BOTELHO-PT
FÁTIMA CLEIDE-PT	SERYS SLHESSARENKO-PT
CÉSAR BORGES-PR 	INÁCIO ARRUDA-PC do B
VAGO	EXPEDITO JÚNIOR-PR
Majoria (PMDB)	
LEOMAR QUINTANILHA	ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO	GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	VAGO
VALTER PEREIRA	GERALDO MESQUITA
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
EUZEU RESENDE -DEM	ADELMIR SANTANA-DEM
HERÁCLITO FORTES-DEM	VAGO
GILBERTO GOELLNER-DEM 	VAGO
JOSÉ AGRIPINO-DEM	RAIMUNDO COLOMBO-DEM
CÍCERO LUCENA-PSDB 	LÚCIA VÂNIA-PSDB
MARISA SERRANO-PSDB 	FLEXA RIBEIRO-PSDB
MARCONI PERILLO-PSDB 	SÉRGIO GUERRA-PSDB
PDT	
JEFFERSON PERES	VAGO

PARECER Nº 7, DE 2009
(sobre o Aviso nº 57, de 2008)

RELATOR: Senador FLEXA RIBEIRO

I – RELATÓRIO

Submete-se ao conhecimento desta COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (CMA) o Aviso nº 57, de 2008, do Tribunal de Contas da União (nº 1.406-Seses-TCU-Plenário, na origem), que encaminha cópia do Acórdão nº 2.185/2008-Plenário, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram.

O expediente está relacionado com o Aviso nº 83, de 2001 (2009-SGS-TCU, na origem), que encaminhou cópia da Decisão nº 271/2001, proferida nos autos do processo nº TC 013.889/93-5, examinado na Sessão Ordinária de 9 de maio de 2001 do Plenário daquela Corte, objeto do Parecer nº 56/2003-CFC, relatado pelo Senador CHICO SARTORI.

Em 31 de outubro de 2007, foi juntado ao processado do Aviso nº 83, de 2001, o Aviso nº 96, de 2007, da mesma Corte (nº 1.532-Seses-TCU-Plenário, na origem), pelo qual foi dado conhecimento do Acórdão nº 2.182/2007-TCU-Plenário, de 17 de outubro de 2007, em que o Tribunal aprovou Relatório de Auditoria Operacional realizada na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), consignando determinações e recomendações à ECT, à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Ministério das

Comunicações. Parecer de minha lavra, aprovado nesta Comissão em 4 de março de 2008, deu tratamento à matéria.

Agora, mediante o expediente sob exame, encaminha-se ao Senado Federal cópia do Acórdão que conheceu e negou provimento a embargos de declaração atravessados contra o citado Acórdão nº 2.182/2007-TCU-Plenário, que motivara o Aviso nº 96, de 2007.

Malgrado o não-provimento do recurso, por intempestividade, a Corte de Contas promoveu correção de erro material nesse último Acórdão, por meio da deliberação ora em apreço. Não se concretizaram efeitos infringentes na resposta aos embargos, estando mantido intacto o mérito da decisão embargada.

II – ANÁLISE

A Corte de Contas, exercendo sua competência constitucional de auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo, adotou o procedimento de manter a Casa Legislativa informada dos desdobramentos da deliberação ensejadora do Aviso nº 83, de 2001.

Em que pese a importância das informações prestadas nos Avisos, não há providência útil que esta Comissão possa tomar em relação a eles.

III – VOTO

À luz do exposto, concluo pelo conhecimento do assunto por esta Comissão e pelo arquivamento do Aviso nº 57, de 2008, do Tribunal de Contas da União, bem como dos documentos que o acompanham.

Sala da Comissão, em 26 de novembro de 2008

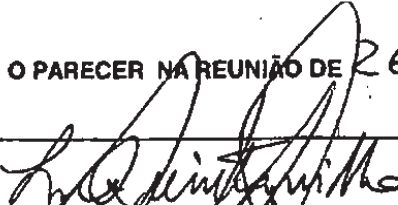
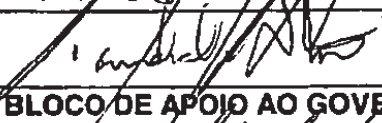
, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: AVS Nº 57 DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 26/11/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:  (SEN. LEOMAR QUINTANILHA)	
RELATOR:  (SEN. FLEXA RIBEIRO)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
RENATO CASAGRANDE-PSB	FLÁVIO ARNS-PT
MARINA SILVA-PT	AUGUSTO BOTELHO-PT
FÁTIMA CLEIDE-PT	SERYS SILHESSARENKO-PT
CÉSAR BORGES-PR	INÁCIO ARRUDA-PC do B
	EXPEDITO JÚNIOR-PR
Maioria (PMDB)	
LEOMAR QUINTANILHA	ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO	GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	ALMEIDA LIMA
VALTER PEREIRA	GERALDO MESQUITA
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
ELISEU RESENDE-DEM	ADELMIR SANTANA-DEM
HERÁCLITO FORTES-DEM	VAGO
GILBERTO GOELLNER-DEM	VAGO
JOSÉ AGRIPINO-DEM	RAIMUNDO COLOMBO-DEM
CÍCERO LUCENA-PSDB	PAPALÉO PAES-PSDB
MARISA SERRANO-PSDB	FLEXA RIBEIRO-PSDB
MARCONI PERILLO-PSDB	ARTHUR VIRGÍLIO-PSDB
PTB	
GIM ARGELLO	
PDT	
JEFFERSON PRAIA	VAGO

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– A Presidência determina a juntada ao processado da Medida Provisória nº 403, de 2007, de cópia dos Pareceres nºs 6 e 7, de 2009, da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, referentes aos Avisos nºs 96, de 2007, e

57, de 2008, os quais tramitam anexados ao Aviso nº 83, de 2001.

Os Avisos mencionados vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, DE 2009

Altera o Código Penal para tipificar práticas anti-sindicais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Acrescente-se o art. 199A ao Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com a seguinte redação:

“Atentado contra a Liberdade Sindical

Art. 199A. Impedir alguém, mediante fraude, violência ou grave ameaça, de exercer os direitos inerentes à condição de sindicalizado:

Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§1º. Na mesma pena incorre quem:

I – exige, quando da contratação, atestado ou preenchimento de questionário sobre filiação ou passado sindical;

II – dispensa; suspende; aplica injustas medidas disciplinares; altera local, jornada de trabalho ou tarefas do trabalhador por sua participação lícita na atividade sindical, inclusive em greve;

§2º. A pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é dirigente sindical ou suplente, membro de comissão ou, simplesmente, porta-voz do grupo. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Conselho de Administração da OIT (Organização Internacional do Trabalho), em sua 299ª Reunião, realizada em junho de 2007, aprovou as recomendações feitas pelo Comitê de Liberdade Sindical em face da representação apresentada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) pela prática de atos anti-sindicais por alguns estabelecimentos particulares de ensino superior (processo nº 2523/OIT). No caso, a representação foi decorrência de demissões de professores que conduziram movimentos grevistas no Brasil.

As determinações ao Governo brasileiro integram o 346º Informe do Comitê de Liberdade Sindical, que “pede ao Governo que tome medidas para que se realize sem demora uma investigação para determinar os motivos e os fatos concretos que provocaram as demissões dos dirigentes sindicais em questão e se for constatado que os mesmos se produziram pelo exercício de atividades sindicais legítimas, tendo em conta o contexto nacional e as circunstâncias específicas deste caso, tome medidas para que sejam reintegrados em seus postos de trabalho”.

Assim é que o Estado brasileiro não pode mais se omitir quanto ao compromisso, internacionalmente assumido, de implantar política de combate aos atos anti-sindiciais. É nesse sentido que apresento este Projeto de Lei, com vistas a tipificar a conduta anti-sindical, compreendida como "quaisquer atos que venham a prejudicar indevidamente o titular de direitos sindicais, quando em exercício de atividade sindical" (SILVA, Otávio Pinto e. *Subordinação, autonomia e parasubordinação nas relações de trabalho*. São Paulo: Ltr, 2004).

O jurista e magistrado do Trabalho, prof. Souto Maior, em artigo sob o título "o combate aos atos anti-sindiciais no ordenamento jurídico brasileiro" (disponível no site da Associação dos Magistrados do Trabalho – ANAMATRA) ensina que:

"A reivindicação de direitos trabalhistas e a defesa de interesses considerados importantes pelos trabalhadores por meio da greve são, por conseguinte, as essências democráticas do Estado Social dentro da lógica capitalista. A punição de trabalhadores, por sua atuação sindical, constitui grave agressão à ordem jurídica e uma vez demonstrada (presumível em certas circunstâncias, já que os atos de discriminação nunca se auto-declaram) dá ensejo à configuração da prática de ato anti-sindical, caracterizado como crime em diversos países, incluindo o mais avesso à regulação do trabalho que são os EUA".

Outro País, além dos EUA, que também tipifica como crime atos anti-sindiciais é a Espanha, prevendo penas privativas de liberdade de seis a três anos e multa.

Vale lembrar que o art. 199 do Código Penal brasileiro (CP) tipifica o crime de atentado contra a liberdade de associação, com pena de detenção de um mês a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência, para aquele que constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a participar ou deixar de participar de determinado sindicato ou associação profissional.

Em outros termos, o crime previsto no art. 199 do CP tem como elemento objetivo constranger, que significa coagir, obrigar, alguém a participar ou não de um sindicato ou associação profissional, sendo que participar é ligar-se, ou filiar-se, a um sindicato ou associação, seja na forma de sindicalizado ou associado. Por conseguinte, o objeto jurídico tutelado pelo direito penal é a liberdade de associação profissional e sindical, que constitui garantia constitucional (arts. 5º, XVII, XX e 8º, V da Constituição Federal de 1988 e art. 511 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), pois nossa Carta Política prescreve que ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato ou associação.

Entretanto, não existe tipo penal previsto no direito brasileiro para os casos de atos anti-sindiciais, ou seja, que estabeleça como crime a conduta que impeça o legítimo exercício dos direitos intrínsecos do sindicalizado; de tal modo que o objeto material, ora ventilado, é o Direito Sindical frustrado ou impedido, pois o objeto jurídico tutelado pelo Direito Penal é o exercício da liberdade sindical, isto é, o de exercer os direitos, os deveres, as prerrogativas, as faculdades decorrentes do reconhecimento do sindicato pelo Estado e pela sociedade, cujo reconhecimento se dá por meio do Ordenamento Jurídico.

Portanto, não se trata de estabelecer tipo penal para quem impedir o trabalhador de participar ou deixar de participar de sindicato ou associação profissional, mas de sancionar todo aquele que impedir o trabalhador de exercer os direitos inerentes à condição de sindicalizado, inclusive, (a) exigindo, quando da contratação, atestado ou preenchimento de questionário sobre filiação ou passado sindical do trabalhador e (b) dispensar; suspender; aplicar injustas medidas disciplinares; alterar o local, a jornada de trabalho ou as tarefas do trabalhador por sua participação lícita na atividade sindical, inclusive em greve.

Sem sombra de dúvida que o tipo previsto neste Projeto é conhecido no Direito Penal como norma penal em branco, que necessita de integração por uma norma de cunho trabalhista. O direito assegurado, criado pelo Projeto, é qualquer direito, dever, prerrogativa, faculdade previsto no Direito Sindical, por meio da lei trabalhista (CLT, leis avulsas, acordo ou convenção coletiva, sentença normativa etc), incluindo-se aí a legislação imprópriamente trabalhista, como é a própria Constituição Federal (art. 8 e seguintes).

Por sua vez, o crime criado pelo presente Projeto expressa que a conduta é, em princípio, comissiva, haja vista que se exige a fraude, a violência ou a grave ameaça. Tais elementos já têm seus conceitos estabelecidos no Direito Penal, a saber: a fraude é o ardil, a falcatura, que tem como objetivo enganar ou manter alguém em erro; a violência é exclusivamente a violência física, chamada de *vis corporalis*; e a grave ameaça é a coação moral, a *vis compulsiva*, a intenção de impedir (de tolher, de oprimir) e a convicção de que a vítima poderá se sentir realmente ameaçada.

O nosso Ordenamento Jurídico estabelece sanções de natureza administrativa-civil, como por exemplo, a previsão de penalidade para conduta anti-sindical prevista na CLT, art. 543, §6º, a saber: "A empresa que, por qualquer modo, procurar impedir que o empregado se associe a sindicato, organize associação profissional ou sindical ou exerça os direitos inerentes à condição de sindicalizado, fica sujeita à penalidade prevista na letra a do art. 553, sem prejuízo da reparação a que tiver direito o empregado".

Por conseguinte, este meu Projeto aproveita o significado da expressão "impedir o exercício de direitos inerentes à condição de sindicalizado" para criar o tipo penal, uma vez que tal significado está consolidado na área da Ciência Jurídica, inclusive para os profissionais do Direito.

Como dito anteriormente, basta lembrar que a doutrina jurídica define ato anti-sindical como "toda atitude ou conduta que prejudica a causa da atividade sindical ou que limita além do que decorre do jogo normal das relações coletivas (URIARTE, Oscar Ermida. *A proteção contra atos anti-sindicais*. Trad. Irany Ferrari. São Paulo: Ltr, 1989). Destarte, peço apoio dos meus Pares para aprovação deste Projeto, que qualifica melhor a democracia brasileira e evita danos internacionais para a imagem do Brasil.

Sala das Sessões, 17 de fevereiro de 2009

Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

PSB/SE

LEGISLAÇÃO CITADA:

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.
Código Penal

(...)

TÍTULO IV DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Atentado contra a liberdade de trabalho

Art. 197 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça:

I - a exercer ou não exercer arte, ofício, profissão ou indústria, ou a trabalhar ou não trabalhar durante certo período ou em determinados dias:

Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência;

II - a abrir ou fechar o seu estabelecimento de trabalho, ou a participar de greve ou paralisação de atividade econômica:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta

Art. 198 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a celebrar contrato de trabalho, ou a não fornecer a outrem ou não adquirir de outrem matéria-prima ou produto industrial ou agrícola:

Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

Atentado contra a liberdade de associação

Art. 199 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a participar ou deixar de participar de determinado sindicato ou associação profissional:

Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem

Art. 200 - Participar de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, praticando violência contra pessoa ou contra coisa:

Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

Parágrafo único - Para que se considere coletivo o abandono de trabalho é indispensável o concurso de, pelo menos, três empregados.

Paralisação de trabalho de interesse coletivo

Art. 201 - Participar de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, provocando a interrupção de obra pública ou serviço de interesse coletivo:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem

Art. 202 - Invadir ou ocupar estabelecimento industrial, comercial ou agrícola, com o intuito de impedir ou embaraçar o curso normal do trabalho, ou com o mesmo fim danificar o estabelecimento ou as coisas nele existentes ou delas dispor:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Frustração de direito assegurado por lei trabalhista

Art. 203 - Frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho:

Pena - detenção de um ano a dois anos, e multa, além da pena correspondente à violência. (Redação dada pela Lei nº 9.777, de 29.12.1998)

§ 1º Na mesma pena incorre quem: (Incluído pela Lei nº 9.777, de 29.12.1998)

I - obriga ou coage alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida; (Incluído pela Lei nº 9.777, de 29.12.1998)

II - impede alguém de se desligar de serviços de qualquer natureza, mediante coação ou por meio da retenção de seus documentos pessoais ou contratuais. (Incluído pela Lei nº 9.777, de 29.12.1998)

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é menor de dezoito anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental. (Incluído pela Lei nº 9.777, de 29.12.1998)

Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho

Art. 204 - Frustrar, mediante fraude ou violência, obrigação legal relativa à nacionalização do trabalho:

Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

Exercício de atividade com infração de decisão administrativa

Art. 205 - Exercer atividade, de que está impedido por decisão administrativa:

Pena - detenção, de três meses a dois anos, ou multa.

Aliciamento para o fim de emigração

Art. 206 - Recrutar trabalhadores, mediante fraude, com o fim de levá-los para território estrangeiro. (Redação dada pela Lei nº 8.683, de 1993)

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos e multa. (Redação dada pela Lei nº 8.683, de 1993)

Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional

Art. 207 - Aliciar trabalhadores, com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional:

Pena - detenção de um a três anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.777, de 29.12.1998)

§ 1º Incorre na mesma pena quem recrutar trabalhadores fora da localidade de execução do trabalho, dentro do território nacional, mediante fraude ou cobrança de qualquer quantia do trabalhador, ou, ainda, não assegurar condições do seu retorno ao local de origem. (Incluído pela Lei nº 9.777, de 29.12.1998)

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é menor de dezoito anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental. (Incluído pela Lei nº 9.777, de 29.12.1998)

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho

(...)

Art. 543. (...)

§ 6º. A empresa que, por qualquer modo, procurar impedi que o empregado se associe a sindicato, organize associação profissional ou sindical ou exerça os direitos inerentes à condição de sindicalizado fica sujeita à penalidade prevista na letra a do art. 553, sem prejuízo da reparação a que tiver direito o empregado.

(...)

SEÇÃO VIII DAS PENALIDADES

Art. 553 - As infrações ao disposto neste Capítulo serão punidas, segundo o seu caráter e a sua gravidade, com as seguintes penalidades:

- a) multa de Cr\$ 100 (cem cruzeiros) e 5.000 (cinco mil cruzeiros), dobrada na reincidência;
- b) suspensão de diretores por prazo não superior a 30 (trinta) dias;
- c) destituição de diretores ou de membros de conselho;
- d) fechamento de Sindicato, Federação ou Confederação por prazo nunca superior a 6 (seis) meses;
- e) cassação da carta de reconhecimento.

f) multa de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo regional, aplicável ao associado que deixar de cumprir sem causa justificada, o disposto no parágrafo único do artigo 529. (Incluída pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

(...)

Art. 5º. (...)

XVII – é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

(...)

XX – ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

(...)

Art. 8º. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

(...)

V – ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 37 , DE 2009

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, para permitir a dedução, do imposto de renda das pessoas físicas, das despesas com pagamento de pedágio em rodovia federal, bem como permite dedução idêntica do imposto de renda das pessoas jurídicas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12.
....."

VIII – na forma do regulamento, as despesas comprovadamente realizadas, no ano-base, com o pagamento de pedágio em rodovia federal, até o limite de oitenta por cento do valor do Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) efetivamente pago, relativamente a veículo de propriedade do próprio contribuinte.
..... (NR)"

Art. 2º O art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22. A soma das deduções a que se referem os incisos I a III e VIII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995, fica limitada a seis por cento do valor do imposto devido, não sendo aplicáveis limites específicos a quaisquer dessas deduções.
(NR)"

Art. 3º A pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá deduzir do imposto devido as despesas efetivamente realizadas no período de apuração, com o pagamento de pedágio em rodovia federal, até o limite de oitenta por cento do valor do Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) efetivamente pago relativamente a veículo de sua propriedade.

Art. 4º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta, bem como incluirá a renúncia mencionada nas propostas orçamentárias dos exercícios seguintes.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. O disposto nesta Lei só produzirá efeito a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 4º.

JUSTIFICAÇÃO

A criação do imposto sobre a propriedade de veículo automotor (IPVA), como sucessor da antiga taxa rodoviária única, foi justificada, na época, como uma forma de os usuários de vias públicas contribuírem para a sua manutenção.

Entretanto, o tempo se encarregou de esmaecer a lembrança dessa justificativa, restando, ao final, apenas mais um imposto patrimonial a onerar os contribuintes.

Imposto, que, na verdade, é bastante pesado, pois sua alíquota, que incide anualmente, alcança entre três e quatro por cento do valor do veículo, dependendo do Estado. Segundo estatísticas disponíveis no *site* do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) a arrecadação do imposto, no ano de 2008, montou a R\$ 17,2 bilhões, em todo o País.

Nos últimos anos, a política de concessão de rodovias e de instituição de pedágio pela sua utilização vem sendo cada vez mais incrementada, de tal maneira que o cidadão acaba por ser duplamente onerado. Atualmente, já existem mais de quatro mil quilômetros de estradas pedagiadas, e o próprio Ministério dos Transportes informa o prosseguimento da política, com a previsão de milhares de outros quilômetros.

Sem a mínima pretensão de negar a validade dessa política, é inevitável, entretanto, reconhecer que toda a circulação de bens e pessoas, num país da extensão do nosso, e com a reconhecida dependência do modal rodoviário, está sendo crescentemente onerada, havendo casos em que torna proibitivo o transporte de certas cargas ou o direito de ir e vir de pessoas pertencentes às classes de menor renda.

Este projeto tem o objetivo de atenuar o problema, compensando no imposto de renda parte da despesa incorrida no uso de rodovias federais pedagiadas. Como o imposto de renda é partilhado com Estados e Municípios, e eles são, também, os beneficiários da arrecadação do IPVA, o ônus da renúncia de receita será convenientemente distribuído entre os três níveis de governo.

Sala das Sessões, 17 de fevereiro de 2009

Senador EXPEDITO JÚNIOR

LEGISLAÇÃO CITADA**Constituição Federal, de 1988**

.....
Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I - o plano plurianual;
 - II - as diretrizes orçamentárias;
 - III - os orçamentos anuais.
-

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

.....

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000

.....
Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

.....

II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

.....

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

.....

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995

Art. 12. Do imposto apurado na forma do artigo anterior, poderão ser deduzidos:

I - as contribuições feitas aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - as contribuições efetivamente realizadas em favor de projetos culturais, aprovados na forma da regulamentação do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, instituído pelo art. 1º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991;

III - os investimentos feitos a título de incentivo às atividades audiovisuais, na forma e condições previstas nos arts. 1º e 4º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993;

IV - (VETADO)

V - o imposto retido na fonte ou o pago, inclusive a título de recolhimento complementar, correspondente aos rendimentos incluídos na base de cálculo;

VI - o imposto pago no exterior de acordo com o previsto no art. 5º da Lei nº 4.862, de 29 de novembro de 1965.

VII - até o exercício de 2012, ano-calendário de 2011, a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração do empregado.

Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997

Art. 22. A soma das deduções a que se referem os incisos I a III do art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995, fica limitada a seis por cento do valor do imposto devido, não sendo aplicáveis limites específicos a quaisquer dessas deduções.

(Às Comissões de Serviços de Infra-Estrutura e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 38, DE 2009 – Complementar

Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever bolsa para o egresso desempregado, a ser financiada com os recursos do Fundo Penitenciário Nacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 25 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigor com a seguinte alteração:

“Art. 25.....
.....

II – na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de 2 (dois) meses, ou de bolsa para que possa prover seu sustento enquanto estiver desempregado, pelo prazo de 6 (seis) meses.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos no inciso II poderão ser prorrogados uma única vez, comprovado, por declaração do assistente social, o empenho na obtenção de emprego. (NR)”

Art. 2º A Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, passa a vigor acrescida do seguinte artigo:

Art. 3º-A O pagamento da bolsa de que trata o inciso II do art. 25 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, dependerá da elaboração de projeto voltado à reinserção social do egresso a que se refere o inciso VII do art. 3º desta Lei.

§ 1º A bolsa tem por finalidade prover assistência financeira ao egresso desempregado pelo período de 6 (seis) meses, e corresponde ao valor mensal de um salário mínimo.

§ 2º A bolsa será suspensa, no caso do liberado definitivo, quando for empregado ou for indiciado pela prática de nova infração penal, e, no caso do liberado condicional, quando for empregado ou infringir as condições impostas para o período de prova ou ter revogado o livramento condicional.

§ 3º O trabalhador egresso que vier a ser identificado como submetido a regime de trabalho forçado ou reduzido a condição análoga à de escravo será dessa situação resgatado e terá direito à percepção de três parcelas da bolsa de que trata este artigo.

§ 4º Os egressos que perderem involuntariamente o emprego em período inferior a 12 (doze) meses da data da liberação, tenham já sido beneficiados com o recebimento da bolsa ou não, farão jus a três parcelas do benefício.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984) define que é considerado "egresso" do sistema penitenciário aquele que estava preso e foi liberado definitivamente, ficando então na condição de "egresso" durante o primeiro ano da liberação. Também é considerado "egresso" o liberado condicional, durante o seu período de prova (art. 26, incisos I e II).

Nesse primeiro momento de retorno à sociedade, a assistência ao egresso é de suma importância, e o trabalho é o apoio mais necessário e desejado, pois, devido a sua condição, ele encontra grandes dificuldades em acessar a esse mercado.

A Lei de Execução Penal já prevê certa assistência ao preso, que se estende ao egresso, mas para este a lei padece, ainda hoje, da falta de instrumentabilidade material e de pessoal para sua exeqüibilidade. Trata-se de um sistema bastante limitado de assistência ao egresso, que compreende apenas orientação e colaboração na busca por emprego e concessão de alojamento e alimentação pelo prazo de dois meses, se necessário.

Mas enquanto o egresso enfrentará as dificuldades naturais de todo cidadão na busca de emprego, paira sobre ele uma dificuldade ainda maior, que é a discriminação do empregador contra o ex-presidiário.

O presente projeto de lei tem por objetivo proporcionar ao egresso, que pagou o seu débito com a sociedade no sistema penal, melhores condições para a sua reinserção social. A presente proposta, como alternativa à concessão de alojamento e alimentação, prevê uma bolsa-desemprego, a ser paga no período de seis meses, no valor de um salário mínimo, para que o egresso tenha condições mínimas de dignidade para retornar ao convívio social, sem incorrer no risco de retornar à criminalidade.

O Fundo Penitenciário Nacional já tem entre suas finalidades financiar tais projetos de assistência ao egresso, nos termos da Lei Complementar nº 79, de 1994. Portanto, o pagamento da bolsa dependeria da apresentação de projeto de reinserção social e acompanhamento pelo assistente social. Importante lembrar que a fiscalização da assistência aos egressos é feita pelo Conselho Penitenciário (art. 70, IV, da LEP).

Face ao elevado apelo social deste projeto, rogo aos meus Pares para que o apoiem por se tratar de medida justa e necessária para manter os egressos afastados da criminalidade, para lhes dar condições mínimas de prover o próprio sustento e o de suas famílias no período inicial de readaptação social.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.210, DE 11 de julho de 1984.

.....
Art. 25. A assistência ao egresso consiste:

I - na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade;

II - na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de 2 (dois) meses.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no inciso II poderá ser prorrogado uma única vez, comprovado, por declaração do assistente social, o empenho na obtenção de emprego.

.....

Art. 26. Considera-se egresso para os efeitos desta Lei:

I - o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento;

II - o liberado condicional, durante o período de prova.

.....

Art. 70. Incumbe ao Conselho Penitenciário:

I - emitir parecer sobre indulto e comutação de pena, excetuada a hipótese de pedido de indulto com base no estado de saúde do preso;

II - inspecionar os estabelecimentos e serviços penais;

III - apresentar, no 1º (primeiro) trimestre de cada ano, ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, relatório dos trabalhos efetuados no exercício anterior;

IV - supervisionar os patronatos, bem como a assistência aos egressos.

LEI COMPLEMENTAR Nº 79, DE 7 de janeiro de 1994.

.....

Art. 3º Os recursos do FUNPEN serão aplicados em:

.....

VII - elaboração e execução de projetos voltados à reinserção social de presos, internados e egressos;

Sala das Sessões, 17 de fevereiro de 2009

Senador EXPEDITO JÚNIOR

(Às Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto de resolução que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 5, DE 2009

Altera o § 2º do art. 59 e o parágrafo único do art. 78 do Regimento Interno do Senado Federal para definir critério de proporcionalidade partidária na composição das comissões.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º O § 2º do art. 59 e o parágrafo único do art. 78 do Regimento Interno do Senado Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 59.

§ 2º Para os fins do cálculo de proporcionalidade, as bancadas partidárias são consideradas pelos seus quantitativos à data do primeiro dia da legislatura, contados apenas os titulares dos mandatos, ainda que afastados na forma legal. (NR)

Art. 78.

Parágrafo único. Para fins de proporcionalidade, as representações partidárias são fixadas pelos seus quantitativos à data do primeiro dia da legislatura, contados apenas os titulares dos mandatos, ainda que afastados na forma legal. (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A exigência do atendimento à questão da proporcionalidade partidária na composição das Mesas e das Comissões tem sede constitucional, e está consagrada no § 1º do art. 58 da Lei Maior. De acordo com esse dispositivo, *na composição das Mesas e de cada comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.*

Assim, tal proporcionalidade, tanto quanto possível, há que ser obrigatoriamente cumprida, sob pena de ferimento ao Estatuto Maior.

Ocorre, porém, que os termos do Regimento Interno do Senado Federal não oferecem a devida clareza no trato do assunto, disposto nos artigos objetos de alteração do presente projeto. Por ocasião das discussões ocorridas na última eleição da Mesa, concluiu-se pela necessidade de aprimoramento do Regimento Interno, com vistas a bem definir o momento a ser considerado para o cálculo da proporcionalidade dos membros que deverão compor a Mesa e as Comissões.

No texto vigente, tanto o § 2º do art. 59 quanto o parágrafo único do art. 78 mencionam a data da diplomação como o momento a ser considerado para o cálculo da proporcionalidade. O Senado, por sua vez, não recebe informações oficiais dos Tribunais Regionais Eleitorais sobre a data da diplomação de cada parlamentar. Importa ressaltar que, muitas vezes, o número de parlamentares por partido difere, no decorrer do tempo, do número havido no começo da legislatura.

Dessa forma, com o propósito de aclarar a questão de modo a que as normas regimentais não mais suscitem dúvidas, apresentamos a presente iniciativa, incluindo também a exigência de se considerar apenas os senadores titulares do mandato no início da legislatura, e não seus suplentes. Essas novas exigências contribuirão para conferir maior seriedade no trato da composição das Mesas e das Comissões, além de maior clareza nas normas que existem para dar respaldo ao mandamento constitucional. Por tais razões, esperamos de nossos ilustres Pares a acolhida do presente projeto de Resolução.

Sala das Sessões, 17 de fevereiro de 2009

Senador EXPEDITO JUNIOR

LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição Federal

.....
Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 1º Na constituição das Mesas e de cada comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.
.....

Regimento Interno do Senado Federal

Art. 59. Os membros da Mesa serão eleitos para mandato de dois anos, vedada a reeleição para o período imediatamente subsequente.
.....

§ 2º Para os fins do cálculo de proporcionalidade, as bancadas partidárias são consideradas pelos seus quantitativos à data da diplomação.
.....

Art. 78. Os membros das comissões serão designados pelo Presidente, por indicação escrita dos respectivos líderes, assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos parlamentares com atuação no Senado Federal (Const., art. 58, § 1º).

Parágrafo único. Para fins de proporcionalidade, as representações partidárias são fixadas pelos seus quantitativos à data da diplomação, salvo nos casos de posterior criação, fusão ou incorporação de partidos.
.....

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas ao **Projeto de Resolução nº 5,**

de 2009, que acaba de ser lido, nos termos do art. 235, II, a, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Passa-se à

ORDEM DO DIA**Item 1:****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 31, DE 2008***(Proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008, que *dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, 16 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008).*

Relator revisor: Senador Romero Jucá

A discussão do projeto é em turno único. Há evidente falta de número no plenário para votação da matéria. Sendo assim, eu adio a votação prevista da matéria sobre a mesa.

São os seguintes os itens transferidos:

1**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 31, DE 2008***(Proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008, que *dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, 16 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008).*

Relator revisor: Senador Romero Jucá

(Sobrestando a pauta a partir de: 22.12.2008)

Prazo final: 15.02.2009

2**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 270, DE 2008***(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008 (apresen-

tado como conclusão do Parecer nº 1.125, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que *aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008.*

3**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2007**

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem, do Deputado Mendes Ribeiro Filho), que *acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. (Estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais)*

Pareceres sob nºs 994, de 2007 e 383, de 2008, das Comissões

– Diretora, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação do vencido; e – de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon (sobre as Emendas nºs 1 a 5, de Plenário), favorável, nos termos de subemendas que apresenta.

4**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2003
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).*

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

5**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003
(Votação nominal)**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de

2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar*.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)*.

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

10

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas)*.

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem, do Deputado Luciano Zica), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem, do Deputado Geraldo Re-

sende), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Barros), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandes Júnior), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem, do Deputado Davi Alcolumbre), que *denomina “Aeroporto Internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre”, o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá.*

Parecer favorável, sob nº 883, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Geovani Borges.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2007

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2007 (nº 6.463/2005, na Casa de origem), que *institui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova.*

Parecer favorável, sob nº 510, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2008 (nº 6.341/2002, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Caminhoneiro.* Parecer favorável, sob nº 884, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte,

Relator: Senador Valdir Raupp.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2008 (nº 1.967/2007, na Casa de origem), que *institui o Dia do Vaqueiro Nordestino, a ser comemorado, anualmente, no terceiro domingo do mês de julho.*

Parecer favorável, sob nº 887, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte,

Relator “ad hoc”: Senador Virginio de Carvalho.

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B (dispõe sobre veículo irrecuperável ou desmontado).*

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador

Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências (dispõe sobre o cálculo da concessão de benefício assistencial).*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos,

1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº

32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.*

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).*

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso,*

ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

40

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

41

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)*

42

REQUERIMENTO Nº 1.048, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.048, de 2007, do Senador Marcelo Crivella, *solicitando voto de solidariedade ao povo americano pela perda de milhares de entes queridos no atentado terrorista que derrubou as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova Iorque; que atingiu o prédio do Pentágono, em Washington; e que levou o avião da United Airlines a ser abatido e cair na Pensilvânia.*

Parecer favorável, sob nº 1.286, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

43

REQUERIMENTO Nº 1.230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys

Slhessarenko, *solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.*

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

44

REQUERIMENTO Nº 1.423, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.423, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando de voto de aplauso pelo transcurso do cinqüentenário do maior movimento de jovens do mundo, o Movimento Leo de Liderança – Experiência e Oportunidade, Leo Clube, criado no Estado da Pensilvânia, EUA.*

Parecer favorável, sob nº 1.287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Inácio Arruda.

45

REQUERIMENTO Nº 27, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 27, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, *solicitando voto de solidariedade a José Manuel Ramos-Horta, Presidente da República de Timor-Leste e o pleno restabelecimento de sua saúde, alvejado durante um ataque armado à sua casa por grupos dissidentes da política daquele país, no mês de fevereiro de 2008.*

Parecer favorável, sob nº 1.288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

46

REQUERIMENTO Nº 139, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 139, de 2008, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, *solicitando voto de*

aplauso ao Juiz José Barroso Filho, da Justiça Militar de Manaus, escolhido pela ONU para o posto de Juiz Internacional no Timor Leste.

Parecer favorável, sob nº 1.289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador César Borges.

47

REQUERIMENTO Nº 243, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 243, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, *solicitando que o Senado Brasileiro conclame o Congresso Americano a derrubar o veto apostado pelo Presidente dos Estados Unidos, George Bush, ao projeto de lei que impede as autoridades norte-americanas de submeter suspeitos de terrorismos a técnicas duras de interrogatório como o “waterboarding”.*

Parecer sob nº 1.290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Cristovam Buarque, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CRE, de redação, que apresenta.

48

REQUERIMENTO Nº 519, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 519, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando voto de louvor ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) por sua Resolução que dá respaldo à Institucionalidade Democrática, ao diálogo e à Paz na Bolívia, aprovada em maio de 2008.*

Parecer favorável, sob nº 1.291, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel.

49

REQUERIMENTO Nº 714, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 714, de 2008, do Senador João Pedro,

solicitando voto de censura às declarações que teriam sido feitas pelo empresário sueco Johan Eliasch, consultor do Governo britânico para assuntos relativos à preservação ambiental, propondo a compra de terras na Amazônia por estrangeiros.

Parecer favorável, sob nº 1.292, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

50

REQUERIMENTO Nº 727, DE 2008*(Incluído em Ordem do Dia**nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 727, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de censura e repúdio a Johan Eliasch, empresário sueco apontado como o maior comprador de terras na Amazônia e diretor da ONG Cool Earth.

Parecer favorável, sob nº 1.293, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

51

REQUERIMENTO Nº 798, DE 2008*(Incluído em Ordem do Dia nos**termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

*Votação, em turno único, do Requerimento nº 798, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando voto de censura ao Parlamento Europeu, por sua decisão de criminalizar os imigrantes não-documentados, ao aprovar a nova lei de imigração que permite a detenção de imigrantes *¿ilegais¿* por até 18 meses.*

Parecer favorável, sob nº 1.294, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador José Nery.

52

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008*(Incluído em Ordem do Dia nos**termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Senador

Eduardo Azeredo, pelo seu pronunciamento a respeito de correspondência subscrita por Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

53

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008*(Incluído em Ordem do Dia nos**termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder da Farc, e que este acontecimento seja um marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivido pela Colômbia.

54

REQUERIMENTO Nº 930, DE 2008*(Incluído em Ordem do Dia nos**termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 930, de 2008, do Senador Paulo Paim, solicitando voto de aplauso ao líder e ex-Presidente Sul-Africano, Nelson Mandela, pelo transcurso do seu 90º aniversário.

Parecer favorável, sob nº 1.295, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Marco Maciel.

55

REQUERIMENTO Nº 931, DE 2008*(Incluído em Ordem do Dia nos**termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 931, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de congratulações aos atletas da delegação e representantes do Brasil nos Jogos Olímpicos de 2008 em

Pequim, desejando que possam aproximar os povos e resultar em passos efetivos para a paz mundial, contribuindo para o processo de democratização e progresso da República Popular da China e do Tibete

Parecer sob nº 1.296, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Wellington Salgado, favorável, com a Emenda nº 1-CRE, que apresenta.

56

REQUERIMENTO Nº 958, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 958, de 2008, do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando voto de solidariedade aos povos russo e georgiano em virtude da guerra deflagrada no mês de agosto de 2008, exortando a que seus Governos mantenham e respeitem o fim das hostilidades até que a paz definitiva seja negociada.*

Parecer favorável, sob nº 1.297, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares.

57

REQUERIMENTO Nº 1.117, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.117, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando voto de censura e repúdio às tentativas de desestabilização da democracia da República da Bolívia, bem como a quaisquer ações que visem ameaçar a integridade territorial daquele país.*

Parecer favorável, sob nº 1.298, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora *ad hoc*: Senadora Serys Slhessarenko.

58

REQUERIMENTO Nº 1.224, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.224, de 2008, do Senador Edu-

ardo Suplicy, *solicitando voto de aplauso ao economista americano Paul Robin Krugman, por ter sido agraciado com o Prêmio Nobel de Economia, em 2008.*

Parecer favorável, sob nº 1.299, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel.

59

REQUERIMENTO Nº 1.346, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.346, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao PROFESSOR Antônio Augusto Cançado Trindade, por ter sido eleito juiz da Corte Internacional de Justiça. solicitando voto de aplauso ao Professor Antônio Augusto Cançado Trindade, por ter sido eleito juiz da Corte Internacional de Justiça.*

Parecer favorável, sob nº 1.300, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Suplicy.

60

REQUERIMENTO Nº 1.650, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.650, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de aplauso ao Senador dos Estados Unidos da América, John McCain, pelo seu pronunciamento após a eleição do Presidente Obama, e que seja levado ao conhecimento do Embaixador dos Estados Unidos no Brasil.*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)
– Vamos voltar à lista dos oradores.

Teremos o prazer de ouvir o Senador César Borges, pela Liderança do PR.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pela Liderança do PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto de que irei tratar hoje é para ressaltar a importância, o valor e os frutos que são colhidos com as administrações públicas, quando são austeras, quando aplicam bem os recursos públicos. Administrações que são compromissadas ao

mesmo tempo com o ajuste fiscal, mas também não relegam os investimentos públicos tão necessários para o desenvolvimento econômico e social.

Falo dessa forma, Sr. Presidente, respaldado em um recente estudo elaborado pelo Ipea, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, denominado *Dívida dos Estados 10 Anos Depois*. Esse trabalho realiza uma criteriosa avaliação da situação fiscal dos Estados brasileiros após 10 anos do processo de renegociação das dívidas estaduais, aqueles que tiveram melhor ou pior *performance*, negociação essa que se deu nos idos de 1993 e 1994.

O estudo lembra que, na época de implantação do Plano Real, em julho de 1994 – Senador Antonio Carlos Júnior, peço a V. Ex^a atenção ao que vamos dizer – a situação financeira dos Estados brasileiros já era delicada; entretanto, agravou-se com o cenário de uma nova realidade econômica, que se descortinou com a redução da inflação depois do Plano Real.

Quando da posse dos novos Governadores, em 1995, alguns Estados enfrentavam situação de insolvência financeira com interrupção até dos fluxos de pagamentos e ameaças de paralisação do suprimento de serviços básicos para a população.

A renegociação da dívida financeira tornou-se, assim, uma imperiosa necessidade que foi imposta não só pelas circunstâncias políticas, mas também pelo risco de contaminar e comprometer o funcionamento da economia brasileira como um todo.

No Estado da Bahia, iniciou-se em 1991, com o Governo do saudoso Antonio Carlos Magalhães, um período de reorganização administrativa e ajuste das contas públicas de forma a recuperar a capacidade de investimento estadual.

Esse estudo do Ipea é enfático ao afirmar que o processo de reorganização do Estado da Bahia foi fruto de um projeto político que se beneficiou da continuidade administrativa, da capacidade de gestão e do rigor no controle das despesas públicas.

Iniciado em 1991 e concluído com a renegociação da dívida e com o Plano Real, prosseguindo nas futuras administrações que seguiram a administração de Antonio Carlos; a de Paulo Souto, de 1994 a 1998; a minha administração no Estado, de 1998 a 2000; e depois a de Paulo Souto, de 2002 a 2006.

Segundo relatório do Ipea, “Bahia, Ceará e Pernambuco apresentam um padrão de mudanças, resultado da combinação de maior dinamismo na gestão pública e administração financeira consistente... Isso contribuiu para que projetos de investimentos fossem

delineados e tivessem prazos de implementação sob controle.”

A permanência de um mesmo grupo com 16 anos de governo definiu uma estratégia de desenvolvimento, adotou técnicas inovadoras de gestão pública e buscou realizar de forma responsável e coordenada os projetos de investimentos necessários ao desenvolvimento econômico e social do Estado da Bahia.

Tenho, portanto, Sr^a Presidente, orgulho de ter participado desse projeto que colocou a Bahia entre os Estados desenvolvidos em processo de engrandecimento econômico e social do País em todos os seus índices econômicos e sociais. Inicialmente, participei como Secretário de Recursos Hídricos, Saneamento e Habitação no governo de Antonio Carlos em 1991 e 1994, quando realizamos adutoras, como a adutora do feijão na região de Irecê, com mais de 300 km de extensão, e a adutora que abastece a região do Paraguaçu, Milagres, Amargosa, Santa Teresinha e tantas outras cidades, inclusive Castro Alves. Posteriormente, participei como Vice-Governador no Governo de Paulo Souto, de 1995 a 1999, e, finalmente, como Governador, no período de 1999 a 2002, quando a Bahia derrubou um paradigma de que indústria automobilística neste País só poderia ser implantada no centro-sul do País.

Pela primeira vez – e continua sendo – é a única indústria automobilística de todo o Norte e Nordeste do Brasil: a Ford na Bahia, que precisa ser apoiada e cujos incentivos têm de ser revistos e ampliados. Senão, estaremos sujeitos a perder muito desse grande benefício alcançado pela Bahia.

Vou encerrar, Sr^a Presidente.

A Bahia é destacada no estudo do Ipea pela capacidade de investimento público aliada a um rigor fiscal, que permitiu, ao mesmo tempo, reduzir a dívida pública e alcançar uma média de investimentos de 20% do dispêndio total no período de 1995 a 2006. Ou seja, era possível investir 20% das receitas correntes líquidas porque se fez um verdadeiro ajuste fiscal no Estado.

Com relação a esse aspecto, o Ipea menciona textualmente: “Vários Estados têm mostrado capacidade de investir e manter, ao mesmo tempo, resultados primários consistentes e expressivos, como é o caso de São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Isso demonstra que a capacidade local de gestão é fundamental”.

Esses investimentos permitiram avanços sociais, tais como o aumento do número de matrículas – praticamente a universalização do primeiro grau, e du-

plicamos o número de vagas no segundo grau –, a construção de novas escolas, como a rede de colégios modelo Luís Eduardo Magalhães, de novos hospitais e o aumento do acesso aos serviços de saneamento básico, como um dos mais ousados programas de saúde preventiva, como foi o Programa Bahia Azul, um exemplo nacional.

Portanto, Sr^a Presidente, eu encerro dizendo que esse ajuste fiscal, feito lá no início da década de 90 e que teve continuidade até 2006, transformou a Bahia, um Estado nordestino, em um Estado viável, que não precisa estar de pires na mão atrás de recursos federais para pagar o funcionalismo. Entretanto, é preciso que essa política de austeridade fiscal e de aplicação realmente no que é necessário para o povo na qualidade da aplicação dos custos permaneça no atual Governo. Isso é o que nós desejamos para o bem da Bahia, Sr^a Presidenta.

Fica, aqui, a minha satisfação de reconhecer que o Ipea faz um trabalho em que enaltece como a Bahia foi conduzida nos últimos dezesseis anos.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, 2º Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador César Borges.

Com a palavra, pela liderança do DEM, o Senador Efraim Moraes.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o meu Estado, a minha querida Paraíba, vive neste momento uma situação de expectativa em relação ao julgamento que acontecerá daqui a pouco tempo no Tribunal Superior Eleitoral em relação ao mandato do Governador Cássio Cunha Lima.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria retratar a situação do registro feito pelo colunista Walter Santos, que acumula a condição de jornalista, multimídia e diretor executivo do Grupo WSCom, empresa pioneira no jornalismo na WEB a partir da Paraíba e responsável pela revista *Nordeste*, a mais importante publicação em circulação nas nove capitais da nossa região, do Nordeste.

Diz o jornalista Walter Santos na sua coluna no WSCom, cujo título é:

Volta a Tese do Vice.

Em plena fase de alta expectativa nesta terça-feira, diante da expectativa de retomada do julgamento do processo de cassação do Governador Cássio Cunha Lima, eis que, afora os argumentos de defesa do chefe do executivo de que foi punido por um crime (conduta vedada) que não cometeu, eis que no valor do tempo volta a prosperar a tese do vice-governador.

Como todos sabem – o País inteiro sabe, principalmente a Paraíba – o TSE gerou jurisprudência ao mandar ouvir todos os vice-governadores a partir do caso de Santa Catarina, quando o Governador Luiz Henrique, já perdendo por quatro votos a zero, o Ministro Eros Grau mudou de voto – ele chegou a proclamar posição a favor da cassação e recuou – construindo no plenário o retorno do processo para a instância regional. A premissa de ouvir e permitir que o vice construa provas em sua defesa foi estabelecida em todos os demais casos seguintes, [menos no da Paraíba Sr^a Presidente] sob o argumento do Ministro Eros Grau exposto aos demais Ministros de que, com base nos autos, o vice-governador José Lacerda havia sido ouvido e construído provas. Só que, depois da cassação, a defesa conseguiu provar aos demais Ministros, ainda com base nos próprios autos, que o Tribunal Regional Paraibano indeferiu todos os pedidos de inclusão do vice-Governador logo, apesar de ele ter buscado se inserir no processo para gerar provas teve essa condição vedada pela corte regional. Sem tirar nem pôr, este será outro grande elemento do exame da Corte nesta terça-feira porque, do contrário, é ceder a pressões políticas externas, negando princípios básicos do Direito, que é o de plena defesa, certamente ignorada pela instância regional e ratificada pelo TSE no primeiro dia de julgamento porque o Ministro Eros Grau induziu os demais membros da Corte ao entendimento equivocado. Tratemos deste assunto, da tese do Vice, mas não nos esqueçamos que os argumentos primordiais do próprio governador Cássio de que não havia entregue cheque algum, não houve programa social durante a eleição e esse mesmo programa tinha dotação orçamentária e lei específica – também serão levados em conta na sessão de hoje. Quem viver, verá.

O grande drama, Srs. Senadores: reparação vs desgaste.

Em torno da votação de hoje, há um sério aspecto gerado pelo próprio TSE que foi votar apressadamente o processo da Paraíba com a maioria dos ministros sem ter lido os autos – isso é inadmissível – mantendo o entendimento do relator, Ministro Eros Grau, dando ciência de uma forma probatória; quando se foi examinar detalhadamente descobriu-se que a história era outra, porque houve omissão de dados fundamentais. Para entendimento de todos, observemos:

Peço, Sr^a Presidente, a compreensão de V. Ex^a (que já está tendo comigo).

Na primeira votação, que redundou em sete a zero pela cassação, os ministros se reuniram em intervalo e resolveram construir em um consenso puxado pelo Presidente Carlos Ayres Brito, a partir de algumas premissas levantadas e indagadas ao relator. Perguntaram se havia provas de entrega, pelo governador, de cheques; ainda, se o programa tinha acontecido em período eleitoral, era amparado por lei específica e dotação orçamentária; e ainda se o vice-Governador, José Lacerda, havia sido ouvido no TRE – essas as bases fundamentais para a cassação – merecendo do relator à época que, positivamente todos os dados comprovavam infrações do Governador Cássio. Daí os ministros terem seguido seu voto.

Quero deixar claro que essa votação ocorreu em 40 minutos. Pela primeira vez na história deste País, um governador é cassado sem sequer um pedido de vista.

Foi essa posição do relator somado ao posicionamento do relator que gerou a cassação.

É com base nesse processamento que o Tribunal Superior Eleitoral está pressionado a manter a cassação porque, defendem alguns, a mudança de posição geraria grande desgaste à Corte.

Indução ao erro.

Ocorre que, na fase posterior de Embargos Declaratórios – cujo instrumento nunca se viu com caráter modificativo – depois que Cássio foi a seis dos sete ministros, pois Jo-

aquim Barbosa se recusou a recebê-lo, ficou evidente com o Memorial apresentado com provas dos Autos que:

1) Não havia provas do Governador entregando os cheques. Nenhuma prova;

2) O programa mencionado (Ciranda de Serviços) não aconteceu em setembro, como se encontra na acusação, e sim no mês de abril – fora do período eleitoral –, conforme o depoimento do relator juiz Carlos Lisboa no Acórdão do TRE;

3) Havia lei específica e dotação orçamentária e lei específica no programa dos cheques.

4) O vice-Governador José Lacerda não produziu provas porque todas as tentativas de participação no processo foram negadas.

É esse conjunto de provas/informações, sem ignorar o caso do Vice-Governador, que levou o TSE ao xeque-mate de hoje, de grande embaraço porque, volto a repetir, agora vai ter de decidir se mantém o erro, porque as informações do Ministro Eros Grau negaram as provas apresentadas pela defesa sobre as motivações da cassação, ou se corrige a decisão apressada fazendo valer a justiça plena de direito.

Quanto ao desgaste, esse não pode ser maior do que a premissa do erro, da pressa, que em muitos casos gera o restabelecimento da justiça. É só.

Essas são as palavras de um artigo do jornalista Walter Santos. Ele diz mais uma última, Senadora: “Onde houver trevas, que eu leve a luz...”

Sabemos de quem.

Peço-lhe mais um minuto, que V. Ex^a já me deu, para que possa concluir, já agradecendo. Será um fato inédito na história deste País se retirarmos, ou melhor, se a Justiça deste País negar ao Vice-Governador José Lacerda, um homem com mandato de Prefeito, 12 – eu estou dizendo 12, são 48 anos – mandatos de Deputado estadual e um de Vice-Governador, e não tem sequer o direito, que é garantido pela nossa Constituição, de defesa.

Se V. Ex^a me permitir, eu ouvirei o Senador Mão Santa, já que falo pela Liderança.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) Eu pedirei ao Senador Mão Santa que seja breve porque é difícil conceder apartes quando se trata de fala pela Liderança.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – V. Ex^a já tem sido muito bondosa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Efraim, Getúlio Vargas tomou o governo de Washington Luís, o eleito, e disse que era muita corrupção eleitoral. Mas o problema é muito grave. Ninguém mais do que eu sabe. Eu fui vítima disso aí e fui acusado. Tinha o Programa Luz Santa e pagava... O Governo pagava a luz dos pobres até 30 quilowatts, não sei nem o que é; fui o primeiro Governador do Brasil a construir restaurante popular – Sopa na Mão – e dava a comer; nunca deixei cortar a água do pobre, mandava para a companhia energética e parcelava em dez anos e que tinha dado muito remédio. Com isso aí... A corrupção moral que está implantada lá me afastou, e o povo me colocou aqui. Então, atentai bem: neste exato momento... Olha, o Cláudio Humberto disse: “*Vamos ver boi voar*”. E a toda hora boi voar. O Governador do Piauí tem sete processos de corrupção nesse último pleito eleitoral, 17 vezes foi gravado pela Polícia Federal com a Gautama, antes de entrar a Finatex, o Governador do Piauí... Aquele negócio de sanguessugas, o diabo... Tem até de ter um castelo igual ao do corregedor, de R\$20 milhões. Foi acusado... Até um castelo que ele construiu e está salvaguardado, porque é do Partido dos Trabalhadores. Luiz Inácio o chama de “meu menino”. Aí agacha-se!

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Vemos um plantel de homens de valor, homens que fizeram crescer este Brasil, como o Governador de V. Ex^a, que já foi extraordinário Prefeito da sua cidade e Superintendente da Sudene. Então, é isso. Atentai bem, homens da Justiça! Getúlio Vargas invadiu e tomou o poder, por corrupção eleitoral. Talvez hoje vivamos o maior momento de corrupção eleitoral dos últimos momentos.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Agradeço o aparte do Senador Mão Santa.

Por fim, Sr^a Presidente, espero que o exame frio do processo vá muito além das paixões e das torcidas.

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Acredito piamente na decisão sensata do Tribunal Superior Eleitoral de assegurar o direito de defesa ao Vice-Governador José Lacerda Neto, sem levar em conta, ainda, os argumentos comprovados da defesa do Governador Cássio, dando-lhe também o direito de permanência no cargo conquistado pelo voto popular. Mais de um

milhão de paraibanos elegeram Cássio Cunha Lima, e, se a Justiça insistir nesse erro, que será, sem dúvida, um dos maiores erros da Justiça Eleitoral deste país, estará tirando o direito dos paraibanos de escolher os seus representantes.

Muito obrigado a V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Efraim Morais.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, a Senadora Rosalba Ciarlini.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Senadora Ideli, é uma honra muito grande... Senadora Serys, desculpe-me, na realidade, na hora em que fui chamada eu estava ali tratando de outra questão.

Senadora Serys, a presença de V. Ex^a na Mesa engrandece todas nós. Sei da sua história, da sua luta em defesa da participação da mulher, da igualdade e da luta contra a discriminação. Então, representa muito para todas nós.

Mas eu gostaria, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de tratar hoje de uma coisa que na realidade não é novidade para ninguém: as dificuldades dos Estados e Municípios com a segurança pública.

Todos os dias nós podemos ver na mídia de qualquer região relatos e números que não deixam dúvidas sobre duas coisas: o crescimento da violência e a incapacidade do Poder Público de enfrentar o problema e garantir segurança à população.

No meu Rio Grande do Norte, Senadora, tornaram-se corriqueiras, na imprensa, manchetes como as que estão nos jornais de hoje, relatando a ocorrência de sete homicídios só na cidade de Natal, no último fim de semana.

Sei que existem Estados e Municípios em que esses números são maiores e o noticiário é ainda mais alarmante. Há lugares onde, dia sim dia não, os moradores de uma rua ou de um bairro inteiro tornam-se reféns do clima de guerra instalado nas metrópoles brasileiras.

A esse ponto, ainda não chegamos no Rio Grande do Norte, graças a Deus! Mas a escalada do noticiário diário indica que, se não houver correção de rumo na atuação do Poder Público, corremos sério risco de chegar a essa situação indesejável e indigna.

Faço este alerta, Sr^a Presidente, porque é dever dos Parlamentares dar voz às queixas e necessidades dos moradores. Nas minhas andanças pelo Estado, no contato com o povo, nos *e-mails* que nos chegam, a segurança pública, a saúde e a educação

são os temas que mais preocupam os moradores, e não é para menos. Como as pessoas podem trabalhar? Como os jovens podem ir à escola? Como as crianças podem brincar na frente de casa se o sistema de segurança não pode garantir a segurança de ninguém? Como os policiais podem cumprir o papel deles se não têm as condições mínimas para isso? Como a Polícia Militar pode fazer policiamento preventivo eficiente se não tem efetivo suficiente, se faltam viaturas, se não há investimento em inteligência nem política permanente de capacitação da força? Como a polícia pode ser eficiente se é vítima de desvios de função, com a alocação de dezenas e dezenas de policiais para gabinetes e órgãos públicos onde são menos necessários do que nas ruas, protegendo a população?

Todas essas perguntas, meus caros Senadores e Senadoras, são perguntas que o povo faz, e o Governo do Estado não consegue dar respostas satisfatórias. E sabem por quê? Porque a segurança pública, infelizmente, no Rio Grande do Norte é mais uma área crítica, mais um setor em que a grande obra do Governo foi a crise permanente, fruto da falta de planejamento e da capacidade de gestão. É o mesmo coquetel amargo servido à população que precisa da saúde pública, da escola pública e de outros serviços públicos essenciais.

Estamos vendo na segurança, Sr^a Presidente, Srs. Senadores, o mesmo processo que vem acontecendo com a saúde e com a educação públicas: o esvaziamento, a fuga das famílias que, podendo ou não, fazem sacrifícios para pagar um plano de saúde privado, para manter os filhos nas escolas particulares. Agora o fenômeno se repete na segurança, com as pessoas instalando cercas elétricas e alarmes, contratando vigilância particular para a sua casa, a rua, ou o bairro inteiro, pagando duplamente, e pagando caro, por um serviço que já haviam pago antes através dos impostos.

E qual é a consequência imediata dessa privatização da segurança?

A consequência é que setores sociais de peso deixam de pressionar o Poder Público por melhoria nesses serviços essenciais, tornando mais fácil para a administração estadual mascarar os problemas e omitir-se dos deveres para com a população. Sim, Sr. Presidente: mascarar o problema e se omitir das responsabilidades têm sido as atitudes mais corriqueiras do Governo do Estado. Infelizmente, isso vem acontecendo não apenas na segurança pública, mas também na saúde e na educação.

E nós não podemos deixar de admitir essa verdade. Nós queremos, sim, que o Rio Grande do Norte possa, com a força de todos, com a participação, superar toda essa dificuldade e trazer mais segurança para a nossa população.

Esperamos, desejamos e trabalhamos para que as coisas melhorem. Quero muito ver o nosso Rio Grande do Norte e a nossa gente vivendo dias mais tranquilos, com o respeito e a dignidade que todo Governo é obrigado a garantir, porque foi eleito para isso. Mas a minha vontade, a vontade da população, manifestada através dos setores organizados, contam muito pouco se o Governo do Estado não tiver, também ele, o mesmo desejo, o mesmo compromisso, a mesma disposição de trabalhar de verdade para melhorar os serviços públicos essenciais.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de aqui manifestar a nossa preocupação com essa questão tão grave no dia-a-dia do cidadão e dizer que é importante que, cada vez mais, nos esforcemos no sentido de trazer apoio, soluções, para que a violência diminua e a segurança melhore nos nossos Estados e para os nossos cidadãos.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senadora Rosalba Ciarlini.

Com a palavra, pela Liderança, o Senador Valdir Raupp. (Pausa.)

Foi feita a troca.

Concedo a palavra ao Senador Neuto de Conto, pela Liderança do PMDB.

Logo após, pela inscrição, fará uso da palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr^a Senadora Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, gostaria de agradecer ao eminente Líder Valdir Raupp, que concede este espaço do Partido para que aqui eu possa manifestar-me sobre o Congresso Mundial de Turismo.

Foram longas tratativas, no último ano de 2008, pelo Governador Luiz Henrique da Silveira e pelo seu Governo, o Governo de Santa Catarina, para trazer para o Brasil o 9º Congresso Mundial de Turismo, que será realizado entre os dias 14 e 18 de maio do corrente ano, em Florianópolis.

Desde 2001 se realizam esses eventos internacionais.

Em 2001, foi em Amã, na Jordânia; em 2002, em Genebra, na Suíça; em 2003, em Vilamoura, Portugal;

em 2004, em Doha, Catar; em 2005, em Nova Déli, na Índia; em 2006, em Washington, nos Estados Unidos; em 2007, em Lisboa, Portugal; em 2008, em Dubai, nos Emirados dos Árabes; e agora, em 2009, um encontro, através de um trabalho constante e permanente, será realizado no Brasil, na cidade de Florianópolis, no meu Estado, em Santa Catarina.

Participamos do evento na última semana, nos últimos dias e na decisão final para essa conquista. Participei da comitiva do Governador Luiz Henrique, em Dubai, nos Emirados Árabes. Ali, em diversas reuniões, tivemos a oportunidade não só de discutir o turismo, mas também de bater as oportunidades que o Brasil pode oferecer aos Emirados Árabes, quer seja na área comercial, na área industrial, na área de portos, na área de turismo, enfim, em todos os segmentos em que tenha espaço para investimento e crescimento e, principalmente, para o desenvolvimento do nosso Brasil.

Atuamos nessas reuniões e conhecemos os investimentos feitos naquela região do mundo – parques temáticos, hotéis, **shoppings**. Conhecemos de perto toda a infraestrutura da aviação, dos portos. Lógico que não podíamos deixar de enxergar e ver o avanço extraordinário na arquitetura e, principalmente, na rede hoteleira. Estão se preparando como os grandes fornecedores de petróleo do mundo, transferindo as riquezas proporcionadas pela venda do petróleo para o investimento no turismo e, principalmente, para a organização e para a elevação deste quadro.

Recebo também, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cópia da carta em que o Sr. Presidente dos eventos do congresso mundial, o Presidente do Conselho Mundial de Viagem e Turismo (WTTC), Jean-Claude Baumgarten, que se expressa da seguinte maneira para o Governo catarinense: “É com grande prazer que escrevemos para informar da decisão unânime do nosso Comitê Executivo em organizar o Summit de 2009 em Florianópolis, Santa Catarina”.

No evento, a capital receberá em torno de 700 líderes de todo o mundo, entre representantes de governos, presidentes de redes hoteleiras e de companhias aéreas, além de outras áreas afins, para discussões sobre os rumos do turismo internacional.

O WTTC esteve reunido em Nova York nesta semana para a escolha.

O encontro anual do Conselho, realizado neste ano em Dubai, nos Emirados Árabes, será organizado pela primeira vez na América do Sul. No ano passado, São Paulo candidatou-se, mas acabou perdendo para

Dubai. Neste ano, Florianópolis competia com Xangai, na China. O encontro foi confirmado para a América do Sul, para o Brasil e para Florianópolis.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registramos esse evento por ser a primeira vez e por ser de grande importância para o meu Estado, para Santa Catarina. O mundo do turismo vai convergir para aquela capital. O mundo se volta e, em grande maioria, vem conhecer o Brasil, e, no Brasil, um destino turístico fantástico, que é Santa Catarina, que é Florianópolis.

É com este registro, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que ocupo esta tribuna, pela importância do evento, pela qualidade do evento e pela riqueza que ele poderá oferecer ao nosso País. Todo o universo se voltará para esse evento, de 14 a 18 de maio, convergindo para a nossa querida Floripa e, de lá, certamente seguirão para o resto do País, em caravana, para conhecer e trazer o desenvolvimento nesse segmento que, para nós, será a grande alavanca do futuro do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Neuto do Conto, a Sra. Serys Shessarenko, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador do MDB de Santa Catarina, enaltecendo as potencialidades turísticas de seu Estado, convidamos para usar da palavra o Senador Alvaro Dias. O Senador Alvaro Dias é do Estado do Paraná e do PSDB.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Estou aqui, Senador. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Senador Alvaro Dias, que está aqui na tribuna, iniciou sua vida de Parlamentar em 1968, embora não pareça tanto tempo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, volto ao tema da semana passada, quando repercutimos aqui denúncia veiculada pelo jornal **Folha de S.Paulo** a respeito de uma transação, no mínimo, suspeita, envolvendo o BNDES e o HSBC.

O banco público vendeu ao banco privado sua carteira Finame, avaliada em R\$650 milhões, por apenas R\$8,3 milhões.

Está na pauta – é o primeiro item da Ordem do Dia – requerimento de minha autoria que pede inspeção e auditoria da parte do Tribunal de Contas da

União para, como consequência, havendo irregularidades, adotarmos as providências que o caso exige para responsabilização civil e criminal dos eventuais envolvidos nessa transação suspeita. De outro lado, advogados do Paraná ingressaram com ação popular; e a Justiça Federal concedeu liminar determinando a entrega de todos os documentos em 30 dias e convocando o Ministério Público para a necessária investigação. Portanto, as providências foram adotadas e já há resultados.

Hoje, Sr. Presidente, trago outro requerimento, na sequência dessas providências, que pede informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, esclarecimentos que deverão ser prestados pelo BNDES. A primeira indagação, Sr. Presidente, é: Qual o valor do saldo devedor total dos contratos não-encerrados, isto é, com parcelas pendentes da carteira de financiamentos da linha Finame/BNDES do Banco Bamerindus quando da intervenção pelo Banco Central do Brasil em 26 de março de 1997 e na data da cessão ao HSBC.

Segunda pergunta: Quais os valores por contrato e do saldo devedor em 26 de março de 1997 e em 9 de fevereiro de 2007, data da cessão ao HSBC?

Terceira pergunta: Quais os critérios de valoração da carteira de crédito por ocasião da cessão ao HSBC? Quais os índices utilizados para a atualização da carteira de contratos do Banco Bamerindus e para a atualização do montante repassado pelo HSBC ao BNDES? Se os índices utilizados são diferentes, quais as razões?

Quarta pergunta: Por que o BNDES não efetuou licitação para a cessão da carteira de crédito ao HSBC?

Quinta pergunta: Qual o valor do saldo devedor total dos contratos não encerrados, isto é, com parcelas pendentes, da carteira de financiamentos do Banco Santos quando da intervenção pelo Banco Central do Brasil? Houve cessão dessa carteira a algum outro banco? Houve licitação? Quais os controles adotados pelo BNDES para acompanhar os saldos devedores dos contratos?

São indagações necessárias e nós esperamos que o Governo responda o mais rapidamente possível. O que assusta é ver a passividade do Governo. Não há uma palavra de nenhuma autoridade governamental. Mesmo nesta Casa, não há a palavra de qualquer liderança do Governo. A Oposição traz a denúncia, a denúncia é da maior gravidade e o silêncio é absoluto.

Está certo que, para nós, o silêncio, muitas vezes, fala mais alto do que qualquer discurso. Quando

há um silêncio dessa natureza, eu faço o julgamento. O julgamento exige condenação, condenação porque está naturalmente visível a existência de ilicitudes praticadas nessa negociação de um banco público com o banco privado.

O Governo não tem o direito de oferecer presente de casamento real a quem quer que seja. E faço essa ilação exatamente porque se trata de um banco da terra da rainha, um banco que tem como sede a Inglaterra.

Ora, Sr. Presidente, uma carteira que vale R\$650 milhões não pode ser entregue por R\$8,3 milhões. Quem arca com essa diferença? O Presidente da República? O Presidente do BNDES? O Ministro? É claro que esses não arcam com essa diferença. Isso fica mais uma vez sobre os largos ombros do povo brasileiro. É o povo brasileiro que paga essa conta da imoralidade administrativa, da irresponsabilidade pública, da conivência, da cumplicidade que estimulam a corrupção graças à impunidade que prevalece. Se não há explicação, se não há contestação, eu sou obrigado a fazer essas afirmações.

Por que o Governo não contesta? Por que o Governo não responde? Por que o Governo não explica? Onde está o Governo?

A banalização da corrupção no Brasil é algo extremamente indigno. Como se pode banalizar tanto a corrupção no País? Como se pode fazer de conta que nada está acontecendo, Senador Mão Santa? Como não ver que são R\$650 milhões trocados por R\$8,3 milhões?

E há um fato surpreendente: empresário do Paraná, devedor do BNDES, aceitou que a Justiça arbi-trasse o valor da dívida, se dispôs a pagar aquilo que a Justiça determinou que fosse pago, e o BNDES não quis receber. O credor não quer receber o que lhe devem! Por que o BNDES não quis receber?

O BNDES alegou que não tinha condições logísticas de receber. Não consigo entender como o BNDES não tem condições de receber o que lhe devem; para justificar a transferência da carteira Finame na sua totalidade ao HSBC.

Portanto, há indícios de ilegalidades praticadas, de ilícitos. Há indícios de corrupção flagrante nessa operação. É por essa razão que estamos insistindo. Vamos continuar insistindo. Não desistiremos desta causa. Vamos aguardar que entreguem os documentos à Justiça e ao Ministério Público para que a investigação do Ministério Público possa revelar o que, na realidade, ocorreu.

Sr. Presidente, antes de concluir, gostaria de registrar, nos **Anais do Senado Federal**, um artigo inteligente do jornalista Janio de Freitas, intitulado “A Mãe eleitoral”. Ele afirma: “Lula queria uma jogada de propaganda; para isso, não precisaria de mais do que uma ‘mãe do PAC’.”

O jornalista Janio de Freitas é insuspeito. Nós, da Oposição, estamos, já há algum tempo, denunciando a antecipação do processo eleitoral pelo Governo e pelo Presidente da República com a utilização da máquina pública, afrontando a legislação vigente. Insistimos, inclusive, que ações judiciais devem ser interpostas, provocando a Justiça eleitoral para que se manifeste em relação a eventuais ilícitos praticados pelo Presidente e pela Ministra Dilma em campanha eleitoral aberta pelo País.

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pelo Regimento seriam 20 minutos, mas, se há entendimento entre os Senadores de se reduzir esse tempo, eu tranquilamente aceito.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Ele vale dez, mas, não são minutos; era a nota que queria dar a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Regimento me confere 20 minutos. Mas, de qualquer forma, peço o registro nos **Anais** deste artigo que gostaria de ler, que diz o seguinte no início:

O jogo político que Lula faz com Dilma Rousseff é tão acintoso, com tantas viagens justificadas por nada e solenidades de razão nenhuma, que daí resulta um efeito já acintoso também, mas contrário. É uma reação de antipatia que está se projetando sobre a ministra, refletida com clareza na substituição do tratamento cerimonioso que lhe dava a imprensa, um reconhecimento a seus méritos, por uma vulgarização depreciativa de seus atos e de sua figura.

Aparente reação também às atitudes desafiantes de Lula, a propósito da imposição desmedida da presença de Dilma Rousseff, a antipatia difusa lembra aquela que assolou José Serra em sua candidatura à Presidência, pelo tom sempre entre o ríspido e o agressivo, enquanto Lulinha paz e amor representava a sua peça.

A mais recente explicação de Lula para as viagens quase diárias de Dilma Rousseff soa, diante dos meros comícios exibidos, mais

como deboche do que como esclarecimento. Diz ele: “A Dilma tem que viajar mesmo para inspecionar as obras do PAC”. Inspeção não se confunde nem com visita de propaganda, quanto mais com comícios, para os quais são deslocados moradores das redondezas, sindicalistas, militantes petistas a granel, políticos locais e farto material de propaganda política. Tudo depois de um “escalão avançado”, pago por dinheiro público, estudar as condições locais e montar o formidável “esquema presidencial”, pago também nas contas sempre generosas e jamais expostas da Presidência.

E prossegue o artigo do jornalista Janio de Freitas.

Faço questão, Sr. Presidente, de trazer à tribuna essa manifestação de alguém que não integra os quadros do meu Partido ou da Oposição, mas de alguém que conquistou credibilidade, respeitabilidade ao longo de sua atividade profissional de jornalista, um dos principais articulistas do País, em um dos grandes jornais brasileiros, fazendo essa denúncia. É uma denúncia da maior responsabilidade, gravidade e seriedade. Cabe, portanto...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Dou mais dois minutos, um total de 15, que é o número do meu Partido, PMDB. E, na Bíblia, muito interessante – João Vicente lê muito a Bíblia, e a mãe dele não sai da igreja –, tem o Salmo 15: “A palavra branda desvia o furor, mas a palavra dura suscita a ira”. Não é por V. Ex^a, não, porque V. Ex^a é um dos melhores oradores que eu conheço. Ontem mesmo, fiquei acordado de madrugada para ouvi-lo e aprender.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É sua generosidade, Senador Mão Santa, mas estou concluindo.

Digo que a Oposição tem de ficar atenta, tem de investigar, tem de fiscalizar e tem de usar os instrumentos, disponibilizados pela legislação, para exigir providências do Poder Judiciário, a fim de que se impeça a utilização dos recursos públicos na campanha eleitoral. Certamente, isso será feito, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SER REFERE
O SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

A mãe eleitoral (Janio de Freitas)

Lula queria uma jogada de propaganda; para isso, não precisaria de mais do que uma "mãe do PAC"

O JOGO POLÍTICO que Lula faz com Dilma Rousseff é tão acintoso, com tantas viagens justificadas por nada e solenidades de razão nenhuma, que daí resulta um efeito já acintoso também, mas contrário. É uma reação de antipatia que está se projetando sobre a ministra, refletida com clareza na substituição do tratamento cerimonioso que lhe dava a imprensa, um reconhecimento a seus méritos, por uma vulgarização depreciativa de seus atos e de sua figura.

Aparente reação também às atitudes desafiantes de Lula, a propósito da imposição desmedida da presença de Dilma Rousseff, a antipatia difusa lembra aquela que assolou José Serra em sua candidatura à Presidência, pelo tom sempre entre o ríspido e o agressivo, enquanto Lulinha paz e amor representava a sua peça.

A mais recente explicação de Lula para as viagens quase diárias de Dilma Rousseff soa, diante dos meros comícios exibidos, mais como deboche do que como esclarecimento: "A Dilma tem que viajar mesmo para inspecionar as obras do PAC". Inspeção não se confunde nem com visita de propaganda, quanto mais com comícios, para os quais são deslocados moradores das redondezas, sindicalistas, militantes petistas a granel, políticos locais e farto material de propaganda política. Tudo depois de um "escalão avançado", pago por dinheiro público, estudar as condições locais e montar o formidável "esquema presidencial", pago também nas contas sempre generosas e jamais expostas da Presidência.

A aritmética de Lula, seja qual for sua precisão, informa que há obra do PAC em 5.200 municípios, dos 5.563 existentes. Informação a que se segue o que tanto pode ser uma antecipação, como advertência ou ameaça: "Nós vamos a cada um dos 5.200 municípios". Vão, no caso, significa fazer comícios. Ou melhor, inspeção de obras.

Daqui à eleição presidencial são cerca de 570 dias, o que indica a necessidade de que Lula e Dilma visitem, até lá, nove municípios por dia, e às vezes mais um de quebra. Ainda que se reduza o total do plano Lula a 10% das viagens anunciadas, não se atenua esta curiosidade: com tanta viagem de Dilma Rousseff, como poderia ela estar conduzindo, já agora, as inúmeras tarefas e responsabilidades do Gabinete Civil? E qual é a sua função primordial, senão a eficiente e competente condução do Gabinete Civil?

O PAC não é um programa bem-sucedido, a rigor não é nem sequer um programa. E uma de suas falhas está no ato preliminar da entrega de sua coordenação a Dilma Rousseff. A quantidade de dinheiro à disposição de tantas e tão dispersas obras, com o envolvimento de vários ministérios e uma multidão de prefeituras, para ser sério precisaria de um núcleo complexo de coordenação, fiscalização e constantes correções técnicas e administrativas. Nada a ver com acumulação funcional de chefia do Gabinete Civil da Presidência, que não é adequado para cuidar nem de obra no banheiro. Mas Lula queria uma jogada de propaganda. Para isso, não precisaria, mesmo, de mais do que uma "mãe do PAC". E vários bilhões girando por aí, para afinal pousarem em destinos incertos e não sabidos. Enquanto Lula e Dilma Rousseff voam, voam, voam.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós estamos aqui, de acordo com o Plenário, alternando. Então, agora, depois de um orador inscrito, chamaremos as Lideranças.

O Senador Antonio Carlos Valadares não está na Casa, mas está Heráclito Fortes, Líder. Aqui ele está como Líder da Minoria, mas não é; ele é Líder da maioria do povo do Piauí e do Brasil.

Senador Heráclito Fortes, eu vou colocar aqui dez, mas é a nota que vou dar a V. Ex^a para ter um controle. Não é o tempo, não. Fique à vontade.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela Liderança do DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que a gente vem dizendo aqui, Senador Mão Santa, a respeito da saúde do Piauí, nós tivemos uma amostra hoje no programa Bom Dia Brasil. O repórter mostra a maneira irresponsável e displicente com que a saúde no nosso Estado vem sendo tratada. Entrevistando vários pacientes, vimos que as consultas estão sendo marcadas para fevereiro – seria até um tempo recorde –, só que para fevereiro de 2011. Portanto, é um absurdo o que vem acontecendo na saúde no Estado do Piauí.

O Presidente Rodrigo Maia, que se encontra, para honra nossa, neste Plenário, a saúde no Piauí transformou-se em instrumento político. Os assuntos são tratados, os pleitos são deferidos atendendo às demandas do Secretário, que é Deputado Estadual, legitimamente – não discuto isso –, mas que faz dessa Secretaria um trampolim para voos mais altos. A população que pague, a população que sofra, a população que fique sem atendimento no Hospital Getúlio Vargas, que V. Ex^a, Senador Mão Santa, como médico, sabe bem que foi um orgulho para os piauienses e sempre foi um hospital de referência.

Esse era o primeiro assunto.

O segundo assunto, Senador Mão Santa, é sobre um documento que acho que V. Ex^a também deve ter recebido. Trata-se de um abaixo-assinado de moradores da região do aeroporto de Teresina, do Itapiru, Memorare, e toda aquela região. Estão todos em pânico com o anúncio feito pelo Governador do Estado de que a Infraero iniciará um projeto de ampliação e reforma do aeroporto de Teresina. A população está em pânico porque teme que aconteça naquele área o que se vê todos os dias nos aeroportos que têm proximidade com os centros urbanos.

Vários acidentes já se verificaram no pouso e decolagem por causa da quantidade de urubus que planeiam naquela região, uma vez que no seu entorno estão localizadas várias granjas e comércios de

carne, fazendo com que os restos sirvam de atrativo para urubus.

O Governo anuncia uma reforma e uma ampliação no aeroporto que não tem mais como crescer, a não ser que se faça uma desapropriação completamente sem sentido e que não resolverá, a médio prazo, essa questão.

Teresina precisa, pelo seu crescimento e pela sua posição geográfica, de um aeroporto que tenha condições de expansão de uma pista para 2.800 metros, pelo menos. E ali é “chover no molhado”. E o Governo anuncia, como se fosse um grande feito, reformas tipo “meia-sola”, meia-água, remendo. O povo do Piauí não merece isso.

O que precisamos é que aquela área seja destinada a conjunto habitacional, para resolver o grave problema de moradia que vive a capital do nosso Estado, fazendo com que os recursos oriundos dessa transformação possibilite, inclusive, a aquisição de nova área.

Vejam os senhores a que ponto chegou Teresina. Senador Gilvam Borges. V. Ex^a sabe muito bem que, na sua capital, Macapá, havia um projeto de aeroporto que não foi aceito, porque não era eficiente para Macapá. E esse projeto foi colocado de lado. Depois, fez-se outro projeto, que deu, inclusive, alguns problemas. Não conheço o assunto a fundo, mas sei que o projeto original não foi aceito. E aí, Senador, querem trazer o projeto do jeito que está para Teresina.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Quero informar a V. Ex^a...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois não.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – ... que realmente o primeiro projeto do aeroporto não foi aceito. Porém, em seguida houve um novo estudo, a obra foi iniciada e estamos com 60% a 70% dela já executada. As obras agora estão paradas, assim como estão paradas as obras de outros aeroportos do País. Quero me congratular com V. Ex^a por trazer matéria tão importante, porque a capital Teresina já merece um aeroporto com expansão. É preciso desapropriar, é preciso pensar grande. Parabéns a V. Ex^a por trazer tema tão importante para o Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a pelo testemunho, que é muito importante.

O projeto inicial, Senador Mão Santa, foi abandonado, porque não se adaptava àquela cidade. E agora o Governador do Estado, que bate na barriga do Presidente da República, que vai tomar banho de mar com

ele durante o período do Natal, no litoral baiano, não tem condições de conseguir para o Estado um projeto novo adaptado ao clima e às nossas condições? É muito estranho isso. Até me parece, Senador João Pedro, que é mais projeto para atender a empreiteira do que para atender ao sofrido povo do Piauí.

Faço este registro e trago aqui, Senador Mão Santa, um abaixo-assinado com um grande volume de assinaturas exatamente de pessoas que protestam, porque vivem com suas vidas em risco pelo perigo de pousos e decolagens numa região que hoje é o centro urbano de Teresina.

Acho que alguma coisa precisa ser feita em caráter de urgência para minorar o sofrimento dos passageiros que chegam e que saem daquela capital, principalmente no setor de bagagem. Se você tem dois ou três aviões parados no solo, estacionados no aeroporto, taxiados, como alguns preferem chamar, é o caos.

É preciso, mas daí a se fazer uma reforma de “pé-de-chinelo”, de “meia-sola”, é um desrespeito ao povo piauiense.

Senador Mão Santa, temos de nos unir nessa luta. Temos de ser solidários com os moradores da Zona Norte de Teresina, que exigem a saída desse aeroporto pelas circunstâncias aqui já mencionadas e, acima de tudo, para que Teresina, a capital do Estado, e o Piauí tenham um aeroporto à altura do seu povo e da sua gente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, quero cumprimentá-lo, porque o Senador Alvaro Dias assistiu o Bom Dia Brasil e perguntaram se algum de nós iria falar sobre aquela reportagem que mostra o caos que vive a saúde no Estado do Piauí. Embora Teresina seja uma cidade que tem hoje quatro faculdades de medicina, que se caracterizava por ter um serviço de saúde de excelência, hoje está um caos, pelo governo do PT.

V. Ex^a, então, falou em meu nome e, com certeza, em nome do outro Senador pelo Piauí, Senador João Claudino.

Estamos alternando aqui. Consultando a lista de oradores inscritos, chamamos o Senador Eduardo Azeredo, do PSDB de Minas Gerais.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Depois eu...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Estamos alternando os oradores. O Senador Marcelo Crivella já falou? Se não estiver aqui, será V. Ex^a. Estamos alternando os oradores.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Srs. Senadores, quero abordar a questão das mortes e das internações ligadas aos problemas de trânsito em todo o País, seja na área urbana, seja nas estradas. Nós estamos agora encerrando o período de férias, mas o Carnaval está-se avizinando. São épocas em que aumenta o fluxo nas nossas rodovias e mesmo dentro nas nossas cidades.

O que nós vemos é que a infraestrutura brasileira continua inadequada: as estradas não são duplicadas como deveriam ser; a sinalização é precária. E o prejuízo que advém, seja do ponto de vista econômico para as empresas, seja o prejuízo maior, que é o prejuízo que se traz para a vida das pessoas, seja o prejuízo com o tratamento médico necessário, quando não há a morte, mas há um acidente com ferimentos, isso tudo pode ser resolvido ou pode ser minorado exatamente com a conscientização dos motoristas, com a conscientização de todos os que trafegam nas estradas. Pode ser melhorado com o investimento adequado e efetivo nas nossas estradas, para duplicação. Lamentavelmente, continua muito lenta a execução dos projetos ligados seja ao PAC, seja a qualquer outro. Todos os projetos do Brasil, na verdade, foram colocados no PAC. Tudo o que existia antes também agora faz parte do PAC, praticamente. Então, não está havendo o desembolso necessário.

Por outro lado, Presidente, eu quero lembrar que nós aqui no Senado aprovamos, ainda em 2007, um projeto de minha autoria referente a equipamentos de segurança nos automóveis fabricados no Brasil. Assim, o projeto aprovado no Senado foi à Câmara e, depois de tramitar por diversas comissões, encontra-se agora na pauta para votação final do Plenário, já na pauta acordada pelos Líderes da Câmara. Assim, esse projeto que obriga a instalação de *airbag* duplo nos automóveis fabricados no Brasil está prestes a se tornar uma realidade.

Com essa aprovação, nós estaremos, portanto, caminhando num outro item. Eu pude mencionar o item da educação, o item do respeito às regras de trânsito, o item da melhoria das condições de tráfego, seja nas estradas, seja nas cidades, e esse outro, que é a segurança dos nossos automóveis, um ponto da maior importância. É lamentável que as pessoas comprem os automóveis preferindo o ar-condicionado a um instrumento que salva a vida, como é o *airbag*. Mas essa é uma realidade de hoje.

Os automóveis que são produzidos no Brasil para venda ao exterior têm já o *airbag* como exigência de quem está comprando o carro, esses países mais

avancados. Os Estados Unidos têm uma lei em que o *airbag* é obrigatório. Na Europa não existem propriamente leis, mas o mercado não aceita automóvel que não tenha *airbag*, e também o ABS, que é um outro instrumento de segurança importante, no caso para os freios.

Mas o projeto do *airbag* está, portanto, nessa reta final. É importante que ele seja aprovado pelos Srs. Deputados e Deputadas. É importante que ele seja colocado em prática. Nós vamos ter, com a implantação dessa exigência, um investimento adicional no Brasil, já que hoje o *airbag* é importado. À medida que ele se transformar em item obrigatório de fábrica, será exigida instalação nas fábricas brasileiras. E, assim, nós vamos ter novos empregos se abrindo num momento em que o Brasil exatamente busca, com a crise financeira, garantir os empregos que aí estão e ampliá-los.

O projeto prevê que todos os veículos que tiverem novos projetos, veículos novos a serem produzidos, dentro de um ano, deverão já ter o *airbag* de fábrica. E aqueles veículos que são de modelo antigo terão um prazo maior, um prazo de quatro anos para adaptarem a sua plataforma, a sua maquinaria, até que possam, então, prever, porque um veículo antigo como a Kombi, por exemplo, precisa de uma revisão completa da sua parte de projeto para poder incluir um instrumento de segurança como é o caso do *airbag*.

Assim, apesar de entendermos que este é um momento de crise em que todos vão dizer: “Mas os automóveis não podem custar mais caro”, o preço do *airbag* hoje é na faixa de R\$2 mil, mas, evidentemente, sendo importado, ele é mais caro. Quando for fabricado no Brasil e em larga escala para atender a nossa produção – chega a quase três milhões de automóveis, como ocorreu no ano passado –, esse preço cairá, estima-se, para algo em torno de R\$1 mil. Então, poderemos ter um instrumento eficiente, comprovadamente eficiente, contribuindo para enfrentar e diminuir o número de acidentes em todo o País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria exatamente trazer à meditação esta questão que nós aqui já aprovamos e que se encontra agora na Câmara dos Deputados. Que os Deputados e as Deputadas possam rapidamente

fazer essa aprovação para que os veículos brasileiros se tornem como os veículos que transitam nos países que já têm esse cuidado, com mais segurança. Que assim possamos ter o salvamento de tantas vidas não só nas ruas, como nas estradas brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após as palavras do Senador mineiro Eduardo Azeredo

e antes de chamar o próximo orador, nós queremos fazer uma saudação a esta mulher do Rio Grande do Sul que acaba de assumir como Deputada Federal, no lugar do Adão Pretto. Mas a Emilia Fernandes foi realmente uma das mulheres Senadoras mais – bela todo o mundo está vendo – competentes que já passou pelo Senador da República.

Então, nós somos orgulhosos, e V. Ex^a engrandeceu e embelezou este Senado da República, e está lá o seu retrato no corredor. Sempre o vemos quando passamos para as Comissões.

Então, nós queremos manifestar aqui os aplausos e a confiança do Senado da República nessa nova função.

Diante do Partido dos Trabalhadores, diante do Presidente do DEM, desse jovem Rodrigo Maia, que lidera e faz crescer esse partido, eu quero dizer o seguinte: o PT tem joio e tem trigo, mas essa Emilia Fernandes é o melhor trigo que o Partido dos Trabalhadores tem.

E também nós nos sentimos honrados com a presença desse jovem Líder do DEM, numa missão muito difícil, porque substituiu o nosso extraordinário Líder e homem público, de uma inteligência privilegiada, o Senador Bornhausen.

Mas V. Ex^a, justamente com José Agripino Maia, com Antonio Carlos, está fazendo com que o País se orgulhe, porque a democracia se faz com Governo e Oposição. Bem acima de mim – um quadro vale por dez palavras – está aí o baiano Rui Barbosa, que foi muito mais Oposição que Governo, e ele enaltece esta Casa e a política.

Convidamos para usar da palavra agora – antes já chamamos um inscrito – um Líder. Cadê o Magno Malta? Senador Magno Malta. O Crivella não está; então, é o Magno Malta.

O Magno Malta vai usar da tribuna, ele que representa o PRB e o Estado do Espírito Santo, mas a grandeza dele maior, muito maior que ser Senador da República é ser filho da santa Dadá.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela Liderança do PR. Sem revisão do orador.) – Srs. Senadores, Sr^a ex-Senadora, Deputada Federal, ex-Ministra e eterna Senadora Emilia Fernandes, orgulho e referência, a exemplo de Pedro Simon, do nosso amado Rio Grande do Sul, do nosso Paim, do nosso Zambiasi; público presente; aqueles que me ouvem pela Rádio Senado e aqueles que me assistem pela TV Senado, quero saudar o Deputado Federal Rodrigo Maia, meu ex-colega de Câmara dos Deputados – ex-colega de Câmara, mas amigo sempre.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer a esta Casa alguns comunicados. Entre eles, do Ministério das Re-

lações Exteriores, na semana próxima passada, um comunicado que dava conta, Senador Valter Pereira, da avaliação da ONU, do IGF do Congresso Hyderabad, que, devido aos ataques ocorridos em Mumbai, impediram que alguns Senadores lá estivessem. Mas, na delegação do Brasil, por conta de presidir a CPI da Pedofilia, Senador Mão Santa, Presidente da Casa, eu falei na sessão plenária de Hyderabad. O que o Brasil avançou na quebra do sigilo da *Google* e o termo de ajuste de conduta; aqui, deste lugar, onde bati muito na **Google**, quero dizer que, a partir do ajuste de conduta, a **Google** passou a ser parceira da sociedade brasileira no combate ao crime de abuso de criança, crime cibernético, crime na Internet, os crimes do **orkut**.

Aliás, a abertura do sigilo do **orkut** nós continuamos fazendo e vai demandar, a partir do final de fevereiro, as operações no Brasil, feitas pela Polícia Federal a predadores desgraçados, abusadores de crianças neste País.

A ONU me manda uma avaliação – aliás, não mandou a mim, mas ao Ministério das Relações Exteriores e chegou as minhas mãos –, Senador Mão Santa, uma avaliação de cinco páginas. E três dessas cinco páginas da avaliação da ONU falam, Senador Eduardo Azeredo, sobre a CPI da Pedofilia do Brasil. Não é citação; é um texto inteiro dos avanços dessa CPI, do enfrentamento ao crime de abuso de criança no Brasil, crime de Internet, crime cibernético, crimes de enfrentamento às organizações criminosas e crimes individuais de abusos de crianças. Contém cinco páginas a avaliação da ONU; três das cinco falam sobre a CPI da Pedofilia no Brasil e os avanços. Uma CPI que, em sete meses, aprovou lei, sancionou lei, mudando o quadro; uma lei necessária para se combater crime de pedofilia, a criminalização da posse do material pornográfico. Agora, está pronto o tipo penal para ser votado, Sr. Presidente, para que possamos punir, com condenação de trinta anos, sem progressão de regime, esses desgraçados, desalmados, inconseqüentes, que, de forma voluntária e pessoal, em nome da sua tara e da sua libidinidade, mutilam sentimentos – o psicológico, o ético e o moral – de crianças e de famílias neste País.

Quero, Sr. Presidente, registrar que há uma série de eventos encabeçada por pessoas da sociedade brasileira, eventos chamados, Deputado Rodrigo Maia, de *Todos contra a Pedofilia*. E começamos na segunda-feira próxima passada. Lá havia 50 mil pessoas; 50 mil pessoas sem cor partidária, sem credo religioso, famílias, cidadãos anônimos e famosos.

No palco estavam – e quero agradecer – o cantor Frank Aguiar, Netinho de Paula, Gian e Giovani, no formato do *Criança Esperança*. Lá estavam Cristina

Mel, uma cantora *gospel*; Fernanda Brum – nomes conhecidíssimos –; Samuel e Daniel; Rayssa e Ravel; Rodrigo Maneiro; no telão, entraram César Menotti e Fabiano; Luciana Gimenez; o nosso querido Datena; Matheus Nachtergaele, um dos mais belos atores da Globo e do País; e tantas outras figuras, num evento de 50 mil pessoas.

Sr. Presidente, fui à Paraíba na sexta-feira pela manhã e falei num evento repleto de pessoas formadoras de opinião, que ficam aterrorizadas e, ao mesmo tempo, se indignam e choram diante da perversidade de um País, Senador Azeredo e Deputado Rodrigo Maia, meu amigo. Hoje, já se acusa mais gente usando criança no Brasil do que usando droga, Senador Valter Pereira. Temos a alegria de tê-lo conosco agora neste segundo período, em 2009, integrando as fileiras dessa CPI.

Saio dali, vou a Recife e falo à noite para um grupo de 500 pessoas indignadas, revoltadas, formadoras de opinião, homens sem nenhum credo, sem nenhuma cor partidária e religiosa. Mas é a sociedade, de modo geral, ávida, porque esse crime desgraçado, nefasto, nojento ocorre contra crianças de 20 dias de nascidas, de um ano.

Aqui, reporto-me a esse servidor do Banco Central, Dr. Jacob, formado em Harvard. Desgraçado! Desgraçado! Esteve na formação do Plano Real, um homem inteligentíssimo. Serviu ao Governo Itamar, ao Governo Lula, ao Governo Fernando Henrique e foi preso aqui no Senado, pela competente Polícia do Senado, espalhando pornografia quando servia à Comissão de Assuntos Econômicos. O Senador Aloizio Mercadante o pegou, oficiou à Casa e devolveu esse desgraçado. Ele se licenciou, porque tem cidadania portuguesa, até 2011 – por orientação de alguém, pois essa Legislatura acaba em 2010 –, mas há mandado de prisão, e a Interpol vai buscar esse desgraçado lá para responder pelos crimes. Só criança no berço, Senador Antonio Carlos, com mamadeira na mão. Mamadeira na mão! Esse desgraçado!

A pedofilia, no Brasil, está nos condomínios, ela tem dente de porcelana e é desdentada, formou em Harvard e anda descalça. Está em todos os lugares. Absolutamente indignador.

Ao sair de Recife, eu fui para Rondônia, e na terra do Senador Raupp, em Porto Velho – eu quero cumprimentar esse povo –, havia setenta mil pessoas na praça esperando. Eu fui. Setenta mil pessoas: pais, mães, homens e mulheres, pessoas indignadas revelando um amor profundo às crianças. Parabéns ao Valter pela organização do evento.

Lá estava o Senador Raupp – subiu comigo –, um daqueles que assinaram a CPI da Pedofilia, como V.

Ex^a, Senador Valter, assinou, assim como os Senadores Heráclito Fortes e o Senador Antonio Carlos. Eu fui a Ariquemes no dia seguinte. Havia cinquenta mil pessoas em praça pública, gente indignada, revoltada, o cidadão mais simples, que mora num distrito, numa beira de estrada, que tem uma parábola e que vê tudo em tempo real; que sabe de tudo, que tem acompanhado tudo e acompanhado com indignação, mas com amor profundo à família, com amor profundo à sociedade. Sem credo, sem cor partidária, as pessoas se unem para combater, dar segurança, produzir instrumentos para a sociedade brasileira.

Senador João Pedro, de 22 a 24 estou indo ao seu Estado – votamos hoje –, a Coari, onde se dá um crime desgraçado de abuso de criança, que envolve autoridades saindo pelos ladrões. E nós vamos para lá. Nós vamos lá, porque precisamos responder à sociedade daquele Estado.

Não é cultural abusar de criança. Alguns, durante algum tempo, diziam: no Nordeste, é cultural; na Amazônia, é cultural. Cultural? Então nós vamos dar fim a essa cultura, Senador José Agripino. V. Ex^a sempre me abriu as portas lá no Rio Grande do Norte, e, quando chego lá, é a primeira casa em que eu bato, é a sua. E lá nas suas portas, que me têm sido abertas, tenho tido a oportunidade de colocar a voz e o clamor. V. Ex^a foi um dos primeiros líderes que procurei, no meu desespero, com aquele *laptop* na mão, e V. Ex^a me deu uma assinatura, assumindo compromisso pelo seu Partido para que formássemos essa CPI que revelou um monstro, um crime desgraçado para esse País.

Quero confessar a V. Ex^a, Senador José Agripino: seu filho, meu amigo, tem me aberto as portas às ondas sonoras, de onde ele tem me dado o a oportunidade de falar; e recebo *e-mails* do seu Estado, de pessoas que têm me ouvido a partir das ondas sonoras daquela emissora, que tem me ajudado para que eu possa levar essa mensagem à sociedade do seu Estado. E sou absolutamente grato – ou melhor, as crianças o são, porque o que temos é procuração delas – a V. Ex^a por ter assinado aquele ofício comigo naquele dia para que pudéssemos chegar onde estamos.

Vamos estar, depois do Carnaval, no Pará com o Senador Nery. Há políticos no Pará envolvidos com abuso de criança, empresários, gente bem postada na sociedade, com um gravata de seda e que vai às colunas sociais, mas nós iremos para responder àquela sociedade. Falamos com a Governadora Ana Júlia. O irmão dela...

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – O irmão da Governadora está acusado, investigado, e há

mandado de prisão por abuso de crianças. E ela me dizia: “Você sabe que a minha luta, a minha vida foi defendendo os menos favorecidos”. E é verdade: na luta, no combate ao trabalho escravo e ao abuso de crianças. “Isso me angustia profundamente”. Mas disse a mesma coisa, muito firme: “Não moverei uma palha, porque quem abusa de criança precisa responder pelo crime que cometeu”.

E essa companheira, Ana Júlia, essa mulher firme e corajosa, telefonou-me, Senador Mão Santa, fazendo esse relato doloroso e sofrido. Mas vamos caminhar este País. Vamos caminhar este País – não é, Senador Nery? –, cumprindo nosso papel e fazendo nosso trabalho.

Hoje, votamos a convocação, Senador José Agripino, de todos os bancos e operadoras de cartão de crédito. Estamos chamando-os, Senador Mão Santa, para se assentarem na CPI conosco, como fizemos com as operadoras de Internet. Porque, na pornografia, o Brasil é o número um, Senador Agripino, no consumo da pedofilia na Internet! No crime cibernético de consumo, é o Brasil o número um. E nós os estamos chamando para ouvi-los a respeito do que estão fazendo ou o que vão fazer no combate a crimes de abuso contra a criança, pornografia comprada na Internet. Porque há um mecanismo, Senador José Agripino: o sujeito compra com cartão de crédito, e esse dinheiro vai para um paraíso fiscal, um esquema feito para dificultar o rastreamento de uma operação criminal. E vamos ouvir os bancos, os operadores de cartão de crédito após o carnaval.

Quero encerrar a minha fala, porque amanhã darei continuidade a ela num assunto que acho de absoluta importância fazer. Tenho lido o posicionamento do ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso a respeito da legalização das drogas e lamento, vejo com tristeza. Cada qual responde por seus atos e cada qual, numa democracia, discute o que pensa e o que crê, mas lamento que a Senad, a Secretaria Nacional Antidrogas, Senador, foi criada...

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Permita-me mais três minutos, Sr. Presidente. ...no Governo Fernando Henrique. E ele fez um discurso na ONU quando criou a Secretaria, dizendo que erradicaria as drogas em dez anos. Ninguém vai erradicar droga em lugar nenhum nem em dez anos, nem em vinte, nem em trinta, porque o coração do homem não mudou, o coração do homem é o mesmo. Mas, ao final do Governo, deixou um orçamento de R\$65,00! Sessenta e cinco reais!

Recebo esse discurso assustado, porque há de se pensar que um ex-Presidente da República saiba a geografia deste País. Vivemos num País com fronteiras abertas. Só com o Paraguai, temos 1.100 quilômetros de fronteira aberta – certo, minha Senadora Marisa, que conhece a região? Com a Bolívia, nós temos 700 quilômetros; na Amazônia, temos mais de duas mil pistas clandestinas para pouso de pequenas aeronaves, com carregamento de drogas e armas.

Lamento, porque pedir a legalização das drogas no Brasil é não imaginar que este País se tornará o paraíso da contravenção; é não imaginar que os nossos vizinhos não amam o ordenamento jurídico e não conhecem a lágrima de uma mãe que chora porque tem um filho drogado.

São trinta anos da minha vida em que tirar o drogado da rua é minha atividade, é o ar que respiro, não sei fazer outra coisa.

O dia em que estivermos preparados para legalizar as drogas no Brasil, vai ser o dia em que você vai chegar no aeroporto consciente de que o piloto do avião cheira cocaína e fuma crack e você vai embarcar sem medo; que você descobriu que o diretor financeiro ou jurídico da sua empresa é viciado em cocaína e não tem nenhum problema para você; ou que o indivíduo que leva seu neto para a escola naquela *van* fuma maconha compulsivamente e não tem nenhum problema para você. Nesse dia, vamos estar preparados para legalizar as drogas no Brasil.

Quem vai comercializar? Já existe um estudo sobre isso. Quem são os empresários? Como se dará? Vai-se legalizar o uso e não legalizar a comercialização? Como isso se dará, Senador Romeu Tuma? Quem está autorizado a vender? Quem está autorizado a pensar?

Esse a mim me parece um discurso fácil, um discurso fácil. Vivemos o momento mais violento deste País. Todos os limites de violência foram ultrapassados, quebrados; a droga é o adubo da violência. Estou certo, Senador Romeu Tuma?

O litro de gasolina que é comprado para incendiar ônibus com criança dentro é dinheiro de usuário de droga. Ora, como legalizar droga neste País que não tem vocação? Nós temos um complexo portuário maravilhoso, e os narcotraficantes sabem disso. Os contraventores virão morar aqui. É aqui que as Farc virão comprar éter para poder refinar a coca. Sim, porque aqui é legal vender! Empresas distribuidoras serão montadas aqui. É mais ou menos esse desenho.

Não é tão fácil dizer: “Vamos legalizar as drogas que se vai arrefecer”? Legalizou-se a bebida alcoólica... Agora, nós estamos com mecanismos para diminuir a mortandade e a violência do álcool. Olha a lei seca...

Onde melhorou? “Ah, vai diminuir a população carcerária.” Ah, vai? Se a visão for essa, vamos legalizar o crime, o latrocínio, o assassinato, o assalto a banco, porque aí vai diminuir mais e vai folgar os presídios.

Ora, se a intenção é folgar os presídios e não prender, legalizaremos a pedofilia? Legalizaremos o abuso de criança? Não! É preciso que alguém que vá assumir o Governo deste País... Aliás, eu queria saber qual é a posição do Serra com relação a tudo isso. Eu queria saber qual é a posição do Aécio quanto à legalização de droga. Eu queria saber para que eu possa me posicionar como cidadão e possa posicionar os cidadãos do meu Estado que me acompanham.

Estou há trinta anos, Senador Tuma, enxugando lágrimas de mãe que chora com filho drogado. A ciência diz que lágrima, Senador Mão Santa, é H₂O mais cloreto de sódio. É porque a ciência pensa que lágrima é só água! Mas a ciência sabe muito pouca coisa sobre isso. Quem entende de lágrimas é uma mãe que tem um filho drogado, que se angustia nas madrugadas, e que sofre, e que se desespera.

Poderá, pois, a maconha ser vendida nas cantinas das escolas? Ou só nos cursos universitários? No ginásio não pode? Como se dará essa mecânica?

Fernandinho Beira-Mar deixará de ser um criminoso que está preso após a legalização? E dirão: “Ele agora é um empresário”. Anulem-se os seus processos, porque ele agora é empresário e esteve preso quando era contravenção, agora já não mais é.

Como se dará essa mecânica? Eu gostaria de saber porque eu preciso saber quem é o próximo Presidente da República, quem será esse homem, se vai enfrentar o problema da violência, porque esse é o grande problema deste País. Se vai enfrentar o problema das drogas, do consumo, do abuso, se vai fechar as nossas fronteiras, se vai levar o Sivam para a Ilha do Marajó. Que coisa infeliz! O Marajó não é coberto pelo Sivam, e lá as crianças são colocadas em canoas – não é, Senador Nery? Não é, Senador João Pedro? – e entregues nas grandes embarcações para serem abusadas.

Eu quero saber quem vai enfrentar isso, quem vai guardar as fronteiras do Brasil! Eu quero saber, eu quero uma posição a respeito do combate à violência no Brasil!

Mas não quero ouvir nada de discurso fácil. Legalização é como sumir da sua responsabilidade.

Quando presidi a CPI do Narcotráfico, Senador Romeu Tuma, V. Ex^a sabe, seu filho estava lá, e V. Ex^a a acompanhava diuturnamente: nós ajudamos a Holanda a prender o Presidente do Suriname. V. Ex^a se lembra de que o Presidente do Suriname e o seu Ministro do Exército trocavam as armas do Exército por cocaína

com as Farc? E a CPI do Brasil ajudou que ele fosse preso na Holanda.

A Holanda um dia legalizou as drogas. Hoje vive o seu desespero numa tentativa de retroceder, sem ter como fazê-lo. Eu não quero conviver com esse discurso. É por isso que hoje eu estou colhendo assinaturas e criando a Frente Parlamentar Contra a Legalização das Drogas.

Tive a manifestação dos Senadores José Nery, Geraldo Mesquita e de V. Ex^a, que vão subscrever comigo, bem como do Senador Valter Pereira. S. Ex^{as} vão subscrever comigo essa Frente Parlamentar em defesa da vida, em defesa da criança.

Por isso, preciso saber quem é esse homem. Se esse homem mantiver os fundamentos da economia, não precisa fazer nada. O PSDB começou, e Lula manteve. Temos uma economia com fundamentos sólidos. Sob o ponto de vista da ação social, da inclusão, é só dar continuidade ao que Lula fez. Falo da inclusão pela via da educação. Lula fez mais de duzentos Cefets. Está fazendo faculdades, universidades. É a inclusão social. É só dar continuidade.

Agora eu quero saber é qual desses vai enfrentar a violência neste País. Quem vai enfrentar o tráfico, o abuso de drogas neste País, o abuso de crianças. Esse discurso...

(Interrupção do som.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Encerro, Senador, contando com sua benevolência e agradecido.

Vou para as ruas, Senador Valter, Senador José Nery, fazer um debate público sobre a legalização das drogas neste País, que vive seus maiores dramas de violência, onde há famílias sofridas, angustiadas. Porque, na vida, só há uma regra que não tem exceção: todo drogado é ladrão, todo drogado é mentiroso, todo drogado é preguiçoso. Drogado só anda com viciado, porque o papo dos outros não interessa a ele. Daí vem a mutilação do caráter, vem a mutilação física, a mutilação emocional. Ele vai para o ralo e leva a família inteira.

Como podemos legalizar uma desgraça com tamanha desenvoltura de destruição?

Quero fazer esse debate publicamente. Vou voltar a esta tribuna para tratar novamente sobre este assunto, tantas vezes quantas forem necessárias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós tivemos a sensibilidade de atender ao tempo necessário, porque a ação de Magno Malta é real. Eu governava o Estado do Piauí quando tinha o crime organizado. Foi grande a contribuição dele. E graças a

sua contribuição, prendemos o Coronel Correia Lima, que era o chefe do crime organizado. Nós fizemos a prisão administrativa e depois o promotor Afonso Gil, que fora Deputado, continuou. Tiraram a farda dele e hoje ele está detido na cidade de Parnaíba como preso comum. Então, nós reconhecemos, e não foi só o Piauí não, o crime organizado se agigantava em todo o Norte e Nordeste, era mais intenso no Acre. Então, nós acreditamos que será muito positivo o final de todas as ações do Magno Malta na luta contra as drogas.

Estamos alternando. O Senador João Pedro estava na vez, mas permutou com Valter Pereira. Por mim, eu colocaria a Marisa Serrano na frente, não resta dúvida, essa encantadora Senadora, mas o João Pedro permutou com Valter Pereira. Mas Valter Pereira, com a sua capacidade e inteligência, vai sintetizar em dez minutos o seu pronunciamento.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pediria permissão para prorrogar a sessão, que regimentalmente acabaria às 18h30, por mais uma hora, para que todos tenham oportunidade de, com capacidade de síntese, usar a tribuna.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de abordar o assunto a que me proponho fazer desta tribuna, gostaria de fazer um registro da mais alta significação para Mato Grosso do Sul.

Hoje, o Presidente do Paraguai, Fernando Lugo, recebeu o Governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, e o Prefeito de Campo Grande, Nelson Trad Filho. Desse encontro, que teve o objetivo de engajar o Paraguai na campanha que o meu Estado faz para sediar jogos da Copa Mundial de Futebol de 2014, resultou um compromisso de apoio formalizado do Paraguai ao pleito do Mato Grosso do Sul. É a oportunidade que o nosso vizinho país tem, do país que faz fronteira com Mato Grosso do Sul, de assegurar a participação de todos os seus cidadãos, dos seus torcedores aos jogos da Copa.

Indiscutivelmente, a iniciativa do Governador André Puccinelli e do Prefeito Nelsinho Trad merece aplausos, como também merece aplausos a decisão do Presidente do Paraguai, Fernando Lugo.

Eu estava ouvindo aqui, Sr. Presidente, o discurso do Senador Magno Malta, e me vinha uma indagação. Suponhamos que viesse a vingar essa idéia da legalização das drogas em nosso País. Como seria?

O objetivo central que move essas discussões é a descriminalização daqueles que portam pequenas quantidades destinadas ao seu uso pessoal, já que

essas pequenas quantidades para uso pessoal, para uma dependência pessoal se destinaria especialmente a socorrer alguém que tenha uma patologia e não uma dependência. E aí vem a indagação, Senador Romeu Tuma: Como seria essa distribuição?

Seria uma farmácia popular, uma farmácia do Governo? Então, numa farmácia do Governo, como ficaria, como seria feita por exemplo a parte comercial? Aqui nós temos marijuana, temos cocaína, heroína e outras drogas ilícitas afins, para suprir a demanda dos dependentes químicos.

Seria isso? Ou seria uma liberação para determinadas empresas, como disse aqui o Senador Malta, a fim de que elas viessem a suprir esse mercado? Realmente eu não tenho resposta para isso.

Se o Governo vai montar uma farmácia para atender a essa demanda por drogas, confesso, Sr. Presidente, que seria o caos do Estado. O Estado abrindo as suas portas, abrindo as suas unidades de saúde, gastando o dinheiro público para saciar o vício, para saciar a dependência química daqueles que se envolveram com as drogas, porque não existe dependente químico que não se envolva com o traficante.

Pelo outro viés, pelo outro lado, seria o de deixar como está. Reconheça-se a descriminalização e deixe-se que o comércio opere com naturalidade. Nessas circunstâncias, Senador Romeu Tuma, seria legitimar o tráfico? Legitimar o comércio ilícito de drogas?

Realmente, eu não tenho essa resposta. Talvez o Senador Romeu Tuma a tenha e possa nos esclarecer.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Realmente, peço a V. Ex^a um aparte porque hoje, quando o Senador Gerson Camata usava da tribuna, S. Ex^a falou sobre o problema das drogas, o comércio, o contrabando de drogas e o aumento da criminalidade. Aproveitei, porque uma revista publicou em primeira página a descriminalização do uso da maconha. O que me preocupou foi ver as autoridades que já passaram pelo Governo liderando esse movimento. Então, é uma coisa assustadora. Quando fizemos a Lei Antidrogas, foi dado um capítulo especial ao usuário para que ele pudesse, por meio de decisão judicial, receber tratamento para recuperação e reintegração à sociedade. O Magno Malta falou da Holanda. A Holanda está na revista também, junto com o noticiário, e eles estão desesperados. Por quê? Os países vizinhos passaram a comprar as drogas, nos quiosques em que elas são vendidas, para distribuir nas cidades vizinhas à Holanda. Então, hoje, há uma pressão enorme e a própria Holanda não aceita mais esse sistema de venda de droga para quem quiser. Eu fui visitar um centro desses. É horroroso! É deprimente! A pessoa parece que se deforma por

inteiro nesses lugares, fumando cachimbo, maconha, cocaína. Eu não chamaria de chiqueiro humano; mas é uma coisa horrorosa o comportamento dessas pessoas que vivem jogadas no chão; uma coisa terrível. Sabem qual é o argumento que estão usando? E é isso que me assusta mais ainda; o senhor é jurista e conhece o Código de Processo Penal. Dizerem que o grande drama é a corrupção. Então acaba com o crime para acabar com a corrupção! Pelo amor de Deus, é o fracasso do Estado não conseguir combater o tráfico, não conseguir combater o crime organizado, que hoje reina em vários pontos do País porque a incapacidade do Estado está decretada. Decretando a liberalização, está decretando a incapacidade do Estado. Então, o senhor vai ver na televisão amanhã: “Compre um pacau. Boa viagem. A melhor mistura de maconha com crack”. Pelo amor de Deus! Desculpe-me, Senador Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Mas foi oportuno o seu aparte, ilustre Senador Romeu Tuma,

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – Eu só quero parabenizá-lo. V. Ex^a é um profundo conhecedor do Direito. Mas acima do Direito, tem sensibilidade: conhece drama, conhece lágrima, sofrimento, choro. E sabe da nossa falta de vocação. V. Ex^a mora na fronteira. E numa fronteira que só tem um Odilon. E o Brasil que dê graças a Deus porque ainda tem um Odilon lá na sua fronteira. Lá, onde tem 1.100 quilômetros abertos.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – É o juiz?

O Sr. Magno Malta (Bloco/PR – ES) – É, Dr. Odilon. Mil e cem quilômetros abertos com nosso país irmão. Infelizmente, as grandes fazendas de maconha que eram da família Morel e tantos outros brasileiros, criminosos que lá estão, que atravessam a fronteira e usam os nossos portos aqui para destruir famílias em nome da riqueza fácil. Eu não vou fazer discurso apenas para apartear e para parabenizá-lo em nome da família brasileira, que sabe que essa luta não é para fugir dela com um discurso fácil, decretando a morte do Estado, como disse o Senador Romeu Tuma, porque esse discurso é fácil, mas enfrentar de frente esse problema.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Nós temos, Senador Magno Malta, que salvar o Estado e salvar a sociedade. Desta tribuna, nós estamos dando sinais de que aqui vai haver sempre a resistência contra o crime.

Mas, Sr. Presidente, eu vim à tribuna para fazer um comentário acerca das declarações do meu querido amigo, colega, Jarbas Vasconcelos. Somos companheiros...

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MT) – Somos companheiros do mesmo partido, mas eu não poderia ficar calado diante do que ele falou à imprensa.

Eu diria o seguinte: há homens públicos que se notabilizam por seus atributos pessoais e há aqueles que alicerçam a sua carreira na militância partidária.

A minha vida pública nasceu em um partido; se desenvolveu nas lutas que ele conduziu. O meu primeiro partido, o partido a que me filiei originariamente foi o antigo MDB, lá pelos idos de 1966, quando nós ainda jovens hasteávamos a bandeira da redemocratização sob os auspícios de discursos patriotas proclamados por Paulo Brossard, Pedro Simon, Ulysses Guimarães, pelo próprio Jarbas Vasconcelos.

Por essa legenda é que me elegi vereador, Sr. Presidente, na minha cidade, hoje capital Campo Grande, em 1972. Na época, a única recompensa que eu recebia, quer dizer, que todos os vereadores recebiam era uma tribuna para combater o autoritarismo, para combater o regime militar.

E as mazelas praticadas naquela ocasião e que eram protegidas pela censura implacável que os militares impunham a todos os meios de comunicação do País. Era aquela tribuna a recompensa. Não havia outra. Nenhum centavo de salário, nenhum centavo de ajuda de custo, nenhum centavo de verba de representação, de coisa alguma. Para esvaziar as tribunas dos Municípios, a ditadura proibia a remuneração na esmagadora maioria das Câmaras Municipais deste País afora. Mesmo assim, eu me sentia recompensado, porque tinha o pulmão do partido batendo no meu peito e a voz que me era propiciada pelo mandato que eu exercia.

Pelo mesmo MDB, cheguei à Assembléia de Mato Grosso e à Câmara Federal, onde tive a honra de ser liderado por um dos Parlamentares mais brilhantes que eu conheci, o Deputado Freitas Nobre, da Bancada de São Paulo.

No momento em que a ditadura sentenciou de morte o único partido que lhe opôs resistência, o MDB, a agremiação renasceu das cinzas, acrescida de um P, que era a exigência, sendo batizado como Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Completar a redemocratização do País e resgatar o enorme passivo social que se acumulara no regime autoritário eram algumas das tarefas principais que o PMDB não poderia abandonar, que não poderia largar no meio do caminho.

Com essa convicção, Sr. Presidente, permaneci no sucedâneo do legendário MDB. Por ele, fui eleito Deputado Estadual e Federal por duas vezes mais, uma das quais, à Assembléia Nacional Constituinte.

Durante essa trajetória toda, Sr. Presidente, não fiz nenhum passeio por outra agremiação, nenhum. Nem eventuais facilidades que outro partido pudesse me oferecer para conquistar o poder, nem as turbulências que, vez por outra, já ameaçaram o meu velho MDB e PMDB foram capazes de mudar o rumo que tracei há tanto tempo e que venho seguindo. Com este relato, não dirijo nenhuma crítica a quem quer que seja em razão de mudança de partido, seja por um dia, seja em caráter permanente. Afinal, a adesão nunca foi e nem será um casamento indissolúvel.

O político escolhe...

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – ... o político adere à agremiação que ele quer, que ele acha que é conveniente, no momento em que ele acha que é conveniente. É um fato natural de cada político a quem cabe privativamente decidir. Não há nenhum demérito em tais mudanças e nenhuma virtude acode àquela filiação perene.

Reportei-me a essa trajetória, Sr. Presidente, com o único objetivo de colocar as coisas nos devidos lugares, porque, de fato, se ficasse no silêncio, poderia estar aceitando as imprecisões que foram feitas ao meu Partido pelo Senador...

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – ... pelo Senador Jarbas Vasconcelos na revista *Veja* e em outros órgãos de comunicação.

Já estou para concluir, Sr. Presidente.

A despeito da admiração que sempre devotei à figura e à história do eminente companheiro, sou compelido a registrar algumas divergências sobre as suas considerações.

Honra-me, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Valter Pereira, vou reservar-me para justamente tratar do assunto da entrevista do Senador Jarbas Vasconcelos, pois quero fazer uma reflexão amanhã, mas avalio que a sua palavra pode ser vista como um alerta para todos nós no Senado Federal. Como V. Ex^a, eu também participei do MDB. Minha primeira legislatura foi como Deputado estadual em 1978, eleito pelo MDB. Em 1979, o Presidente Ernesto Geisel, por decreto, acabou com o MDB e com a Arena. Foi então que participei da fundação do PT em 10 de fevereiro de 1980. Mas o Senador Jarbas Vasconcelos, sem dúvida, constitui um dos baluartes da vida política brasileira, do MDB e do PMDB. Então, a sua palavra constitui um alerta e precisa ser muito bem analisada por todos nós. Eu, hoje, ainda fiz uma visita a ele e ponderei que quero conversar bastante, pois, num dos pontos que

ele mencionou na entrevista, tenho uma divergência: a forma como tratou o Programa Bolsa Escola – como um programa de compra de votos. Como o Programa Bolsa Família, que nasceu dos programas de renda mínima social de educação, e o Bolsa Escola, criados, inclusive, no Governo Fernando Henrique Cardoso, contribuíram de fato para diminuir a desigualdade e erradicar a pobreza absoluta, constituindo um passo na direção da renda básica de cidadania, eu avalio que merecem um exame mais aprofundado, que eu farei ainda nesta semana. Gostaria ainda de dizer que há muitas pessoas que têm o ponto de vista muito sério, inclusive diversos laureados,...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...Presidente Mão Santa, alguns laureados, como o Prêmio Nobel de Economia, que têm um ponto de vista relativamente à descriminalização de drogas como a maconha e outras. Então, esse é um assunto que merece ser tratado com bastante seriedade e é importante que o debate seja feito. Mas quero aqui expressar o meu respeito por suas palavras.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Mas veja, Sr. Presidente, em uma das suas considerações do Senador Jarbas Vasconcelos disse o seguinte: “Boa parte do PMDB quer mesmo é corrupção”.

Da forma que o ilustre parlamentar pontifica, todos os que exercem quaisquer funções seja no Executivo seja no Legislativo, representando o Partido, ficam sob suspeita.

Se há uma boa parte que se liga à corrupção, Sr. Presidente, certamente há uma outra parte que está comprometida com propósitos decentes e virtuosos.

Acontece que meu ilustre companheiro não distinguuiu as duas bandas, e aí é que está o problema.

E ao agir assim, lançou dúvidas sobre todos.

Para que a sua fala não seja leviana, o eminente parlamentar tem o dever de separar o joio do trigo.

E isso ele pode fazer, se vier a esta tribuna para apresentar as evidências e provas que fundamentem suas convicções.

Não tenho dúvidas de que a corrupção é um dos mais graves males do nosso tempo.

O saudoso e inesquecível Ulysses Guimarães...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Valter Pereira, há vinte e cinco minutos que V. Ex^a fala e o Senador João Pedro, que permutou, está pacientemente esperando.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, o saudoso, ilustre e inesquecível Ulysses Guimarães já proclamava que “a corrupção é o cupim da República”.

Tinha razão o velho Ulysses. A corrupção é um cupim que se infiltra em todos os cantos.

Os partidos políticos não estão imunes à presença desse cupim. Basta correr os olhos em nossa crônica política.

Qual foi o partido político que não teve alguma de suas lideranças envolvidas em alguma denúncia de corrupção?

É o próprio denunciante, o próprio Senador Jarbas Vasconcelos, que reconhece essa dura realidade na mesma entrevista.

É dele a seguinte resposta: “A corrupção está impregnada em todos os partidos.”

Concordamos com ele, concordamos com ele.

Quando o entrevistador lhe perguntou: “Por que o senhor continua no PMDB?”, o Senador Jarbas Vasconcelos respondeu com outra pergunta, outra pergunta sintomática: “Se eu sair daqui irei para onde?”

É uma pergunta que mostra claramente que não há diferença nessa questão ética entre as organizações partidárias hoje.

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – É uma pergunta, Sr. Presidente, que reflete um profundo desolamento.

Em tais circunstâncias, alguns escolhem o monastério, para resolver o problema. E nem sempre seguem esse caminho sem antes lançar pedradas.

No meu caso, prefiro continuar na luta sem me silenciar, seguindo o preceito de uma grande liderança mundial chamada Martin Luther King. Veja o que disse esse legendário líder: “O que preocupa não é o grito dos maus, e sim o silêncio dos bons”.

E quero dizer a V. Ex^a que não estou...

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – ...na banda... Quero aqui proclamar a V. Ex^a que não estou naquela outra banda referida pelo Senador Jarbas Vasconcelos, aliás, o grande compromisso que ele tem com o Senado é exibir aqui as duas bandas. Se ele fizer isso, prestará um grande serviço à ética e ao Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Brilhante o pronunciamento de V. Ex^a. Já ouvimos três oradores do PMDB sobre o assunto: Pedro Simon, Geraldo Mesquita e, agora, o Senador Valter Pereira.

Mas eu citaria Antoine de Saint-Exupéry, autor de *O Pequeno Príncipe*, que diz: “A linguagem é a fonte

de desentendimento.” Abri a Bíblia no Provérbios 15. o número do PMDB, livro de Salomão, onde está escrito: “A palavra branda desvia o furor mas a palavra dura suscita a ira.”

Convidamos para usar da palavra agora, como Líder – estamos alternando –, o Senador José Agripino, do Democratas do Estado do Rio Grande do Norte. A sua inteligência privilegiada enriquece este Senado da República e a democracia. Temos de entender as coisas. O meu professor de cirurgia dizia que a ignorância é audaciosa. Então, governo é velho, é antigo, vem desde os tempos primórdios. O aperfeiçoamento surgiu da democracia com a oposição. Ruy Barbosa é o símbolo do passado e V. Ex^a é o símbolo de hoje e engrandece a democracia do Brasil.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado pela generosidade, que é permanente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senadora Marisa Serrano, V. Ex^a, que está quietinha aí no plenário, já deve ter experimentado muitas alegrias no seu Estado de Mato Grosso do Sul, como eu, no meu Rio Grande do Norte, ao receber visitas de Presidentes da República.

Eu já fui Governador duas vezes, fui Prefeito de Natal e, mesmo como Senador, tive inúmeras oportunidades de receber o Presidente da República no meu Estado. Já fui governo e já fui oposição. Mas já fui governo e já recebi muitos Presidentes da República ligados politicamente a mim, como já tive oportunidade também de receber, por obrigação cívica e política, governantes, Presidentes da República a quem não era politicamente ligado.

Mas me habituei sempre a um fato: visita de Presidente da República é fato alvissareiro para o Estado, porque é de se esperar que o Presidente da República, quando vai ao nosso Estado, vai levar coisas importantes, compatíveis com a importância do cargo de Presidente da República.

Eu digo isso porque, no sábado passado, Sua Excelência o Senhor. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve no meu Estado. Esperava que Sua Excelência fosse ao Rio Grande do Norte levar a concretização de sonhos, de coisas importantes para o meu Estado. Eu esperava, por exemplo...anunciariam que ele iria levar algo importante para assentados, para beneficiários do programa de assentamento e da reforma agrária.

E me veio à mente, Senador Flexa, imediatamente, um compromisso tomado por Sua Excelência o Presidente Lula, quando esteve em Natal. De Natal, a Mossoró, e de Mossoró foi à Malsa, deslocando-se em avião e helicóptero da Presidência. No ato de desapropriação da Maísa, que foi uma grande empresa

exportadora de frutas, principalmente de melão, ele declarou – e isso está gravado, falou ao Brasil inteiro, eu acho que o *Jornal Nacional* registrou essa fala dele – que, em um ano, no mais tardar dois anos – acho que foi um ano –, ele voltaria ali. A desapropriação era de uma área de terra muito grande, com uma infraestrutura poderosa, de irrigação, de poços, de fábrica de sucos, de castanha, com uma infraestrutura elétrica montada, infraestrutura hídrica montada, potencial tecnológico estabelecido, porque há anos se produzia, e a mão-de-obra estabelecida no local conhecia a prática da irrigação, como pouca gente do meu Estado. Ele anunciou que, dentro de um ano, voltaria lá para inaugurar o mais exitoso programa de assentamento rural, talvez do mundo inteiro. Isso há mais de cinco anos.

Passou-se um ano, passaram-se dois anos, três anos, quatro anos, cinco anos. Nada! Nada de voltar a Malsa. Nunca mais voltou a Malsa. Nada de êxito no programa de assentamento rural da Malsa. Nada disso! Lá, o que existe hoje é uma grande quantidade de pessoas filiadas ao Programa do Bolsa Família. E aquilo que se esperava da palavra do Presidente, que ele voltaria lá para inaugurar o mais exitoso programa de assentamento rural do Brasil, das Américas, do mundo, não passa de um grande e redundante fracasso.

Quando eu ouvi a notícia de que Sua Excelência iria para um ato voltado para assentados rurais, eu imaginei: aleluia! Finalmente deve ter acontecido algo importante, ou ele vem trazer a concretização da palavra que ele deu ao meu Estado e ao Brasil. Ele deve ir à Maísa, ele deve anunciar coisas importantes para aquelas milhares de pessoas que foram assentadas lá e que durante muito tempo, para sobreviver, arrancaram o miolo dos transformadores para vender o cobre, destruindo até os poços profundos de onde vem a água que, durante anos, produziu melão que foi exportado para o exterior. Chegou a hora, imaginei eu, de os assentados da Maísa terem uma grande notícia de realmente serem os assentados exitosos a que o Presidente Lula tinha se referido cinco ou seis anos atrás.

Mas, conversa Senador Sérgio Guerra, não foi à Maísa coisa nenhuma. Ele foi a Ceará-Mirim. Senadora Rosalba, ele foi a Ceará-Mirim. Sabe para quê? Olha, é lamentável! Senador Arthur Virgílio, o Presidente Lula foi a Ceará-Mirim inaugurar um tanque de tilápia. Eu não vou exagerar: um tanque de tilápia de sete – um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete! – hectares de plantio de mamão. Foi isso que ele foi lá fazer. Agora, o aparato para Sua Excelência chegar ao meu Estado foi uma coisa inimaginável. Não que eu estivesse lá, mas pessoas que estavam lá, da Base do Governo, me disseram.

O escalão precursor, o aparato de logística, de veículos, de transporte aéreo-terrestre, montagem de palanques... Disseram-me que o que se gastou para que Sua Excelência chegasse lá e fizesse a festa política custou muito mais do que o tanque de tilápia e os sete hectares de mamão.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador José Agripino?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Com prazer, Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Acho que V. Ex^a tem toda razão de trazer ao conhecimento da Nação os desperdícios que são feitos com os recursos públicos, que deveriam, principalmente no momento de crise que se vive, ter uma destinação mais adequada. Eu perguntaria a V. Ex^a: esses tanques de tilápia, esses sete hectares de plantio de mamão estão no PAC? Porque acredito que também façam parte do elenco de obras do PAC para que o Presidente da República levasse um aparato, como V. Ex^a contou. Isso aconteceu em meu Estado há alguns anos. Sua Excelência foi ao Pará, mais precisamente a Marabá, inaugurar uma unidade de ensino como tendo sido obra do Governo. Era uma unidade de ensino feita pela Vale do Rio Doce. Deslocou o aparato presidencial para ir até lá inaugurar uma unidade de ensino.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, O Senador Agripino fala como Líder. Não pode haver apartes.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Ex^a é regimentalista como ninguém. Eu peço desculpas ao Senador José Agripino, como democrata, por ter permitido o aparte. Mas eu me curvo ao Regimento. Senador José Agripino, agradeço a V. Ex^a o aparte. O Senador Mão Santa virou, agora, o maior defensor do Presidente Lula no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a... É assim, mas, para a encantadora Rosalba Ciarlini, eu tinha dado o sinal de que aparte não era permitido; e para V. Ex^a eu não ia ceder.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Eu não ouvi esse sinal.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Flexa, o investimento do tanque de tilápia e dos sete hectares de mamão não estão no PAC. São investimentos muito pequenos. É benfazejo? Claro que é benfazejo, mas muito pequeno para justificar a ida de um presidente da República a um Estado que esperava uma refinaria de petróleo, refinaria que foi para Pernambuco ou para o Maranhão. Estado que tinha a expectativa de um pólo de PVC. Que conversa de pólo de PVC para o Rio Grande do Norte! O Rio Grande do Norte tem de ter é tanque de tilápia e sete hectares de

mamão. Pelas mãos do Presidente Lula, o que o Rio Grande do Norte merece é isso. Lamentavelmente, tenho de constatar. Até porque o projeto da Maísa, o mais exitoso da América, do Brasil, está parado.

Eu registro, Presidente Mão Santa, a minha frustração como potiguar, porque me habituei, pois eu fui Governador oito anos. Cada ida de presidente da República ao meu Estado era uma festa, porque algo importante ia ser anunciado ou ia ser inaugurado. Vai inaugurar um tanque de tilápia e sete hectares de mamão, quando foi prometida ao Estado a erradicação da pobreza rural pela desapropriação da Maísa, que ia ser o mais exitoso programa de assentamento do Brasil, e está parado no tempo.

Eu imaginava que talvez... Não, então, vai-se anunciar, porque aquele aparato todo, as aeronaves, o equipamento aeroterrestre deslocado, o escalão precursor, o movimento... Veio gente, Senador Mão Santa. Tive informação.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Veio gente do Estado inteiro, veio gente do Estado inteiro para a inauguração, mobilizada pelo Governo, pelo Banco do Brasil, pelos órgãos do Governo. Gente de Caicó, gente de toda parte veio para Ceará-Mirim, para assistir à inauguração do tanque de tilápias e ouvir o discurso do Presidente da República.

Eu teria gostado de ouvir – e estaria aqui o aplaudindo – se ele tivesse chegado lá e dito: “Agora, em tempo de crise, vou mobilizar recursos, e a refinaria vai sair. Agora, vou mobilizar os recursos do PAC para o aeroporto de São Gonçalo, acelerar as obras, empregar gente, para que ele fique pronto. Agora, o pólo de PVC vai ficar pronto, porque é a forma que eu tenho de responder à generosidade do povo do Rio Grande do Norte, entregando esse presente à sua economia, já que ele tem gás, que ele tem calcário, que ele tem argila, que ele tem sal. Vou entregar a fábrica de PVC.”

Conversa! Foram o tanque e os sete hectares de mamão.

Agora, Senadora Rosalba, pior do que tudo é que, além de não estarmos andando para frente, estamos andando para trás. V. Ex^a foi a nossa comandante, nessa semana que passou, para a audiência que tivemos com a Dr^a Solange Vieira, Presidente da Anac, quando fomos tratar de um assunto que interessa diretamente a nós mossoroenses. V. Ex^a, como eu, nasceu em Mossoró, a segunda maior cidade do Estado. V. Ex^a era Prefeita de Mossoró, e eu era Governador, quando o aeroporto de Mossoró foi refeito, foi praticamente refeito pelas mãos de um Governador nascido na terra: José Agripino, que fez uma pista com 1.800 metros,

que fez uma nova estação de passageiros. Para quê? Para que a nossa terra, que é um município pólo, pudesse ser aquilo que Mossoró sempre foi, um município pólo para onde converge a solução das emergências. Mossoró é o único aeroporto – era – com balizamento noturno naquela região inteira. Anos e anos! Foi feito por nós, V. Ex^a era Prefeita, e eu, Governador. E eu fiz o convênio para que a Prefeitura tomasse conta do aeroporto. Enquanto V. Ex^a foi Prefeita, e eu, Governador, o aeroporto teve linha aérea regular da Nordeste, da BRA, de companhias, da Trip, porque nós tínhamos amor ao nosso Estado e à nossa cidade e fazíamos as coisas acontecerem.

Resultado: no atual Governo do Estado e Federal, o aeroporto de Mossoró não tem mais pouso noturno, Senador Mão Santa. Imagine a sua Parnaíba, que é uma cidade do porte de Mossoró, que deve ter aeroporto com balizamento noturno, suponho, de uma hora para outra, por má vontade do Governo Federal, deixar de ter o elemento de socorro.

Quando as pessoas adoecem na região inteira, num raio de 300 quilômetros, para remover, vão para Mossoró, porque lá pode pousar avião de noite.

É um município pólo importante, sede de Petróbras. Prestadoras de serviço, produtores de sal e de frutas convergem para Mossoró. O aeroporto é um instrumento importantíssimo para a economia. Morreu.

Morreu porque o Governo Federal, dono da Infraero, não deu socorro para que o aeroporto pudesse continuar funcionando, e o aeroporto vai parar. Pode pousar até as cinco da tarde; à noite, não. As limitações estão impostas.

Além de termos a visita de um Presidente da República que sempre venceu eleição no Rio Grande do Norte para, em vez de cumprir a palavra que deu e transformar, por exemplo, a Maísa no mais exitoso programa de assentamento...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – ...rural do Brasil, em vez de vermos esse sonho, essa palavra concretizada, vimos a inauguração do tanque e dos sete hectares de mamão.

Mais do que isso: estamos assistindo ao nosso Estado caminhando para trás. Até o aeroporto de Mossoró... E não quero falar do aeroporto de São Gonçalo, que está andando devagar, devagarinho, quase parando. Não quero falar da BR-101, duplicada, andando devagar, devagarinho, quase parando. Não quero falar do sonho frustrado do pólo de PVC e da refinaria de petróleo.

Estou falando do que tínhamos e deixamos de ter pela incúria do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que sempre venceu eleição em meu Estado, mas ao Estado devolve ações com a qualidade e com a dimensão de um tanque de tilápia e sete hectares de mamão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após brilhante pronunciamento do Líder oposicionista...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Logo concederei a palavra a V. Ex^a.

Eu gostaria de dizer, Senador José Agripino, que a minha cidade natal também tinha aeroporto. Desde criancinha, a gente pegava... Inclusive, Panair, Aerovias, Aeronorte, Aerobrasil... Essas que V. Ex^a... A Nordeste e tal. Tinha até a Paraense Transporte Aéreo. Mas não tem mais nada, só tem nas propagandas que é aeroporto internacional. Nem teco-teco pousa mais em Parnaíba, no Piauí!

Pela ordem, tem a palavra o Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho à Mesa voto de pesar pelo falecimento do Sr. Júlio Lira Neto, líder comunitário e militante político do meu Partido, o PSDB, no Município de Presidente Figueiredo, ocorrido no dia 15 de fevereiro último.

Era um defensor dos pequenos ruralistas. Viveu por 17 anos na área do Puraquequara, em Manaus, no Amazonas, região em que liderou o assentamento de setecentas famílias de trabalhadores agrícolas. Depois, foi para o Município de Presidente Figueiredo, perto de Manaus, a 95 km de Manaus.

Peço que essa comunicação seja feita à sua esposa, a Sr^a Francisca Mendonça dos Santos, com quem teve um filho, meu amigo Salomão Mendonça Lira. Em casamento anterior, com a Sr^a Fátima, Júlio Lira teve cinco filhos: Salomão, Rita, Cristiane, Raimundo, Fabiana e Juliana. Seu pai, Eliseu Lira da Costa, também é morador do Amazonas e conta hoje com 92 anos de idade.

É uma ironia o fato de que o filho morreu antes do pai, em uma inversão que a natureza às vezes impõe, como ironia, para amargar a vida das pessoas.

Mas eu devo dizer que é uma perda muito grande para todos nós, pelo carinho que Júlio Lira Neto merecia enquanto vivo e como memória. E vai continuar a merecer o mesmo respeito de todos aqueles que o conheceram como eu o conheci, muito de perto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Mesa se associa, e convidamos agora a Senadora

Marisa Serrano, que pacientemente está inscrita esperando e é do Partido de V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro. Então, não só o Mato Grosso do Sul: todo o Brasil aguarda ansiosamente as palavras dessa encantadora Senadora Marisa Reis Serrano.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente, pelas palavras elogiosas. Eu quero aqui cumprimentar todas as Senadoras e Senadores presentes e dizer que esta Casa tem vivido, nos últimos dias, questões candentes que deixam o Brasil todo com os olhos voltados para o Congresso Nacional. Mas isso é importante porque é a forma que nós temos de debater as grandes questões que preocupam o povo brasileiro.

Vim aqui, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, falar de algo importante para minha cidade, Campo Grande.

No começo de fevereiro, Campo Grande viveu dias memoráveis. Foi uma explosão de ânimo, de determinação, de confraternização, realmente de cidadania. Senti nas pessoas o amor à cidade e, principalmente, a autoestima elevada por uma coisa que as pessoas podem achar que é de somenos importância. Campo Grande, mais de 300 mil pessoas na rua, participando junto com o Prefeito Nelsinho Trad, com o Governador André Puccinelli, de uma demonstração de que Campo Grande quer ser subsede da Copa de 2014.

As pessoas podem achar que isso é bobagem. “Como é que uma cidade para, a população sai às ruas, todo mundo alegre, animado, confraternizando-se por causa copa do Mundo? O que isso vai representar para uma cidade? O que ganha Campo Grande com essa mobilização que está sendo feita?”

Eu quero dizer que Campo Grande ganha muito. É bom lembrar que, quando o Presidente Ernesto Geisel assinou a Lei Complementar nº 31, nos finais dos anos 70, ele desmembrou o Estado de Mato Grosso, criando um novo Estado, que foi Mato Grosso do Sul. Gente, vocês não podem imaginar a esperança que viveu o povo do sul do Estado! Um sonho acalentado de séculos estava sendo realizado. Tivemos lá atrás o Território de Ponta Porã. Tivemos tantas lutas, desde a época da Guerra do Paraguai, que o sul de Mato Grosso pensava na separação. Imaginem, no final da década de 70, quando dividimos o Estado. Todo mundo pensou: “Meu Deus do céu, vai ser uma explosão de desenvolvimento em Mato Grosso do Sul, um Estado novo, um Estado pujante, um Estado de belas e grandes cabeças memoráveis, vai crescer muito!” O que foi que o Governo Federal, à época, pensou – o Presidente Geisel? “Mato Grosso

do Sul é um Estado que tem condições de caminhar sozinho.” Então, o Governo Federal tinha que voltar todas as suas atenções, todos os recursos, colocar a Sudam e tudo o que podia para apoiar o Estado que ficou remanescente, que era Mato Grosso. E aí Mato Grosso teve todo o apoio que o novel Estado não teve. E Mato Grosso do Sul teve que dar um *push*, uma guinada, para se construir, para construir um novo Estado. Não foi fácil. Trabalhamos muito, e muito menos para suprir todas as adversidades de um Estado que estava sendo implantado. E Campo Grande, a nossa capital, foi que deu a mão forte a todo o Mato Grosso do Sul e mostrou como é capaz e como é possível construirmos um Estado quando as pessoas realmente assumem o amor a sua terra. E foi aí que Campo Grande se vestiu de gala para pedir a Copa de 2014 na sua área de atuação. Por quê? Porque merece, porque o Estado merece, porque Campo Grande merece. Campo Grande é uma cidade moderna e eu quero mostrar a todo o País um pouco do ufanismo da minha capital. É uma cidade moderna, de largas avenidas, de inúmeros parques; é uma cidade pequena que tem 19 córregos; é uma cidade pequena e é a primeira capital sem favelas do País. Uma cidade, uma capital, que não tem favelas, que conseguiu fazer com que toda a sua população tivesse uma habitação segura – pobre, mas segura –, onde as famílias pudessem educar os seus filhos com tranquilidade. Só isso já merece Campo Grande ter os olhos do País e do mundo voltados para ela.

Mas não é só isso. Eu quero dizer que o meu Estado, Mato Grosso do Sul, tem inúmeras universidades, um dos poucos Estados pequenos e periféricos – porque Mato Grosso do Sul o é – que têm duas universidades federais: a Universidade Federal de Campo Grande e a Universidade da Grande Dourados. Tem quatro universidades particulares e inúmeros cursos universitários. Mas, mais do que isso, nós estamos preparados para mostrar ao País a nossa pujança.

Nós temos três aeroportos internacionais.

Olha, Senador Mão Santa, nosso Presidente, é difícil um Estado ter três aeroportos internacionais; nós temos o internacional de Campo Grande, o Internacional de Corumbá e o Internacional de Ponta Porã. Um na divisa com a Bolívia, outro na divisa com o Paraguai e a nossa Capital. E, além disso, acabamos de ganhar um aeroporto belíssimo em uma cidade chamada Bonito, que, junto com o Pantanal, é o nosso orgulho e a glória da beleza natural do nosso País, e conhecido no mundo todo.

Mas, mais do que isso, pergunto: onde está Mato Grosso do Sul?

Talvez as pessoas que estejam nos vendo ou ouvindo, talvez aqui um Senador, possam parar para pensar e perguntar onde fica Mato Grosso do Sul. Fazemos limites com cinco Estados da Federação, o que não é pouco. Temos limites com Paraná, com São Paulo, com Minas, com Goiás e com Mato Grosso. Além disso, temos divisa com dois países, o Paraguai e a Bolívia.

Falando do Paraguai – ouvi hoje o Senador Valter dizendo que o nosso Governador esteve lá com o Prefeito, conversando com o Presidente Lugo –, Paraguai e Mato Grosso do Sul se confundem, porque temos toda uma tradição cultural nos ligando. Os paraguaios estão conosco nesta luta para trazer uma das sedes da Copa de 2014 para Campo Grande, porque eles vêm muito ao nosso Estado. Eu estava em Bonito nesses dias. No final de semana, havia grande quantidade de carros com placa do Paraguai, porque eles vêm muito ao nosso Estado. Para eles, também seria uma extensão. Seria uma forma de ver essa integração realmente se consumir, não só no turismo, pois o turismo com o Paraguai já é forte no nosso Estado, mas na cultura, que é importantíssima – imaginem músicas como a polca e o chamamé –, e nas coisas mais prosaicas, como o tereré – o gaúcho usa o chimarrão, mas, para nós lá, é o tereré, o mate gelado, que os paraguaios tanto apreciam –, e também a gastronomia, como a sopa paraguaia, que não é sopa, mas um suflê. Tudo isso faz parte da nossa história. O Paraguai é muito importante para nós na luta que estamos para fazer a fim de que o nosso Estado tome uma outra dimensão. E dizer então ao povo brasileiro por que estamos lutando tanto pela Copa. Só por isso? Não; mais do que isso. Chegou o momento, depois da divisão do Estado de Mato Grosso, criando o Mato Grosso do Sul, que nós sentimos que não tínhamos tanta identidade, a dificuldade de nos firmarmos como Estado, com uma identidade que não era aquela que nós queríamos, o povo brasileiro não vendo ainda Mato Grosso do Sul, tendo mesmo dificuldade de dizer até o nome. Qualquer um nos chamava de Mato Grosso. As pessoas têm dificuldade em lembrar que existe um Estado chamado Mato Grosso do Sul, e as pessoas falam Mato Grosso. Hoje mesmo, nesta tribuna, um Senador falou Mato Grosso e nós corrigimos: Mato Grosso do Sul.

Até, Senador Mão Santa, pensou-se em trocar o nome do Estado; substituir o nosso Mato Grosso do Sul pelo Estado do Pantanal, pela dificuldade das pessoas em lembrar qual era o nosso nome. Por isto nós queremos também a Copa: para garantir que o nome do nosso Estado seja um nome falado não só em Mato Grosso do Sul mas no Brasil e no mundo.

Nós queremos mostrar que 65% do Pantanal está em Mato Grosso do Sul, mostrar para o mundo as nossas riquezas. Nós temos esse direito por tudo aquilo que nós passamos desde o final da década de 1970, quando dividimos o nosso Estado. Nós queremos fortalecer a nossa identidade, e a sede e subsede da Copa de 2014 vão servir para isso também.

(Interrupção do som.)

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Já termino, Sr. Presidente. Para mostrar que nós somos um Estado de uma economia pujante, um Estado economicamente viável, que é um dos lastros da economia brasileira. Para mostrar que é um Estado da integração latino-americana, para mostrar que o Brasil não está só virado para o Atlântico, que o Brasil tem que se virar, sim, para o oeste, tem de estar ali, junto conosco, junto com a Bolívia, junto com o Paraguai, mas junto com as grandes riquezas naturais que nós temos.

Se a Fifa quer uma subsede da Copa no Pantanal, tenho certeza de que vai ser em Mato Grosso do Sul, que vai ser em Campo Grande, até porque, além dos 65% do Pantanal que temos, nós temos uma cidade que é considerada a capital do Pantanal, que é Corumbá, uma cidade belíssima, Senador Mão Santa, que eu tenho certeza de que vai estar junto conosco nessa luta na fronteira com a Bolívia.

Portanto, deixo aqui o meu libelo a todos aqueles que têm o dever e o direito também de escolher os locais onde serão as subsedes da Copa de 2014 – e olha que eu não sou tão futebolística assim.

Mas quero dizer que Mato Grosso do Sul merece isso, pela sua luta, pelo seu trabalho, pelas pessoas que lá habitam, por tudo aquilo que temos passado nesses anos todos. Nós queremos mostrar ao País que temos uma identidade única, uma identidade própria, uma identidade que, tenho certeza, vai orgulhar todos os brasileiros.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Marisa Serrano, V. Ex^a fez um pronunciamento lindo, que mostrou o amor que tem à sua terra natal.

Estamos alternando. Agora vamos chamar um Líder, e o Líder que está na vez é o Senador Marcelo Crivella, do PRB.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigada, Presidente.

Sr. Presidente, quero aqui comunicar ao Brasil notícia auspiciosa. O Vice-Presidente, José Alencar, passa bem depois da cirurgia. Teve apenas um episó-

dio de febre. Já está em casa, já está se alimentando, em poucos dias estará de volta a Brasília retomando o expediente. Tenho certeza de que o povo brasileiro muito orou e pediu a Deus, sobretudo o povo mineiro, que tem nele as mais altas tradições de Minas Gerais. Não que ele não tenha o apreço de todos os brasileiros, mas é, como todo mineiro, um homem muito apegado à sua terra, à sua região.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Só queria pedir permissão para prorrogar a sessão por mais meia hora para que todos os oradores que ainda estão aqui usem da palavra.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)

– Pois não.

Ele voltará, então, a Minas Gerais, onde passará algum período e, em seguida, retornará para responder ao expediente. Hoje ele está em São Paulo, mas irá a Minas Gerais e, depois, a Brasília.

Sr. Presidente, os Municípios do Rio de Janeiro, assim como os de todo o País, estão, desde o dia 1º de janeiro, sob o comando de novos Prefeitos e Prefeitas, muitos deles enfrentando imensos desafios. No Rio de Janeiro não é diferente. Eles estão diante de 15 milhões de habitantes com todas as perplexidades que já herdaram e essas que estão sendo acrescentadas pela crise do sistema financeiro mundial.

Muitos dos novos gestores, Sr. Presidente, não estão ainda familiarizados com os programas do Governo Federal destinados a promover ações nos Municípios. Por essa razão, no meu gabinete, em nosso gabinete – aí eu gostaria de fazer menção ao Matias, grande funcionário do Senado Federal, que engrandece e enobrece o quadro técnico desta Casa –, elaboramos, Sr. Presidente, um manual de orientação aos Prefeitos. O Manual relaciona os principais programas do Governo Federal. Esses programas, que estão listados no Catálogo de Programas do Governo Federal, disposto no Portal Federativo da Presidência da República, abrangem os projetos e ações de todos os Ministérios e órgãos federais que celebram convênios com as prefeituras municipais.

As informações estão dispostas de forma clara e sucinta, com as orientações necessárias ao encaminhamento dos pleitos dos Srs. Prefeitos.

Convém destacar que o Governo Lula vem implementando novas práticas de agilização e transparência para liberação de recursos federais destinados aos Municípios brasileiros. O Siconv, Sistema de Gestão de Convênios, disposto no Portal de Convênios, estabeleceu, desde o ano passado, novas regras para essas transferências.

Esse Sistema facilita a vida das prefeituras no processo de celebração de convênios e também permite o

acompanhamento da execução da obra, inclusive pela população brasileira, pelo público, de modo geral.

Então, eu creio, Sr. Presidente, que todos os Municípios brasileiros, ou pelo menos a grande maioria deles, já estejam cadastrados no Sistema. Esse procedimento, que é feito uma única vez, facilita em muito a apresentação de propostas por parte das prefeituras municipais. A partir daí, todo o processo de encaminhamento dos pleitos passa a ser feito eletronicamente, via Internet.

Sr^{as} e Srs. Senadores, nós vivemos hoje um momento ímpar nas relações federativas. Essa proximidade entre o Governo Federal e os Prefeitos municipais teve início na gestão do Presidente Lula, que até hoje participou de todas as marchas dos prefeitos – como V. Ex^a costuma dizer aqui desta tribuna –, inclusive criando o Comitê de Articulação Federativa.

Nesse último encontro não foi diferente: o Presidente tratou de quatro temas muito importantes. Ele falou do analfabetismo, da preocupação do País com o analfabetismo; falou do problema da falta de registro de milhares de crianças, sobretudo no noroeste de Minas Gerais, no Nordeste e no Norte brasileiros; falou sobre mortalidade infantil. No Brasil, temos, em média, 19 crianças que morrem antes de um ano de idade para cada mil. No Nordeste, são 27 crianças para cada mil; no Norte, 21,7; no Sudeste, 13; e nos países desenvolvidos da Europa temos apenas 7%. Então, o Presidente mostrou que gostaria e quer mobilizar seu Governo e fazer parceria com os Prefeitos a fim de que a mortalidade infantil no Brasil tenha índices como, por exemplo, os de Cuba, entre 4% e 8%.

Ele falou também do problema do crédito para o trabalhador rural, dos R\$13 bilhões que o Governo assegurou para o Pronaf. O Rio de Janeiro aplaude. Nós, no Estado do Rio de Janeiro, temos cinquenta mil propriedades enquadradas na agricultura familiar. É muito importante que o Governo garanta esses recursos do Pronaf e também o preço mínimo para compra da safra.

Mas eu gostaria de citar outro problema que precisa ser atacado pelos Governo federal, estadual e municipal. É um problema tão grave quanto os que foram objeto da manifestação do Senhor Presidente Lula, que é o nosso problema de habitação.

Sr. Presidente, tenho sido uma voz constante desta tribuna e vou gastar meus próximos cinco minutos para falar, para extravasar aqui a minha tristeza em saber que, a esta altura do desenvolvimento econômico do nosso País, ainda tenhamos tantas pessoas, tantas famílias vivendo em assentamentos precários, em comunidades carentes, em favelas mesmo.

Acho que temos que enfrentar isso, Sr. Presidente, com um amplo programa de habitação.

Essa crise financeira internacional, que fez com que as economias mais desenvolvidas do mundo regredissem e que aqui, no Brasil, vai, segundo especialistas, baixar nosso índice de crescimento do Produto Interno Bruto de 6%, que foi o dos últimos trimestres do ano passado, para algo em torno de 2% ou 3%, ela pode ser combatida, lançar a economia, Sr. Presidente, com um grande programa de habitação.

Hoje, li nos jornais que o Senhor Presidente da República vai mobilizar o Banco do Brasil para construção de casas populares. No ano passado, em 2008, o BNDES teve recursos da ordem de R\$90 bilhões para financiamento de investimentos nas nossas indústrias. A Caixa Econômica emprestou R\$60 bilhões até outubro do ano passado. Salvo engano, o Banco do Brasil, R\$170 bilhões, também até outubro do ano passado. Isso nos financiamentos de curto prazo, próprios de um banco comercial.

Se o Banco do Brasil, Sr. Presidente, entrar no financiamento da habitação popular, pode ter certeza que nós teremos inúmeras empresas fazendo incorporações nesses assentamentos, nessas comunidades carentes, sabendo que um financiamento de longo prazo poderá viabilizar a moradia popular.

Imagina, Sr. Presidente, uma moradia popular de 60 metros quadrados. Se colocarmos aí a R\$500,00 o metro quadrado da habitação popular, serão R\$30 mil. Se isso puder ser financiado em vinte anos, de tal forma que o trabalhador brasileiro possa pagar uma prestação de até R\$100,00 ou R\$110,00, claro que a iniciativa privada terá imensa disposição para isso, vai investir, porque a demanda é garantida. Assim poderemos, Sr. Presidente, resgatar talvez a página mais triste da nossa história contemporânea, que é ver nossos irmãos, sobretudo nas grandes capitais – Belo Horizonte, Rio, São Paulo, Recife, Salvador –, vivendo em situações tão precárias.

Então, Sr. Presidente, está aqui o **Manual dos Prefeitos**. É um esforço do nosso gabinete que colocamos à disposição sobretudo dos Prefeitos do Rio de Janeiro, que são 92, no sentido de que aqui poderão ter um resumo de todos os programas e ações – não todos, porque todos são mais de três mil previstos no PPA, Senador Eduardo Azeredo, muitos desses programas são criados pelo Governo e não têm recursos. Então, temos uma seleção dos programas e das ações que têm recursos no Orçamento, para que os Prefeitos não entrem numa empreitada que, ao final, só trará frustração, ilusão e amargura, porque não vão poder responder aos anseios da sua população.

Sr. Presidente, está aqui o **Manual dos Prefeitos – Como Obter Recursos para seu Município**, atualizado, versão 2009. Espero, assim, contribuir para que os Prefeitos, sobretudo do meu Estado, consigam vencer as agruras desse tempo de crise e responder aos anseios da nossa sofrida, humilde e na sua imensa maioria ordeira gente do Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após pronunciamento brilhante do Senador Crivella em apoio aos Prefeitos do nosso Brasil, queremos manifestar a nossa honra de contarmos, em nosso plenário, com o Deputado e ex-Ministro Paulo Renato, um dos mais extraordinários Ministros da história da educação no Brasil. Dou testemunho como gratição do Piauí. Ele foi o Ministro que incorporou todas as diretoras de escola do Brasil. Antigamente, para chegar uma dotação, um dinheiro... Ele, com a sua inteligência privilegiada, deu esse dinheiro, esse recurso, que transferiu a todas as professoras do Brasil, principalmente do interior. Foi, inicialmente, implantado no Piauí... Além do mais, ele foi responsável pelo Fundef, que hoje é Fundeb. Além do mais, ele foi responsável por essa qualificação do ensino, por esses exames e pelo desenvolvimento universitário. A ele o País deve muito.

V. Ex^a, com seu brilho, engrandece o Congresso Nacional.

Convidamos para usar da palavra, ele estava como Líder, agora será orador inscrito, o Senador João Pedro, que já cedeu várias vezes.

Senador Flexa Ribeiro, chegará a sua vez.

Peço permissão para ler expediente.

Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lida a seguinte:

Ofício nº 36/09 – GLPSDB

Brasília, 17 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Lúcia Vânia para integrar o Conselho do Diploma Mulher — Cidadã Bertha Lutz, em vaga destinada ao PSDB — Partido da Social Democracia Brasileira.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência designa a Senadora Lúcia Vânia para integrar o Conselho de Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, nos termos do expediente que acabei de ler.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de

emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007**, de autoria de Senador Cristovam Buarque, que altera *Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental*.

Ao projeto foram apresentadas as Emendas nºs 2 e 3 do Plenário, que serão lidas: “Acrescenta o art. 26, **b**, à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que

fixa as Diretrizes e Base da Educação Nacional, para estabelecer as condições de oferta de ensino de Língua Brasileira de Sinais, Libras, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

A matéria volta à Comissão de Educação e Cultura e Esporte para exame das emendas.

São as seguintes as emendas apresentadas:

EMENDAS (DE PLENÁRIO) OFERECIDAS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2007, QUE “ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 1996, PARA DISPOR SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO ENSINO DA LIBRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NO ENSINO FUNDAMENTAL.”.

EMENDA Nº 2 – Plenário

Dê-se à Ementa do PLS nº 14, de 2007, a seguinte redação:

Acrescenta o art. 26-B à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para *estabelecer condições de oferta de ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), em todas as etapas e modalidades da educação básica*.

JUSTIFICAÇÃO

A alteração da ementa decorre da necessidade de adequação às mudanças sugeridas em emendas de nossa autoria.



Senador Flávio Arns

EMENDA Nº 3 – Plenário

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 14, de 2007, a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com o seguinte artigo e parágrafos:

“Art. 26-B A Língua Brasileira de Sinais – Libras será obrigatória para todos os estudantes surdos como língua de comunicação e instrução, em todos os níveis e modalidades de educação, nas instituições públicas e privadas de ensino.

§ 1º As instituições de ensino contarão com professores bilíngües, tradutores e intérpretes de Libras, bem como o uso de tecnologias para a comunicação em Libras, para possibilitar o acesso ao currículo pelos alunos surdos.

§ 2º Para a comunidade estudantil ouvinte, observar-se-á, a critério do sistema de ensino:

I – na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a familiarização linguística com a Libras;

II – nos anos finais do ensino fundamental, a oferta da Libras como disciplina em caráter obrigatório nas escolas freqüentadas por alunos surdos e, facultativamente, a todos os demais estudantes, de acordo com a demanda e as possibilidades da comunidade escolar.

§ 3º Para assegurar a efetiva comunicação e interação familiar de crianças e adolescentes surdos, garantir-se-á a seus pais e responsáveis matrícula em cursos de educação de jovens e adultos, com oferta obrigatória do ensino de Libras, conforme normas estabelecidas pelos sistemas de ensino. (NR)”

Justificação

A Constituição da República consagra a educação como direito de todos e a igualdade de condições para acesso e permanência na escola. A ambição do Constituinte, nos vinte anos de vigência da Constituição Cidadã, está em abranger toda a sociedade brasileira em um sistema educacional emancipatório, que auxilie no desenvolvimento do ser humano para a vida em sociedade e para suas atividades laborais.

Não se pode, contudo, falar em educação para todos sem que as minorias sejam devidamente protegidas pelo ordenamento jurídico pátrio. Entre tais comunidades, avulta em importância o conjunto dos brasileiros com necessidades especiais, no interior do qual figura a comunidade de pessoas surdas.

Muito embora a Constituição estabeleça, em seu art. 13, a língua portuguesa como idioma oficial no Brasil, é lícito afirmar que, para o concidadão com surdez, o aprendizado da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é tão importante que a moderna pedagogia empresta a ambas relevância similar.

Sem a Libras, a pessoa surda vê-se apartada do mundo; enclausurada nos devãos da sua própria consciência; sozinha; ensimesmada. Vê-se ela, em suma, impedida de estabelecer contato fluente com o próximo, e reduzida a uma espécie involuntária e inaceitável de degredo corporal. Retirá-la de si para o mundo exige, portanto, o fomento à Libras, que tem o condão de oferecer a ponte comunicativa entre o interno e o externo.

Em nossos dias, mais de 90% dos surdos nascem em famílias de ouvintes, ficando impedidos do acesso a um sistema lingüístico, posto que a língua falada no país lhes é inacessível e, por contingência familiar, estão afastados do contato com outros surdos para o aprendizado da Libras. Por conta dessa restrição, o espaço escolar amplia sua finalidade primeira de garantir acesso à educação formal, tornando-se o espaço privilegiado para a criança surda aprender sua língua natural, a Libras, além da língua portuguesa.

Dáí a necessidade de que o conjunto de alunos – surdos e ouvintes – aprendam a Libras, favorecendo a inclusão social desse grupo minoritário. Tendo em vista essas idéias, entendemos por bem operar alterações no PLS em exame.

O que necessitamos, em suma, é de uma nova legislação a ser respeitada tanto pelas instituições federais quanto pelas estaduais e municipais, e que garanta aos estudantes contato com o conteúdo obrigatório de Libras. Aos surdos, propõe-se a obrigatoriedade do aprendizado da Libras, desde a educação infantil, em situações naturais de interação, pela ação de professores *bilíngues* ou intérpretes. Ao mesmo tempo, a oferta da Libras será obrigatória aos demais alunos em escolas em que estiverem estudando alunos surdos, como componente curricular ou disciplina, respeitadas as especificidades de organização dos níveis e modalidades de ensino.

Portanto, faz-se mister compreender a diferença em ter acesso a uma língua e aprender conteúdos por meio dela (no caso dos surdos) e de estudar uma língua formalmente em uma disciplina (para surdos e ouvintes) que se ocupará de ensinar a gramática, as variações lingüísticas, a norma padrão, aspectos culturais, enfim, as regras de organização dessa língua. Essa situação assegura aos surdos as

mesmas condições vivenciadas por alunos ouvintes, que falam o português e aprendem conteúdos escolares por meio dele, além de estudar os usos e formas sociais de seu idioma na disciplina de Língua Portuguesa no currículo, ao longo da educação básica.

Desejamos ver a comunidade usufruir dos meios de aprendizado, já que é com parentes e amigos que os surdos devem se relacionar. Esse é, em suma, o escopo e o conteúdo das emendas oferecidas, com alterações legais que permitem garantir a esses nossos concidadãos melhores meios de comunicação entre si, com seus docentes e, sobretudo, com a sociedade brasileira.

Com as novas proposições, o que se espera é capacitar os brasileiros surdos para o diálogo fluente em Libras, de modo a lhes garantir domínio de importante forma de expressão para sua completa integração social. Por isso, a nova legislação prevê, ainda, meios para o aprendizado de Libras para os estudantes ouvintes e também para familiares das pessoas surdas.



Senador Flávio Arns

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra, o Senador João Pedro, Líder do Partido do Trabalhador.

Olha, V. Ex^a faz parte do trigo desse Partido e representa a natureza do Amazonas.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Mão Santa.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quero registrar, nesta sessão, nesta noite, o resultado de um processo nesse país que compõe a América do Sul, vizinho do Brasil, que é a Venezuela, processo que terminou com a participação da sociedade desse país, concluindo um debate que a Venezuela vem travando, internamente, com um referendo que aprovou as mudanças constitucionais naquele país. Quero destacar aqui o processo tranquilo que se deu na Venezuela a partir das observações de dezenas de observadores internacionais.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é um processo novo na América Latina.

É um processo que venho acompanhando, principalmente acompanhando com muito respeito às decisões soberanas do povo da Venezuela.

Há quem não aprove, há quem discorde desse processo. Mas, na condição de Senador da República, de membro do PT, eu quero dizer do meu absoluto respeito pelo resultado, pelo caminho que está trilhando o povo da Venezuela, com uma ampla participação principalmente da classe trabalhadora, das camadas populares daquele país, de um país importante para a América do Sul.

Eu acompanho na mídia, por exemplo, uma meia-verdade: Hugo Chávez agora pode se reeleger, pode virar presidente ad eternum. Eu quero lembrar aqui, Senador Inácio Arruda, e já concedo o aparte a V. Ex^a, que a emenda constitucional é para todos – prefeitos, governadores e presidente. O Prefeito de Caracas, Senador Mão Santa, é um prefeito da Oposição. E,

se ele for um bom prefeito, ele merece ser reeleito. É um processo sobre o que nós precisamos ter tranquilidade e respeitar esse caminho esse caminho do povo da Venezuela. É um processo novo. Daí termos a tranquilidade de fazer uma análise sem precipitação. Falo de decisões que considero, como essas de domingo, democráticas nessa dinâmica da sociedade da Venezuela.

Concedo o aparte a V. Ex^a; em seguida, ao Senador Renato Casagrande.

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – Senador João Pedro, V. Ex^a traz para a tribuna do Senado um espaço em que essa questão tem sido levantada de forma mais sistemática. O centro do debate aqui tem sido muitas vezes a crítica a esse processo que se desenvolve na América do Sul, mesmo porque muitos querem, na verdade, criticar o caminho que o Brasil adotou, do ponto de vista político, econômico e social. Uma das pilastras do Governo de Lula é exatamente o seu amplo apoio a essas iniciativas que estão acontecendo na América do Sul. Quantas vezes questionou-se aqui a relação do Presidente Lula com o Presidente Hugo Chávez. Lula foi firme nisso, por sinal. Disse: não, não podemos abrir mão de apoiar um governo eleito, reeleito, que fez uma nova Constituição, que submeteu a referendo essa Constituição e que, agora, consolida o caminho que a Venezuela está buscando construir de transformar-se numa nação, de ter soberania, de ter o seu próprio projeto, o projeto do seu povo. Essa nação foi pilhada, mas pilhada permanentemente.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Apesar da riqueza.

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – Apesar da riqueza. Ou seja, um país em cima de jazidas de petróleo, de gás natural, uma riqueza espetacular para seu povo, e o povo na miséria, na mais absoluta miséria. Contingentes enormes da população, algo em torno de 70% da população, na miséria, sem educação, sem um sistema de saúde adequado. Agora que eles estão conseguindo retomar esse processo, mas de forma muito democrática. Chávez fala muito no socialismo do século XXI, quer dizer, é introduzir um mecanismo. Um colunista desses de televisão, cronista, colunista, um misto dessas coisas todas, disse que a democracia burguesa do capitalismo virou uma armadilha para a burguesia venezuelana, porque o que não falta na Venezuela é um processo democrático; está consolidando um processo democrático.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Com ampla participação.

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – Estive no ano passado na Venezuela, em uma das oportunidades em que estive naquele país, numa conferên-

cia do Conselho Mundial da Paz, e ali levamos um convite do então Presidente do Senado à Presidente da Assembléia Nacional da Venezuela para visitar o Brasil. Um convite de Garibaldi para visitar o Brasil. Acho que talvez fosse oportuno que nós pudéssemos fazer um esforço coletivo para que Cilia Flores, que é uma deputada, presidente do parlamento venezuelano, pudesse visitar o nosso País, viesse até o Senado dialogar, conversar, conversar com os Senadores, conversar com os deputados, conversar com as pessoas que querem uma integração forte da América do Sul, para que a nossa região possa, cada vez ficar mais independente, cada vez ter mais soberania e, com mais soberania e com mais independência, estar mais interligada ao mundo com seus objetivos e não com os objetivos alienígenas, que foi a marca da história dessas nações, pelo menos no século passado, o que agora vai se revertendo. V. Ex^a está de parabéns por abordar esse referendo vitorioso na Venezuela, que é muito significativo. Aqui no Brasil, tivemos a emenda da reeleição. Houve muito tumulto, não houve consulta popular. Aqui, onde a democracia é muito mais...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Consolidada.

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – Sim, consolidada. Nos últimos anos, digamos assim, não houve referendo. O povo não foi ouvido sobre se deveria ou não haver reeleição, mas houve reeleição no Brasil. E acho que hoje o caminho da reeleição está consolidado no Brasil. Penso que o povo da Venezuela vai marcando o seu caminho. Na minha visita – e V. Ex^a deve ter estado por lá –, o que percebi de oposição não-orgânica! Não são só os partidos. Há partidos na oposição, mas, sobretudo, uma forte mídia oposicionista. É forte, não é pouca coisa o que se vê. Fica-se escandalizado quando se liga um canal de televisão na Venezuela, os muitos canais que tem a Venezuela. Para que não apareçam uns e outros dizendo “cadê a democracia?”, “não tem democracia”, “a oposição não teve oportunidade”, a oposição agora, neste referendo, reconheceu a vitória de Chávez.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – A oposição reconheceu, e esse é um aspecto importante.

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – Claro. E reconheceu amplamente a vitória de Chávez e o aprofundamento do processo democrático. A oposição tem de cumprir o seu papel de oposição. A minha expectativa é de que ela demore muitos anos na oposição. Nós demoramos tanto tempo aqui no Brasil na oposição; não é possível que esse povo não queira passar uns trinta anos, quarenta na oposição, pelo menos. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Obrigado. A reflexão que V. Ex^a fez no aparte contribui para que nós possamos compreender processos, principalmente nessa relação de respeito de um país para com o outro país. Acho que é importante que o Brasil, como liderança da América do Sul, reconheça e tenha uma relação solidária, de integração.

E eu quero falar em seguida sobre isso, porque acho que esse processo encerrou domingo, e nós precisamos aprofundar – e o Senado é uma Casa importante – essa relação, esse pleito da Venezuela em participar do Mercosul. Considero essa uma pauta importante para consolidarmos esse bloco e olharmos a Venezuela como um Estado, como Nação...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – ... temos um olhar para a Venezuela como um Estado, como Nação, uma Nação soberana. É importante a participação da Venezuela no Mercosul.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Renato Casagrande.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – Obrigado, Senador João Pedro. Primeiro, quero manifestar a minha concordância com a participação da Venezuela no Mercosul. Mesmo para quem tem divergências com o Presidente Hugo Chavez, é fundamental que possamos fazer a separação de Governo, do Estado. É fundamental que o Estado da Venezuela esteja participando do Mercosul, ele é importante para o Mercosul, então, todo o meu apoio efetivo para que possamos ter essa inclusão da Venezuela no Mercosul. Segundo, minha concordância com respeito às decisões autônomas de um País e à necessidade de um Presidente da República como o Presidente Lula...

(Interrupção do som.)

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – ...relacionar-se com o Presidente Hugo Chávez e com qualquer outro Chefe de Estado da América Latina e do mundo. Há uma divergência que quero explicitar para que eu não fique ouvindo sem manifestar a minha opinião. Eu sou contra qualquer alteração da regra do jogo no meio do jogo. Eu fui contra a aprovação da reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso, porque ele alterou as regras do jogo no meio do jogo. O jogo começou com uma regra e ele a alterou. Naturalmente, se houvesse uma eleição para que pudessemos verificar se aqui no Brasil poderíamos ter reeleições do Presidente da República – também de governadores e de prefeitos, mas principalmente do Presidente da República –, certamente a população brasileira ia aprovar. Mas não acho adequado, não

acho certo. Mesmo que haja esse apoio para alterar a Constituição...

(Interrupção do som.)

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – Não acho adequado, porque se mudam as regras do jogo no meio do jogo e quebra-se o princípio da institucionalidade, da constitucionalidade. Muda-se a regra de acordo com os interesses de quem está no poder. Então, independentemente de se fazer uma avaliação do governo de Hugo Chávez – eu não o conheço, não estive lá visitando, portanto, é difícil uma avaliação –, sou contra esse tipo de alteração de regra no meio do jogo, porque isso quebra princípios e, depois, serve de exemplo para qualquer outra quebra de princípios, que pode atingir direitos individuais e coletivos. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a, mas eu quis fazer esse registro de divergência de opinião em relação a esse tema de V. Ex^a e do nosso amigo Inácio Arruda.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Muito obrigado, Senador.

Quero encerrar, Sr. Presidente, para não abusar do tempo – em um minuto eu encerro –, e dizer da importância da observação do Senador Renato Casagrande, companheiro de bloco, de caminhadas de partidos de esquerda. Não vejo uma contradição, não vejo contradição. Acho que há diferenças.

Agora, o mecanismo do referendo a gente precisa analisar mais, porque ele legitima. O Senador Inácio Arruda foi feliz quando deu o exemplo de que o Brasil mudou o jogo – e mudou para beneficiar quem já estava no jogo – sem esse procedimento popular, amplo, denso, da participação da sociedade. Ou seja, o referendo, no meu ponto de vista, consolida, registra mais do que uma vontade dos partidários da posição do Presidente Hugo Chávez, mas ela é uma posição densa, uma posição de maioria.

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Penso que isso nós devemos aprofundar aqui no Brasil, em função de alguns temas que merecem, inclusive, a participação da sociedade brasileira.

Eu quero dizer, então, que o referendo é um mecanismo importante e quero chamar atenção para esse debate que nós precisamos travar com regras, do ponto de vista de um olhar, de um respeito a uma nação, que é esse tema acerca do Mercosul com a participação da Venezuela. Ela tem uma economia, tem uma população, tem um processo que, com certeza, vai se consolidar com a sua entrada, ainda mais nesse bloco que considero estratégico para o presente e o futuro da América do Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu, aqui, na Presidência, queria me manifestar – e permito-me.

Existe o lado negativo disso, em que nós estamos; nós somos pais da Pátria. Temos de ter esse entendimento, Casagrande. Há o lado negativo disso. Nós estamos aqui é para ensinar. E não tem razão se não for nesse debate.

Essa democracia foi a maior. Ela foi dentro da Grécia; e o povo lá: liberdade, igualdade, fraternidade. Uma das características, a divisão do poder – está certo que lá tenha –, mas a alternância do poder. Então, com toda a espiritualização dele, inspirou-se naquilo que não é a minha inspiração: no modelo de Cuba. Ele possibilitou, e acabou a alternância de poder. Ele abriu, não vou dizer, uma avenida para se eternizar no poder, que é contra a alternância de poder, que isso foi uma constituição.

Eu acho que a Venezuela é grandiosa. Foi graças a Simón Bolívar que o Dom João VI dividiu e disse para o filho: “Filho, ponha a coroa na sua cabeça antes que um aventureiro o faça”. Esse aventureiro era...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente Mão Santa, V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vai já. Vai já. Permito.

Esse aventureiro era o Simón Bolívar.

Casagrande, que sabe tudo e é desses extraordinários do partido, avançado, está entendendo. A coisa mais bonita que eu aprendi lá foi na estátua de Simón Bolívar, em Bogotá, em que se diz que ele foi tudo. Ele foi cabo, major, coronel, brigadeiro, general, ele foi El Ditador, ele foi Presidente, e é o libertador das Américas. Mas o maior título de que não abdicava era o de ser bom cidadão. Então, sejamos nós bons cidadãos.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, o Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Um minuto, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois não.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, quero fazer um apelo a V. Ex^a, que preside esta sessão e presidirá esta Casa muitas vezes, como membro da Mesa Diretora do Senado.

Temos assistido a diversas denúncias e notícias que envolvem trotes violentos em faculdades e universidades; há uma repetição disso. A cada ano, aparecem, em janeiro, fevereiro ou dezembro, notícias que tratam

desse tema. E alunos, jovens, já perderam a vida em função desse tipo de comportamento.

No ano passado, apresentei um projeto que tipifica o trote vexatório, alterando o Código Penal e o Código Militar, para que o responsável por esse tipo de comportamento irracional seja responsabilizado, não só por lesão corporal, não só por homicídio, mas também por trote violento, solicitando uma pena de seis a dois anos, além da multa.

Peço a V. Ex^a que, agora, com o retorno dos nossos trabalhos, quando for destrancada a pauta, posamos votar essa matéria que trata do trote vexatório, tipificando-o como um delito, incluindo-o no Código Penal e no Código Militar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos parabéns. Hoje mesmo, houve aquela indignação. É como o nosso Che Guevara disse: “Se és capaz de tremer de indignação cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros”.

Isso é uma vergonha. E como defendi a tese do Paim, aqueles projetos de lei que afastam o fator previdenciário, na próxima reunião da Mesa Diretora, vou ler ao Presidente Sarney esse apelo de V. Ex^a, que, sem dúvida nenhuma, engrandece...

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – O trote de entrosamento, de integração, é um trote que todos nós que passamos no vestibular sofremos. Isso entrosa, quebra o gelo de quem entra na universidade. Agora, há as pessoas que extrapolam, que causam constrangimento moral ou físico. Isso, temos que, de fato, impedir.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Levarei o apelo de V. Ex^a na próxima reunião da Mesa Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência recebeu da Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro expedientes referentes a indicações e substituições de seus membros nas Comissões Permanentes do Senado.

Serão feitas as substituições solicitadas, nos termos dos expedientes encaminhados.

A Presidência faz as seguintes designações, conforme os ofícios recebidos:

– Senador Fernando Collor para integrar, como titular, às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Serviços de Infra-Estrutura, e como suplente, as Comissões de Assuntos Econômicos e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;

– Senador Romeu Tuma para integrar, como titular, as Comissões de Constituição,

Justiça e Cidadania, de Educação, Cultura e Esporte e de Agricultura e Reforma Agrária;

– Senador Mozarildo Cavalcanti, para integrar, como suplente, as Comissões de Educação, Cultura e Esporte; de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Desenvolvimento Regional e Turismo;

– Senador João Vicente Claudino, para integrar, como titular, a Comissão de Assuntos Econômicos, como suplente, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte;

– Senador Gim Argello para integrar, como titular, às Comissões de Assuntos Econômicos, de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de Desenvolvimento Regional e Turismo, como suplente, às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Serviços de Infra-Estrutura, de Agricultura e Reforma Agrária; e,

– Senador Sérgio Zambiasi para integrar, como titular, às Comissões de Educação, Cultura e Esporte, de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; como suplente, às Comissões de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

São os seguintes os expedientes lidos:

OF. Nº 25/2009/GLPTB

Brasília, 17 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa

Excelência que indico, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello para Integrarem a Comissão de Assuntos Econômicos como membros titulares, e os Senadores Sérgio Zambiasi e Fernando Collor de Melo para integrem-na como membros suplentes.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração. – Senador **Gim Argello**, Líder do PTB.

OF. Nº 27/2009/GLPTB

Brasília, 17 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que indico, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, o Senador Romeu Tuma para integrar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania como membro

titular, e o Senador Gim Argello para integrá-lo como membro suplente.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração. – Senador **Gim Argello**, Líder do PTB.

OF. Nº 29/2009/GLPTB

Brasília, 17 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunivo a Vossa Excelência que indico, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, os Senadores Sérgio Zambiasi e Romeu Tuma para integrarem a Comissão de Educação, Cultura e Esporte como membros titulares, e os Senadores João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti para integrarem-na como membros suplentes.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração. – Senador **Gim Argello**, Líder do PTB.

OF. Nº 30/2009/GLPTB

Brasília, 17 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que indico, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, o Senador Gim Argello para integrar a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle como membro titular, e o Senador Sérgio Zambiasi para integrá-la como membro suplente.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração. – Senador **Gim Argello**, Líder do PTB.

OF. Nº 32/2009/GLPPTB

Brasília, 17 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que indico, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, o Senador Fernando Collor de Melo para integrar a Comissão de Relações Exteriores como membro titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti para integrá-la como membro suplente.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração. – Senador **Gim Argello**, Líder do PTB.

OF. Nº 33/2009/GLPTB

Brasília, 17 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que indico, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, o Senador Fernando Collor de Melo para integrar a Comissão de Infra-Estrutura como membro titular,

e o Senador Gim Argello para integrar como membro suplente.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração. – Senador **Gim Argello**, Líder do PTB.

OF N° 34/2009/GLPTB

Brasília, 17 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que indico, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, o Senador Gim Argello para integrar a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo como membro titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti para integrá-la como membro suplente.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração. – Senador **Gim Argello**.

OF. N° 35/2009/GLPTB

Brasília, 17 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que indico, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, o Senador Romeu Tuma para integrar a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária como membro titular, e o Senador Gim Argello para integrá-la como membro suplente.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração. – Senador **Gim Argello**.

OF. N° 36/2009/GLPTB

Brasília, 17 de fevereiro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência que indico, pelo Partido Trabalhista Brasileiro, o Senador Sérgio Zambiasi para integrar a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática como membro titular, e o Senador Fernando Collor de Melo para integrá-la como membro suplente.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração. – Senador **Gim Argello**, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agora vamos chamar o Líder do PP, Partido Progressista, Francisco Dornelles, que, além de Líder do Partido, é o Presidente e é, sem dúvida nenhuma, o herdeiro daquele que se imolou pela redemocratiza-

ção, Tancredo Neves; homem de tanta credibilidade que Tancredo lhe entregou a chave do cofre.

Pode usar da palavra pelo tempo que achar conveniente, Senador.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, muito obrigado. Prometo a V. Ex^a que não ocuparei esta tribuna por mais de três ou quatro minutos.

Presidente Mão Santa, quero fazer um apelo muito grande ao Governo Federal para enfrentar o problema da burocracia que hoje existe na administração pública brasileira. Se o Governo não tomar medidas bastante urgentes e bastante profundas para combater essa burocracia, toda essa política de aumento de renda de investimento e de renda de emprego, que vem sendo perseguida com investimentos do PAC, não será alcançada, porque os recursos não estão chegando aonde deveriam chegar.

Sr. Presidente, o Governo destinou R\$3 bilhões à Caixa Econômica para investimento na área de construção civil. Até agora, R\$50 milhões foram liberados. É a burocracia que não permite a liberação desses recursos.

Hoje, vou me ater à situação dos Municípios e dos Estados e das emendas apresentadas por Parlamentares. Acredito que V. Ex^a também tenha uma grande quantidade de emendas apresentadas. A administração pública – os Ministérios – está exigindo treze certidões por parte dos Municípios. Treze, Sr. Presidente! Arrecadação de tributos, INSS, certificado de regularidade da Previdência, certificado de regularidade fiscal, prestação de contas de convênios, tributos e contribuições... Treze certidões! E com a seguinte característica: algumas têm validade de seis meses; outras, de três meses; e outras, de um mês. Então, o que acontece? A Prefeitura apresenta seu projeto com todas as certidões, mas a Caixa Econômica leva dois, três meses para examinar o projeto. Quando o examina, fala: “Não, aquela certidão que você apresentou está vencida”. Então, é impossível! Nenhum Município e nenhum Estado vão conseguir liberar os recursos de emendas parlamentares. E não somente de emendas parlamentares, mas recursos do próprio PAC. Essa é uma situação, Sr. Presidente, que ninguém acredita que exista.

A Caixa Econômica, que é uma grande instituição, está hoje com um número de funcionários, de engenheiros, para examinar esses projetos. Há um exame profundo. Quando chega um determinado momento, o representante do Município vai à Caixa e pergunta:

“Quem é o engenheiro que examinou esse projeto?”. Respondem: “Ele entrou de férias”. Aí, indicam um outro, que pede novamente toda a papelada!

Sr. Presidente, os Municípios não estão conseguindo liberar os recursos que os Parlamentares destinaram pelas emendas. A burocracia tomou conta do Governo Federal. Por isso, quero fazer um apelo em nome de todos os Estados do Brasil, em nome de todos os Municípios, em nome mesmo daqueles que querem que o PAC tenha bons resultados, que os recursos do PAC sejam aplicados em projetos de geração de renda e de emprego, que façam um trabalho grande para eliminar a burocracia existente hoje.

A administração pública brasileira está impedindo o progresso do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a é uma das inteligências mais privilegiadas. Na última reunião da Mesa Diretora presidida pelo Presidente Sarney, um dos compromissos dele foi colocar uma nova comissão para acompanhar os problemas da economia que afligem todo o mundo, e V. Ex^a foi o primeiro nome a ser lembrado para coordenar essa comissão.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a relembra ao Governo – e Senador é para isso – que este País já foi mais organizado, teve Ministro da Desburocratização.

Convidamos para usar da palavra, agora, como orador inscrito, o Senador Flexa Ribeiro. Estamos alternando.

Flexa Ribeiro representa o PSDB do Estado do Pará. Flexa Ribeiro é uma das inteligências mais privilegiadas que eu conheço e os seus pronunciamentos são inspirados em Cristo, que fez o Pai Nosso com 56 palavras em um minuto e o Sermão da Montanha em três minutos. Então, com certeza, ele vai seguir essa orientação e inspiração de Cristo e ser sintético e contundente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Srs. Senadores, eu quase demorei um pouco mais para chegar à tribuna para que V. Ex^a continuasse a fazer os elogios. A nossa amizade, que é enorme, faz com que V. Ex^a sempre se refira a seus Pares de forma elogiosa quando assume a Presidência da sessão.

Mas eu não poderia deixar de vir à tribuna hoje, Sr. Presidente Mão Santa, para tratar de algo que a imprensa vem destacando ao longo dos últimos dias.

Eu diria que, num ato comum ao Partido dos Trabalhadores, em que o jogo político e a perpetuação no poder é mais importante que a resolução dos problemas do País, estamos vivendo um clima de campanha eleitoral. Não sei se no Piauí está acontecendo isso.

Uma campanha de um Partido só, paga pelo povo brasileiro, paga pelo contribuinte. Em vez de mostrar programas, ações efetivas e não fictícias, o Presidente Lula trabalha, incansavelmente, para eleger a quem escolheu para que o PT se mantenha no poder.

Na mais grave crise econômica já vista desde 1929, vemos um Presidente sorridente, sempre tendo a tiracolo a sua candidata e, até na hora de apresentar metas para combater a crise, percebemos mais uma peça de campanha eleitoral.

O Governo anunciou um acréscimo, Senador Azeredo, de investimentos no PAC da ordem de R\$142 bilhões, como instrumento de combate à crise. Pura propaganda sem efeito prático, já que os investimentos previstos não são novos. Eles apenas foram trazidos para o PAC. Senador Mão Santa, desses R\$142 bilhões, que, segundo o noticiário do Planalto, foram incorporados como obras novas do PAC, a maior parte se refere ao trem-bala, uma iniciativa privada para a execução desse projeto de grande importância. Mas está incluído no PAC como obra do Governo.

Não há dúvida de que o Brasil está em condições razoáveis para atravessar esse duro momento. Mas isso não autoriza otimismo exagerados, medidas populistas e muito menos improvisações irrefletidas, como a absurda tentativa de controle das importações, que nunca devem compor o nosso rol de alternativas. Só medidas inteligentes e muito trabalho nos farão emergir do abismo o mais depressa possível.

Porém, infelizmente, parece que a prioridade máxima do Presidente Lula é a campanha presidencial de 2010, quatorze meses antes do que permite a lei, Senador Inácio Arruda.

Como disse a revista **Veja** em sua última edição:

A Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, tem sido cada vez menos Ministra e cada vez mais candidata. O Encontro Nacional de Prefeitos foi um evento administrativo organizado à moda de um comício eleitoral. O jantar no Palácio da Alvorada com Lula e quatro pesos pesados da economia para discutir a crise e

falar sobre a sucessão. Não existe outra definição para isso a não ser campanha.

E para quem ainda duvide disso, a **Folha Online** oferece informação esclarecedora sobre as viagens da Ministra Dilma Rousseff. Em 2007, foram 28 viagens para eventos técnicos, relacionados a investimentos, biocombustíveis e ao PAC – cinco delas na companhia do Presidente Lula.

Em 2008, a Ministra passou a integrar definitivamente a comitiva de Lula. Foram 61 viagens, 35 delas com Lula. Dessa vez, viagens com roupagem política e mais abrangente, como eventos sobre exploração sexual de crianças, encontros partidários e premiações, e o PAC em fase de inaugurações. Só neste ano de 2009, estamos ainda em meados de fevereiro e ela já fez dez viagens, sendo sete com o Presidente Lula.

A questão das viagens de puro efeito de propaganda é ainda pior do que se imagina. O articulista Jânio de Freitas publicou artigo sobre o assunto, intitulado “A mãe eleitoral”. Leio um trecho:

A mais recente explicação de Lula para as viagens quase diárias de Dilma Rousseff soa, diante dos meros comícios exibidos, mais como deboche do que como esclarecimento: “A Dilma tem que viajar mesmo para inspecionar as obras do PAC”, diz o *Presidente Lula*. Inspeção não se confunde nem com visita de propaganda, quanto mais com comícios, para os quais são deslocados moradores das redondezas, sindicalistas, militantes petistas a granel, políticos locais e farto material de propaganda política. Tudo depois de um “escalão avançado”, pago por dinheiro público, estudar as condições locais e montar o formidável “esquema presidencial”, pago também nas contas sempre generosas e jamais expostas da Presidência.

A Ministra Dilma não pode mais ser chamada de Ministra. É candidata. Com tantas viagens pelo país, como pode a candidata Dilma ser Ministra?

Jânio de Freitas termina da seguinte forma, de maneira lúcida e sensata:

A quantidade de dinheiro à disposição de tantas e tão dispersas obras, com o envolvimento de vários ministérios e uma multidão de prefeituras, para ser sério precisaria de um núcleo complexo de coordenação, fiscalização e constantes correções técnicas e administrativas. Mas Lula queria uma jogada de propaganda. Para isso, não precisaria, mesmo, de

mais que uma “mãe do PAC”. E vários bilhões girando por aí, para afinal pousarem em destinos incertos e não sabidos. Enquanto Lula e Dilma Rousseff voam, voam, voam.

Era de se esperar que essa campanha, chamada pelo PT “inspeção”, respondia: “Por que o PAC está parado, se é que andou algum dia?” O asfaltamento da Transamazônica e da BR-163 estão parados. As Eclusas de Tucuruí estão com obras lentas e com falhas. O PAC, mais que um Plano de Aceleração do Crescimento, é, como bem disse nosso Presidente Fernando Henrique Cardoso, um Plano de Aceleração da Comunicação. Pode também chamá-lo, Senador Gilvam Borges, de Plano de Aceleração da Candidata. Ou, então, um verdadeiro Palanque Apropriado para a Candidata. Tudo dá PAC, ao final.

Isto eu lamento: em plena crise se discute eleição. E, com um palanque oficial, o PT burla a lei mais uma vez e despreza as leis eleitorais do País.

O PAC, aliás, é um mote utilizado por prefeituras e governos aliados do PT. No Pará, é possível observar que a propaganda mentirosa de obras que não existem foi assimilada pela gestão Ana Júlia. Entre o discurso e a prática, o Governo prefere utilizar-se de propaganda. E utiliza mal – isso é que é importante, Senador Azevedo, que preside a sessão. Utiliza mal.

Até o Chefe da Casa Civil do PT no Pará, Sr. Cláudio Puty, reconheceu, em entrevista à Rádio Tabajara FM, no dia 25 de janeiro, que a publicidade petista, além de gastar muito, é ineficiente. Ele disse: “O que é estranho é que eles faziam muita publicidade, mas o orçamento do setor era baixo”. Esse “eles” a que o Chefe da Casa Civil menciona é a gestão passada, do PSDB, dos Governadores Simão Jatene e Almir Gabriel. Sim, o orçamento, segundo o próprio Governo do PT reconhece, era menor que o atual. Ainda assim, mais eficiente.

Mas não é estranho que isso tenha acontecido. A publicidade do PSDB mostrava a realidade. Mostrava, nos meios de comunicação, o que acontecia no Estado: as obras, a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento chegando ao nosso Estado. A publicidade tinha um orçamento menor e era eficiente porque o Governo do PSDB tinha o que mostrar. Não criava factóides ou mentiras que o paraense não aguenta mais. A gestão tucana era eficiente como um todo. Não era essa “indigestão” que somos obrigados a enfrentar hoje no Pará.

Logo no início deste ano, o PT paraense começou sua prática de gastar dinheiro público com propaganda do nada. O encarte colorido de 16 páginas foi

publicado nos jornais paraenses de grande circulação. Entre as mentiras em formato de publicidade, está a “Nova Santa Casa”, que hoje está aniversariando. São 359 anos de fundação, quase quadricentenária a Santa Casa de Misericórdia do Estado do Pará, e aqui foi demonstrado para o Brasil inteiro, lamentavelmente, o abandono, pelo Governo do PT, daquele hospital de caridade do nosso Estado. Se formos ver, os encartes gastos em publicidade mostram que lamentavelmente nada foi feito para tirar a Santa Casa daquela situação. É evidente que, como estava no fundo do poço, melhorou, mas os investimentos feitos são mínimos para a necessidade daquele hospital. O encarte da Governadora mesmo diz que os investimentos lá não chegaram a R\$6 milhões.

Ora, em 2008, o Pará viveu uma terrível crise com a morte de quase 300 crianças recém-nascidas num curto período de tempo na Santa Casa de Misericórdia. Um hospital que era referência nacional teve sua história manchada. Ainda assim, o Governo estampa uma foto com os dizeres “A nova Santa Casa”. Uma verdadeira ironia. Uma triste ironia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Senador Flexa Ribeiro, por favor, peço que conclua.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já concluo, Sr. Presidente.

Ainda assim, o Governo estampa uma foto com os dizeres “A nova Santa Casa”. Uma verdadeira ironia. Uma triste ironia.

Quero pedir a V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo, que preside a sessão, que este pronunciamento seja incluído nos Anais por inteiro. Não terei possibilidade de colocá-lo neste pronunciamento porque V. Ex^a, com toda a propriedade, me pede para que eu não ultrapasse muito o tempo.

Ao encerrar, quero, com esta solicitação, dizer que o Pará, Senador Eduardo Azeredo, agora está fazendo encartes nos jornais de seis em seis meses. Fez um aqui: “Prestação de contas de 18 meses do Governo”. Isso no meio do ano passado. Agora, no final do ano: “Dois anos de governo popular”. Não tem nada de diferente, muito pelo contrário. Se a população for folhear esses encartes, vai ver que é um desperdício. A publicidade tem que ser feita, mas uma publicidade que não seja enganosa.

O Conselho que regula a propaganda deveria, no caso do Estado do Pará, investigar, porque a população está sendo lesada com propaganda enganosa.

Eu quero mostrar a nova Santa Casa, para que o Brasil inteiro... Porque o Pará já a conhece. A nova

Santa Casa é a fotografia da Santa Casa de 359 anos, que faz hoje.

Por último, aqui, algo que é inconcebível, mas que é verdadeiro. No encarte do Governo, tem aqui, em uma página interna... Dá para ler aqui, Senador Azeredo? “Quebra de recorde”.

Ora, o que é que se entende, Senador Gilvam? Quebra de recorde seria algo que o Governo do PT fez no Pará e que quebrou recorde nacional, mundial, sulamericano, algum recorde... Aí, você vai ler a matéria – paga com dinheiro do povo do Pará -, que diz assim: “Em 2007, no Mangueirão, [construído pelo Governo do PSDB], diante de um público de 35 mil pessoas, o atleta brasileiro Jadel Gregório quebrou o recorde sulamericano de salto triplo.

A marca já durava 22 anos e pertencia ao também brasileiro João do Pulo. É brincadeira...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Senador Flexa Ribeiro, solicito que conclua...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já concluo.

É brincadeira! É um escárnio o que se faz com o povo do Pará: pagar um encarte para dizer que houve uma quebra de recorde. Eu lamento dizer que a Governadora, ela, sim, está quebrando recorde, mas é de salto triplo para trás no desenvolvimento do Estado do Pará.

Por último, Senador Azeredo, na semana passada, solicitei à Mesa Diretora do Senado que informasse o motivo da não abertura do canal da TV Senado em Belém. É bom que o povo do meu Estado, principalmente de Belém, saiba que a Governadora do Pará, Ana Júlia, negou a cessão onerosa de uma área da Funtelpa para que a TV Senado lá se instalasse. Mas a informação que tive da área de comunicação do Senado é que seria feita uma licitação para outra área de outra rede de televisão. Só que, até agora, a TV Senado, talvez por ação da Governadora, não se tornou aberta para que o povo do Pará, de Belém, possa assistir ao trabalho dos seus representantes no Senado.

Então, eu gostaria de reiterar, Senador Azeredo, que a Mesa do Senado informasse quando a TV Senado estará como TV aberta na cidade de Belém, capital do meu querido Estado do Pará.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs.

Senadores, num ato comum ao Partido dos Trabalhadores, onde o jogo político e a perpetuação no poder é mais importante que a resolução dos problemas do país, estamos vivendo um clima de campanha eleitoral.

Uma campanha de um partido só, pago pelo povo brasileiro. Pago por cada contribuinte. Ao invés de mostrar programas, ações efetivas – e não fictícias – o Presidente Lula trabalha incansavelmente para eleger a quem escolheu para que o PT se mantenha no poder.

Na mais grave crise econômica já vista desde 1929, vemos um presidente sorridente, sempre tendo a tiracolo sua candidata. E, até na hora de apresentar metas para combater a crise, percebemos mais uma peça de campanha eleitoral.

O Governo anunciou um acréscimo de investimentos no PAC da ordem de R\$142 bilhões como instrumento de combate a crise. Pura propaganda, sem efeito prático, já que os investimentos previstos não são novos, eles apenas foram trazidos para dentro do PAC.

Aliás, é preciso que se diga que muitos desses investimentos, anunciados já há algum tempo pela Petrobras, incluídos nesse lote, correm o risco de serem cancelados por falta de financiamento, como tem sido amplamente noticiado pela imprensa.

Não há dúvida de que o Brasil está em condições razoáveis para atravessar esse duro momento. Mas isso não autoriza otimismo exagerados, medidas populistas e, muito menos, improvisações irrefletidas, como a absurda tentativa de controle das importações, que nunca devem compor o nosso rol de alternativas. Só medidas inteligentes e muito trabalho nos farão emergir do abismo o mais depressa possível.

Porém, infelizmente, parece que a prioridade máxima do Presidente Lula é a campanha presidencial de 2010, quatorze meses antes do que permite a lei.

Como disse a revista **Veja** em sua última edição:

“A Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, tem sido cada vez menos ministra e cada vez mais candidata.” O Encontro Nacional de Prefeitos – um evento administrativo que foi organizado à moda de um comício eleitoral. O jantar no Palácio da Alvorada com Lula e quatro pesos pesados da economia para discutir a crise e falar sobre a sucessão. Não existe outra definição para isso a não ser campanha.”

E para quem ainda duvide disso, a **Folha Online** oferece informação esclarecedora sobre as viagens

daA questão das viagens de puro efeito de propaganda é ainda pior do que se imagina. O articulista Jânio de Freitas publicou artigo sobre o assunto, intitulado de ‘A mãe eleitoral’.

Leio um trecho:

“A mais recente explicação de Lula para as viagens quase diárias de Dilma Rousseff soa, diante dos meros comícios exibidos, mais como deboche do que como esclarecimento: “A Dilma tem que viajar mesmo para inspecionar as obras do PAC”. Inspeção não se confunde nem com visita de propaganda, quanto mais com comícios, para os quais são deslocados moradores das redondezas, sindicalistas, militantes petistas a granel, políticos locais e farto material de propaganda política. Tudo depois de um “escalão avançado”, pago por dinheiro público, estudar as condições locais e montar o formidável “esquema presidencial”, pago também nas contas sempre generosas e jamais expostas da Presidência.”

A Ministra Dilma não pode mais ser chamada de ministra. É candidata. Com tantas viagens pelo país, como pode a candidata Dilma ser ministra?

Janio de Freitas termina da seguinte forma, de maneira lúcida e sensata:

“A quantidade de dinheiro à disposição de tantas e tão dispersas obras, com o envolvimento de vários ministérios e uma multidão de prefeituras, para ser sério precisaria de um núcleo complexo de coordenação, fiscalização e constantes correções técnicas e administrativas. Mas Lula queria uma jogada de propaganda. Para isso, não precisaria, mesmo, de mais do que uma “mãe do PAC”. E vários bilhões girando por aí, para afinal pousarem em destinos incertos e não sabidos. Enquanto Lula e Dilma Rousseff voam, voam, voam.”

Era de se esperar que essa campanha, chamada pelo PT ‘inspeção’, responda: “*Por que o PAC está parado, se é que andou algum dia?*” O asfaltamento da Transamazônica e da BR-163 estão parados. As Eclusas de Tucuruí estão com obras lentas e com falhas. O PAC, mais que um Plano de Aceleração do Crescimento é, Como bem disse nosso Presidente Fernando Henrique Cardoso, um Plano de Aceleração da Comunicação. Pode também chamá-lo de Plano de Aceleração da Candidata. Ou então, um verdadeiro Palanque Apropriado para a Candidata.

Isto, eu lamento. Em plena crise discute-se eleição. E, com um Palanque Oficial, o PT burla a lei mais uma vez e despreza as leis eleitorais do país.

O PAC, aliás, é um mote utilizado por prefeituras e governos estaduais aliados do PT. No Pará é possível observar que a propaganda mentirosa de obras que não existem foi assimilada pela gestão Ana Júlia. Entre o discurso e a prática, o governo prefere utilizar-se de propaganda. E utiliza mal.

Até o Chefe da Casa Civil do PT no Pará, Cláudio Puty, reconheceu em entrevista à Rádio Tabajara FM, no dia 25 de janeiro que a publicidade petista, além de gastar muito, é ineficiente. Ele disse: *“O que é estranho é que eles faziam muita publicidade, mas o orçamento do setor era baixo”*. Esse ‘eles’ a que ele se refere é a gestão passada, do PSDB, dos governadores Simão Jatene e Almir Gabriel. Sim, o orçamento, segundo o próprio Governo do PT reconhece, era menor que o atual. Ainda assim, mais eficiente.

Mas, não é estranho que isso tenha acontecido. A publicidade do PSDB mostrava a realidade. Mostrava nos meios de comunicação o que acontecia no Estado: as obras, a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento chegando ao nosso Estado. A publicidade tinha um orçamento menor e era eficiente porque o governo do PSDB tinha o que mostrar. Não criava factóides ou mentiras, que o paraense não aguenta mais. A gestão tucana era eficiente como um todo. Não era essa ‘indigestão’ que somos obrigados a enfrentar hoje no Pará.

Logo no início deste ano, o PT paraense recomeçou sua prática de gastar dinheiro público com propaganda do nada. Um encarte colorido de 16 páginas foi publicado nos jornais paraenses de grande circulação. Entre as mentiras em formato de publicidade, está a *‘Nova Santa Casa’*.

Ora, em 2008 o Pará viveu uma terrível crise, com a morte de quase 300 crianças recém nascidas num curto período de tempo na Santa Casa de Misericórdia. Um hospital, que era referência nacional, teve sua história manchada. Ainda assim, o governo estampa uma foto com os dizeres *‘A nova Santa Casa’*. Uma verdadeira ironia. Uma triste ironia.

O encarte apresenta outras mentiras deslavadas. Afirma que: *“Nosso governo recebeu hospitais inaugurados sem equipamentos e sem equipe. Por isso os hospitais regionais não funcionavam. O caminho foi difícil, mas conseguimos fazê-los funcionar, etapa por etapa. Hoje, eles estão em plena capacidade”*.

Afirmar isso é um desrespeito com o cidadão. Um desrespeito com a história. Ora, estava na Agen-

da Mínima do Governo do PSDB, ainda em 2003, a implantação de cinco hospitais regionais, além do Hospital Metropolitano.

Em 2006 foram entregues os de Santarém, Marabá, Altamira, Redenção e em fase final os de Breves – no Marajó – e de Tailândia, ambos com mais de 85% das obras concluídas. Isso além do hospital Metropolitano, em Ananindeua, para serviços de média e alta complexidade. Alguns deles, apesar de prontos, ainda demoraram mais de um ano para entrar em operação e atender ao público. Uma demora que resultou na perda de vidas. Uma ineficácia administrativa que é um símbolo da indigestão petista.

Na área de Esporte e Lazer, a equipe da Governadora Ana Júlia deve ter confundido as coisas. Ou, toma para si feitos de outros para tentar mostrar algo. Em letras garrafais, cita uma *‘Quebra de recorde’*.

Não, senhores. Não é quebra de recorde de investimentos. O encarte diz *‘Quebra de recorde’* e vem uma propaganda no mínimo inusitada: *“Em 2007, no Mangueirão, diante de um público de 35 mil pessoas, o atleta brasileiro Jadel Gregório quebrou o recorde sul-americano no salto triplo”*.

Desculpe, Ana Júlia, mas ao que sei o atleta Jadel, de competência reconhecida e um exemplo para milhares de jovens no Brasil inteiro, não é funcionário de vossa excelência.

A quebra de recorde deveria ser de investimento. Deveria ser com uma atuação mais direta para levar a Copa do Mundo ao Pará. Mas, até mesmo em número de eventos esportivos o Pará teve uma sentida queda.

Ou melhor, não teve queda e sim, ao contrário do atleta Jadel Gregório, saltou para trás. Governadora Ana Júlia: inspire-se na quebra de recorde citada em sua propaganda... tente saltar para a frente e não dar saltos triplos para trás, fazendo nosso desenvolvimento cair pelas tabelas.

O Governo mostra também na sua publicidade as ‘obras’ que, numa leitura superficial, parecem já serem concretizadas ou em andamento: são anunciados os Distritos Industriais de Ananindeua, Barcarena, Icoaraci, Marabá e Santarém. De fato, o que existe dessas ações é apenas o lançamento do edital de concorrência. Nada, absolutamente nada, além disso.

De propaganda, o Pará está cheio. O Brasil está cansado. Cansado de ver *outdoors* nas ruas e comerciais de televisão. Precisamos de ações de curto, médio e longo prazo. O PAC precisa funcionar efetivamente como um Plano de Aceleração do Crescimento. As obras prometidas não podem ser reduzidas a inaugu-

ração de 10 km de estrada. Ou de uma turbina que já funcionava, como ocorreu na Hidrelétrica de Tucuruí no ano passado.

O País precisa enfrentar a crise. E não discutir antecipadamente as eleições de 2010. Será que no próximo um ano e meio nada irá ocorrer além de visitas e palanques?

O Brasil merece mais que isso. É impossível ser complacente com o jogo de ironia do PT. Ou o país enfrenta a crise com um PAC que funcione ou ficaremos nos próximos meses assistindo a encenação do PAC, o Palanque Apropriado para a Candidata, um palanque oficial, que debocha do país e dos brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Senador Flexa Ribeiro, sua solicitação de inserção em ata do restante do pronunciamento será enviada e acatada.

Com relação à TV Senado, quero lembrar que também a cidade de Belo Horizonte ainda não tem o sinal aberto e foi até objeto de um requerimento de minha autoria. Portanto, nós temos que realmente aguardar as informações do Ministério das Comunicações porque, no caso de Belo Horizonte, também não foi colocado ainda o sinal aberto. V. Ex^a tem toda a razão: é importante lá em Belém, mas aqui também no nosso caso de Minas Gerais.

Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero fazer o registro de uma visita muito importante que fizemos a uma das obras de grande significado para o Brasil e especialmente para o Nordeste brasileiro.

Trata-se da Transnordestina. Para termos uma idéia da malha ferroviária do Nordeste, a malha que foi privatizada no Brasil, a malha ferroviária permite uma velocidade média de até 10km/h. É algo inaceitável para um País que quer crescer, que quer se desenvolver, que quer permitir que seu povo tenha vida digna.

Agora, como fruto do Programa de Aceleração do Crescimento, estamos assistindo ao renascimento da malha ferroviária nacional. A malha ferroviária do Nordeste recebe um investimento que vai permitir uma velocidade de até 90 km/h, em uma média nunca infe-

rior a 70 km/h. Isso barateia os fretes, dá velocidade à entrega de produtos, permite um escoamento mais adequado da produção nordestina de grãos, de pedras importantes (o granito que está lá no interior do Ceará, para ser exportado ou usado no mercado interno, gera um sacrifício enorme ao ser transportado em cima de caçambas, de forma inadequada). Temos as condições mais favoráveis para que possamos desenvolver o Nordeste brasileiro. A Transnordestina, em sua primeira etapa, vai ligar o porto de Pecém, no Ceará, ao de Suape, no Estado do Pernambuco.

Fizemos uma visita na companhia de três Governadores de Estado: do Governador do Estado do Ceará; o Governo do Piauí e o Governador de Pernambuco. Visitamos o leito da ferrovia, uma obra extraordinária, uma obra de grande qualidade que está sendo feita no nordeste brasileiro, acompanhados de vários Ministros de Estado. Ali estavam o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento; o Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira; o Ministro da Ciência e Tecnologia, porque é um investimento de tecnologia, Sérgio Resende; o Ministro José Pimentel, cuja vida política foi construída no Estado do Ceará, embora ele tenha nascido no Piauí, então é muito importante para ele e para todos nós; a Ministra Dilma Roussef; o Ministro da Secretaria de Comunicação, Franklin Martins.

Já foi feita uma dissertação sobre a trajetória da Dilma. E é isto mesmo: ela tem a responsabilidade de governo de acompanhar o andamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento, para examinar. Quer dizer, está sendo feito mesmo? O material tem a qualidade que nós exigimos no projeto? Vamos terminar no prazo? Onde estão os embaraços? É no financiamento, é no Banco do Nordeste, é no BNDES, é no Banco do Brasil, é na Caixa Econômica? Acho que essa é a responsabilidade difícil, difícil. Imagine um candidato que fica cobrando toda hora de todo mundo. Acho que esta é a tarefa mais árdua, mais complicada: você ser a pessoa que tem a responsabilidade de cobrar dos outros. Nem sempre essa cobrança permite um diálogo fácil. E essa é a responsabilidade da Ministra Dilma Roussef nos dias atuais.

Se a Ministra vai ser candidata ou não, primeiro, é um problema do partido dela, depois da conjugação de esforços que pode ser feita na frente política neste País. É outro problema. Mas, hoje, diante da crise econômica que o mundo vive e que, efetivamente, atinge o Brasil, temos de estar atentos para que esse programa dê certo.

Presidente Eduardo Azeredo, só a obra da Transnordestina e a da interligação de bacias contratam 15

mil pessoas, número maior do que o de demitidos pela indústria automobilística. As várias etapas contratadas vão alcançar 15 mil trabalhadores. Imaginem o impacto que essa obra tem de imediato e as perspectivas de desenvolvimento para a região nordestina. Então, são duas obras de grande impacto.

Fizemos essa visita com o Presidente Lula. Foi muito, muito importante para nós conhecermos, olharmos, enxergarmos o que está acontecendo com o Brasil. Uma luta de muito tempo, de muito tempo! Lembro-me de, quando o Presidente Sarney propôs a construção da Transnordestina e da Norte-Sul, travou-se um grande embate na mídia nacional contra as obras. Não foi fácil! Não foi fácil! Só agora, neste Governo, conseguimos retomar a Transnordestina e a Ferrovia Norte-Sul, duas obras de grande significado e que vão mudar a face econômica do Nordeste e da Região Centro-Oeste do nosso País, que já vem mudando há muitos anos, pela expansão da fronteira agrícola naquela região.

Sr. Presidente Azeredo, queria prestar contas da minha caminhada na Transnordestina. Ali presenciamos, primeiro, a conclusão da etapa inicial de 96 Km da ferrovia, de Missão Velha até Salgueiro. Ali também foi dada a ordem de serviço para um novo trecho de 164 Km, dentro do Estado de Pernambuco, criando as condições para que, em um ano, no máximo, possamos concluir essa etapa que liga o Porto de Suape ao Porto de Pecém, no Estado do Ceará, passando pelo Estado do Piauí.

Repito uma vez mais: essa obra vai ligar esses dois portos e, na etapa seguinte, vai nos interligar com a Norte-Sul. Vai ser um grande salto alcançar, a partir da Transnordestina, a Ferrovia Norte-Sul.

O Ceará já teve a primazia da produção de algodão, que perdeu em virtude da produtividade altíssima que outras regiões alcançaram, primeiro o Estado de São Paulo, depois o Paraná, Minas e, em seguida, hoje, o Centro-Oeste. Mas ali se instalou a indústria de beneficiamento e produção de tecidos, a indústria têxtil, que está sempre entre o segundo e o terceiro maior parque têxtil do Brasil. Imagine termos a facilidade de trazer de trem o algodão que hoje, meu caro Gilvam Borges, Senador do Estado do Amapá, é transportado para o Estado do Ceará em comboios, de carreta, com segurança armada, num frete caríssimo, que somos obrigados a pagar para manter a indústria têxtil no nosso Estado.

O Governo do Estado, juntamente com o Governo Federal, tem que fazer um esforço extraordinário para manter ali aquele parque têxtil, que gera emprego, que qualifica gente, que aproveita o pessoal que é formado

nas escolas técnicas. Esse projeto da Transnordestina vai permitir esse salto na economia da região.

Todo Governo vai aproveitar sempre o máximo que puder os seus êxitos Governo. E essa obra é um grande êxito.

Todo Governo vai fazer propaganda do que é bem feito e que ajuda o seu País e o seu povo. E essa obra ajuda o nosso País e o nosso povo.

Por isso mesmo é que podemos ouvir a crítica da Oposição na nossa Casa, no Senado da República, no Congresso Nacional ou na mídia brasileira, que é o maior partido de oposição – a mídia brasileira, conservadora na sua maior parte. Eles fazem a crítica, suscitam a dúvida, questionam. Talvez devamos olhar os textos de Elio Gaspari, um dos maiores críticos não só do Governo Lula, mas também de outros Governos do nosso País, reproduzidos em quase todos os jornais do País. E uma coisa é você dizer uma mentira mil vezes, o que pode transformá-la em verdade. Imagine, por outro lado, você dizer uma verdade mil vezes, Senador Mão Santa! Aí a coisa pega com muita força!

E falar da Transnordestina e da interligação das bacias do Nordeste Setentrional é falar a verdade. E repetir mil vezes essa verdade transforma essa obra num grande evento do atual Governo e de grande significado para nós que estamos, no Nordeste brasileiro, esperando a sua conclusão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigado, Senador Inácio Arruda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Eduardo Azeredo, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a o recebimento de dois requerimentos, cuja leitura faço neste instante.

Primeiro, o requerimento de aplauso ao Desembargador João José da Silva Maroja, que assumiu, no dia 12 último, quinta-feira, a Presidência do Tribunal Eleitoral do Pará, para o biênio de 2009/2011.

Durante o biênio 2007/2009, o Desembargador João José Maroja exerceu as funções de Vice-Presidente e Corregedor Regional do TRE-Pará, onde demonstrou sua dedicação e competência jurídica, condições que o qualificaram para presidir a Corte eleitoral do Estado.

Ingressou na magistratura paraense pelo quinto constitucional, representando merecidamente os advogados do Estado. Exerceu também a docência na

Universidade da Amazônia – Unama –, como professor da cadeira de Prática Forense Civil.

O Desembargador Maroja é católico praticante, tendo atuação relevante no movimento pastoral da Paróquia de Nazaré, como membro da diretoria da festividade do Círio de Nossa Senhora de Nazaré.

O outro requerimento, Senador Azeredo, também de voto de congratulações ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, na pessoa de seu Presidente, Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes, pela homenagem prestada ao jurista Dr. Daniel Coelho de Souza, dando o seu nome ao Fórum Cível da Comarca da capital do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Requeiro que esse voto seja transmitido aos familiares do homenageado por intermédio de seu filho, advogado Frederico Coelho de Souza. O Tribunal de Justiça do Estado do Pará, ao homenagear o Dr. Daniel Coelho de Souza, advogado, professor e escritor respeitado pela sociedade paraense, reconheceu sua sensibilidade e capacidade jurídica.

Além de advogado militante, o homenageado exerceu o cargo de professor catedrático da Faculdade de Direito do Pará e Reitor da Universidade Federal do Pará, Secretário de Estado três vezes, Consultor-Geral do Estado, membro do Conselho Federal de Educação e Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Pará. Sua trajetória de vida, pontificada pela ética e dedicação ao estudo jurídico, demonstra a relevância e importância da contribuição que deu ao Estado do Pará.

São esses os requerimentos que faço chegar à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges.

Antes, porém, prorrogo a sessão por mais 20 minutos.

Em seguida ao Senador Gilvam Borges, falará, como o último orador inscrito, o Senador Mão Santa.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o notável desempenho do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB – nas eleições municipais de 2008, bem como a escolha dos ilustres correligionários Senador José Sarney e Deputado Michel Temer para presidirem, respectivamente, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, ensejam algumas reflexões sobre essa agremiação que há mais de quatro décadas está arraigada no coração do eleitorado brasileiro.

Não seria exagero, Sr. Presidente, afirmar que o PMDB é o partido com o qual o eleitor brasileiro mais se identifica, em função de sua história, de seus programas de governo e de suas bandeiras. Quando o País vivia em constante aflição e sobressaltos com as arbitrariedades e a falta de liberdade impostas pelo regime militar, o PMDB se postou ao lado dos humildes, dos trabalhadores, dos perseguidos, enfim, daqueles que não tinham voz nem voto para exercerem sua cidadania.

Ao longo de sua história, o PMDB tem vivido momentos de glória e de reconhecimento, muitas vezes entremeados por crises e dificuldades típicas de uma instituição que reflete, em sua própria organicidade, a prática da democracia que reivindica para todos os cidadãos.

Nesses momentos difíceis, jamais se esmorece; e, nos momentos de êxito, procura corresponder às expectativas do seu eleitorado e de toda a população.

Sem depreciar as demais agremiações, todas elas merecedoras do nosso respeito e da nossa admiração, os números do PMDB impressionam: o partido mantém diretórios em todas as 27 unidades federativas e está organizado em nada menos de 4.671 municípios brasileiros. Com o apoio e a confiança dos seus 2,1 milhões de filiados e de 15 milhões de simpatizantes, logrou eleger 7 governadores e 5 vice-governadores, 20 senadores; 94 deputados federais; 170 deputados estaduais; 1.308 prefeitos e 8.308 vereadores.

A escolha do ilustre Senador José Sarney, pela terceira vez, para presidir esta Casa Legislativa é mais um indicativo da força política e da credibilidade do PMDB, devendo-se ressaltar que, em 20 dos últimos 24 anos, o Senado foi presidido por um peemedebista. Na Câmara dos Deputados, da mesma forma, o nobre Deputado Michel Temer, mercê do reconhecimento de seus Pares, foi escolhido, pela terceira vez, para assumir a direção dos trabalhos legislativos.

A identificação recíproca entre o PMDB e o povo brasileiro tem suas raízes na origem do partido; e tem se fortalecido, desde então, numa demonstração inequívoca de que o partido mantém-se coerente com a sua proposta de defender a democracia e de lutar pelas grandes causas nacionais.

Hoje, como ontem, a sigla remete o eleitor aos grandes estadistas nacionais. Hoje, como ontem, a sigla é associada aos grandes momentos históricos de defesa da cidadania, como o movimento pela anistia e a campanha pelas eleições diretas.

Não custa lembrar ao eleitorado mais jovem que o PMDB nasceu MDB – Movimento Democrático Bra-

sileiro – em 24 de março de 1966, quando o partido obteve seu registro na Justiça Eleitoral. Sua fundação resultava da extinção dos antigos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2, do Regime Militar, e da implantação do bipartidarismo. Seu papel, na intenção dos militares que assumiram o Governo, era o de fazer uma oposição sem maiores pretensões, uma oposição cômoda, que apenas coonestasse o regime político.

Em função da economia centralizada, do cerceamento da ação política e das pressões exercidas pelo regime militar, o MDB estava destinado a ser eternamente um mero contraponto no cenário político, onde pontificava a Arena, partido do Governo.

Entretanto, os emedebistas não se resignaram em participar de uma farsa. O discurso do Deputado Marcio Moreira Alves, que resultaria na edição do Ato Institucional nº 5, é emblemático da disposição dos emedebistas em restaurar a democracia e as liberdades individuais no nosso País.

Aos poucos, o MDB foi incorporando o sentimento nacional. Nos anos 70, com Ulysses Guimarães à frente, a agremiação daria uma grande arrancada na preferência popular.

O País viveu momentos de angústia e de sofrimento, mas, sobretudo, testemunhou a grandeza e o heroísmo de personagens como Ulysses e Barbosa Lima Sobrinho, que, juntos, percorreram as capitais brasileiras, na condição de anticandidatos à candidatura ungida pelo Governo militar, para difundir as idéias oposicionistas.

As sementes frutificaram. Nas eleições de 1974, o partido elegeu 16 senadores e 165 deputados federais – o que era impensável até então; e fez a maioria da representação em seis Assembleias Legislativas. Para o regime militar, foi um susto; para o MDB, a definitiva consagração como defensor e porta-voz dos anseios populares.

Quatro anos depois, o General Euler Bentes Monteiro e o Senador Paulo Brossard fariam uma dobradinha para desafiar a candidatura militar do General Figueiredo, e, embora a eleição se desse no âmbito do Colégio Eleitoral, eles conseguiram uma votação expressiva, com adesão de 226 parlamentares.

O MDB foi alvo de inúmeras manobras do regime militar, na tentativa de conter seu crescimento e sua popularidade. Assim, para esvaziar a força e a representatividade da sigla, engendrou-se uma reforma política que, além de reinstaurar o pluripartidarismo, exigia o termo “partido” à denominação de qualquer agremiação político-partidária. Nasce ali, então, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que ainda

hoje continua desempenhando papel proeminente na vida política nacional.

A estratégia do governo militar, que resultou na criação do Partido Popular e de outros partidos, com forte presença das lideranças sindicais, esvaziou por algum tempo o PMDB. Entretanto, a agremiação tinha a simpatia da facção liberal do partido governista.

Preterido na escolha do sucessor do General Figueiredo, esse grupo criou a Frente Liberal, que mais tarde se comporia com o PMDB para formar a Aliança Democrática e lançar a candidatura de Tancredo Neves e José Sarney na sucessão do governo militar. Ao mesmo tempo, integrantes do Partido Popular, inviabilizado com a proibição de coligações, refluíram para o PMDB. Tancredo Neves e José Sarney seriam eleitos por larga margem de votos no colégio eleitoral.

Em 1986, já no Governo Sarney, o PMDB elegeria 22 dos 23 governadores, além dos 260 deputados federais e 44 senadores, tornando-se hegemônico no cenário político nacional e habilitando-se a liderar o movimento pela Assembléia Nacional Constituinte. O Partido, que comandara o movimento pela anistia e a campanha das “Diretas Já!”, brigava, agora, para que o Brasil tivesse um novo ordenamento,...

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Já encerro, Sr. Presidente. Falta bem pouquinho.

...consubstanciado na Constituição Federal de 1988 – a “Constituição Cidadã”, nas palavras do saudoso Ulysses Guimarães.

Essas, Sr. Presidente Sr^{as} e Srs. Senadores, foram algumas das contribuições do Partido do Movimento Democrático Brasileiro à vida nacional. Hoje, os tempos de arbítrio são referências históricas e temas de compêndios escolares, mas o PMDB continua atento e atuante na defesa de outras bandeiras igualmente importantes, como a inclusão social, a redistribuição de renda e a promoção da cidadania.

Não surpreende, então, que o Partido faça parte da Base de Apoio ao Governo do Presidente Lula, ainda que seja hegemônico na preferência popular. Afinal, mais do que chegar ao poder, o PMDB luta, com firmeza, para que suas propostas se concretizem e se revertam em benefício do povo brasileiro, uma gente humilde, honesta e trabalhadora que, pacificamente, mas com persistência e coragem, é capaz de superar todas as adversidades.

Nosso povo merece todo e qualquer esforço da classe política. E o PMDB se esforça diuturnamente para continuar merecendo a confiança e a preferência

com que os eleitores brasileiros nos têm distinguido nas urnas.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de fazer essa retrospectiva para dizer que o PMDB tem construído os destinos deste País e participado ativamente. E não será o cuspe azedo da inveja dos sicofantas que vai macular uma instituição político-partidária tão importante como o PMDB. Essa covardia camuflada deveria ter a competência de pelo menos citar nomes – e não generalizar de forma vil e covarde.

Viva o PMDB! Viva o Brasil! Fora os sicofantas!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Agradeço, Senador Gilvam Borges.

Concedo a palavra agora ao Senador Mão Santa, último orador inscrito.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Eduardo Azeredo, Parlamentares, brasileiros e brasileiras aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação, Rui Barbosa está ali, porque foi uma fonte de inspiração. E eu faço minhas as palavras dele, muito atuais para os dias de hoje:

De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto.

Senador Azeredo, eu li alguns livros sobre a vida do Presidente Sarney – esse nosso Presidente. Mas uma passagem é muito oportuna, principalmente para o nosso Presidente Luiz Inácio.

D. Kyola, mãe de Sarney, santa, cristã, religiosa, disse: “Filho, não deixe que persigam os velhinhos, os aposentados. Então, que essa prece de Kyola seja ouvida hoje.”

Mas eu não vou culpar ninguém, ninguém está atrás das trevas, da escuridão. Nós queremos abrir uma luz. E nós estamos aqui, Azeredo, para isso. Estamos enganando o Presidente Luiz Inácio. Eu votei no Presidente Luiz Inácio em 2004. Quer dizer, não votei na outra, votei no Alckmin. Mas ele ganhou, com sessenta milhões de votos, vinte milhões na frente do extraordinário candidato que era o nosso, o ex-Governador de São Paulo.

Petrônio dizia e ensinava a não agredir os fatos. Não vou agredir. Ele é o nosso Presidente. Mas estão enganando o nosso Presidente. Até essas pesquisas. Todas são falhas. Tudo é ilusão.

Nós já fomos Governo. Nós sabemos História. Hitler teve esses números quase perto de cem. Médioco teve. Foi o que teve mais percentual e não ficou na História como o melhor Presidente dos militares. Essa é a verdade.

Os aposentados são aqueles velhinhos que a santa Kyola advertia o filho Sarney Presidente. Olha, “nunca dantes” – isso é de Camões. O Luiz Inácio diz “nunca antes”. Nunca dantes eles sofreram e estiveram tão ruins. Essa é a verdade, e não é verdadeira essa pesquisa estratosférica.

Ô Azeredo, V. Ex^a que é engenheiro e sabe muita matemática, sabe quantos? Eu vi o Paim dizer aí que tem vinte e seis milhões de aposentados no Brasil. Eu sei que Bolsa Família tem muitas, é a metade. É uma generosidade? É. É uma caridade? É. É necessário? É. Mas o aposentado é um direito. Tem vinte e seis milhões. Eles trabalharam.

Luiz Inácio, estão lhe enganando! Houve um contrato, um contrato – a democracia diz contrato – das leis, eles trabalharam e fizeram um contrato. Não foi com o Luiz Inácio. Foi com todos nós. Foi com o Brasil. Eles pagaram, eles descontaram. Trinta anos, quarenta anos. Eles se sacrificaram. Eles assinaram: “vou tirar isso, e o Governo, minha pátria, vai me devolver, quando velho, para eu viver com dignidade”.

Pagaram para usufruir dez salários; estão ganhando cinco. Pagaram para usufruir cinco; estão ganhando dois. E mais uma maldade dos banqueiros: inventaram aqueles empréstimos consignados. Enganaram os velhinhos. Letrinhas pequenas, e estão descontando, do pouco que eles ganham, 40%. Eles não têm mais dinheiro para os remédios.

Estou fazendo um trabalho, Azeredo. Nunca antes, como diz o Luiz Inácio, houve tanto suicídio dos nossos velhinhos. Porque eles são honrados, são bons. Então, eles assumiram compromissos que não podem cumprir. E mais, ô Azeredo, Azeredo: fomos prefeitinhas, V. Ex^a também foi. Governamos Estados. Somos Senadores, pais da Pátria.

Luiz Inácio, essa barbárie que tem no Brasil se deve a isso. Então, estamos aqui para ajudá-lo. Somos Senadores para isso. O Senado é para isso. Quero lhe dar a luz que os seus alopados não sabem. É! Essa barbárie – e V. Ex^a hoje já foi citado pelo seu aliado do PSDB – chegando até a elite, aos ricos, aos poderosos, que são os trotes. É uma barbárie. Se mata, se assalta. Na minha Teresina, seis farmácias são assaltadas por noite.

E aí essa barbárie por quê? Porque foi quebrado o elo mais importante de uma família. Rui Barbosa está

ali porque ele disse que a pátria é a família amplificada, e a família, na sua estrutura tão importante... E Deus não botou Jesus desgarrado, e, sim, numa família, Maria e José, e tem ainda os avós; Sant'Ana era avó dele; tinha o pai.

A instituição padrão da família é o avô e a avó. Leia, Luiz Inácio, o livro de Barack Obama, contando a sua vida. Se não fossem os avós dele, ele era hoje um grande maconheiro, um grande drogado. Ele foi educado pelos avós. Sou avô e sei o que é isso. Tenho até mais tempo para orientar os meus netos, porque os filhos eu trabalhava tanto, tanto, tanto, Azeredo. Trabalhei muito. Cheguei aqui com os passos do estudo e do trabalho, do trabalho e do estudo, do estudo, porque eu chegava e já estava dormindo. Fui um homem que operava 12, 13, 14, 10 por dia numa Santa Casa. Então, quando eu chegava, os filhos já haviam dormido. Foram educados pela mãe, e os netos, não. Hoje temos mais disponibilidade. Então, avó orienta mais, ajuda mais. Então, essa sociedade de barbárie do Brasil é porque enganaram os avós, roubaram-lhes a aposentadoria, tiraram... Então, os netos: "O meu avô me prometeu pagar o estudo, o meu avô me prometeu um livro, um sapato".

Então, essa revolta, essa indisciplina, esse desrespeito. E é isso, Luiz Inácio. Rui Barbosa: "A pátria é a família amplificada". E o ápice, a grandeza da família são os avós. Eles estão aí.

Então, queremos dizer, Luiz Inácio, que estão lhe enganando. São 26 milhões de aposentados. O Brasil tem 190 milhões. São mais do que as bolsas famílias. Eles têm influência nos filhos, nos netos, na história.

Então, o que queria dizer é que estão lhe enganando. E o Senador Paulo Paim acabou de me dizer, Senador Eduardo Azeredo, que, se esse fator previdenciário cair agora, como determinamos – e não existe no mundo esse fator redutor, que derrubamos; só falta a Câmara –, os que estão agora me ouvindo e vão se aposentar vão ser beneficiados com uma aposentadoria maior. Aí são 40 milhões, Luiz Inácio. É uma matemática simples, aritmética do Trajano. Estão lhe enganando. Esses aposentados não vão votar em V. Ex^a, não vão aplaudi-lo.

E recebo milhares de. Escolhi dois para mostrar o retrato e vou lê-los. Um é do meu Piauí, enviado por Otavio Heleno Padilha do Amaral. Só para vermos a síntese do que ele diz. Retrato: e-mail enviado sábado, 14 de fevereiro, a mim, Senador Mão Santa. O assunto é "Mata o Velho". Porque eles estão morrendo, os velhos. E ele disse que enviou isso para o jornal.

Não poderia deixar de mostrar minha revolta e decepção com o Presidente Lula [aí ele

bota, e eu, por decoro e poética, não vou ler. Mas Lulinha, o Lula Paz e Amor, está sendo xingado pelos velhinhos. Está aqui, Azeredo. Eu não vou ler o apelido que ele bota em nosso querido Presidente], referente aos aumentos que vem proporcionando para os aposentados que ganham acima do salário mínimo em seu governo.

Seu governo tem dinheiro para salvar financeiras, bancos, montadoras de carros, construtoras, proporcionar aumento ao Bolsa Família [...] [aí para os seus...], salário mínimo [que é justo] em 12%, porém, não tem para repor as perdas salariais dos aposentados que, por muitos anos, contribuíram com valores superiores e hoje estão com seus rendimentos achatados, perdendo, só em seu governo, mais de 60% do poder aquisitivo.

O índice de 5,92% é uma brincadeira, uma ofensa aos aposentados. [O índice é de pouco mais de 5%; os outros aumentos, de 12%.]

A Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas deveria denunciá-lo por desrespeito ao Estatuto do Idoso, pois isso é uma verdadeira covardia, é uma falta de respeito, é uma vergonha.

Certa vez, a Senadora Heloísa Helena falou em plenário que "a política é a arte do cinismo" [...]. [É isso o que eu estou vendo. É isso!]

Durante sua campanha, pregou e prometeu repor as perdas. Mas na realidade ele aumentou as mesmas.

Os aposentados não podem fazer greve, a não ser a que estamos sendo forçados a fazer pelo Governo Lula, a greve de fome.

A classe tem que se mobilizar, participando de passeatas, efetuar pannelaço e ir a Brasília no dia da votação do PL 4434/8, de autoria do Senador Paulo Paim [da qual eu sou relator], que vem tentando conseguir a recuperação das perdas salariais.

RUMO A BRASÍLIA

Atenciosamente, – **Otavio Heleno Padilha do Amaral.**

É um bravo do Piauí.

E tem outro, muito recente, se aposentou agora. É o Carollo. Assunto: Desabafo. Olha, foi no dia 27 de dezembro de 2008, agora. Resumindo a história dele: trabalhou anos, muitos anos e economizando... Trinta

e cinco anos. E a mulherzinha dele, a Adalgisinha dele: “Vamos ao cinema, vamos numa viagem”. “Não, depois de aposentado, nós vamos, temos que economizar para pagar.” E pagou! Pagou 35 anos na mesma empresa. Atentai bem! E, durante o contrato que nós fizemos – ô Luiz Inácio, é para a gente respeitar os contratos! Que País é este que o governo não respeita? Trinta e cinco anos. Fizeram os cálculos salariais dos 80 meses, como manda a lei – os 80 últimos salários –, e ele saiu vibrando: iria ganhar R\$ 2.612,65. Recebeu R\$ 1.636,00, ou seja, quase 40% a menos! “Olha, Senador Mão Santa, em vez de acabar os meus problemas, eles só começaram. A minha esposa agora me cobra...” Levaram 35 anos sonhando com uma vida com dignidade, sem sacrifícios, economizando para pagar...

(Interrupção de som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Para encerrar, é isso o que vimos pedir ao Presidente da República.

No desabafo, há agressões ao Presidente da República, é lógico. Terminarei, Azeredo, fazendo uma homenagem a V. Ex^a ao falar de Minas, de Juscelino Kubitschek. S. Ex^a dizia que é melhor sermos otimistas. “O otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado.” Juscelino, sacado daqui, esse pai da pátria, em um dos seus livros, diz: “A velhice é triste, mas, desamparada, é uma desgraça.”

Luiz Inácio, não vamos deixar os nossos velhinhos na desgraça.

Esse é o nosso apelo, o apelo do Senado da República, que representamos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – O Sr. Senador Papaléo Paes e a Sr^a Senadora Fátima Cleide enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria “Mesmo com a crise, exportação de 2008 no Amapá foi a maior em 10 anos” do jornal, em sua edição de 12 de fevereiro de 2009.

A matéria analisa dados de Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e mostram que, apesar da crise financeira internacional, o Amapá exportou em 2008 a quantia de US\$192 milhões. Este é o maior valor de exportações do Estado nos últimos dez anos.

Diz também a matéria que “os produtos amapaenses, quase na totalidade mineral e vegetal, estão atingindo o outro lado do globo e chegando, por exemplo, ao Japão. Os maiores importadores são os estados Unidos, Turquia, Suíça, China, Finlândia, Portugal, Reino Unido, Nigéria e Japão”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Como segundo assunto, eu gostaria de fazer o registro da matéria “Governo de São Paulo lança medidas anticrise” do jornal, em sua edição de 13 de fevereiro de 2009.

A matéria apresenta as medidas anunciadas pelo Governador de São Paulo, José Serra, do PSDB, destinadas a manter o nível de atividade econômica do estado e garantir investimentos para o ano de 2009 no combate à crise financeira internacional. As expectativas são de que tais investimentos possam manter ou gerar mais de 858 mil empregos ao longo deste ano.

Entre as medidas apresentadas estão a redução de alíquota do ICMS de 18% para 12% prorrogada até o dia 31 de dezembro e investimentos para reformas de escolas, delegacias e prédios públicos.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Como último assunto, registro a matéria “Auditoria do TCU aponta lentidão nas obras do PAC” de autoria do jornalista Lúcio Vaz, do em sua edição de 12 de fevereiro de 2009.

A matéria analisa dados de auditoria do Tribunal de Contas da União aprovada em dezembro do ano passado que “apontou baixo percentual de execução dos recursos do programa”.

Diz ainda a reportagem que “considerando apenas a execução do Orçamento de 2008, o maior volume de recursos foi liquidado pelos ministérios dos Transportes (R\$1,47 Bilhão) e das Cidades (R\$788 milhões). Nos dois casos, o percentual de execução ficou em apenas 19% do total autorizado”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**Mesmo com crise exportação de 2008
no Amapá foi a maior em 10 anos
O maior volume das exportações tem como destino os Estados Unidos**

De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, **mesmo** com a **crise** econômica mundial os números sobre as exportações no Estado em **2008** foram os maiores dos últimos 10 anos. Segundo os dados o **Amapá** exportou no ano passado US\$ 192 milhões.

Os números publicados recentemente pela Secex mostram que de 1998 a **2008** as exportações saltaram de US\$ 62,3 milhões para quase 200 milhões. Durante esse período o pior momento das exportações aconteceu em 2002, ficando em US\$ 16,3 milhões. A partir daí os números vieram crescendo passando para US\$ 19,5 milhões em 2003, US\$ 46,8 em 2004, US\$ 76,5 milhões em 2005, US\$ 127,9 milhões em 2006 e US\$ 126,9 milhões em 2007.

Do total das exportações de **2008** as 10 empresas que mais exportaram foram: Mineração Pedra Branca do Amapari, (US\$ 73,8 milhões), Amcel (US\$ 51,2 milhões), MMX **Amapá** Mineração (US\$ 44,9 milhões), Mineração Vila Nova (US\$ 11,6 milhões), Açaí do **Amapá** Agro-industrial (US\$ 8,3 milhões), Amazon Comercial (US\$ 1,2 milhões), Equatorian SA (US\$ 367 mil), Durable Wood Products Brazil (US\$ 230 mil), Delta Florestal (US\$ 164 mil) e Urubatan-Piata Produto da Floresta (US\$ 98 mil). Nos 12 meses de **2008** os piores desempenhos aconteceram nos meses de fevereiro e novembro, quando as exportações registraram apenas 3,9 e 7,2 milhões de dólares respectivamente. Os melhores meses foram janeiro (US\$ 18,6 milhões), março (US\$ 21,6 milhões), maio (US\$ 31,2 milhões), agosto (US\$ 27 milhões), outubro (US\$ 19,9 milhões) e dezembro (US\$ 19,7 milhões).

Os produtos amapaenses, quase na totalidade mineral e vegetal, estão atingindo o outro lado do globo e chegando, por exemplo ao Japão. Os maiores importadores são Estados Unidos, Turquia, Suíça, China, Finlândia, Portugal, Reino Unido, Nigéria e Japão. O maior volume das exportações tem como destino os Estados Unidos, que hoje é um dos países mais atingidos pela **crise** mundial. Entre os blocos econômicos os Estados Unidos também lidera, seguido do Oriente Médio, Europa Ocidental, União Europeia e Associação Europeia de Livre Comércio. Entre os países da América do Sul apenas Uruguai e Paraguai estão entre os que importam produtos amapaenses.

Ouro, ferro, madeira e cromita representam o maior volume entre os produtos exportados do estado. Entre as exportações e importações o saldo da balança comercial do estado em **2008** foi de US\$ 24,7 milhões, inferior a 2007 quando chegou a US\$ 40 milhões.

Em 2009 os resultados das exportações depende da **crise** econômica que atingiu em cheio o setor mineral do Estado. A Mineradora Pedra Branca do Amapari, líder nas exportações de **2008**, praticamente paralisou as atividades, o **mesmo** acontecendo com a Amcel e as demais empresas. Caso a **crise** se mantenha os números esse ano podem ser diferentes.

Sarney recebe presidente da Namíbia

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na tarde de ontem (11) o presidente da Namíbia, Hifikepunye Pohamba, que se encontra em viagem oficial ao Brasil com o objetivo de aprimorar as relações comerciais entre os dois países. O encontro ocorreu no Salão Negro do Congresso e contou com a presença dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Gerson Camata (PMDB-ES), entre outras autoridades.

Comente estas reportagens no site gzm.com.br

GAZETA MERCANTIL | Sexta-feira, 13, e fim de semana, 14 e 15 de fevereiro de 2009 | A5

BRASIL

*"Se medidas não fossem adotadas, o **desemprego** cresceria 40% em SP"*

DESENVOLVIMENTO

Governo de SP lança medidas anticrise

Além de desoneração tributária, pacote inclui a antecipação de investimentos

BRUNO DE VIZIA
SÃO PAULO

O governador de São Paulo, José Serra (PSDB), anunciou ontem um pacote de 17 medidas destinadas a manter o nível de atividade econômica do estado, e garantir os investimentos públicos para 2009, orçados em R\$ 20,6 bilhões. Os investimentos devem manter ou gerar 858.067 empregos durante o ano, segundo previsões de Serra. "Nós calculamos que, se essas medidas não fossem adotadas, o desemprego cresceria 40% em São Paulo", afirmou o governador, que calcula existir hoje cerca de 2 milhões de desempregados no estado, sendo 1,2 milhão apenas na região metropolitana da capital.

As novas medidas, que foram apresentadas pelo secretário de Desenvolvimento do estado, Geraldo Alckmin, somam-se às 16 medidas já anunciadas pelo go-

verno de São Paulo desde o agravamento da crise financeira internacional, em setembro do ano passado. Ao todo são 33 medidas, que incluem desoneração tributária para os principais setores atingidos pela crise, expansão de linhas de crédito, e apoio à micro e pequena empresa.

Tributos

No âmbito tributário, foi prorrogada até 31 de dezembro deste ano a redução da alíquota de 18% para 12% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para produtos têxteis, vinhos, instrumentos musicais, couro, perfume, cosméticos, higiene pessoal, brinquedos e produtos alimentícios. Também até 31 de dezembro foi suspensa a cobrança de ICMS na aquisição de insumos destinados à produção de bens para exportação, medida denominada de "drawback paulista". O ICMS pago na aquisição de bens de capital será diferido para setores empregadores, que ainda serão definidos pelo governo.

Em relação os investimentos diretos do governo, serão antecipadas

para o primeiro quadrimestre as compras de bens duráveis (móveis, computadores e veículos) previstas para todo o ano de 2009, cujo valor no orçamento totaliza R\$ 711 milhões. "O objetivo é aumentar a demanda das empresas locais, e manter o nível de atividade nessa fase mais aguda da crise", salientou Serra. Também serão antecipadas as reformas de escolas, delegacias e prédios públicos, com orçamento previsto de R\$ 876 milhões.

Crédito

Para ampliar o crédito, as linhas disponibilizadas pela Nossa Caixa serão aperfeiçoadas. Os principais beneficiários serão os bancos ligados à montadoras, cujos recursos deverão ser preferencialmente utilizados para financiar a compra de veículos usados, com juros de 13,8% ao ano, e com possibilidade de aquisição dos recebíveis dos financiamentos dessas operações.

Os juros também serão reduzidos para as empresas associadas ao Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores e à Associação

Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

Serra não soube precisar o custo das medidas, boa parte delas já previstas no cronograma de investimentos do estado, e antecipadas para combater a crise. O governador aproveitou a ocasião para alfinetar o presidente Lula, ao afirmar que para resolver o problema são necessárias medidas nacionais. "O governo do estado não tem política monetária, não controla taxa de câmbio, nem grandes instituições de crédito", concluiu o governador.

PACOTE

Medidas do governo de São Paulo para enfrentar a crise: investimento total = R\$ 20,6 bilhões

Compras governamentais até R\$ 80 mil destinadas a micro e pequenas empresas

Investimentos de R\$ 876 milhões para reforma de escolas, delegacias e prédios públicos

Diferimento no ICMS para na aquisição de bens de capital

Fonte: Governo do Estado de São Paulo

INFRAESTRUTURA

Para o tribunal, o programa anda em marcha lenta. Para o governo, o problema é a obtenção de licenças e licitações demoradas

Lúcio Vaz

Da equipe do Correio

Ricardo Borba/CB/D.A Press - 9/4/02

Lentidão: Os investimentos do governo federal em habitação popular, previstos no Orçamento de 2008, ficaram aquém do previsto

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva apelou aos prefeitos reunidos em Brasília para que ajudem apressar a conclusão das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A preocupação tem motivos. Auditoria do TCU aprovada em dezembro apontou baixo percentual de execução dos recursos do programa. Do total da verba disponível (R\$ 26,3 bilhões), apenas 33% (R\$ 8,6 bilhões) havia sido liquidada até o fim de novembro do ano passado. A execução dos "restos a pagar" de anos anteriores (R\$ 10,5 bilhões) ficou em 58% (R\$ 6,1 bilhões). Mas a execução dos recursos do Orçamento de 2008 (R\$ 15,8 bilhões) ficou em apenas 15% (R\$ 2,5 bilhões). Para o tribunal, os números "expõem falhas de planejamento relacionadas à elaboração orçamentária".

Pelos dados oficiais do próprio governo federal, a execução do Orçamento fechou 2008 em R\$ 3,76 bilhões, enquanto a execução dos restos a pagar ficou em R\$ 7,56 bilhões. No total, R\$ 11,32 bilhões, ou 43% do total disponível. Acima dos números do TCU, mas ainda abaixo da metade do dinheiro disponível. O tribunal propõe a adoção de medidas que visem aprimorar o processo orçamentário, para reduzir o volume de créditos inscritos em restos a pagar relativos às ações do programa.

Considerando apenas a execução do Orçamento de 2008, o maior volume de recursos foi liquidado pelos ministérios dos Transportes (R\$ 1,47 bilhão) e das Cidades (R\$ 788 milhões). Nos dois casos, o percentual de execução ficou em apenas 19% do total autorizado.

Habitação

O Ministério da Integração Nacional tinha R\$ 2,9 bilhões para gastar, mas usou apenas R\$ 216 milhões (7% do total). Um dos menores percentuais de execução ocorreu no Programa de Habitação de Interesse Social. Dos R\$ 450 milhões autorizados para 2008, apenas R\$ 48 milhões foram pagos (pouco mais de 10%), segundo dados levantados pelo site contas abertas. Em compensação, nesse programa, foram liquidados R\$ 284 milhões de "restos a pagar".

A Casa Civil da Presidência da República, que coordena as obras do PAC, enviou ao Correio cópia da carta enviada ao TCU em resposta às conclusões da auditoria de dezembro do ano passado. "O governo federal está buscando minorar os restos a pagar não-processados do PAC e simultaneamente envidando esforços para que o seu pagamento se dê no exercício subsequente. Considerando que a maior parte dos projetos do PAC está deixando a fase de ações preparatórias e o rito de obras tem crescido substancialmente, acreditamos que a ocorrência desse tipo de restos a pagar se reduza."

A carta acrescenta que "deve-se levar em consideração as etapas relacionadas ao ciclo mais longo de execução de obras de infraestrutura, como por exemplo, as fases do planejamento e dos projetos, a obtenção de licenças, o processo licitatório mais complexo, as demais licenças posteriores à licitação e a contratação global das obras, particularmente habitação e saneamento".

Pesquisa

O TCU revogou ontem a medida cautelar que impedia a contratação de serviços de pesquisa de opinião pública pela Presidência da República por causa de supostas irregularidades na Concorrência 2/2008. O tribunal concluiu que não houve cerceamento da competição que justifique a anulação da concorrência.

Jornal Correio Braziliense
12/02/2009
Lúcio Vaz

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco PT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, realizado na região amazônica pela primeira vez, o Fórum Social Mundial mobilizou na bela e rica cidade de Belém do Pará 133 mil participantes inscritos, de 142 países. Somados aos trabalhadores que possibilitaram a realização das atividades durante uma semana, o número de pessoas envolvidas chegou a 150 mil.

Segundo os organizadores, 5.808 entidades e organizações se inscreveram no FSM. Destas, 4.193 da América do Sul, 491 da Europa e 489 da África.

O elevado número de organizações da América do Sul presentes no Fórum revela a importância política, cultural e social que a nossa região alcançou nos últimos tempos, em que a convergência de sucessivas eleições de governos de feição progressista e a força

aglutinadora de movimentos sociais tem dado o tom pela imperiosa necessidade do mundo se organizar de outra maneira.

De uma maneira em que a lógica da economia não seja esse capitalismo que corrói as forças produtivas, consome sem parcimônia os bens e riquezas naturais e condiciona as relações sociais de forma fetichizada, pois o valor que interessa é a mercadoria, a propriedade, o dinheiro.

Não é tarefa fácil, e entendo que ela só pode ser levada a cabo com a aliança dos movimentos sociais com os governos e instituições que já compreenderam que devemos marchar para a valorização das qualidades individuais, das necessidades sociais e superação das condições humanas de sociabilidade baseadas na lógica do capital.

O Fórum Social Mundial nasceu como instrumento de luta para a construção de outro mundo possível. Problemas de organização e o monopólio da direção do FSM por parte de ONGs merecem reavaliação, uma vez que movimentos altamente representativos como o MST e a CUT são minoria no grupo diretivo.

Mas em que pesem todas as críticas ao FSM, construído em solo brasileiro com a inédita experiência da primeira edição em Porto Alegre, o seu caráter contestador e sua capacidade aglutinadora de tantas vozes que clamam por mudanças no rumo da civilização têm cumprido um papel relevante.

Cresce a politização dos movimentos sociais, e a crise econômica que se abateu sobre o mundo, causada pelo receituário que o FSM se opõe desde o primeiro momento, desafia todos nós na construção do outro mundo possível.

Destaco neste Fórum a presença dos cinco presidentes que lá estiveram: Evo Morales, da Bolívia; Rafael Correa, do Equador; Hugo Chávez da Venezuela; Lugo, do Paraguai e o presidente Lula. São governos que, em distintos níveis, colocam em prática políticas que identificaram o FSM desde o seu nascimento: o Banco do Sul, a regulamentação do mercado financeiro e circulação de capitais, prioridade para políticas sociais, campanhas que terminaram com o analfabetismo na Venezuela e na Bolívia, o Conselho Sul-Americano de Segurança, a Telesul entre outras.

Muito ativamente o PT participou do Fórum Social Mundial. Lá estive prestigiando os debates e, ao lado das ministras Dilma Rousseff, Casa Civil, e Nilcéa Freire, da Secretaria de Políticas para Mulheres, participei da mesa “A mulher nos espaços de poder”, organizada pela companheira Laissy Morière, dirigente da Secretaria Nacional de Mulheres do PT.

Ativistas sociais, militantes e simpatizantes do PT encheram a Tenda de Cuba, na Universidade Federal do Paraná, onde o partido promoveu também o seminário “Governo Lula – Realizações e Perspectivas”, com a presença do ministro Luiz Dulci; do presidente da CUT, João Felício; da presidente da UNE, Lúcia Stumpf; do secretário-geral do PT, deputado José Eduardo Cardozo e senador Inácio Arruda (PC do B-CE).

Para além disso tudo, tivemos a cara real do FSM, a cara real que representa populações espezinhadas pela ordem que desmorona e mergulha nosso tempo numa encruzilhada em que a humanidade só verá salvação se der conta de que o caminho da globalização solidária é o rumo a ser seguido.

Estavam lá os povos indígenas, o Fórum PanAmazônico, os movimentos camponeses e a Via Camponesina, os sindicatos e o mundo do trabalho, os movi-

mentos feministas e a Marcha Mundial das Mulheres, os movimentos negros, estudantis, o movimento de jovens e os movimentos ambientalistas, que são os grandes protagonistas do FSM.

E que, a meu ver, nesta edição, parecem movidos por uma maior articulação entre eles e também por um estado de urgência: a definição de estratégias de luta social e política para a superação da sociedade do capital.

Protestos contra o capital e a guerra estão agendados pelos movimentos: é o chamamento mundial de mobilização para os dias 28 de março e 4 de abril.

Parece, enfim, que os movimentos, incapazes de construir uma agenda de convergência com uma proposta clara de alternativa para o mundo nosso de cada dia, se deram conta de que não basta as mulheres pedir salários iguais ao dos homens; os povos indígenas pedirem terras ou os negros terem reconhecida sua identidade e valorização social.

Todos são vítimas da sociedade do capital, que privilegia os já privilegiados e estabelece formas de sociabilização humana baseadas na lógica do consumo, na lógica do poder material, com instituições e governos a seu serviço.

Creio que a partir de agora, e a depender dos desdobramentos da crise que se afigura assustadora, e das iniciativas dos governantes influentes do mundo, o FSM de 2011, agendado para ter lugar em país africano, poderá nos reservar uma saudável unidade dos movimentos sociais que, até lá, são protagonistas credenciados moralmente a lutar por mais participação e maior inserção de suas demandas na agendas públicas dos governantes.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PMDB – MG) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 31, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 31, de 2008, que *dispõe sobre a dispensa de recolhimento de parte*

dos dividendos e juros sobre capital próprio pela Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e prorroga os prazos previstos nos arts. 5º e 30 da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 445, de 2008).

Relator revisor: Senador Romero Jucá
(Sobrestando a pauta a partir de: 22.12.2008)

Prazo final prorrogado: 16.04.2009

2

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 270, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.125, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que *aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008*.

3

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2007**

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem, do Deputado Mendes Ribeiro Filho), que *acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. (Estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais)*

Pareceres sob nºs 994, de 2007 e 383, de 2008, das Comissões

– Diretora, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação do vencido; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon (sobre as Emendas nºs 1 a 5, de Plenário), favorável, nos termos de subemendas que apresenta.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social)*.

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições*.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 38, DE 2004***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 50, DE 2006***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 86, DE 2007***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

10

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos*.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos*.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem, do Deputado Luciano Zica), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências*.

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rocha), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem, do Deputado Wasny de Roure), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)*.

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem, do Deputado Geraldo Resende), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)*.

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Barros), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)*.

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação*

aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandes Júnior), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem, do Deputado Davi Alcolumbre), que *denomina “Aeroporto Internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre”, o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá*.

Parecer favorável, sob nº 883, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Geovani Borges.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2007

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2007 (nº 6.463/2005, na Casa de origem), que *institui o dia 25 de janeiro como Dia Nacional da Bossa Nova*.

Parecer favorável, sob nº 510, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora ad hoc: Senadora Ideli Salvatti.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2008 (nº 6.341/2002, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Caminhoneiro*.

Parecer favorável, sob nº 884, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Valdir Raupp.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2008 (nº 1.967/2007, na Casa de origem), que *institui o Dia do Vaqueiro Nordestino, a ser comemorado, anualmente, no terceiro domingo do mês de julho*.

Parecer favorável, sob nº 887, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Virginio de Carvalho.

29

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B (dispõe sobre veículo irrecuperável ou desmontado)*.

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Mo-

rais, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.

30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços*.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos*.

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da*

Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências (dispõe sobre o cálculo da concessão de benefício assistencial).

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado

nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

40

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)*

41

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra*

esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)

42

REQUERIMENTO Nº 1048, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.048, de 2007, do Senador Marcelo Crivella, *solicitando voto de solidariedade ao povo americano pela perda de milhares de entes queridos no atentado terrorista que derrubou as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova Iorque; que atingiu o prédio do Pentágono, em Washington; e que levou o avião da United Airlines a ser abatido e cair na Pensilvânia.*

Parecer favorável, sob nº 1.286, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

43

REQUERIMENTO Nº 1230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.*

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

44

REQUERIMENTO Nº 1423, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.423, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando de voto de aplauso pelo transcurso do cinquentenário do maior movimento de jovens do mundo, o Movimento Leo de Liderança – Experiência e Oportuni-*

dade, Leo Clube, criado no Estado da Pensilvânia, EUA.

Parecer favorável, sob nº 1.287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Inácio Arruda.

45

REQUERIMENTO Nº 27, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 27, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, *solicitando voto de solidariedade a José Manuel Ramos-Horta, Presidente da República de Timor-Leste e o pleno restabelecimento de sua saúde, alvejado durante um ataque armado à sua casa por grupos dissidentes da política daquele país, no mês de fevereiro de 2008.*

Parecer favorável, sob nº 1.288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

46

REQUERIMENTO Nº 139, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 139, de 2008, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, *solicitando voto de aplauso ao Juiz José Barroso Filho, da Justiça Militar de Manaus, escolhido pela ONU para o posto de Juiz Internacional no Timor Leste.*

Parecer favorável, sob nº 1.289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador César Borges.

47

REQUERIMENTO Nº 243, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 243, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, *solicitando que o Senado Brasileiro conclame o Congresso Americano a derrubar o veto aposto pelo Presidente dos Estados Unidos, George Bush,*

ao projeto de lei que impede as autoridades norte-americanas de submeter suspeitos de terrorismo a técnicas duras de interrogatório como o “waterboarding”.

Parecer sob nº 1.290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Cristovam Buarque, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CRE, de redação, que apresenta.

48

REQUERIMENTO Nº 519, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 519, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando voto de louvor ao Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA) por sua Resolução que dá respaldo à Institucionalidade Democrática, ao diálogo e à Paz na Bolívia, aprovada em maio de 2008.*

Parecer favorável, sob nº 1.291, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Marco Maciel.

49

REQUERIMENTO Nº 714, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 714, de 2008, do Senador João Pedro, *solicitando voto de censura às declarações que teriam sido feitas pelo empresário sueco Johan Eliasch, consultor do Governo britânico para assuntos relativos à preservação ambiental, propondo a compra de terras na Amazônia por estrangeiros.*

Parecer favorável, sob nº 1.292, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

50

REQUERIMENTO Nº 727, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 727, de 2008, do Senador Arthur Virgílio,

solicitando voto de censura e repúdio a Johan Eliasch, empresário sueco apontado como o maior comprador de terras na Amazônia e diretor da ONG Cool Earth.

Parecer favorável, sob nº 1.293, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

51

REQUERIMENTO Nº 798, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 798, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando voto de censura ao Parlamento Europeu, por sua decisão de criminalizar os imigrantes não-documentados, ao aprovar a nova lei de imigração que permite a detenção de imigrantes "ilegais" por até 18 meses.*

Parecer favorável, sob nº 1.294, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador José Nery.

52

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, pelo seu pronunciamento a respeito de correspondência subscrita por Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).*

53

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de congratulação ao governo*

colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder da Farc, e que este acontecimento seja um marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivido pela Colômbia.

54

REQUERIMENTO Nº 930, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 930, de 2008, do Senador Paulo Paim, *solicitando voto de aplauso ao líder e ex-Presidente Sul-Africano, Nelson Mandela, pelo transcurso do seu 90º aniversário.*

Parecer favorável, sob nº 1.295, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Marco Maciel.

55

REQUERIMENTO Nº 931, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 931, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando voto de congratulações aos atletas da delegação e representantes do Brasil nos Jogos Olímpicos de 2008 em Pequim, desejando que possam aproximar os povos e resultar em passos efetivos para a paz mundial, contribuindo para o processo de democratização e progresso da República Popular da China e do Tibete*

Parecer sob nº 1.296, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Wellington Salgado, favorável, com a Emenda nº 1-CRE, que apresenta.

56

REQUERIMENTO Nº 958, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 958, de 2008, do Senador Eduardo

Azeredo, *solicitando voto de solidariedade aos povos russo e georgiano em virtude da guerra deflagrada no mês de agosto de 2008, exortando a que seus Governos mantenham e respeitem o fim das hostilidades até que a paz definitiva seja negociada.*

Parecer favorável, sob nº 1.297, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares.

57

REQUERIMENTO Nº 1.117, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.117, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando voto de censura e repúdio às tentativas de desestabilização da democracia da República da Bolívia, bem como a quaisquer ações que visem ameaçar a integridade territorial daquele país.*

Parecer favorável, sob nº 1.298, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora ad hoc: Senadora Serys Slhessarenko.

58

REQUERIMENTO Nº 1224, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.224, de 2008, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando voto de aplauso ao economista americano Paul Robin Krugman, por ter sido agraciado com o Prêmio Nobel de Economia, em 2008.*

Parecer favorável, sob nº 1.299, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Marco Maciel.

59

REQUERIMENTO Nº 1.346, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.346, de 2008, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Professor Antônio Augusto Cançado Trindade, por ter sido eleito juiz da Corte Internacional de Justiça.*

Parecer favorável, sob nº 1.300, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

60

REQUERIMENTO Nº 1.650, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.650, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de aplauso ao Senador dos Estados Unidos da América, John McCain, pelo seu pronunciamento após a eleição do Presidente Obama, e que seja levado ao conhecimento do Embaixador dos Estados Unidos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PMDB – MG) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 19 minutos.)

ATO DO PRESIDENTE**Nº 017 , de 2009**

Dispõe sobre a redução de ramais telefônicos no Senado Federal e Órgãos Supervisionados.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares, e

Considerando a necessidade de adequar o Senado Federal às contingências de redução orçamentária;

Considerando que o planejamento de gastos administrativos e sua redução impõem-se como maneira de adequar o Senado Federal à atual situação econômica e financeira global;

Considerando que se impõe reduzir os gastos decorrentes do uso das linhas telefônicas do sistema telefônico do Senado Federal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica determinada a redução de 300 (trezentos) ramais telefônicos no Senado Federal e Órgãos Supervisionados com acesso a ligações externas locais e telefones móveis.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal. 17 de fevereiro de 2009.


JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal



ATO DO PRESIDENTE**Nº 018 , de 2009**

Dispõe sobre a fixação de percentual máximo de taxa de juros nos contratos de empréstimos em consignação no Senado Federal e Órgãos Supervisionados.

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares,

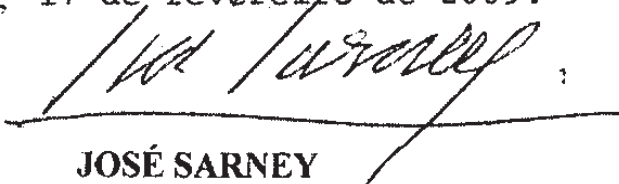
RESOLVE:

Art. 1º. Os bancos e instituições financeiras credenciadas junto ao Senado Federal não poderão cobrar taxa percentual de juros mensal superior a 1,60% (um vírgula sessenta por cento) nos contratos de empréstimos em consignação firmados com servidores do Senado Federal e Órgãos Supervisionados.

Art. 2º. Será automaticamente descredenciado o banco ou instituição financeira que descumprir o que estabelece o art. 1º deste Ato.

Art. 3º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de fevereiro de 2009.



JOSÉ SARNEY

Presidente do Senado Federal



ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 498 de 2009

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pelo Ato nº 821/2008 do Diretor Geral do Senado Federal, tendo em vista o que consta do Processo nº 0171/09-3, resolve APOSENTAR, voluntariamente, com proventos integrais ao tempo de contribuição, JOSÉ FLORENCIO DO RÊGO, matrícula 9249, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, Classe Especial, Padrão 30, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com as vantagens das Resoluções-SF nºs. 59/91, 51/93, 74/94 e 07/2002.

Senado Federal, em 17 de fevereiro de 2009.


JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral Adjunto

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozerildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 01/07/2009

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(3,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(2,12,17)	
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT	
Jefferson Praia (AM) (16)	
PDT/PSOL (10)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3311-3514

Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2008

Prazo final prorrogado: 23/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT-RS) (2)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) (3)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

3. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

.*

**.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo final prorrogado: 30/04/2009

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3311-3511

Fax: 3311-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.602, de 2008, aprovado em 9.12.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

Prazo final: 20/02/2009

Prazo final prorrogado: 02/09/2009

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador José Maranhão (PMDB)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG) (art. 88, § 1º, RISF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Simon (PMDB-RS) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Eduardo Suplicy (PT) (31)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (35)
Delcídio Amaral (PT) (26)	2. Renato Casagrande (PSB) (28)
Aloizio Mercadante (PT) (30)	3. João Pedro (PT) (8,37)
Tião Viana (PT) (38)	4. Ideli Salvatti (PT) (36)
Marcelo Crivella (PRB) (33)	5. Flávio Arns (PT) (27)
Inácio Arruda (PC DO B) (25)	6. Expedito Júnior (PR) (1,29)
César Borges (PR) (32)	7. João Ribeiro (PR) (34)
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (5,12)	5. Lobão Filho (PMDB) (6)
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (15)	2. Heráclito Fortes (DEM) (14)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM) (11,13)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) (10)	6. Romeu Tuma (PTB) (2)
Cícero Lucena (PSDB) (21)	7. Alvaro Dias (PSDB) (22)
João Tenório (PSDB) (20)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (16,19)
Sérgio Guerra (PSDB) (21)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (23)
Tasso Jereissati (PSDB) (21)	10. Papaléo Paes (PSDB) (24)
PTB (4)	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi (9)
Gim Argello	2.

PDT

Osmar Dias (17)

1. Jefferson Praia (7,18)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
14. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
15. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
16. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
17. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
18. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
20. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
21. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
22. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
23. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
26. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
27. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
28. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
29. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
30. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
31. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
34. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
35. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
38. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Serys Shhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PDT PSDB PMDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL**Finalidade:** Debater e examinar a situação da Previdência Social**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.br**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA****Finalidade:** Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT
2. Vaga cedida ao PSDB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(3,4)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

4. A Senadora Kátia Abreu retornou ao mandato em 29.10.2008. Aguardando indicação.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Alvaro Dias (PSDB-PR) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Flávio Arns (PT) ^(3,17,33)	1. Fátima Cleide (PT) ⁽³⁰⁾
Augusto Botelho (PT) ⁽²⁶⁾	2. César Borges (PR) ⁽³¹⁾
Paulo Paim (PT) ⁽²⁷⁾	3. Eduardo Suplicy (PT) ⁽³²⁾
Marcelo Crivella (PRB) ⁽²⁸⁾	4. Inácio Arruda (PC DO B) ^(1,2,13)
Expedito Júnior (PR) ⁽³⁴⁾	5. Ideli Salvatti (PT) ^(35,36)
VAGO ⁽²⁹⁾	6. VAGO ⁽²⁹⁾
VAGO ⁽²⁹⁾	7. VAGO ⁽²⁹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁹⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(12,15)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽⁴⁾
Alvaro Dias (PSDB) ⁽²³⁾	5. Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽²²⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽²⁴⁾	6. João Tenório (PSDB) ⁽²¹⁾
Papaléo Paes (PSDB) ⁽²⁰⁾	7. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²⁵⁾
PTB ⁽⁸⁾	
Mozarildo Cavalcanti ^(7,11)	1. VAGO ^(14,16)
PDT	
Patrícia Saboya ⁽¹⁸⁾	1. João Durval ⁽¹⁹⁾

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
18. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
21. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
22. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
26. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
27. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
28. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
29. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
32. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
33. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes****PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB, PP) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eptácio Cafeteira (PTB-MA) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Simon (PMDB-RS) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Serys Slhessarenko (PT) ⁽³⁴⁾	1. Renato Casagrande (PSB) ^(12,33)
Aloizio Mercadante (PT) ^(7,27)	2. Augusto Botelho (PT) ^(1,11,12,26)
Eduardo Suplicy (PT) ⁽³⁴⁾	3. Marcelo Crivella (PRB) ⁽³⁵⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³²⁾	4. Marina Silva (PT) ^(12,13,28)
Ideli Salvatti (PT) ⁽³⁴⁾	5. João Ribeiro (PR) ⁽³⁰⁾
César Borges (PR) ⁽²⁹⁾	6. Paulo Paim (PT) ^(15,31)
Maioria (PMDB, PP)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(6,14)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(10,16)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. VAGO ^(5,17)
Arthur Virgílio (PSDB) ⁽²⁵⁾	6. Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽²³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁰⁾	7. Marconi Perillo (PSDB) ⁽²¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²⁵⁾	8. Mário Couto (PSDB) ⁽²⁴⁾
Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁵⁾	9. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽²²⁾
PTB ⁽⁴⁾	
Eptácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ^(9,19)	1. Jefferson Praia ^(8,18)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
9. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
11. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
12. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
13. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2008).
15. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
18. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
19. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
20. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
21. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
23. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
24. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
25. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
26. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
27. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
28. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
29. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
30. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
31. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
32. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomcej@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (3)	
Flávio Arns (PT) (38)	1. João Pedro (PT) (1,35)
Augusto Botelho (PT) (38)	2. Ideli Salvatti (PT) (30)
Fátima Cleide (PT) (38)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,37)
Paulo Paim (PT) (38)	4. José Nery (PSOL) (32)
Inácio Arruda (PC DO B) (34)	5. VAGO (33)
Marina Silva (PT) (36)	6. VAGO (33)
Expedito Júnior (PR) (31)	7. VAGO (33)
VAGO	8. VAGO
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) (5,9)	6. VAGO (15,17)
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO (11)
VAGO (6,19)	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) (13)	5. Kátia Abreu (DEM) (14,18)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) (2)
Alvaro Dias (PSDB) (23)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (29)
Cícero Lucena (PSDB) (25)	8. Marconi Perillo (PSDB) (24)
Eduardo Azeredo (PSDB) (27)	9. Papaléo Paes (PSDB) (26)
Marisa Serrano (PSDB) (28)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (22)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7)	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
25. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
26. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
27. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
28. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
31. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
32. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
35. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
37. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

38. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ^(1,6)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG) (art. 88, § 1º, RISF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Renato Casagrande (PSB) (23)	1. Fátima Cleide (PT) (26)
Marina Silva (PT) (7,23)	2. César Borges (PR) (21)
João Pedro (PT) (24)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (22)
João Ribeiro (PR) (20)	4. Delcídio Amaral (PT) (25)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) (5,11)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO (3)
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) (9)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,16)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,17)
Cícero Lucena (PSDB) (19)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Mário Couto (PSDB) (14)
PTB	
Gim Argello (6)	1.
PDT	
Jefferson Praia (8,12)	1. Cristovam Buarque (13)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
23. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
26. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL**Finalidade:** Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes****PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s): 3311-3935****Fax: 3311-1060****E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.**

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. Nº 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO ⁽¹⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ^(2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Flávio Arns (PT) ⁽¹⁸⁾	1. João Pedro (PT) ⁽²¹⁾
Fátima Cleide (PT) ⁽¹⁸⁾	2. Serys Slhessarenko (PT) ⁽¹⁹⁾
Paulo Paim (PT) ⁽¹⁸⁾	3. VAGO ^(10,20)
Magno Malta (PR) ^(3,23)	4. VAGO ⁽²⁰⁾
José Nery (PSOL) ⁽²²⁾	5. VAGO ⁽²⁰⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(9,11)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽²⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁴⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. VAGO ^(8,12)
Arthur Virgílio (PSDB) ⁽¹⁵⁾	5. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁶⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁵⁾	6. Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁷⁾
VAGO ^(1,5)	7. Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹⁵⁾
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque ⁽¹³⁾	1. Jefferson Praia ⁽¹⁴⁾

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
10. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2008).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
14. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
15. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
20. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
22. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(1,5)	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB, PP)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(2,5)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ^(2,3)	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Simon (PMDB-RS) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Eduardo Suplicy (PT) (35)	1. João Ribeiro (PR) (38)
Renato Casagrande (PSB) (36)	2. Marina Silva (PT) (34)
Aloizio Mercadante (PT) (42)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (39)
João Pedro (PT) (40)	4. Magno Malta (PR) (41)
Tião Viana (PT) (33)	5. Augusto Botelho (PT) (17,37)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (1)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) (14,19)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) (5,16)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) (6)
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) (2)
VAGO (13,24)	3. Kátia Abreu (DEM) (18,22)
Romeu Tuma (PTB) (3)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB) (30)	5. Alvaro Dias (PSDB) (28)
Eduardo Azeredo (PSDB) (30)	6. João Tenório (PSDB) (12,31)
Flexa Ribeiro (PSDB) (29)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (32)
PTB (7)	
Fernando Collor (8,9,10,11,20,21,23,25)	1.
PDT	
Cristovam Buarque (27)	1. Patrícia Saboya (15,26)

Notas:

1. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

8. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
9. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
10. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
11. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
12. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
13. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
15. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
16. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
17. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
18. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
19. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
20. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
21. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
22. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
23. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
24. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
25. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
26. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
27. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
28. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
30. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
31. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
32. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
33. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
36. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
38. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
39. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
40. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
41. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
42. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,5)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. N° 362/2007-GLPMDB).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).
4. Em 07.10.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (Of. n° 174/2008-CRE).
5. Em 25.11.2008, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. n° 188/2008-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
VAGO ^(2,3,5)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁴⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
3. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
4. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
5. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS****Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes****PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s): 3311-3496****Fax: 3311-3546****E-mail: scomcre@senado.gov.br**

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Durval (PDT-BA) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (4)	
Serys Slhessarenko (PT) (25)	1. Marina Silva (PT) (27)
Delcídio Amaral (PT) (25)	2. Paulo Paim (PT) (24)
Ideli Salvatti (PT) (25)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (18)
Inácio Arruda (PC DO B) (22)	4. Expedito Júnior (PR) (26)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (23)
João Ribeiro (PR) (19)	6. João Pedro (PT) (21)
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) (5,8)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Paulo Duque (PMDB) (10,12,13)
Gilvam Borges (PMDB) (7,11)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayne Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) (9)	5. Romeu Tuma (PTB) (3)
Alvaro Dias (PSDB) (2)	6. Cícero Lucena (PSDB) (15)
Arthur Virgílio (PSDB)	7. João Tenório (PSDB) (16)
Flexa Ribeiro (PSDB) (15)	8. Mário Couto (PSDB) (15)
Marconi Perillo (PSDB) (1)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (17)
PTB (6)	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval (14)	1.

Notas:

1. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
2. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).
8. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
10. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
12. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
13. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
14. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
15. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
18. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
19. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
22. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
23. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
24. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
26. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
27. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Maranhão (PMDB-PB) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
César Borges (PR) ⁽²⁷⁾	1. Delcídio Amaral (PT) ^(7,28)
Serys Slhessarenko (PT) ^(2,24)	2. VAGO ⁽²⁵⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽²³⁾	3. VAGO ⁽²⁵⁾
José Nery (PSOL) ⁽²⁶⁾	4. VAGO ⁽²⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽¹⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(4,11)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM) ^(9,12)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. VAGO ^(6,14)
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²⁰⁾	5. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁸⁾
Marconi Perillo (PSDB) ⁽²¹⁾	6. Sérgio Guerra (PSDB) ^(10,13,19)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹⁷⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²²⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Cristovam Buarque ^(8,15)	1. Jefferson Praia ⁽¹⁶⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
19. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
21. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
24. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
25. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009, GLDBAG).
26. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
27. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Pedro Simon (PMDB-RS) (art. 88, § 1º, RISF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) ⁽²²⁾	1. Paulo Paim (PT) ⁽²²⁾
João Pedro (PT) ⁽²³⁾	2. Fátima Cleide (PT) ^(4,6,21)
Augusto Botelho (PT) ⁽²⁰⁾	3. Expedito Júnior (PR) ⁽¹⁸⁾
Magno Malta (PR) ⁽¹⁹⁾	4. VAGO ⁽¹⁷⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) ^(2,11)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾
Kátia Abreu (DEM) ^(8,10)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁶⁾	5. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁵⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽¹³⁾	6. João Tenório (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹⁴⁾	7. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹²⁾
PTB ⁽⁵⁾	
VAGO ⁽⁹⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 à GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
19. Em 16.02.2009, o Senador Magno Maltaé designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
20. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP) (art. 88, § 1º, RISF)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL) (art. 88, § 1º, RISF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Marcelo Crivella (PRB) (17)	1. Delcídio Amaral (PT) (19)
Renato Casagrande (PSB) (20)	2. Flávio Arns (PT) (17)
Magno Malta (PR) (18)	3. VAGO (16)
VAGO (16)	4. VAGO (16)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (5,8)	3. Gim Argello (PTB) (6,7)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (1)	2. Heráclito Fortes (DEM)
VAGO (4,10)	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (13)	5. Flexa Ribeiro (PSDB) (14)
Eduardo Azeredo (PSDB) (14)	6. Marisa Serrano (PSDB) (12)
Papaléo Paes (PSDB) (15)	7. Sérgio Guerra (PSDB) (9,14)
PTB (3)	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque (11)	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).
9. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).

10. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
11. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
12. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
13. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azerdo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
17. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
19. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
20. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes****PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s): 3311-1120****Fax: 3311-2025****E-mail: scomcct@senado.gov.br**

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS**Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁵⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹²⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽⁹⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹⁰⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹³⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 02/02/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
5. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
10. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
11. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
12. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
13. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**

VAGO

DEM

VAGO

PSDB

VAGO

PT

VAGO

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR)

PR

Expedito Júnior (RO)

PDT

Patrícia Saboya (CE)

PSB

Renato Casagrande (ES)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP**PSOL**

José Nery (PA)

Atualização: 12/02/2009

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	PRESIDENTE Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Marco Maia (PT-RS)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Edmar Moreira (DEM-MG)	2º VICE-PRESIDENTE Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	1º SECRETÁRIO Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º SECRETÁRIO Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Odair Cunha (PT-MG)	3º SECRETÁRIO Senador Mão Santa (PMDB-PI)
4º SECRETÁRIO Deputado Nelson Marquzezelli (PTB-SP)	4º SECRETÁRIO Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado Waldir Neves (PSDB-MS)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 05.02.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)
Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
(VAGO) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTI ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 06.02.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vago em virtude da renúncia à suplência do mandato do Deputado Cezar Schirmer, conforme OfGDCS-0270/2008, de 05.01.09.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> WALDIR NEVES PSDB-MS	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> MÁRIO COUTO PSDB-PA
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> MARCONDES GADELHA PSB-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.02.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Coleção Ambiental

Coletânea de publicações, com atualização periódica, sobre a legislação que aborda a questão ambiental.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 258 PÁGINAS